

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

VOL. XIV

1966/1967

Fundado a 3 de maio de 1900
Reinstalado a 6 de março de 1917



Considerado de utilidade pública por Decreto Federal n.º 3.894, de 26 de Novembro de 1919 e Lei Estadual n.º 1.641, de 6 de Outubro de 1917.

SEDE PRÓPRIA : Praça D. Pedro II, 62
Antigo solar do Visconde de Arary e Barão de
Guajará — Caixa Postal, 547
BELEM · PARA · BRASIL

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

VOL. XIV

1966/1967

Fundado a 3 de maio de 1900
Reinstalado a 6 de março de 1917



Considerado de utilidade pública por Decreto Federal n.º 3.894, de 26 de Novembro de 1919 e Lei Estadual n.º 1.641, de 6 de Outubro de 1917.

SEDE PRÓPRIA : Praça D. Pedro II, 62
Antigo solar do Visconde de Arary e Barão de
Guajará — Caixa Postal, 547
BELEM · PARÁ · BRASIL

INTROITO

No ano de 1966, contando com a decidida boa vontade do Sr. Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará e nosso consócio Benemérito, este silogeu pôs em circulação o volume XIII da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará" (1952/1965), a qual não era publicada há 14 anos.

Persistindo aquêlo elevado sentido de cordialidade e incontido desejo de cooperação, Sua Magnificência, dando pleno acolhimento ao pedido que lhe fôra formulado pela presidência desta instituição cultural, determinou à Imprensa Universitária do Pará a impressão do volume XIV da nossa Revista (1966/1967).

Está, portanto, novamente em contacto com o público e associações que nos honram com a sua leitura, a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará", propagando, nos termos do Estatuto da entidade, assuntos históricos, geográficos e literários de alta relevância, especialmente alusivos a homens, fatos e coisas da região amazônica.

No presente volume colaboram alguns de nossos confrades, predominando os discursos de elogios a vários Patronos, pronunciados pelos consócios efetivos fundadores e ocupantes das respectivas Cadeiras.

Com o mesmo intuito louvável em face do qual Sua Magnificência, o Reitor da Universidade Federal do Pará, vem pugnano pelo alevantamento cultural de nossa terra, estamos evidando esforços em prol das boas iniciativas, objetivando o exato cumprimento da finalidade dêste sodalício.

Apresentamos ao Sr. Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira calorosos agradecimentos por mais esta oportunidade que nos concedeu, de maneira cativante e expressiva, estimulando, com sua gentileza, o nosso propósito de difundir episódios marcantes da vida paraense e capítulos assinalados da existência brasileira.

A COMISSÃO DA REDAÇÃO DA REVISTA

ADMINISTRAÇÃO PARA O TRIÊNIO 1966/1969

Eleição efetuada em sessão de 23 de março de 1966

DIRETORIA

Presidente — Ernesto Horácio da Cruz (reeleito)
Vice-Presidente — Paulo Maranhão Filho
1.º Secretário — Aláudio de Oliveira Melo (reeleito).
2.º Secretário — Victor Tamer
Tesoureiro — Arlindo Severiano de Miranda (reeleito)
Diretor do Museu — Oriando Luciano Martins de Moraes Rêgo
Bibliotecário — Armando Bordalo da Silva (reeleito)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — José Sampaio de Campos Ribeiro (reeleito)
Vice-Presidente — Maria Anunciada Ramos Chaves (reeleita)
1.º Secretário — Luís Ercílio do Carmo Faria
2.º Secretário — Arthur Napoleão Figueiredo

COMISSÕES PERMANENTES

- 1 — Comissão de Geografia e Etnografia
Arthur Napoleão Figueiredo
Armando Bordalo da Silva
Jarbas Gonçalves Passarinho

- 2 — Comissão de História e Arqueologia
José Rodrigues da Silveira Neto
Maria Anunciada Ramos Chaves
Bolivar Bordalo da Silva

- 3 — **Comissão de Numismática e Filatelia**
Armando Bordalo da Silva
Luís Ercílio do Carmo Faria
Abelardo Leão Conduru
- 4 — **Comissão de Admissão de Sócios**
Arthur Napoleão Figueiredo
Aloysio da Costa Chaves
Otávio Mendonça
- 5 — **Comissão de Redação da Revista**
José Sampaio de Campos Ribeiro
Georgenor de Souza Franco
José Marcos dos Santos
Aláudio de Oliveira Melo
- 6 — **Comissão de Fundos e Orçamentos**
Cândido Marinho da Rocha
Sílvio Augusto de Bastos Meira
Raymundo de Souza Moura

— x —

Os consócios Jarbas Gonçalves Passarinho e Raymundo de Souza Moura afastaram-se de Belém em princípios de 1967 em virtude de terem sido nomeados, respectivamente, Ministro do Trabalho e Previdência Social e Ministro do Superior Tribunal do Trabalho.

SÓCIOS FUNDADORES — (3 DE MAIO DE 1900)
§ 1.º DO ART. 4.º DO ESTATUTO

- 1 — Arthur Otávio Nobre Viana
- 2 — Dr. Américo Santa Rosa
- 3 — Dr. Arthur Lemos
- 4 — Dr. Augusto Olímpio de Araújo e Souza
- 5 — Dr. Antônio Firmo Dias Cardoso
- 6 — Amando Gentil
- 7 — Dr. Antônio Passos de Miranda
- 8 — Antônio da Costa e Silva
- 9 — Senador Antônio José de Lemos
- 10 — Dr. Alfredo Sérgio Ferreira
- 11 — Dr. Bento Miranda
- 12 — Bernardino Pinto Marques
- 13 — Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha
- 14 — Prof. Celestino Ferreira
- 15 — Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará)
- 16 — Cônego Domiciano Herculano Perdigão Cardoso
- 17 — Monsenhor Domingos Maltez
- 18 — Dr. Emil Augusto Goeldi
- 19 — Dr. Enéas Martins.
- 20 — Dr. Estephânio Barroso
- 21 — Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves
- 22 — Dr. Euphrosino Nery
- 23 — Dr. Eládio de Amorim Lima
- 24 — Estephânio Francisco da Silva
- 25 — Prof. Francisco Ferreira de Vilhena Alves
- 26 — Dr. Flávio Cardoso
- 27 — Comandante Felipe Duarte
- 28 — Francisco José de Sales
- 29 — Dr. Gentil Bitencourt
- 30 — João Lúcio de Azevedo
- 31 — Dr. Higinio Amanajás
- 32 — Dr. João Antônio Luiz Coelho
- 33 — Cônego João Ferreira de Andrade Muniz

- 32 - Dr. Henrique Santa Rosa
- 36 - Dr. Genuíno Amazonas de Figueiredo
- 39 - Dr. José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó)
- 40 - Dr. José Olintho Barroso Rebelo
- 41 - Dr. Justiniano de Serpa
- 42 - Dr. Jacques Huber
- 43 - João Luiz de La-Rocque
- 44 - Dr. José Barbosa Rodrigues
- 45 - Luiz Demétrio Tavares
- 46 - Manoel Ignácio da Cunha
- 47 - Manoel Baena
- 48 - Manoel Miranda Simões
- 49 - Dr. Misael Corrêa Seixas
- 50 - Prof. Otávio Pires
- 51 - Prof. Raimundo Bertoldo Nunes
- 52 - Dr. Raimundo Meschiades Alves da Costa
- 53 - Cel. Raimundo Ciriaco Alves da Cunha
- 54 - Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell
- 55 - Prof. Sabino Henrique da Luz
- 56 - Major Thomaz Cavalcante
- 57 - Dr. Theodoro de Brito Pontes
- 58 - Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira
- 59 - Victor Manoel de Azevedo Barranca

SÓCIOS FUNDADORES — (6 DE MARÇO DE 1917)
REINSTALAÇÃO — § 1.º DO ART. 4.º DO ESTATUTO

- 1 — Dr. Abel da Gama e Abreu Chermont
- 2 — Dr. Alcindo Comba do Amaral Cacela
- 3 — Dr. Alípio Dias Maia
- 4 — Álvaro Antônio Pires
- 5 — Dr. Américo Vitrúvio Gonçalves Campos
- 6 — Américo Dantas Ribeiro
- 7 — Dr. Angelino Rodrigues de Lima
- 8 — Dr. Antenor Cavalcante
- 9 — Augusto Ferreira
- 10 — Dr. Augusto Octaviano Pinto
- 11 — Augusto de Matos Pereira
- 12 — Dr. Augusto Eduardo Pinto
- 13 — Dr. Aldebaro de Albuquerque
- 14 — Padre Antônio Cândido da Rocha
- 15 — Dr. Antônio Martins Pinheiro
- 16 — Desembargador Augusto Borborema
- 17 — Benedito Duarte Soeiro
- 18 — Benedito Lopes David
- 19 — Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha
- 20 — Dr. Carlos Estevão de Oliveira
- 21 — Constantino E. Wan-Meyel
- 22 — Dr. Deodoro Machado de Mendonça
- 23 — Domiciano Perdigão
- 24 — Dr. Eládio de Amorim Lima
- 25 — Dr. Emanuel de Almeida Sodré
- 26 — Enéas Calandrine Pinheiro
- 27 — Dr. Ezequiel Antunes de Oliveira
- 28 — Dr. Francisco Caribé da Rocha
- 29 — Dr. Francisco de Paula Pinheiro
- 30 — Gilberto da Silveira Moreira
- 31 — Dr. Honorato de Castro Filgueiras
- 32 — Heráclito Ferreira
- 33 — Dr. Higinio Amanajás

- 34 — Dr. Ignácio Baptista de Moura
- 35 — João Alfredo de Mendonça
- 36 — João Baptista de Moura Carvalho
- 37 — João Baptista Cearense Cíleno
- 38 — Dr. João Baptista Pena de Carvalho
- 39 — Dr. Joaquim de Arruda Falcão
- 40 — José Maria Leone
- 41 — Dr. José Alves Maia
- 42 — Dr. José Ferreira Teixeira
- 43 — Prof. José Coutinho de Oliveira
- 44 — Prof. José de Castro Figueiredo
- 45 — José Eustáchio de Azevedo
- 46 — Cel. José Joaquim Pereira de Araújo
- 47 — Dr. João de Palma Muniz
- 48 — José Dias da Rocha
- 49 — José Carvalho
- 50 — Dr. Lauro Nina Sodré e Silva
- 51 — Dr. Lauro Chaves
- 52 — Dr. Luiz Lôbo
- 53 — Dr. Luiz Estevão de Oliveira
- 54 — Dr. Lucídio Freitas
- 55 — Dr. Manoel Manços da Silva Vilaça
- 56 — Prof. Manoel Dias Maia
- 57 — Prof. Manuel Luiz de Paiva
- 58 — Prof. Manoel Braga Ribeiro
- 59 — Manoel Leopoldino Leitão Cabela
- 60 — Manoel Valente Cordeiro
- 61 — Desembargador Napoleão Simões de Oliveira
- 62 — Dr. Ophir Pinto de Loyola
- 63 — Dr. Pedro Cabral Pereira Fagundes
- 64 — Pedro de Almeida Genú
- 65 — Raimundo José Martins Bessa
- 66 — Prof. Raimundo Bertoldo Nunes
- 67 — Dr. Renato Santa Rosa
- 68 — Cônego Ricardo da Rocha
- 69 — Cel. Raimundo Ciriaco Alves da Cunha
- 70 — Cônego Raimundo Ulisses Penafort
- 71 — Dr. Severino Silva
- 72 — Simpliciano Torres
- 73 — Silvestre Monteiro Falcão
- 74 — Dr. Theodoro Braga

SÓCIOS EFETIVOS
(Por ordem alfabética)

- 1 — Abelardo Leão Conduru
- 2 — Adalberto Acatauassu Nunes
- 3 — Aláudio de Oliveira Melo
- 4 — Alberto Gaudêncio Ramos
- 5 — Aloysio da Costa Chaves
- 6 — Apio Paes Campos Costa
- 7 — Arlindo Severiano de Miranda
- 8 — Armando Bordalo da Silva
- 9 — Armando Serra de Menezes
- 10 — Arthur Napoleão Figueiredo
- 11 — Augusto Ebremar de Bastos Meira
- 12 — Aylton Quintiliano
- 13 — Bolívar Bordalo da Silva
- 14 — Cândido Marinho da Rocha
- 15 — Cupertino Contente
- 16 — Deodoro Machado de Mendonça
- 17 — Ernesto Horário da Cruz
- 18 — Fernando José de Leão Guilhon
- 19 — Georgenor de Souza Franco
- 20 — Jarbas Gonçalves Passarinho
- 21 — José Marcos dos Santos
- 22 — José Maria Hesketh Conduru
- 23 — José Sampaio de Campos Ribeiro
- 24 — José Rodrigues Pereira
- 25 — Josué Justiniano Freire
- 26 — Luis Ercílio do Carmo Faria
- 27 — Luiz Romano da Motta Araújo
- 28 — Maria Anunciada Ramos Chaves
- 29 — Mário da Silva Machado
- 30 — Maurício Cordovil Pinto
- 31 — Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo
- 32 — Otávio Mendonça
- 33 — Paulo Maranhão Filho

- 34 — Raymundo de Souza Moura
- 35 — Silvio Augusto de Bastos Meira
- 36 — Themistocles Santana Marques
- 37 — Victor Tamer
- 38 — Waldir Acatauassu Nunes
- 39 — Vago
- 40 — Vago

SÓCIO BENEMÉRITO

Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira

SÓCIOS HONORÁRIOS

Dom Jaime de Barros Câmara
Dom Antônio de Almeida Lustosa
Abgvar Bastos
Dr. Renato Franco
Ciro Proença
Dr. Pedro Moura
Dr. Avelino Inácio de Oliveira
Gen. Arnaldo Augusto da Mata
Armando de Azevedo Pina
Dr. Océlio de Medeiros
Desembargador Augusto Rangel de Borborema
Dr. Waldemar Torres da Costa
Dr. Raul Rodrigues Pereira
Dr. Joaquim Gomes de Norões e Souza
Desembargador Antonino de Oliveira Melo
Dr. Guilherme Lins de Vasconcelos Chaves
Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco
Professôra Graziela Moura Ribeiro

SÓCIOS CORRESPONDENTES

- Dr. Agnello Bittencourt (Amazonas)
Dr. Nyceu Dantas (Sergipe)
Dr. Craveiro da Costa (Alagoas)
Dr. Antônio Botto de Menezes (Paraíba)
Dr. Hígino Cunha (Piauí)
Dr. José Lopes de Aguiar (Acre)
Dr. Arthur César Ferreira Reis (Rio)
Dr. Osvaldo Orico (Rio)
Dr. Luiz da Câmara Cascudo (Rio Grande do Norte)
Dr. Dante de Laytano (Rio Grande do Sul)
Dr. Olavo de Oliveira (Ceará)
Dr. João Mata de Oliveira Roma (Maranhão)
Dr. Luiz Felipe Vieira Souto (Rio)
Dr. Guilherme Martins Auler (Pernambuco)
Jorge Moreira da Rocha (Ceará)
Dr. Enzo Silveira (São Paulo)
Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho (Bahia)
Dr. José Pedro Leite Cordeiro (São Paulo)
Dr. Carlos da Silveira (São Paulo)
Romeu Calderaro Beltrão (Rio Grande do Sul)
Dr. Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti (Pernambuco)
D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (Rio)
Almirante Henrique Boiteaux (Rio)
Dr. Mário Portugal Fernandes Pinheiro (Rio)
Dr. Nelson Abel de Almeida (Espírito Santo)
Coronel Salvador de Moya (Rio)
Marechal João Batista de Matos (Rio)
Prof. Guilherme Butler (Paraná)
Dr. Mário Antônio Barata (Rio)
Prof. Dr. Veríssimo de Melo (Rio Grande do Norte)
Dr. Carlos Pedrosa (Rio)
Dr. Gabriel Hermes Filho (Brasília)
Vice-Almirante Mário Ferreira França (Rio)
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança (São Paulo)

Dr. Luiz de Castro Souza (Rio)
Prof. E. D'Almeida Vitor (Brasília)
Dr. Oswaldo de Souza Vale (Rio)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARA

CADEIRAS — PATRONOS — FUNDADORES — ATUAIS OCUPANTES

- 1 — ALBERTO RANGEL (Patrono)
Aylton Quintilliano (Fundador e ocupante)
- 2 — ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (Patrono)
Arthur Napoleão Figueiredo (Fundador e ocupante)
- 3 — ALFREDO LADISLAU (Patrono)
Cândido Marinho da Rocha (Fundador e ocupante)
- 4 — ANDRÊ PEREIRA (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 5 — ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA (Patrono)
Aloysio da Costa Chaves (Fundador e ocupante)
- 6 — ANTÔNIO DE MACEDO COSTA (Dom) (Patrono)
Cónego Aplo Paes Campos Costa (Fundador e ocupante)
- 7 — ANTÔNIO VIEIRA (Padre) (Patrono)
Otávio Mendonça (Fundador e ocupante)
- 8 — ARTHUR OTÁVIO NOBRE VIANA (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 9 — ARTHUR THEÓDULO DOS SANTOS PORTO (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 10 — AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 11 — BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 12 — BERNARDO PEREIRA DE BERREDO (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 13 — DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL (BARÃO DE GUAJARÁ) (Patrono)
Ernesto Horácio da Cruz (Fundador e ocupante)
- 14 — DOMINGOS SOARES FERREIRA PENA (Patrono)
Armando Bordalo da Silva (Fundador e ocupante)
- 15 — EMIL AUGUST GOELDI (Patrono)
Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo (Fundador e ocupante)
- 16 — EUCLIDES DA CUNHA (Patrono)
José Marcos dos Santos (Fundador e ocupante)

- 17 — FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 18 — FREDERICO BARATA (Patrono)
Arlindo Severiano de Miranda (Fundador e ocupante)
- 19 — HENRIQUE AMÉRICO SANTA ROSA (Patrono)
Abelardo Leão Conduru (Fundador e ocupante)
- 20 — HENRIQUE JORGE HURLEY (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 21 — INÁCIO BATISTA DE MOURA (Patrono)
Victor Tamer (Fundador e ocupante)
- 22 — JACQUES HUBER (Patrono)
José Maria Hesketh Conduru (Fundador e ocupante)
- 23 — JOAO LÚCIO DE AZEVEDO (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 24 — JOAO DE PALMA MUNIZ (Patrono)
Augusto Ebremar de Bastos Meira (Fundador e ocupante)
- 25 — JOSÉ COELHO DA GAMA E ABREU (BARÃO DE MARAJÓ) (Patrono)
Aláudio de Oliveira Melo (Fundador e ocupante)
- 26 — JOSÉ VERÍSSIMO DIAS DE MATOS (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 27 — JOSÉ OLINTO BARROSO REBELO (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 28 — LAURO NINA SODRÊ E SILVA (Patrono)
Josué Justiniano Freire (Fundador e ocupante)
- 29 — LUIZ LOBO (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 30 — MANUEL BARATA (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 31 — MANOEL BRAGA RIBEIRO (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 32 — MISAEL CORRÊA SEIXAS (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 33 — PAUL LE COINTE (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 34 — PAULO ELEUTERIO SÊNIOR (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 35 — RAIMUNDO AVERTANO BARRETO DA ROCHA (Patrono)
José Sampáio de Campos Ribeiro (Fundador e ocupante)
- 36 — RAIMUNDO CIRÍACO ALVES DA CUNHA (Patrono)
(Fundador e ocupante)
- 37 — RAIMUNDO MORAES (Patrono)
(Fundador e ocupante)

- 38 — ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS (Dom) (Patrono)
Dom Alberto Gaudêncio Ramos (Fundador e ocupante)
- 39 — THEODORO BRAGA (Patrono)
Luiz Romano da Motta Araújo (Fundador e ocupante)
- 40 — TITO FRANCO DE ALMEIDA (Patrono)
Georgenor de Souza Franco (Fundador e ocupante)

O INSTITUTO HISTÓRICO

VÍCTOR TAMER

A gentileza sempre cativante do prof. Ernesto Cruz levou-me em sua honrosa companhia a visitar o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, antes que a este pertencesse eu como sócio, hoje definitivamente instalado no velho sobrado de azulejos doado para esse fim pelo então governador Barata, nobre mansão que pertenceu, no século anterior, ao ilustre paraense Barão de Guajará e que se ergue, tranquilamente, no lado esquerdo do antigo Largo do Palácio.

Não sei qual a razão por que trago comigo, vindo do berço, um acentuado amor ao passado e à quietude dos séculos. Ao contemplar, por isso mesmo, numa fotografia desbotada um acontecimento de sessenta anos atrás, invade-me a emoção de uma saudade que não me pertence. Ou se alguém, vencido pela idade, se dispõe a contar-me os episódios distantes de sua vida em que se patenteie o espírito da época, eis-me a escutá-lo, mergulhado no tempo esquecido, como se na sua recordação comovida porventura se escondesse, também, a sombra de mim mesmo.

Logo na entrada do prédio começa para o visitante o recuo dos anos. Corredor largo, paredes revestidas de azulejos, enorme lampião pendente do fôrro, dois lanços de escada com patamar e clarabóia, vasto saguão colonial à vista. Lá em cima, o silêncio acolhedor das salas. Entre o fôrro imitando raios de sol e o assoalho de acapu e pau amarelo em tábuas corridas, levantam-se as relíquias do Instituto: mobília de alto espaldar, quadros ilustres cobrindo as paredes, estantes repletas de livros e documentos preciosos, mostruários diversos contendo coleções numismáticas e objetos outros de épocas desaparecidas.

Tudo ali se irmana em função do passado, onde quer que fixemos, em derredor, a curiosidade dos olhos. Até mesmo num compartimento em que o fôrro apodrecido veio a desabar, mas logo reparado, até nessa descontinuidade passageira o antigo se manifestou. É que ficou à mostra o telhado em sua estrutura secular com duas águas convergindo sobre um rincão e mais em baixo, na linha horizontal do teto caído, se desvendava a canalização do gás de iluminação por lá

passando para alimentar os bicos solitários e os lustres custosos que dantes se acendiam em tôda a casa, em pleno esplendor do progresso que chegara.

O prof. Ernesto Cruz, à medida que explicava a procedência e o valor das doações que enriquecem o patrimônio daquela instituição, traçava-me com o entusiasmo de um apaixonado, os planos que tem em mira como atual presidente do Instituto a fim de injetar nova vida a tão importante centro cultural do Estado.

Em minha vida já experimentei, de certo, dentro do Brasil e no Velho Mundo, as mais gratas sensações que nos transmitem os Museus famosos e onde se aprende, fora dos compêndios, a evolução histórica de todos os povos. Nenhum dêles, porém, melhor me tocou a sensibilidade provinciana do que êsse nosso Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em cujo ambiente amigo, que recorda a nossa gente e os nossos acontecimentos passados, o visitante paraense sente o respeito comovido de quem revê, enternecido, a augusta casa paterna!

PRESERVAÇÃO DA AMAZONIA CONTRA A ESPOLIAÇÃO

Discurso do dr. Aloysio da Costa Chaves

Dia 12 de janeiro de 1966 transcorreu o 350.º aniversário de fundação da cidade de Belém. Na noite do dia anterior, os Rotary Clubs do Pará iniciaram, com um banquete de mais de duzentos talheres, as comemorações alusivas àquele acontecimento histórico, em cuja ocasião o nosso consócio dr. Aloysio da Costa Chaves, na qualidade de Governador Distrital do Rotary, pronunciou o seguinte discurso:

"A HISTÓRIA É VIDA — tal o axioma inicial a propôr. E não apenas vida dos outros — de outros tempos, de outros séres — mas a nossa vida, antes de nós. Longe está de abraçar a totalidade do próprio destino quem julgue que a história terrena começa no nascimento e acaba na morte. A nossa história é toda a História. A história dos homens é a História do Homem — e a história de cada homem. Em cada homem, está, por isso, a História inteira — que colaborou na sua formação e veio até ele como um impulso que, neste momento, nele se resolve e condensa. A História nos fez; — agora somos nós que a fazemos. Escrever a História é buscar-nos, compreender-nos, definir-nos, sentir-nos solidários de um imenso movimento que nos inclui e nos leva. Nada mais VIVO, sem dúvida, visto ser aquilo que em nós é anterior a nós" (AMEAL, "História de Portugal").

— x —

Com esta cerimônia se iniciam as comemorações do 350.º aniversário da fundação de Belém. Qual o sentido desta celebração? Como situar o transcurso dessa efeméride no mundo de hoje, destacando os liames que prendem o passado já longínquo ao ritmo trepidante, surpreendente e admirável do progresso universal que há mais de oito anos conduziu a humanidade ao pórtico da Era Espacial? O ser humano modificou nesses séculos a fisionomia do mundo; revolucionou as técnicas de produção; deu ao conhecimento humano novas e ilimitadas fronteiras.

No plano material a automação está entre-abrindo as portas de um "nôvo paraíso", a que se refere audaciosamente DIETHIER STOL-

— 23 —

ZE (Igual aos Deuses"), em cuja entrada não se inscreverão as palavras pessimistas de alguns sociólogos, mas as promessas alvissareiras com que nos acenam, hoje, cientistas e técnicos: "a ciência liberta o homem da escravidão milenar".

A revolução tecnológica, impulsionada pela cibernética, está operando transformações profundas e radicais em todos os setores da atividade humana. Cria-se uma nova sociedade, sob o signo da ciência, perante a qual se extasiam até os economistas menos entusiasmados. Em face das fantásticas possibilidades do "mundo automatizado", PETER THORNEYCROFT, ministro do comércio da Grã-Bretanha, declarava há pouco tempo: "Estamos no limiar de uma dramática transformação na vida humana, mais extraordinária do que aquela causada em tempos passados pela invenção da roda. Dentro em breve haverá por toda parte fábricas e usinas sem gente". E o homem, senhor e mestre, finalmente livre de trabalhos e fadigas, pode erguer os olhos para o alto.

A ciência progrediu, portanto, de tal maneira que os mais arrojados frutos da ficção foram ultrapassados pela realidade científica. Desceu o homem, nas últimas décadas, à intimidade da matéria e devassou todos os seus segredos, alcançando-se, a seguir, ao espaço sideral nessa maravilhosa aventura do espírito humano, que o levará ao âmago do próprio universo, muito além de tudo quanto antes concebeu a imaginação humana.

No campo espiritual vimos a Igreja, "como mãe e mestra de todos os povos", adotar uma posição histórica, assinalada pelas conclusões corajosas e lúcidas do Concílio Ecumênico Vaticano II. Dois traços caracterizam a posição contemporânea da Igreja: a ecumenidade e a universalidade. Sentido de universalidade que conduziu S. SANTIDADE, em peregrinação à Terra Santa: que o levou, posteriormente, a participar de um congresso eucarístico na Índia. E fê-lo, recentemente descer do trono de "Pedro", para levar ao plenário dos E.E.U.U. fervoroso e oportuno apêlo em prol da paz universal. Fato inédito e de transcendental importância cujas consequências não devemos minimizar. A palavra candente de PAULO VI, o novo apóstolo da paz, não cairá no olvido enquanto houver um resquício de bom senso a iluminar a consciência dos homens responsáveis pelos destinos dos povos civilizados.

As dimensões políticas que dividem o mundo em dois campos aparentemente inconciliáveis, opõe-se o esforço tenaz inquebrantável, dos que acreditam na vitória do bem comum, na causa sacrossanta da paz e do entendimento indispensável para que o homem possa livre do temor e da miséria, construir sua própria felicidade.

No limiar dessa era admirável, que abre para o homem a possibilidade de realizar todos os seus sonhos, a nossa cidade de Belém

completa 350 anos de fundação. Seja-nos, pois, permitido afastar o pensamento do porvir e lançar a nossa vista sobre o passado para surpreender, em alguns fatos históricos, o esforço hercúleo, o idealismo inarcessível, a fé sublime de quantos trouxeram a semente da civilização às terras do Novo Mundo.

A fundação da cidade de Belém não é um episódio histórico ligado apenas à conquista da América. É, na realidade, mais um elo — e um dos últimos acrescentado pelo gênio dos portugueses à sucessão de descobertas memoráveis que resultaram das grandes viagens marítimas iniciadas a partir do século XV. Para chegar a esse momento culminante da história universal — imensa, difícil e árdua foi a caminhada encetada pelos povos que tiveram a glória de viver essa epopéia, que alargou as fronteiras do mundo e deu-lhe nova dimensão política, econômica, social e cultural.

Durante vários séculos somente os fenícios se arrojaram além da baía do mediterrâneo oriental, pela falta de recursos técnicos apropriados e pelos perigos que as lendas e a escassez de conhecimento haviam incutido na mente de todos os homens.

A investigação científica entre os gregos, que se destacaram pelo notável nível que alcançou sua civilização, ficou subordinada à especulação filosófica, que dominou a orientação geral do pensamento.

Assinala PAUL HUGON que, para os filósofos gregos, a preocupação essencial do homem deve ser a vida da alma; só depois deve cuidar do corpo e, em último lugar, da riqueza. "Somente a alma", escrevia XENOFONTE, "é o homem ou o homem nada é. É, pois, nos tratados dos filósofos que se deve procurar os primeiros geógrafos, que abordaram os problemas do ecumeno de maneira ocasional, com caráter descritivo, empírico, sem dar-lhes autonomia, pois estavam subordinados aos temas de natureza especulativa. Não é sem razão, portanto, que se consideram os filósofos jônicos como os primeiros geógrafos científicos.

Nessa época, o esforço principal consiste em compilar materiais geográficos: sobre povos e países, imprimindo apenas certo impulso à geografia descritiva. As conquistas de Alexandre e dos Romanos deram grande alento a essa orientação. Mas durante vários séculos a geografia aparecerá, na antiguidade, como tributária de outras ciências, de cujos progressos foi retirando, pouco a pouco, os dados que abriram as portas do mundo, séculos após, ao ciclo das grandes viagens marítimas.

A Idade Média é para a geografia, como para a maior parte das ciências, um período de eclipse ou mesmo de recuo. Ela é marcada, como ressalta E. MARTONNE, sobretudo, por uma decadência completa da geografia geral.

Os árabes, como infatigáveis navegantes, é que prosseguem nos

estudos geográficos, preparando, de preferência no campo da cartografia, precioso material que será mais tarde de grande utilidade à escola de Sagres.

A renascença marca para a geografia, como para quase todos os ramos do saber humano, uma época de renovação e de atividades febris. Houve — diz HUGON — no início dessa época a ressurreição do espírito antigo e, fecundado por ele, um maravilhoso renascimento da civilização. “Esse movimento não se restringe à magnífica floração de arte, quando ressoam os nomes imortais dos Leonardos da Vinci, dos Migueis Angelos, dos Rafaéis, dos Ticianos”.

O pensamento torna-se leigo. São palavras ainda de PAUL HUGON: “Esta evolução, que se inicia com Petrarca, na Itália, no século XIV, prossegue com Erasmo, o grande humanista do fim do século XV; no começo do século XVI se espalha por todo mundo, graças a Rabelais.

“Há, por outro lado, o retôrno aos métodos de observação e experiência que permitirão o despertar da ciência moderna. O espírito humano é levado a estudar as ciências terrestres. O estudo científico substitui a tradição; a noção do processo se inculca; a estagnação da Idade Média dá lugar à dinâmica dos tempos modernos”.

É a época das grandes viagens, que revelam mundos ignotos, e das extraordinárias descobertas científicas que dão novas bases a todos os ramos do conhecimento humano. Três grandes fatos marcam esse momento único na história universal: — o alargamento prodigioso dos horizontes geográficos; — o notável desenvolvimento da cartografia; — o progresso das ciências físicas, auxiliares da geografia.

As grandes descobertas marítimas fazem recuar os limites do mundo, juntando-se às transformações de ordem intelectual e política que assinalam o advento dos Tempos Modernos.

A história reservou à nobre e imortal nação portuguesa a maior parcela na gloriosa epopéia que deu ao homem o domínio sobre a natureza, só superado agora na tentativa de romper as barreiras do universo.

“O progresso”, registra HUGO, “se encadeia de geração a geração, cada século depende dos que o precederam. “As descobertas se multiplicam; são datas que todos conhecem e que vibram como um canto de epopéia: 1487, Bartolomeu Dias alcança o cabo das Tormentas; 1492, Colombo desembarca em Guanahani; sete anos mais tarde VASCO DA GAMA atinge as Índias, e Albuquerque funda aí um Império Lusitano; 1500 Cabral desembarca no Brasil; 1514, Magalhães faz, pela primeira vez, a volta ao mundo, terminada pelo seu lugar-tenente Sebastião del Cano. 1519-1521, Cortez conquista o México; 1531, Pizarro toma o trono dos Incas e as riquezas das cordilheiras. Em 1534, Jacques Cartier entrou na embocadura de Santit Lourent e plantou uma cruz de madeira na rocha de Gaspé.

"Essa grande aventura de mil epopéias seria digna de inspirar um Homero e encontra seus aspectos grandiosos e trágicos na pena de um Camões. Foi a grande aventura que esgotou os povos que a viveram; esgotou-os, pois se deram corpo e alma à conquista dum império que era vasto demais para perdurar".

A nação portuguesa atingiu o ápice de sua história na sequência dos grandes descobrimentos. O espírito indomável do lusitano a insurgir em cada episódio durante o ciclo das viagens marítimas garantiu a expansão dos domínios de Portugal nas terras pagãs da África, América e Ásia. Obstinaram-se os portugueses nessa missão de paladinos da fé, enfrentando, em toda parte, a resistência tenaz do silvícola herético e da natureza multifária dos novos mundos descobertos.

Esse esforço extraordinário assume maior proporção ao recordarmos que a população de Portugal, no início do século XVI, era pouco superior a um milhão de habitantes, distribuídos pelas principais cidades como Lisboa, Évora, Elvas, Setubal e Portalegre. Com tão reduzido contingente demográfico, Portugal devia fazer face aos pesados encargos no território metropolitano, na América, na Ásia e na África.

Afonso Arinos de Melo Franco, na obra primorosa que é o "Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil", escreve que "além destas pequenas zonas fortemente povoadas o resto do país era a mata e o brejo, paraíso venatório para os poderosos senhores, mas regiões inseguras para o povo, que por isso mesmo as deixava desertas. "Adeias e desertos" chamou o cronista Rui de Pina à sua pátria. As diferenciações locais, tão sensíveis em países como a França, a Alemanha e a Itália, eram muito insignificantes em Portugal, por causa mesmo da exiguidade e da concentração das populações".

"Com D. Manoel", escreveu Ameal, "atingimos a culminância. O império adquire enorme amplitude: quase toda a costa africana, a costa asiática entre Ormuz e Macau, a maior parte da costa americana do sul e inúmeras ilhas pelos mares longínquos estão sob o domínio da nossa bandeira, abertas à ação e ao tráfico das nossas armadas. "A sustentar todo esse império monstruoso na posse de Portugal" — observa Alfredo Pimenta — "um punhado de homens apenas, que tinham de se repartir pela Agricultura, no continente europeu, pela Navegação, pela Guerra e pelo Comércio, em toda a extensão do Império". Claro que a manutenção de tão desmedido esforço é, praticamente, impossível. Avizinha-se o declínio — pelo inevitável jôgo das forças históricas".

Com o descobrimento do Brasil inicia-se o terceiro ciclo das grandes descobertas marítimas de Portugal, de acordo com o historiador Oliveira Martins. Para as novas terras não podia o Reino desviar colonos, uma vez que aqui nada encontravam os argutos explo-

radores das primeiras expedições. Nesse imenso mundo desconhecido, o pau-brasil era uma riqueza modesta, cuja exploração a metrópole entregou aos cristãos novos. Daí ter acentuado com justeza Oliveira Martins que do "Brasil, apenas descoberto, ninguém cura: são demais as terras para tão pouca gente, e o minotauro da Índia devora tôdas as fôrças e absorve tôdas as cobiças".

Essa época, denominada por Capistrano de Abreu de período pré-colonial, teve pouca duração porque os insucessos no Oriente e os francêses, ensaiando em ultra-mar a construção de um vasto império, obrigaram Portugal a olhar com mais zelo e carinho pelas terras brasileiras.

Vai assim, começar a História do Brasil, que é tôda a história admirável de seu povoamento, das lutas desencadeadas para conquistar suas riquezas, dominar seu espaço físico, levando-o muito além das estipulações diplomáticas, e não o registro de datas e nomes, dados inexpressivos em si mesmos e meros elementos subsidiários para seu estudo e interpretação.

Sòmente após a primeira metade do século XVI é que se implanta definitivamente a colonização portuguesa no Brasil, superando a vontade onívota dos lusitanos todos os obstáculos que foram opostos pela natureza exótica dos trópicos, pelos indígenas frequentemente açulados pelo competidor estrangeiro e, mais tarde, no Rio de Janeiro e na Amazônia, pelas tentativas francêsas de arrebatrar largos trechos do território brasileiro.

Para o norte, a conquista da costa leste-oeste levou os portugueses, após árdua e gloriosa campanha contra os francêses do Maranhão, à fundação desta cidade, a 12 de janeiro de 1616. A presença de Portugal na foz do grande rio, no início do século XVII, constitui fato de transcendental importância porque levaria, em breve, o domínio lusitano à vasta área amazônica, devassada, palmilhada e balizada pela bravura inexcedível de Pedro Teixeira.

O processo histórico da conquista da Amazônia ainda não se encerrou. Há 144 anos recebemos com o legado da nossa independência política esta área imensa que devemos preservar, povoar, desenvolver e incorporar definitivamente à comunhão nacional, para que interesses alienígenas, de qualquer natureza ou sob qualquer fundamento — militar ou político, isolado ou sob patrocínio de entidade internacional — não venha mais tarde atentar contra a unidade brasileira.

A população do mundo aumenta de maneira vertiginosa e dentro de um século terá superado, se não sofrerem alteração os índices atuais de crescimento demográfico, a 15 bilhões de habitantes. Os cálculos de especialistas autorizados admitem ainda que a população do globo, em pouco mais de um século, se estabilizará em torno de 20 ou 25 bilhões de habitantes. E para os que apontam a solução da

"paz através do bem-estar", a existência de uma área imensa como a amazônica, possível celeiro de inesgotável riqueza, deverá ficar condicionada à real possibilidade de sua utilização e exploração econômica em benefício da humanidade.

"A multidão segue sempre; nunca precede", sintetizou Maquiavel. É, pois, tarefa cívica da mais alta importância atribuída às nossas elites indicar ao povo brasileiro o meio certo de preservar a Amazônia contra toda e qualquer tentativa de espoliação.

Cabe aos brasileiros completar a obra gigantesca que foi corajosamente iniciada há 350 anos pelos portugueses, cuja grande Nação deve ser intimamente associada a estes festejos. Este é o grande desafio lançado ao Brasil; esta deve ser a tônica das comemorações do 350.º aniversário da fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará.

Cidade portuguesa e brasileira, edificada sob a linha equatorial, no pórtico desta imensa planície que nos liga a vários países da América do Sul. Cidade diferente pelas suas características bizarras de outras que se espalham pelo Brasil e que inspirou o grande poeta Manoel Bandeira, bela e sonora canção com a qual saudamos também esta data memorável:

Bembelelém
 Viva Belém!
 Belém do Pará, pórtico moderno integrado na equatorial
 Beleza eterna da paisagem
 Bembelelém
 Viva Belém!
 Cidade pomar
 (obrigou a classificar um novo tipo de delinquente o apreizador de Mangueiras).
 Bembelelém
 Viva Belém!
 Belém do Pará onde as avenidas se chamam estradas:
 Estrada de São Jerônimo
 Estrada de Nazaré
 Onde a banal avenida Marechal Deodoro da Fonseca
 De todas as cidades do Brasil
 Se chama liricamente
 Brasileiramente
 Estrada do Generalíssimo Deodoro
 Bembelelém
 Viva Belém!
 Nortista gostosa
 Eu te quero bem.

Terra da Castanha
Terra da Borracha
Terra do Biribá, Bacuri, Sapoti
Terra cheia de fala de nome indígena
Que a gente não sabe se é fruta, pé de pau
Ou ave de plumagem bonita.

Nortista gostosa
Eu te quero bem
Me obrigará a novas saudades
Nunca mais me esquecerei do teu Largo da Sé
Com a fé maciça das tuas igrejas barrocas
Tão bonitinhas.

Nunca mais me esquecerei
Das velas encarnadas,
Verdes,
Azuis
Da Doca do Ver-o-Pêso,
Nunca mais.
E foi pra me consolar mais tarde
Que inventei esta cantiga.
Bembelelém
Viva Belém!
Nortista gostosa
Eu te quero bem.

TRANSCRIÇÃO DE ATA — ELEIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLÉIA GERAL — PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS NA DIRETORIA E NAS COMISSÕES DE ADMISSÃO DE SÓCIOS E DE FUNDOS E ORÇAMENTOS — DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO — PATRONOS DO INSTITUTO — ADMISSÃO DE SÓCIOS

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, em sua sede social, à Praça D. Pedro II n.º 62, antigo solar do Visconde de Arari e Barão de Guajará, reuniu-se a Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, extraordinariamente, conforme edital de convocação publicado em dois órgãos da imprensa desta cidade (Folha do Norte e A Província do Pará), com a finalidade de eleger a mesa de Assembléia Geral, preencher cargos vagos na Diretoria e nas Comissões de Admissão de Sócio e de Fundos e Orçamento e discutir e aprovar o projeto do Regimento Interno e o que ocorrer. Compareceram e assinaram o livro de presença os seguintes consócios: Ernesto Cruz, Aláudio Melo, José Sampaio de Campos Ribeiro, Vítor Tamer, Arlindo Miranda, Osvaldo Vale, Luiz Araújo, José Marcos dos Santos e Orlando de Moraes Régo. Deixaram de comparecer com justificativa por escrito os consócios Luís Faria e Cândido Rocha. Foi lido o expediente, que constou do seguinte: Ofício de 20 de outubro de 1964, de Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, de São Paulo, solicitando os nomes e endereços dos membros deste Instituto, a fim de remeter-lhes uma publicação de caráter histórico. Despacho: "A Secretária para atender". Ofício 1176/64, de 18 de dezembro de 1964, do Vice-Diretor no exercício da Diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Pará, solicitando ao Instituto prestigiar a exposição de material cartográfico a ser promovida pela Cadeira de Cartografia daquela Faculdade em janeiro de 1965. Despacho: "A Biblioteca e Arquivo Público, da qual é Diretor o Presidente deste Instituto, pôs à disposição da referida Faculdade, os seus salões. A Secretária para arquivar". Ofício de 7 de janeiro de 1965 do Professor Dr. José da Silveira Neto, Magnífico Reitor da Universidade do Pará, comunicando haver recebido o ofício nr 25-Sec, de 31 de dezembro de 1964, deste Instituto, no qual lhe fôra comunicado haver-lhe sido

concedido o título de Sócio Benemérito deste silogeu e agradecendo a concessão da aludida benemerência. Despacho: "Arquive-se". Ofício de 8 de janeiro de 1965 da Agência local do Banco do Brasil, comunicando, em atendimento à solicitação anterior deste Instituto, não haver aquela casa de crédito recebido até a data mencionada, qualquer ordem de pagamento a favor deste cenáculo. Despacho: "Arquive-se". Ofício de 29 de janeiro de 1965, do Conselho da Comunidade Portuguesa do Pará, comunicando a eleição e posse de seus novos Corpos Administrativos para o período de 1965/1966. Despacho: "Agradeça-se e arquive-se". Cópia do Ofício nr 3-Sec, de 15 de fevereiro de 1965, da Presidência deste Instituto, remetendo ao Magnífico Reitor da Universidade do Pará, nosso consócio Benemérito, um exemplar do "Jornal do Dia", diário desta Capital, edição daquela data, no qual foi publicada uma reportagem sobre este sodalício, destacando o noticiário, com oportunidade e justiça, o auxílio que a referida Universidade vem prestando a este silogeu, por intermédio de sua Reitoria. Ofício nr 51 de 9 de fevereiro de 1965, do 1.º Secretário da Associação Fluminense de jornalistas, apresentando o Capitão do Exército e associado daquela entidade Hugo de Abreu Lisboa, escritor e futuro Diretor Cultural da Associação em causa. Despacho: "A Secretaria para agradecer e arquivar". Ofício nr 150, de 29 de janeiro de 1965, da Diretoria Executiva da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), solicitando o preenchimento e remessa de um formulário referente ao trabalho de levantamento das instituições de pesquisas e cursos de pós-graduação do país. Despacho: "A Secretaria para preencher o formulário e remeter". A seguir, pelo 1.º Secretário da Diretoria foi lida a ata da sessão anterior de Assembléia Geral, referente à discussão e aprovação do projeto do novo Estatuto deste silogeu, a qual foi aprovada, com o adendo do consócio Luiz Araújo, no sentido de que o inteiro teor do novo Estatuto seja transcrito em seguimento à referida ata. Ainda com a palavra, o Dr. Luiz Araújo fez referências elogiosas alusivas à conservação do edifício deste Instituto, congratulando-se com a Presidência pelas obras que estão sendo executadas. Após ter sido lido pelo Sr. Presidente o edital que motivou a presente reunião, realizada conforme estabelece o Art. 68, combinado com o parágrafo 3.º do Art 26 e Art 27 do Estatuto vigente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão momentaneamente, a fim de serem confeccionadas as chapas para os aludidos cargos. Reaberta a sessão minutos após, foi designada a Comissão constituída dos consócios José Marcos dos Santos e Osvaldo de Souza Vale, para servirem de escrutinadores. A seguir foram chamados para votar, observando-se no livro de frequência, os sócios presentes, os quais, individualmente, passaram a depositar na urna previamente examinada, as cédulas correspondentes às

respectivas funções. Tendo sido verificado, posteriormente, que os números das aludidas cédulas coincidiram com os números dos votantes, foi procedida a apuração, a qual apresentou o seguinte resultado: Para a mesa da Assembléa Geral — Presidente: Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro, 9 votos; Vice-Presidente: Dra. Maria Anunciada Ramos Chaves, 9 votos; 1.º Secretário: Dr. Vítor Tamer, 9 votos e 2.º Secretário: Dr. Luís Faria, 9 votos. Para Diretor do museu: Dr. Arthur Napoleão de Figueiredo, 9 votos. Para a Comissão de Admissão de Sócios: Dr. Otávio Mendonça, 9 votos. Para a Comissão de Fundos e Orçamento: Dr. Sílvio Meira, 8 votos e Dr. José Marcos dos Santos, 1 voto. Após haver o plenário, em face da solicitação do Sr. Presidente, se manifestado a respeito da posse dos eleitos, foram os mesmos proclamados empossados pelo Sr. Presidente, devendo a posse em causa ser confirmada por ocasião da próxima sessão de Assembléa Geral, quando todos os eleitos deverão estar presentes. Seguiu-se uma salva de palmas. A Secretaria da Diretoria ficou de officiar a respeito, aos recém-eleitos por determinação do Sr. Presidente. O 1.º Secretário da Diretoria procedeu a leitura, na íntegra, do projeto do Regimento Interno, contendo 29 artigos, elaborado pela Comissão anteriormente constituída dos consócios Aláudio Melo e Vítor Tamer, cujo trabalho, posto em discussão pelo Sr. Presidente, foi devidamente aprovado pelo plenário, inclusive a relação a que se refere o Art 29, contendo os nomes dos 40 Patronos das Cadeiras a serem ocupadas pelos senhores consócios, de acôrdo com o parágrafo 2.º do Art. 4.º do Estatuto, sendo os seguintes os Patronos em causa: Alberto Rangel, Alexandre Rodrigues Ferreira, Alfredo Ladislau, André Pereira, Antônio Ladislau Monteiro Baena, Dom Antônio de Macêdo Costa, Padre Antônio Vieira, Arthur Otávio Nobre Viana, Arthur Teódulo dos Santos Porto, Aureliano Cândido Tavares Bastos, Bento de Figueiredo Ferreira Aranha, Bernardo Pereira de Berredo, Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), Domingos Soares Ferreira Pena, Emílio Goeldi, Euclides da Cunha, Francisco Ferreira de Vilhena Alves, Frederico Barata, Henrique Américo Santa Rosa, Henrique Jorge Hurley, Inácio Batista de Moura, Jacques Huber, João Lúcio de Azevedo, João de Palma Muniz, José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó), José Veríssimo Dias de Matos, José Olinto Barroso Rebelo, Lauro Nina Sodré e Silva, Luiz Lobo, Manoel Barata, Manoel Braga Ribeiro, Misaél Corrêa Seixas, Paul Le Cointe, Paulo Eleutério Sênior, Raimundo Avertano Barreto da Rocha, Raimundo Ciríaco Alves da Cunha, Raimundo Moraes, Dom Romualdo Antônio de Seixas, Teodoro Braga e Tito Franco de Almeida. O consócio Osvaldo Vale ofereceu ao Instituto um exemplar da Revista intitulada "Seleções Brasileiras" — nr 4 — Out 53, editada no Rio de Janeiro, na qual há a transcrição de um trabalho de sua au-

toria denominado: "O Passado e o Presente Moram Juntos", verdadeiro hino de exaltação ao nosso Instituto, merecendo êsse seu gesto calorosos agradecimentos da Presidência. O Sr. Presidente comunicou ter estado na SPVEA e mantido conversação com o Chefe de Gabinete dessa autarquia, Dr. Carlos Pedrosa, autor de várias obras de natureza histórica e geográfica, o qual deverá promover junto ao Superintendente daquele Órgão, ajuda financeira, com possível brevidade. Contendo o parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios proferido na proposta devidamente preenchida, apresentada pelos consócios Aláudio Melo e Arlindo Miranda, o plenário unânime aceitou a admissão, como sócio efetivo dêste Instituto, do Dr. Aloysio da Costa Chaves. Mediante proposição verbal do Sr. Presidente, aceita por unanimidade, o plenário concedeu ao Dr. Carlos Pedrosa, o título de sócio correspondente dêste Instituto, na Guanabara. A Secretaria ficou de cientificar aos mencionados cidadãos aquelas resoluções. O Sr. Presidente encaminhou ao Tesoureiro a quantia de Cr\$ 1.000 que lhe entregara a nossa consócia honorária, professora Graziela Moura Ribeiro, como sua habitual e espontânea contribuição ao Instituto. Disse ainda o Sr. Presidente ter estado na sede da Universidade do Pará, onde fôra sabedor da existência, nesse órgão, de verba destinada a esta instituição cultural. Esclareceu existir no Ministério da Educação a verba de Cr\$ 800,00 destinada a êste sílogeu e que o Sr. Governador dêste Estado, por intermédio do líder do Governo na Assembléa Legislativa Estadual, irá apresentar um projeto de lei concedendo a êste Instituto a verba de Cr\$ 500.000. Informou ainda que os deputados paraenses na Câmara Federal, Armando Corrêa, Waldemar Guimarães e Lopo de Castro, ficaram de apresentar um projeto de lei referente à verba de Cr\$ 5.000.000 destinada a êste Instituto, visando os festejos comemorativos dos 350 anos da fundação de Belém, a 12 de janeiro de 1966, quando o Instituto promoverá com solenidade, uma espécie de Congresso de História da Amazônia, do qual deverão participar, dentre outras figuras de projeção intelectual, os Presidentes dos Institutos Históricos do Maranhão, do Amazonas e possivelmente, de outros Estados brasileiros. Tendo em vista êsse magno assunto, o Sr. Presidente designou a Comissão constituída dos consócios Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da mesa da Assembléa Geral, Dr. Osvaldo Vale e Dr. Luiz Araújo, com o objetivo de elaborar, e apresentar um relatório de história para efeito de estudo e debate, nas reuniões a serem efetuadas comemorativas da aludida fundação. Informou ainda o Sr. Presidente ter estado com o Sr. Prefeito Municipal de Belém, em conversa com o qual ficou resolvida a futura designação de uma grande Comissão a ser presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade do Pará, para elaborar o grande programa dos festejos acima men-

cionados. O consócio Luiz Araújo apresentou a proposição, aceita unânimemente, no sentido do Instituto oficial à Universidade do Pará, congratulando-se pela importante promoção alusiva às conferências recentemente pronunciadas nesta Capital pelo Professor Guy de Holanda. Antes de encerrar a sessão, às 20,30 horas (oficiais), o Sr. Presidente agradeceu a presença do Dr. Osvaldo Vale, antigo sócio efetivo do Instituto, atualmente em Belém como Inspetor da Alfândega; agradeceu, outrossim, a presença dos demais consócios. E, para constar eu, Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, lavei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será aprovada e assinada pelo Sr. Presidente. — Aprovada em sessão de 2 de maio de 1965 (a) Ernesto Cruz, Presidente.

CULTO AO HEROISMO

Aláudio de Oliveira Melo

Aquêles que se interessam pelos estudos históricos não ignoram o lance de heroísmo ocorrido no ano 80 A. C., durante a segunda guerra greco-pérsia, quando Leônidas I e 300 denodados espartanos, na tentativa alucinante de impedir o avanço das hostes de Xerxes, Rei da Pérsia, lutaram tenazmente contra milhares de soldados inimigos nas Termópilas, desfiladeiros que uniam a Thessália à Beócia.

Nessa luta desigual ficou patenteada a bravura incomensurável do Rei de Esparta e de seus companheiros, os quais, antes de partirem para o local do encontro sanguinolento, celebraram as pompas fúnebres de seu sacrifício, certos de que a ação meritória que iriam perpetuar repercutiria por todos os recantos de seu país, cuja integridade periclitava.

Em meio ao perigo — refere Plutarco — à imposição de Xerxes contida na carta lacônica "entrega as armas!", Leônidas, escudado na audácia que o caracterizava, imediatamente respondeu, escrevendo em seguida àquelas palavras a frase incisiva "vem buscá-las!".

O combate desproporcional, ao romper do dia, demonstrou o espírito de sacrifício do imortal espartano, em face de cujo supremo heroísmo — revela Herodoto — os seus pósteros fizeram esculpir nos rochedos onde se exemplificara o desprendimento pela vida em holocausto à soberania da Pátria, a legendária expressão composta pelo poeta Sismônides: "Viandante, vai dizer aos lacedemônios que morremos aqui, em obediência às suas leis!"

Relembrando, em rápidas pinceladas, essa dignificante lição de patriotismo gravada nos anais da história universal, revigora-nos o coração de brasileiro a inapagável recordação do feito grandioso de 7 de fevereiro de 1633, nos entrechoques de que participaram brasileiros e holandeses durante a campanha cruenta e prolongada que esses dois povos travaram na primeira metade do século XVII.

Mantidas as devidas proporções, a grandiosidade de Leônidas com os seus 300 espartanos enfrentando milhares de soldados persas, encontra similitude em nossa Pátria com o procedimento varonil

do Capitão Pedro de Albuquerque, ao enfrentar desassombradamente 600 holandeses chefiados pelo oficial alemão Segismundt Von Schkoppe na sua investida contra o forte do rio Formoso, guarnecido apenas por duas pequenas peças de ferro e 20 brasileiros.

O valor da resistência de nossos patrícios se consumou na repressão aos quatro sucessivos ataques do inimigo.

Dos obstinados e intransigentes propugnadores da ação defensiva, apenas Jerônimo de Albuquerque conseguiu escapar à truculência dos invasores, fugindo a nado, depois de haver recebido três ferimentos.

Ao término de várias investidas, quando os batavos conseguiram penetrar no reduto defendido com tanta bravura, depararam um quadro estarrecedor, empolgante pela intensidade do realismo presenciado, comovente pelo exemplo de dignidade assistido: dos 20 combatentes brasileiros, 19 haviam tombado no estrito cumprimento do dever militar, vinculando-se à morte num arrebatamento de volúpia guerreira; o inclito Pedro de Albuquerque — pernambucano de tempera forjada nos moldes do aço toledano — encontrava-se semi-morto entre os seus companheiros de luta.

Os flamengos, ao ocuparem o baluarte defendido a péso de sangue, depois de haverem perdido 80 homens, reconhecendo o valor de um herói de estirpe, renderam-lhe o tributo de sua homenagem limpando-lhe as feridas gloriosas — medalhas vivas conquistadas no ardor da peleja — ainda quentes e ruborejantes ante o fragor da contenda.

Ressalta o Barão do Rio Branco nas suas apreciadas "Efemérides Brasileiras" que, os holandeses conduziram o intrépido pernambucano a Recife, de onde o transportaram às Antilhas, após a conclusão de seu restabelecimento, sob a promessa de não mais empunhar armas contra a Holanda.

O preclaro brasileiro, contudo, voltou à sua terra em 1640, para trabalhar em prol da cessação do domínio espanhol sobre Portugal, ocorrida no mesmo ano.

Evidenciando a amplitude da luta travada no rio Formoso, Rocha Pombo considera o ataque àquela pléiade homogênea na intrepidez, na renúncia e na abnegação, simultânea com a defesa mantida a todo transe, "um dos episódios mais épicos daquelas guerras, e na nossa história ficou como uma grande legenda entre as muitas que glorificam o heroísmo dos pernambucanos".

Voltando ao Brasil e não tendo podido desembarcar em São Luiz, ainda ocupada pelos holandeses, veio Pedro de Albuquerque ao Pará, aqui tomando posse no cargo de Governador Geral das Capitânicas do Maranhão e Grão-Pará a 13 de julho de 1643, para o qual

fôra nomeado a 4 de setembro de 1642, como reconhecimento à sua dedicação pela causa da restauração de Portugal.

Falecido no Pará a 6 de fevereiro de 1644, depois de haver exercido a mencionada função durante apenas seis meses e vinte e quatro dias, seus restos mortais foram sepultados na igreja de Nossa Senhora do Carmo, em cujo adro, a 6 de março de 1940, foi colocada uma lápide por iniciativa do Prefeito Abelardo Conduru, como homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do qual era presidente, e Instituto Arqueológico de Pernambuco, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Belém, ao "herói insigne da resistência do rio Formoso, em defesa da fé e da integridade do Brasil". Dessa forma, honra-se a terra belemense em possuir como relíquia veneranda, acondicionadas no "laboratório da re-fusão", no dizer do autor da "Filosofia da Vida", as cinzas do "Leônidas Brasileiro", título que a posteridade consagrou a um homem que soubera dar interpretação positiva e verdadeira ao arraigado sentimento nativista.

E a nossa querida Cidade Velha — repositório de recordações inesquecíveis da atuação do passado no rincão setentrional, donde surgiram os fundamentos da capital da Província — ostenta, numa de suas ruas — a antiga Travessa de Cintra — o nome do valoroso batalhador, glorificado entre os seus concidadãos.

Segundo Will Durant, "a felicidade exige ação, e dentro da passividade nenhum prazer perdura: a melhor vida é a mais variada, mais alternada de pensamento e atividade, de aventura e contemplação, de responsabilidade e perigo. A vida é o que dela fazemos: se nos parece indigna, talvez seja nossa a culpa; se nos parece louca e sem significação, talvez disso tenha culpa a nossa filosofia".

Não obstante a vida do pensamento, o movimento da inteligência e a gênese das idéias que se deparam nas várias conferências proferidas por Carlyle em 1804, enfileiradas no livro intitulado "Os Heróis", escrito num empolgante ritmo de beleza de imagens e perfeições estilísticas, o eminente pensador escocês, analisando a figura extraordinária do herói sob vários aspectos, isto é, como divindade, como profeta, como sacerdote, como literato e como estadista, deixou de incluir nesse conjunto o herói como guerreiro, como autêntico e bravo campeador, combatendo em prol de um ideal justo, de arma na mão, enfrentando o inimigo e desprezando a morte.

Leônidas I, de Esparta e Pedro de Albuquerque, o "Leônidas Brasileiro", não figuram nas telas literárias dos personagens carlyleanos; seus nomes, entretanto, ultrapassando as fronteiras do heroísmo, ocupam lugar destacado e merecido na galeria dos super-homens e no bronze eloquente da História, integrados na frase lapidária de Frei Caneca, herói da Confederação do Equador, sacrificado pelo seu idealismo: "A vida do Patriota, não pode o Tempo acabar!"



Da esquerda para a direita : consócios Dr. Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente do Instituto; Dr. Augusto Ebremer de Bastos Meira, Dr. José Marcos dos Santos, Dr. Sílvio Augusto de Bastos Meira, Acadêmicos Georgenor de Souza Franco e Cândido Marinho da Rocha, presentes à sessão solene efetuada dia 2-5-867, comemorativa do 67.º aniversário de fundação do Instituto.

TRANSCRIÇÃO DE ATA — COMEMORAÇÃO DO 65.º ANIVERSÁRIO
DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO — DISCURSO DO CONSÓCIO RAY-
MUNDO DE SOUZA MOURA — POSSE DOS INTEGRANTES DA ME-
SA DA ASSEMBLÉIA GERAL E DA DIRETORIA — ENTREGA DE
DIPLOMAS DE SÓCIOS EFETIVOS, BENEMÉRITO
E CORRESPONDENTES

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, em sua sede social à Praça D. Pedro II, nr 62, antigo solar do Visconde de Arari e Barão de Guajará, reuniu-se a Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em sessão solene, conforme edital de convocação publicado em dois órgãos da imprensa desta cidade ("Folha do Norte" e "A Província do Pará"), com a finalidade de comemorar o 65.º aniversário de sua fundação, dar posse a quatro membros integrantes da Mesa da Assembléia Geral, fazer a entrega de Diplomas de sócio benemérito, sócios efetivos, sócio correspondente, dar posse ao Diretor do Museu e o que ocorrer. A referida sessão antecipou-se para esse dia em virtude de haver sido deliberado deixar a data de 3 para as festas da Academia Paraense de Letras, que comemoraria igual tempo de instalação. Compareceram e assinaram o livro de presença os seguintes consócios: Ernesto Cruz, Aláudio Melo, João Rodrigues Viana, Arthur Napoleão Figueiredo, Cândido Marinho da Rocha, Georgenor Franco, José Marcos dos Santos, Maria Anunciada Chaves, Luís Mota Araújo, Abelardo Conduru, Waldir Acatauassu Nunes, Armando Serra de Menezes, Otávio Mendonça, Sílvio Meira, Vítor Tamer, Raimundo de Sousa Moura e Aloísio da Costa Chaves. Abriu a sessão o presidente Ernesto Cruz que após compôr a mesa com as autoridades presentes, explicou com palavras alusivas ao ato da finalidade da reunião, seguindo-se a posse dos quatro integrantes da mesa da Assembléia Geral eleitos: Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro, presidente; Dra. Maria Anunciada Chaves, Vice-Presidente; Dr. Vítor Tamer, 1.º Secretário e Dr. Luís Ercílio do Carmo Faria, 2.º Secretário. A seguir, a sessão passou a ser dirigida pela Dra. Anunciada Chaves, vice-presidente da mesa da Assembléia Geral, na ausência do respectivo titular, Dr. De Campos Ribeiro. Prosseguindo os trabalhos, o 1.º Secretário, Dr. Vítor Ta-

mer, fez a leitura da ata anterior, sendo aprovada e leu depois as efemérides do dia. O Dr. Arthur Napoleão Figueiredo é empossado Diretor do Museu. O novo consócio, Dr. Aloysio da Costa Chaves, tomou posse como sócio efetivo deste Instituto, prestando o juramento de praxe, tendo a seguir ocupado a tribuna para agradecer a inclusão de seu nome entre os sócios efetivos desta Casa onde ocupará a cadeira que tem como patrono o historiador e geógrafo Antônio Ladislau Monteiro Baena. Falando a respeito do seu ingresso neste Instituto declarou o Dr. Aloysio Chaves: "Não proclamo ingressar na vossa companhia como um estranho que recebe imerecida distinção, porque admitir tal fato seria atribuir-vos julgamento leviano na escolha dos que devem compôr este eminente sodalício". E mais adiante: "Incorporo-me à vossa ilustre companhia após mais de vinte e cinco anos de persistentes estudos ligados diretamente à Geografia e à História de nossa Pátria, predileção que se afirmou em meu espírito quando ainda frequentava o velho casarão do Colégio Paes de Carvalho, em cujo corpo docente ingressei antes de concluir o curso de bacharelado na nossa tradicional e benemérita Faculdade de Direito". Referindo-se à figura do patrono da cadeira nr 5, o ilustre consócio recém-empossado afirmou: "Antônio Ladislau Monteiro Baena é uma das mais difíceis figuras de interpretar, pois enfrentou durante sua apreciável existência duas gravíssimas crises por que passou a nossa antiga Província: a luta pela Independência política e o conflito fratricida da cabanagem. Hoje, porém, podemos fazer um julgamento imparcial e definitivo a respeito de Antônio Ladislau Monteiro Baena. A perspectiva histórica, as paixões sopitadas, os subsídios recolhidos pelos pesquisadores, a análise sócio-histórica desse conturbado período, permitem-nos ajulzar definitivamente sobre esse vulto singular da nossa história". Após lembrar que os trabalhos de Monteiro Baena se consagraram também fora deste Estado, assim concluiu o Dr. Aloysio Chaves a sua aplaudida oração: "Nessa missão sou hoje, por benevolência vossa, o mais novo e o mais humilde dos obreiros, que conta com o estímulo de vossa amizade e com a emulação do vosso saber para cooperar na realização dessa obra comum em favor do engrandecimento cultural de nossa terra". Procede-se depois a entrega dos seguintes diplomas: de Sócio Benemérito, ao Dr. José da Silveira Neto, recebido pelo Dr. Alfredo Barroso Rebelo, na ausência daquele consócio; de Sócios Efetivos, aos Drs. Otávio Mendonça, Sílvio Meira, Vítor Tamer e Aloysio Chaves; e de Sócio Correspondente, ao Dr. Carlos Pedrosa. O discurso oficial da solenidade é proferido pelo consócio Dr. Raimundo de Sousa Moura, que desta maneira iniciou a sua oração: "Aceitando o convite de Ernesto Cruz para falar-vos na data presente, cumpro um dever duas vezes agradável para mim: colaborar com a ação efficientíssima do

amigo ilustre, na presidência desta Casa e contribuir, de alguma forma, para que se destaquem no apreço de todos, os fins da Instituição". O Dr. Raimundo Moura, em seu substancioso discurso, lembrou que a própria vida deste Instituto, nestes 65 anos de sua história diz bem da própria perspectiva do nosso século, pois que a trajetória de um e de outro coincidiram no mesmo ponto de partida". Estendendo-se em considerações eruditas sobre o homem através dos séculos até situar o poder a que chegou a mente humana neste Século XX, assim se expressou o Dr. Raimundo Moura, em certa altura de sua oração: "O homem cessa de ser na Terra uma faixa que tomou por acaso. É, ao contrário, a flama que nutre súbitamente a Terra de uma fermentação do Universo. A força de razão humana, atingiu nas últimas décadas a uma expansão criadora como em nenhuma outra fase da História da Civilização". Passando à finalidade de um Instituto de História o orador oficial da solenidade acrescentou: "Num Instituto consagrado ao Estudo da História cabe-nos uma preocupação que é defini-la. Lembro a esse propósito a minha primeira aula com o Prof. Josino Viana, no então Ginásio Paes de Carvalho, quando ele de pé, abrindo o curso, ensinou: "História é o relato de vida dos povos civilizados; os povos selvagens não têm história". Sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o Dr. Sousa Moura rememorou os historiadores paraenses, que passaram por esta casa, para assim concluir a sua magnífica oração: "Como cumpriu a sua missão o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, nestes 65 anos? o seu principal título de honra por ter sobrevivido, diante de tantos fatores adversos, que são notórios. Entretanto, aí estão temas amazônicos em suas revistas, que mostram obra discreta e intrépida. "Desde 1963, Ernesto Cruz assumiu a direção desta Casa, tendo encontrado o solar abandonado e em ruína. A ação que desenvolveu, infatigavelmente, importou numa ressurreição moral e material. Auxiliou-o nesta altura a Universidade do Pará. "No dia 3 de maio de 1900, o Dr. José Olinto Barroso Rebelo, como orador oficial da sessão de instalação do Instituto, dizia que este "era pequeno para a sua imensa tarefa" e por isso suplicando aos homens públicos ali presentes a simpatia, a ajuda, o prestígio. Continua atual e veemente o apelo, em nome de um trabalho que não foi perdido, e de um ideal que se prende, em última análise, à própria integridade de nossa cultura". Antes de encerrar a sessão o Dr. Barroso Rebelo, em breves palavras, agradeceu a homenagem prestada pelo Instituto ao Magnífico Reitor da Universidade do Pará, homenagem aliás justa, pelo muito que o Dr. Silveira Neto tem feito em favor deste silogeu. E para constar eu, Vítor Tamer, 1.º Secretário da Assembléia Geral, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, será aprovada e assinada pelo Sr. Presidente. Aprovada em sessão de 23 de abril de 1966. (aa) Vítor Tamer, Luís Faria e Aláudio Melo.

**DISCURSO DE POSSE DO CONSÓCIO DR. AUGUSTO EBREMAR
DE BASTOS MEIRA**

Dia 8 de maio de 1966 este silogeu realizou a sessão solene de Assembléia Geral Ordinária comemorativa do 66.º aniversário de sua fundação, no decorrer de cuja reunião foi empossado como sócio efetivo o Dr. Augusto Ebrema de Bastos Meira, o qual pronunciou o seguinte discurso :

"Sr. Presidente

Meus Senhores :

Quis a generosidade do Professor Ernesto Cruz — eminente historiador e digno Presidente desta Casa — indicar-me para Sócio-Efetivo deste Instituto, na ocasião em que idêntica homenagem, é prestada ao meu colega e dileto amigo, Engenheiro Fernando Guilhon.

Não sei, meus senhores, onde buscar mais calor às minhas palavras, ou flôres e orvalho, para testemunhar a significação desse gesto que tocou-me à sensibilidade. Escolhendo-me para integrar o quadro de seus colaboradores, o preclaro Presidente o fez, levado, certamente, pelo ardor de minha conduta, defendendo o patrimônio desta cidade, procurando conhecer seus segredos e exaltar a sua permanente beleza.

Singular, realmente, o meu ingresso na austeridade deste Templo-Solar de profundo respeito e de saudade — no mesmo instante em que Fernando Guilhon, igualmente honrado com essa dignificação — assume seu posto, irmanando nossos ideais comuns, sonhos e pesquisas, e um acendrado desejo de bem servir esta terra e que tanto amamos. Não desse amor fugaz, calculado, momentâneo. Diria melhor, daquele mensurável, em termos de espaço, acanhado, insubsistente.

Ao contrário, nos inspira uma dedicação espontânea, natural, no sentido de investigar, sentir, compor, estabelecer a formação histórica de Belém, desde as sementes fundamentais do Forte, às previsões de seu crescimento no século que passa, identificando os destinos da urbe aos da própria região.

Acredito e aceito, hoje, após trinta anos de vida pública, embaate e experiência, quase sempre dedicados à análise dos fenômenos evolutivos desta cidade, as razões que teriam levado mestres do passado, a vincular sua atividade profissional, ao estudo, à penetração da história do melo, onde pontificavam, seu dever e seu labor. São exemplos impercíveis desse encantamento, os trabalhos publicados, as obras que ficaram de Henrique Santa Rosa, Ignácio Moura, Palma Muniz. Não lhes contentaria, a investigação histórica, técnica, econômica, geográfica restrita à capital mas, sem limites, estenderiam suas observações aos pontos mais distantes da hielia.

É encantadora, a missão do historiador, do espírito ávido de reconstituir o passado. Os fatos se realizam, episódios humanos se sucedem, o tempo marcha e avança sem cessar, a civilização se renova, a vida se estende para a eternidade e a história, caldeando os acontecimentos, age como a natureza alimentando a terra, constante e generosa. No seu vôo dinâmico, caminha a humanidade sem retorno, evoluindo sistemas cinéticos, estratificando, no seu curso, as obras da inteligência. Assim, processa, acumulando o material da história. Sua essência e sua verdade. Seu conteúdo precioso, a riqueza do espírito e a do pensamento.

Eis o jardim ubérrimo, vicejante, atraente, onde o pesquisador vai encontrar rosas e perfume. Ali, recebe os fluídos e as sombras do passado, procurando encontrar na inspiração do presente, dignificantes exemplos para aplicá-los no futuro. O fato histórico como conceito, se revela, então, em largos ciclos.

Há, no historiador, portanto, um poder de previsão lógica na amplitude dessas arcadas, aproximando fatos e idéias e os vinculando aos fenômenos atuais. O sentido da descoberta dá, igualmente, ao estudioso, o caminho da verdade. Com a meta alcançada no sucesso de pesquisa, vem, necessariamente, a comparação, o paralelismo da conduta humana, à luz da documentação que demonstra o passado. Surge daí, a analogia nos acontecimentos e isso, quase sempre, arrasta, à investigação, ao ceticismo. Na sua dinâmica, a história, algumas vezes, tem pontos de inflexão, de aparente estática, diante do complexo humano, que se conturba e sofre impactos imprevisíveis.

A história, seguindo a projeção do sol, precisa, como ele, conquistar novas côres, em cada momento de sua órbita. Seu calor, deverá morrer como a tarde sem segredos para que a noite desperte, iluminada de estrelas.

Meus Senhores :

A benevolência desta acolhida generosa que, hoje, me é proporcionada nesta Casa, a guardarei em meus sentimentos íntimos de filho desta cidade, com a mesma emoção com que guardo, no cora-

ção, em eterno preito e saudade, o sangue do nordeste que o alimenta e vivifica. Sentindo minha terra como um poema de ternura e de esperanças, no frescor de suas manhãs radiosas e no seu venturoso porvir, recebo, esta homenagem, como se ela se consubstanciasse no meu próprio ser, a sua voz fôsse a minha lira e o seu pensamento todo o meu destino.

Bem sei, a excelência, a erudição, o talento que reinam neste ambiente de estudo e recolhimento. Na austeridade dêste palácio secular, permanecem, vivos, os ensinamentos, os conselhos, as idéias, os debates de velhos temas. A cultura de uma plêiade, soube fixá-los e engrandecê-los. Nosso Instituto, aqui instalado, revela, em cada recanto, em cada adorno, em cada obra, a memória, o esforço, preservando relíquias, exaltando o trabalho de gerações que lhe deram substância e vida. Somos, todos, responsáveis pela sua sobrevivência.

Aceitando, desvanecido, o honroso título de Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, como o mais modesto de seus sócios, venço-me, neste momento, de ter alcançado um mérito que só a magnanimidade de seus dirigentes e a iniciativa amável de seu Presidente, me poderiam proporcionar.

Encerrando estas breves palavras de aprêço à Instituição que ora me acolhe, tudo farei para corresponder à honraria que me dispensaram. É evidente que, tal galardão, será um considerável incentivo aos meus estudos, tentando elaborar um trabalho capaz de fixar a "Evolução Urbanística da Cidade do Grão-Pará". Trata-se de um estudo despretençioso, fundamentado na sequência cronológica de nossa história e assim identificar a fisionomia urbana, seu processo evolutivo, suas condições ecológicas, nesses três séculos e meio de vida intensa que Belém já desfruta e, agora, alegremente festeja.

Seja-me, permitido, ao concluir, levantar minha palavra de entusiasmo e confiança nos destinos dêste Instituto, definitivamente abrigado no tradicional relicário que êste velho Solar representa como patrimônio histórico de Belém do Grão-Pará: a sóbria e bela residência do eminentíssimo Barão de Guajará, primeiro presidente da Casa, após sua fundação, a 3 de maio de 1900.

Seus salões austeros, sua expressiva biblioteca, seus ornamentos primitivos e seu espírito de cultura que reside, eterno, no ar, certamente, irradiarão os mais singulares exemplos de amor à terra, embalados no colorido de sua paisagem colonial e no repicar dêsses velhos sinos da Capelinha de São Francisco Xavier e o que nos chega da torre altaneira de nossa soberba Catedral.

Em suma, Senhores, se me fôra dado o poder de seguir o pensamento e o desejo do romântico poeta das "Meditations", para simbolizar a alegria dêste instante, seu significado e sua ventura, diria, com êle:

"O Temps, suspends ton vol! et vous, heures propices,

Suspendez votre cours!

Laissez-nous savourer les rapides délices

Des plus beaux de nos jours!"

Tenho dito".



Mesa dirigente da sessão efetuada dia 22-4-67, quando foram aprovadas as contas da Diretoria e o relatório geral de suas atividades referentes a 1966 e inaugurada a galeria dos Presidentes do Instituto. Da esquerda para a direita: Dr. Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, lendo o expediente; Acadêmico Ernesto Horácio da Cruz, Presidente do Instituto; consócio Dr. Augusto Ebremar de Bastos Meira.

TRANSCRIÇÃO DE ATA — APROVAÇÃO DAS CONTAS E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA DIRETORIA — ELEIÇÃO DOS CORPOS ADMINISTRATIVOS (DIRETORIA, MESA DA ASSEMBLÉIA GERAL E COMISSÕES PERMANENTES) PARA O TRIÊNIO 1966/1969

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Belém do Pará, em sua sede social, à Praça D. Pedro II, n.º 62, antigo solar do Visconde do Arari e Barão do Guajará, de acôrdo com o artigo 27 dos Estatutos do Instituto e conforme Edital de convocação publicado na imprensa diária desta Capital, reuniu-se, em sessão ordinária e segunda convocação, às 10,30 horas, a Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com a finalidade de aprovar as contas da Diretoria e apreciar o Relatório geral de suas atividades e eleger os Corpos Administrativos — Diretoria, mesa da Assembléia Geral e Comissões Permanentes, para o triênio 1966/1969. Estiveram presentes à Sessão os consócios Ernesto Cruz, Anunciada Chaves, Aláudio Melo, Luiz Faria, Orlando Régo, Armando Bordalo da Silva, Otávio Mendonça, José Marcos dos Santos, Cândido Marinho da Rocha, Arlindo Miranda, Victor Tamer e Georgenor Franco.

Na ausência do Presidente da Assembléia, Dr. De Campos Ribeiro, a sessão passou a ser dirigida pela Professora Dra. Maria Anunciada Chaves. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, a Presidência deu a palavra ao Tesoureiro Arlindo Miranda para apresentar a leitura do balanço geral do movimento da receita e da despesa do ano social. Declarando de início, haver um ligeiro equívoco na contabilidade, pois, a seu favor existe as quantias de Cr\$ 4.730 e Cr\$ 30 00, o consócio Arlindo Miranda leu o balancete da Diretoria que mereceu algumas críticas de ordem técnica do consócio Cândido Marinho Rocha, colocando-se, ao final, à disposição dos seus confrades, para qualquer explicação.

Atendendo à solicitação do sócio Dr. Otávio Mendonça, que explicou a necessidade de retirar-se, a Presidenta inverteu a ordem dos trabalhos, procedendo, dessa maneira, a eleição para o Corpo Administrativo do Instituto, ou seja, a Assembléia Geral, Diretoria e Comissões Permanentes. Convidados para escrutinadores os consócios

Georgenor Franco e Cândido Marinho Rocha e conferido o número de cédulas — três chapas — com o dos sócios presentes — 12 — foi apurado o seguinte resultado:

Mesa da Assembléia Geral — Para Presidente, Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro, 12 votos; para Vice-Presidente, Professôra Dra. Maria Anunciada Ramos Chaves, 11 votos; Cônego Apio Campos, 1 voto; para 1.º Secretário, Dr. Luís Ercílio do Carmo Faria, 11 votos; Sr. Cândido Marinho da Rocha, 1 voto; para 2.º Secretário, Dr. Artur Napoleão de Figueiredo, 12 votos.

Diretoria — Para Presidente, Professor Ernesto Horácio da Cruz, 11 votos; em branco, 1 voto; para Vice-Presidente, Dr. Paulo Maranhão Filho, 9 votos; Dr. Raimundo Moura, 3 votos; para 1.º Secretário, Capitão Aláudio de Oliveira Melo, 12 votos; para 2.º Secretário, Dr. Vítor Tamer, 11 votos; Dr. Armando Bordalo da Silva, 1 voto; para Tesoureiro, Sr. Arlindo Severiano de Miranda, 12 votos; para Diretor do Museu, Sr. Orlando Martins de Moraes Régo, 12 votos; para Bibliotecário, Dr. Armando Bordalo da Silva, 9 votos; Cônego Apio Campos, 3 votos.

Comissões Permanentes: Geografia e Etnografia — Artur Napoleão de Figueiredo, Armando Bordalo da Silva e Jarbas Gonçalves Passarinho. **História e Arqueologia** — José Silveira Neto, Maria Anunciada Chaves e Bolívar Bordalo da Silva; **Numismática e Filatelia** — Armando Bordalo da Silva, Luís Faria e Abelardo Conduru; **Admissão de Sócios** — Artur Figueiredo, Aloísio Chaves e Otávio Mendonça; **Redação da Revista** — Georgenor Franco, Dr. Campos Ribeiro e José Marcos dos Santos; **Comissão de Fundos e Orçamento** — Cândido Marinho Rocha, Sílvio Meira e Raimundo Souza Moura.

Em seguida, foi dada a palavra ao Professor Ernesto Cruz que, de acôrdo com a alínea "f", artigo 3.º do Regimento Interno do Instituto, apresentou o Relatório das atividades da Diretoria durante o triênio 1963/1966.

Longo, circunstanciado, o referido Relatório apresenta dados significativos e importantes nos seus diferentes itens, como o movimento da Secretaria, as obras efetuadas, o movimento financeiro, as alterações ocorridas com os Estatutos, a aprovação do novo Regimento Interno, a publicação da Revista do Instituto, paralizada há 14 anos, enfim fatos dignos do maior realce.

Terminando a exposição, acrescentou o professor Ernesto Cruz:

"Senhores Consócios: Concluimos êste Relatório das nossas atividades administrativas, destacando, mais uma vez, por elementar dever de justiça, os nomes dos nossos eminentes confrades, o sr. Dr. José da Silveira Neto, Magnífico Reitor da Universidade Federal do

Pará, sócio benemérito deste silogeu, e o Dr. Fernando Guilhon, sócio efetivo, pela contribuição espontânea e valiosa que nos ofereceram para o desenvolvimento e a efetivação dos nossos planos de trabalho.

Do Magnífico Reitor recebemos o auxílio financeiro que nos deu a possibilidade de fazer a restauração deste suntuoso e secular edifício, consolidando-o e salvando-o assim da ruína definitiva em cujas bordas se encontrava. E fez mais ainda: deu-nos a composição e a impressão dos nossos Estatutos e Regimento Interno, possibilitando também, a circulação da Revista do Instituto que, há 14 anos, estava paralizada.

Do Dr. Fernando Guilhon recebemos o vultoso material com o que conseguimos pintar fôrros, paredes, construir sanitários, montar o nosso aparelhamento de água, com a instalação de tanques e bomba elétrica e manual, lavatório e todo o encanamento necessário àquela finalidade.

Confessamos o nosso reconhecimento aos ilustres confrades e auxiliares da nossa administração, Dr. Aláudio Melo, Sr. Arlindo Miranda, Drs. Víctor Tamer e Luís Faria, pela assistência constante que nos deram em todos os momentos mais difíceis do nosso trabalho, principalmente no início de nossa administração. Sempre os tivemos ao nosso lado, auxiliando-nos, contribuindo com a colaboração que nos era indispensável para levarmos a cabo a nossa tarefa. Também estendemos o nosso agradecimento ao acadêmico Cândido Marinho da Rocha, que nos deu a oportunidade de renovar a rede da instalação elétrica do sodalício.

Aí tendes, senhores e amigos confrades, o que fizemos. Restituímos a segurança do edifício que se abalava nos seus alicerces. Restituímos-lhe a roupagem dos seus áureos tempos do século XIX, quando aqui se reuniam os mais eminentes vultos da História Paraense. Se os Senhores Visconde de Arary e Barão de Guajará pudessem ver como conseguimos recuperar a sua magnífica e extraordinária mansão, acreditamos, não regateariam aplausos à obra realizada.

E, dêse modo, nos dariamos por bem pagos, por bem recompensados pela tarefa árdua que empreendemos, em favor de nossa benemérita instituição cultural".

Ao término de suas palavras foi o Presidente da Diretoria aclamado por calorosas salvas de palmas de seus confrades, o que foi considerado pelo senhor Presidente como integral aprovação ao Relatório, realmente digno dos maiores encômios e louvores.

A seguir, a senhora Presidente declarando ser a sessão de hoje uma sessão específica, com objetivos determinados, fez lembrar, no entanto, o recente falecimento do Professor Paulo Maranhão, sócio efetivo do Instituto e o falecimento do Sr. Murilo Menezes, intelec-

tual e escritor paraense, ponderando que nesta própria sessão poderiam ser prestadas as homenagens póstumas aos dois ilustres paraenses.

Com a palavra, o professor Ernesto Cruz, após realçar as personalidades dos falecidos, propôs a inserção na ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento. Em breves palavras, ainda se manifestaram sobre Paulo Maranhão e Murilo Menezes, os consócios Aláudio Melo, Georgenor Franco e Luiz Faria, devendo ser comunicada às famílias enlutadas, à Academia Paraense de Letras, à Empresa de Publicidade Folha do Norte, ao Instituto de Educação do Pará e à Universidade Federal do Pará, as homenagens do Instituto.

A senhora presidente declarou estar de pleníssimo acôrdo com com tais manifestações de seus confrades. "Paulo Maranhão, afirmou, pelo seu talento, pela sua cultura, pela sua luta, pelo seu extraordinário amor à terra comum, é uma figura que jamais será olvidada". E mais: "Posso afirmar com tóda a sinceridade, que nunca achei banal um encontro com Paulo Maranhão, homem marcado com uma personalidade tóda especial que, até mesmo nos seus erros — e todos nós os temos — era original. Verdadeiro mestre, verdadeiro esteta, foi um dos maiores líderes do nosso idioma. E Murilo Menezes, a quem conhecia através de artigos publicados nos jornais e revistas, possuía, realmente, grande valor intelectual e muito contribuiu, como diretor da Imprensa da Universidade Federal do Pará, para a impressão e publicação da Revista do Instituto. Justas, pois, as homenagens que acabam de lhes ser prestadas".

Agradecendo a presença dos senhores consócios nesta Assembléia Geral, deu por encerrados os trabalhos, lavrando eu, Luiz Faria, 1.º Secretário da Assembléia, a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será devidamente assinada. Aprovada em sessão de 8 de maio de 1966. (aa) José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléia Geral e Luiz Faria, 1.º Secretário da referida Mesa.

MEDALHAS COMEMORATIVAS

Juntamente com o Diploma datado de 20 de janeiro de 1966, este cenáculo recebeu a Medalha Comemorativa do 350.º Aniversário de Fundação de Belém, instituída pelo Decreto n.º 11.465, de 11 de janeiro de 1966 do Sr. Prefeito Municipal de Belém, Dr. Oswaldo Melo.

No mês de maio de 1966 foi ofertada a este sodalício pelo nosso consócio efetivo Dr. Raymundo de Souza Moura, então Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, atualmente desempenhando a função de Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, a Medalha de bronze datada de 1.º de maio de 1966, comemorativa do 25.º Aniversário da Instalação da Justiça do Trabalho.

Remetida por Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, atualmente nosso consócio correspondente (São Paulo), este silogeu recebeu a Medalha de bronze datada de 1966, comemorativa do Centenário de Nascimento de Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, patriota, mineralogista e engenheiro, tio-avô do ofertante e neto predileto de Dom Pedro II.

As referidas medalhas foram devidamente anotadas e colocadas na vitrine de medalhas históricas do Museu do Instituto.

TRANSCRIÇÃO DE ATA — DISCURSO DO CONSÓCIO ALÁUDIO DE OLIVEIRA MELO, ORADOR OFICIAL DA SOLENIDADE COMEMORATIVA DO 66.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO — POSSE E DISCURSOS DOS CONSÓCIOS FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON E AUGUSTO EBREMAR DE BASTOS MEIRA

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e seis, nesta Cidade de Belém do Pará, em sua sede social, à Praça Pedro II, nr 62, antigo solar do Visconde do Arari, Barão de Guajará, em sessão solene e com a presença dos consócios Ernesto Cruz, De Campos Ribeiro, Aláudio Melo, Abelardo Conduru, Silvio Meira, Armando Bordalo da Silva, José Marcos dos Santos, George-nor Franco, Luís Araújo, Arlindo Miranda, Orlando Moraes Rego, Fernando Guilhon, Augusto Meira Filho e Luís Faria, justificada a falta do consócio Vítor Tamer, foi aberta a sessão pelo consócio Ernesto Cruz, às 10 horas. Como Presidente da Diretoria, o Professor Ernesto Cruz, convida para compor a mesa Dirigente da Sessão os Excelentíssimos Senhores Representantes de S. Exa., o Sr. Governador do Estado; Desembargador Aluizio Leal, Presidente do Tribunal de Justiça; Representantes do General Comandante Militar da Amazônia; do Magnífico Reitor da Universidade do Pará; Sr. Coronel Newton Corrêa de Andrade Mello, Chefe da 28.ª Circunscrição de Serviço Militar; Major José Magalhães, Secretário de Estado de Segurança Pública; Drs. José Sampaio de Campos Ribeiro e Luís Faria, Presidente e 1.º Secretário da Assembléia, eleitos, após o que, explicou e teceu considerações sobre o significativo da data de fundação do Instituto seguindo a posse da atual mesa de Assembléia Geral cujo Presidente é o Dr. José de Campos Ribeiro, a quem passou a direção dos trabalhos. O Sr. Presidente, a seguir, deu posse aos integrantes da nova Diretoria e aos Srs. consócios Membros das Comissões Permanentes que prestaram o juramento constante dos Estatutos do Instituto. Em prosseguimento, o Sr. Presidente determinou ao 1.º Secretário, Dr. Luís Faria, a leitura da ata anterior e, após a aprovação desta, das efemérides do dia. O Sr. Presidente dá posse aos novos consócios efetivos Drs. Fernando José de Leão Guilhon e Augusto Ebremar de Bastos Meira que prestaram o solene juramento de "prometer por sua honra de promover o engrandecimento do Instituto

Histórico e Geográfico do Pará, observando e fazendo observar os seus Estatutos", tendo ambos, proferido notáveis discursos da tribuna, dizendo da sua satisfação, orgulho e honra em ingressar neste augusto sodalício, palavras essas que serão publicadas no próximo número da Revista do Instituto. Dada a palavra ao Orador Oficial da solenidade, consócio Aláudio de Oliveira Melo, este, após saudar os dois novos consócios do Instituto analisando a personalidade de cada um, em substancioso discurso em que mais uma vez demonstrou os seus altos conhecimentos e a sua erudição com referência à História, com referência à fundação do nosso Instituto, após o que foi efusivamente palmeado pelos presentes. Antes de encerrar a sessão o Sr. Presidente congratula-se com seus confrades pelo brilho e sucesso da sessão e agradece o comparecimento de tódas as pessoas presentes. E, para constar, eu, Luís Faria, 1.º Secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente. Aprovada em sessão de 22 de abril de 1967. (aa) Ernesto Cruz, Presidente. Aláudio Melo, 1.º Secretário.



Dr. Emil August Goeldi, Patrono da Cadeira n.º 15, da qual é fundador e ocupante o consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo



Consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, fundador e ocupante da cadeira n. 15, da qual é Patrono Emil August Goeldi.

EMIL AUGUST GOELDI, PATRONO DA CADEIRA N.º 15 — DISCURSO DO CONSÓCIO EFETIVO ORLANDO LUCIANO MARTINS DE MORAES REGO, FUNDADOR E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA

Dia 2 de outubro de 1966, este sodalício realizou uma sessão de estudos, no decorrer de cuja reunião foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira n.º 15, da qual é Patrono Emil Augusto Goeldi, o consócio efetivo Orlando Luciano Martins de Moraes Régo, cujo discurso de elogio a seu Patrono, então proferido, a seguir transcrevemos:

“Tôda mentalidade científica não pressupõe discriminação nem de raça, nem de côr, nem de religião, nem de nacionalidade. Tôdo o verdadeiro pesquisador ou estudioso das ciências, assim deve proceder com relação a seus pares que existem pelos mais distantes recantos da terra, às vêzes em regiões inóspitas e hostis, sacrificando-se não raro com a própria vida pelos estudos científicos.

O Pará pode jactar-se de ter sido visitado desde os primórdios do século XVIII, por insígnies cientistas e estudiosos na sua maioria estrangeiros, dentre os quais, a figura marcante em todos os seus títulos de Emil August Goeldi.

Com a revisão e atualização dos Estatutos dêste Instituto ocorrida em dezembro de 1964, entre as várias inovações surgidas, figura a escolha dos nomes de 40 personalidades, integradas na cultura amazônica, especialmente aquêles que se dedicaram aos estudos e pesquisas da História, Geografia, Etnografia e Arqueologia.

De acôrdo com o nôvo Estatuto e Regimento Interno dêste sodalício, êsses nomes passariam a figurar como Patronos das 40 cadeiras fundadas pelos atuais sócios efetivos e seus respectivos ocupantes.

Desta maneira, cumprindo o que determina o preceito estatutal, estou, nesta tribuna, para proferir, em rápidas palavras, o elogio de Emil August Goeldi, um dos fundadores desta instituição e Patrono da cadeira n.º 15, da qual profundamente sensibilizado e honrado tenho a grata satisfação de ser o fundador e primeiro ocupante.

Nascido no dia 28 de agôsto de 1859 na pequena aldeia montanhosa de Ennetbuhl, cantão de St. Gall, distrito do Toggenburg Su-

perior, na Suíça, Emil Goeldi era filho do mestre-escola Johannes Goeldi e de Margaretha Kuntz, ambos originários de Sonnwald, do mesmo cantão de St. Gall.

Desde muito cedo, o jovem Emil demonstrara pendores vocacionais para as ciências, cursando com aproveitamento os cursos superiores.

Em 1882 aproximara-se de Haeckel e Hertwig, cujas lições mais despertaram-lhe a vocação pela Zoologia, doutorando-se em Filosofia e História Natural, tendo antes defendido tese sobre osteologia e anatomia comparada de alguns peixes europeus do gênero *Loricaria*, publicada na Revista de Ciências Naturais de Jena, Vol. XVII, 1884. Ouvindo, posteriormente, os ensinamentos de Richthofen também se interessara pela Geologia e Geografia.

Terminados os estudos universitários na Europa, fôra convidado por Ladislau Neto para ocupar o cargo de assistente da 1.ª Seção do Museu Nacional, tendo embarcado para o Brasil em 1885, onde teve seu contrato assinado a 28 de fevereiro deste mesmo ano pelo Governo Imperial.

Em julho de 1886 foi Goeldi chamado para trabalhar na Comissão de Estudos da Moléstia do Cafeeiro da Província do Rio de Janeiro, tendo, então, percorrido toda a região da Serra Vermelha, zona afetada pela referida doença; entretanto a 1 de novembro, atacado de febre palustre, teve que regressar à corte.

As continuas conferências que então realizava sobre zoologia, anatomia comparada e embriologia, assistidas frequentemente pelo Imperador D. Pedro II, que por ele nutria grande admiração, lhe garantiriam a nomeação de professor da futura Universidade que ia ser fundada e que tão ansiosamente esperava. Entretanto a 15 de novembro de 1889 caía a monarquia, sendo implantado no Brasil o regime republicano. Como Goeldi devia afeição e agradecimento ao Imperador deposto, foi em consequência dispensado do cargo a 10 de maio de 1890.

Nessa injusta situação, Emil Goeldi, desprezando propostas da Austrália e do Chile, retira-se para propriedade de seu sógro em Colônia Alpina, situada na Serra dos Órgãos, em Teresópolis, no Estado do Rio, aí permanecendo de 1890 até princípios de 1894, dedicado somente a observações e pesquisas sobre História Natural. Como resultado desses estudos, além de outros trabalhos, publicara duas obras hoje raríssimas: "OS MAMÍFEROS DO BRASIL", Rio de Janeiro, 1893 e "AS AVES DO BRASIL", Rio de Janeiro, 1894.

Lauro Sodré, quando eleito Governador do Pará, convidara Goeldi para diretor do então Museu Paraense, convite esse que fôra aceito, sendo consequentemente, nomeado a 31 de janeiro de 1894. Devido porém aos movimentos da Revolta da Armada, embarcara para Belém somente a 12 de maio, no navio "PATAGÓNIA" da linha

de Hamburgo, aqui chegando às 17,00 horas do dia 7 de junho de 1894 no paquete "PLANETA", do Lloyd Brasileiro para onde se havia baldeado em S. Salvador da Bahia. Durante essa viagem Goeldi veio colhendo dados e fazendo observações de tudo que via e sentia, resultando daí ter preparado o trabalho: "OBSERVAÇÕES E IMPRESSÕES DURANTE A VIAGEM COSTEIRA DO RIO DE JANEIRO AO PARA", publicado no Boletim do Museu Paraense, Tomo I, 1894-1896. Pags. 44-59.

Na direção do Museu Paraense, cargo que assumira a 28 de junho de 1894, dedicou todo seu vigor e conhecimento técnico ao velho estabelecimento científico, visando transformá-lo numa instituição, realmente eficiente no âmbito da História Natural. O Museu Paraense seria, como ele próprio acentuara, "um Instituto para a História Natural do Amazonas, um estabelecimento que se propõe observar, coleccionar, determinar e tornar conhecidos os objetos indígenas".

De acôrdo com o Regulamento de 2 de julho de 1894 por ele elaborado, havia quatro secções cujas atividades científicas seriam assim distribuídas: de zoologia, anatomia e embriologia comparada; de botânica; de geologia, paleontologia e mineralogia; de etnografia, arqueologia e antropologia. Tratou logo de providenciar e contratar vários especialistas de competência e valor para dirigir as várias secções: o Dr. Hermann Meerwarth, cidadão alemão que se preparara na Universidade de Strassburgo, na Alsacia, para assistente de zoologia; o Dr. Jacques Huber, suíço, anteriormente assistente nas Universidades de Montpellier na França e na de Genebra na Suíça, para chefiar a de Botânica; o Dr. Friedrich Katzer, austriaco, professor na Academia de Minas em Leoben, Styria, para a de Geologia; e os preparadores de zoologia Luiz Tschumperli e Max Tanner. Ao mesmo passo, foram logo realizadas várias expedições científicas, cujos resultados muito contribuíram para o exato conhecimento da Amazônia nos vários aspectos da sua constituição geológica, da sua fauna e flora. Em agosto de 1894 seguiu Goeldi em excursão para Castanhal; em outubro e novembro para a ilha das Onças, e em dezembro, para a ilha de Marajó, tendo visitado o rio Arary e Pindobal.

Acompanhado de Huber e outros fez Goeldi, de 7 de outubro a 10 de novembro de 1895, uma expedição na região entre o Amapá e o Counany, estendendo-se mais ao norte até o rio Cassiporé. Nesta viagem seguia ele também como observador do governo, a zona litigiosa entre o Brasil e a França, escrevendo, posteriormente, uma carta ao Ministro das Relações Exteriores, dando conhecimento do que vira e sua opinião em relação ao grave problema fronteiriço. Ao Governador Lauro Sodré apresentou um relatório no qual com todos os detalhes necessários sugeria e orientava o governo sobre tão delicado assunto. Durante o regresso a bordo do vapor "AJUDANTE", já perto de Belém, perdera a 14 de novembro Goeldi seu primeiro

auxiliar na pessoa do preparador de zoologia Max Tanner, falecido em consequência de febres palustres que contraíra no Amapá.

Bem proveitosa fôra essa expedição, pois, além da coleta de material zoológico e botânico, foram descobertas, fazendo escavações próximas das barrancas do Counany, várias urnas funerárias indígenas, tendo resultado disso o trabalho de Goeldi: "ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM 1895", publicado nas Memórias do Museu Paraense, 1.ª Parte, 1900. Pgs. 1-44.

Posteriormente, no ano de 1896, iniciara o Museu Paraense a publicação do primeiro volume dos Boletins que se tornaram, então, famosos em todo o mundo científico. Por esse tempo, em agosto e setembro Goeldi acompanhado de Meerwarth, fizera uma viagem à ilha de Marajó, tendo explorado o cabo Maguary, Pacoval e Livramento. Entre junho e agosto de 1897 Goeldi acompanhado de Huber, Tschumperli e outros, fizera nova expedição, dessa vez ao rio Capim, de onde regressara doente, pois tinha contraído febre palustre. Obtivera então permissão do Governo Estadual, para se restabelecer no Rio de Janeiro, tendo passado alguns meses na Serra dos Órgãos em tratamento.

Dessa maneira Emil Goeldi lograra fazer do antigo Museu Paraense, uma instituição verdadeiramente científica, mais metódica e instrutiva, tendo por base o moderno conceito de museologia de então existente na Europa.

Homem de ciência, habituado à interação de idéias e fatos, por isso mesmo, era de poucas palavras, muito discreto e reservado, mormente quando opinava dando o resultado das suas pesquisas e investigações; exigente consigo mesmo, e com os subordinados, quando se tratava de trabalhos científicos; em tudo levava muito em apreço e consideração o seu valor intelectual e científico.

Durante 13 anos dirigiu ele aquela casa de ciência, tornando-a conhecida, mesmo afamada, naturalmente com ajuda do governo estadual e de seus devotados auxiliares. Assim, hoje graças a Emil Goeldi e à sua equipe de técnicos, o Museu Paraense que lhe tomou o nome ilustre, é conhecido, procurado e respeitado por todo o mundo científico.

Os benefícios que Goeldi prestara ao Brasil e muito especialmente ao Pará, não foram apenas no setor das Ciências Naturais, pois também participara com pareceres, no âmbito da política internacional. Durante o litígio entre o Brasil e a França, a propósito dos limites com a Guiana Francêsa, fôra ele indicado pelo então Governador do Pará, Dr. Paes de Carvalho, para auxiliar o Barão do Rio Branco na missão especial, enviada perante o Conselho Federal Suíço.

Aceitando a indicação de seu nome, Goeldi funcionara como membro da comissão de juriconsultos, geógrafos e cartógrafos a qual o Governo Suíço submetera para exame, os documentos apre-

sentados pelas partes litigantes. Nessa comissão partira para Berna a 10 de outubro de 1898; esta viagem contudo, não fôra proveitosa para Goeldi, pois em virtude de brusca mudança do clima, fôra acometido de pneumonia que o obrigara a acamar-se por vários meses, tendo regressado em princípio de novembro de 1899 no paquete "RIO AMAZONAS" para Belém, acompanhado do cidadão suíço Gottfried Hagmann e de Karl von Kraatz Koschlau, alemão falecido posteriormente de febre amarela a 18 de maio de 1900.

Durante a sua estadia na Europa proferiu, a 29 de junho de 1899, u'a conferência na Sociedade de Geografia de Berna, tendo escolhido como tema o trabalho "MARAVILHAS DA NATUREZA NA ILHA DO MARAJÓ", de sua autoria.

Em abril de 1900 fazia Goeldi segunda viagem a Berna com o mesmo objetivo, passando antes, em março, pelo Rio de Janeiro. Essa viagem foi muito proveitosa ao Barão do Rio Branco: não fôra preciso a Goeldi esperar o laudo decisivo assinado pelo Dr. Walter Hauser, Presidente da Confederação Suíça, tendo se separado do grande chanceler brasileiro antes da assinatura.

Ao ser celebrado o quarto centenário da descoberta do Brasil de 1500 a 1900, contribuiu Goeldi, para o respectivo livro comemorativo, com o trabalho "ASPECTOS DA NATUREZA DO BRASIL".

Cientificado da sentença favorável de 1 de dezembro de 1900, que deu ganho de causa ao Brasil no litígio com a França, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na 20.ª Sessão ordinária de 7 de dezembro dêsse mesmo ano Goeldi fôra proposto para sócio honorário, tendo sido feita, posteriormente, a sua proclamação na 5.ª Sessão extraordinária de 10 de dezembro de 1900. Nesse mesmo ano, no dia 3 de maio era fundado solenemente aqui em Belém o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, tendo sido Emil Goeldi um de seus sócios fundadores.

O governo paraense, reconhecendo os relevantes serviços prestado ao Estado pelo afamado e emérito cientista, por Decreto n.º 923 de 31 de dezembro de 1900, a partir dessa data, modificara o nome de "Museu Paraense", designando-o então por "Museu Goeldi", o que *constituiria, evidentemente, justa homenagem ao grande e renomado homem de ciência.*

Em setembro de 1903 Emil Goeldi juntamente com Jacques Huber, empreendeu excursões ao rio Maracanã, na foz do Guamá e ao furo das Laranjeiras na ilha das Onças; logo depois Goeldi, acompanhado dos Drs. Franz Steindachner, Gottfried Hagmann auxiliar de zoologia, Rodolpho Siqueira Rodrigues, preparador de botânica, e de um servente, efetuou uma visita a Cametá. Regressando dessa viagem, o Conselheiro Steindachner, integrante da Comissão Científica Austríaca, ao inaugurar o livro de visitantes do Museu Goeldi, dando suas impressões sobre o referido museu dissera:

“Poucos são os pontos do globo terrestre que parecem predeterminados pela própria natureza a se tornarem um centro de investigações de História Natural; um desses pontos favorecidos é o Pará, sito na foz do maior dos rios de todos os continentes cujo domínio vai de um oceano a outro, abrangendo uma área que se estende do Equador até ao 20.º grau de latitude, e mesmo além. É a porta de entrada, o limiar para a região milagrosa do mundo tropical brasileiro — mundo encantado e de um cunho todo sul-generis. Cornucópia inexgotável dos mais preciosos dons, a natureza os derramou a mãos cheias sobre a região amazônica, pondo o seu usufruto à disposição do gênero humano. Daí deriva uma quase que obrigação moral do Estado do Pará de erigir a essa natureza um templo em que esses extraordinários dotes sejam exibidos ao discernimento intelectual da população que deles é usufrutuária e postas perante a sua nítida compreensão.

Atenta a enorme extensão territorial e apesar das numerosas viagens e explorações do século passado, o que até agora da região amazônica chegou a ser conhecido tanto em relação à História Natural como à Etnografia, deve apenas ser taxado como um muito modesto fragmento; não são outra coisa mais que diminutas pedras de construção, de mais ou menos valor, para um importante edifício que somente no próprio lugar, e, para bem dizer, unicamente no Pará, poderá ser levado a cabo, a um todo harmônico e uniforme, depois de investigações, observações e estudos prolongados por longa série de anos e encaminhadas com plena consciência dos métodos científicos usuais.

Um princípio brilhante, muito prometedora, tem sido já feito no Museu Goeldi, cuja fundação constitui para o Estado do Pará um padrão da mais alta honra e legítimo orgulho. A criação deste instituto, realmente único no seu gênero no meio de um jardim zoológico e botânico, bem significa um postulado necessário ao mundo científico todo, e o Estado do Pará foi bastante feliz de ter encontrado para a realização de tão palpitante e elevado problema a pessoa, a mais idônea no Sr. Prof. Goeldi, que, como nenhum outro sábio do nosso conhecimento, reúne um saber universal com raro dom de observação e indefesa atividade de colecionador.

De um sábio como Goeldi, que mantém as mais intensas relações literárias com os seus colegas por aí a fora, era também de esperar que soubesse fazer acertada escolha na chamada e atração de outros sábios e auxiliares para as diversas secções do Museu, elementos que, embebendo-se nas suas idéias e animados pelo mesmo entusiasmo para as ciências naturais, levarão o amor e o interesse por este mais sublime ramo do saber aos mais largos círculos em todas as camadas do povo. Assim é que, depois de atravessado um decênio, o Museu Goeldi tornou-se o instituto científico mais popular da

metade setentrional do Brasil. Ele deve ser qualificado como um centro de instrução de primeira ordem para toda gente, moços e velhos, das inferiores como das elevadas classes, que tiver um vislumbre de interesse latente para os tesouros naturais da sua pátria e de algum modo se empenhe por conhecê-los.

O que o Museu Goeldi já fez e conseguiu é simplesmente digno de admiração. Abstração feita da atividade eminentemente científica do estabelecimento, com o qual lucra o orbe inteiro, ele traz para o próprio país enorme proveito prático, chamando a atenção sobre a utilidade e nocividade deste ou daquele membro da fauna e da flora indígenas, tendo já por diversas vezes corrido em auxílio de certos representantes gravemente perseguidos e ameaçados de extermínio e, por outro lado, apontando os meios de livrar-se de transmissões de moléstias pertencentes ao mundo dos insetos, estudando-lhes o modo de vida e desenvolvimento com inexcedível cuidado.

Resta, assim, desejar que os altos poderes do Estado do Pará, que até agora têm secundado de maneira tão liberal os esforços e tendências do Museu e auxiliado, sobretudo, a sua atividade literária, concedam também, no futuro, ao Museu, se possível for, em escala ainda mais larga, os meios necessários para o seu desenvolvimento ulterior, provando desta arte que o Estado do Pará, marchando à frente do movimento intelectual no norte do Brasil, cada vez mais se empenha em levantar o nível geral da instrução pública.

Oxalá seja dado ao Sr. Prof. Goeldi dirigir ainda por muitos e muitos anos o Museu com igual energia e vigor mental como até agora, e encontrar o auxílio material e moral que tanto e em tão alto grau merece esta genial criação quanto ela dele carece para o seu desenvolvimento.

Finalmente não quero deixar de mencionar que a obra magistral, quase completa, do Dr. Goeldi, "ÁLBUM DAS AVES AMAZÔNICAS", esse suplemento ilustrativo ao seu livro anteriormente publicado sobre as "AVES DO BRASIL", bem como o "ARBORETUM" do Dr. Huber, pertencem ao número das obras literárias mais salientes e notáveis da atualidade, e que foram, mesmo fora do Brasil, recebidas com unânime aplauso. E ainda mais outros trabalhos, tratando dos mais variados assuntos atinentes aos tesouros da natureza brasileira, a Etnografia e a Prehistória aguardam, como manuscritos quase prontos, na carteira do Dr. Goeldi, a sua publicação que, com ansiedade, é esperada nos círculos científicos.

5 de dezembro de 1903 — Dr. Franz von Steindachner — Intendente do Imperial e Real Museu de História Natural de Vienna, Austria".

Pena, meus senhores e ilustres consócios e ouvintes, que os conselhos acima transcritos, do Dr. Franz Steindachner para que se desse maior extensão e desenvolvimento à obra de Goeldi no Museu,

não fossem seguidos, mantendo-se na mesma diretriz e ritmo do seu criador e fundador. Urge, pois, que os poderes competentes volvem as vistas para a obra que deixou na Amazônia e em particular no Pará, procurando engrandecê-la cada vez mais, como fazem as suas congêneres do sul do país, à cata e ampliação de coleções, e estudos de pesquisas científicas, procurando, por esse modo, acompanhar o desenvolvimento e o progresso atual de museologia.

Emil Goeldi, no mês de julho de 1904 pelo vapor "ARGENTINA", seguiu para a Europa como representante do governo estadual ao 6.º Congresso Internacional de Zoologia de Berna, e ao Congresso Internacional dos Americanistas em Stuttgart. Nesses congressos, tomara ele parte ativa como Vice-Presidente na direção das sessões ou através de comunicações científicas, tendo apresentado os trabalhos "NOVA ZOOLOGICA, ESPECIALMENTE NOVAS FORMAS DE VERTEBRADOS DA REGIÃO AMAZÔNICA" e "STEGOMIA FASCIATA, O MOSQUITO TRANSMISSOR DA FEBRE AMARELA, E O ATUAL ESTADO DE CONHECIMENTO SOBRE A CAUSA DA MESMA MOLESTIA".

No ano seguinte, em julho de 1905, Goeldi seguiu novamente para a Europa, desta vez como delegado ao 4.º Congresso Ornitológico Internacional, reunido em Londres. Em meados de março de 1906 fizera outra rápida viagem à Europa.

Depois de incessantes esforços em prol do engrandecimento da ciência na Amazônia, Emil Goeldi deixara a 21 de março de 1907 a direção do Museu, retornando definitivamente à Pátria no dia 22 de março deste mesmo ano; assim fizera por motivos de saúde, atendendo também à educação dos filhos. Ao resignar o cargo fora nomeado pelo Governo do Estado "Diretor Honorário do Museu Goeldi". Após deixar o cargo representara ainda o Museu nos congressos científicos: de Zoologia em Boston, de Americanistas em Quebec, de Geografia em Genebra e de Ornithologia em Bruxelas.

Na Suíça fixara residência em Berna, voltando a lecionar zoogeografia e biologia animal na Universidade daquela capital.

Para que se tenha uma idéia do volume de trabalho por ele realizado, basta mencionar que, entre 1878 e 1916 elaborara Goeldi cerca de 211 publicações científicas, destacando-se as já citadas anteriormente no decorrer dessa palestra, e ainda mais: "PRIMEIRA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DOS PEIXES DO VALE DO AMAZONAS E DAS GUIANAS". Boletim do Museu Paraense. Tomo II — 1897-1898. Pags. 443-488. "LAGARTOS DO BRASIL". Boletim do Museu Paraense. Tomo III — 1900-1902. Pags. 499-560. "QUELÔNIOS DO PARÁ". Boletim do Museu Paraense. Tomo IV — 1904-1906. Pags. 699-756. "ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ARMAÇÃO DOS VEADOS GALHEIROS DO BRASIL". Memória do Museu Paraense. 3.ª Parte — 1902. Pags. 1-46. "OS MOSQUITOS DO

PARÁ", trabalho inédito, resultado da campanha de experiências executadas em 1903, especialmente em relação às espécies *STEGOMIA fasciata* e *CULEX fatigans*, sob o ponto de vista sanitário, publicado nas Memórias do Museu Paraense. 4.ª Parte — 1905. Pags. 1-154. "O ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS SOBRE OS ÍNDIOS DA FOZ DO AMAZONAS NO PASSADO E NO PRESENTE", conferência realizada no Museu a 7 de dezembro de 1896 e publicada no Boletim do Museu Paraense. Tomo II — 1897-1898. Pags. 397-418.

Depois de uma vida laboriosa e profícua, em que se dedicara à ciência especialmente à História Natural, no dia 5 de julho de 1917, repentinamente, falecida vítima de um derrame cerebral, essa insigne figura que fôra o Prof. Dr. Emil August Goeldi, justamente com a idade de 58 anos, deixando viúva D. Adelina Meyer Goeldi, e 7 filhos: Walter, Cornélia, Leonie, Mathild, Oswalde, Arnold e Edgar Goeldi; desta numerosa prole dois deles (Walter e Cornélia), estudaram no Grupo Escolar de Nazareth de Belém do Pará. Por ocasião de seu passamento, não faltou quem lembrasse a vida afanosa do "Diretor Honorário do Museu Goeldi", em grande parte dedicada aos estudos dos problemas brasileiros. Por Decreto n.º 525 de 3 de novembro de 1931 foram reunidos os nomes anteriores daquela instituição numa só denominação, passando então a chamar-se "Museu Paraense Emílio Goeldi" o qual até hoje perdura, como prova de gratidão do Estado do Pará àquele que dedicara mais de um decênio de sua preciosa existência às pesquisas científicas do Pará e da Amazônia.

O nome de Emil August Goeldi ficará gravado entre nós e através das gerações, pelo patrimônio das suas obras sobre os estudos científicos de sua autoria, e pelo Museu que tem o seu nome imortal, com os tesouros que soube coligir, colecionar e classificar, obra que perdurará através dos séculos, como a melhor jóia do vale amazônico".

**HENRIQUE AMÉRICO SANTA ROSA, PATRONO DA CADEIRA N.º 19
— DISCURSO DO CONSÓCIO ABELARDO LEÃO CONDURU, FUN-
DADOR E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA**

Dia 2 de outubro de 1966, este sodalício realizou uma sessão de estudos, no decorrer de cuja reunião foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira n.º 19, da qual é Patrono Henrique Américo Santa Rosa, o consócio efetivo Abelardo Leão Conduru, cujo discurso de elogio a seu Patrono então proferido, a seguir transcrevemos:

"Ilustre Presidente.

Confrades

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Já cambando, agitadoamente canhestro, para o FIM inevitável, após muito caminhado por altos e baixos, em longas peregrinações estafantes e padecendo dissabores, agora com bem poucas alegrias, não posso, contudo, me furtar às obrigações decorrentes que, ainda, me pesam sobre os ombros acaçapados, por dever de ofício e diletantismo absorvente. A anciania enroscante, que é mal sem cura radical, graças a DEUS, não me impede de dar mostras da minha presença nesta CASA, fazendo das fraquezas força, para não perder oportunidades marcantes, mesmo sabendo da desvalia dos meus conhecimentos, em gritante contraste com a riqueza invejável dos demais obreiros que aqui mourejam, exponenciando estudos e valorizando ações, inteligentemente obtidos ou conseguidas pela pertinácia dos apuros, colocando nos devidos lugares pessoas e fatos, no cumprido de preceitos estatutários. Este, certamente, o meu propósito, tomando por PATRONO da minha cadeira de sócio efetivo deste "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO", o nome de HENRIQUE SANTA ROSA, um dos seus fundadores e figura das mais destacadas na sua organização modelar, em vários períodos administrativos. Os colapsos havidos, por deficiências imprevistas e restritivas, no corrido dos anos, em quase nada influíram na sua finalidade precípua, de tão largos descortinos. Infelizmente, por mal dos meus pe-

cados originaes e das minhas falhas ocasionaes, não me tem sido possível uma cooperação assídua e persistente a esse trabalho engrandecedor, reclamando pesquisas e pedindo esclarecimentos. É que me falecem predicados e qualidades para mistér de tamanha monta e de tão grandes responsabilidades. Não faltam, porém, neste SODALÍCIO pessoas capazes de levar a cabo a monumental tarefa, focalizando assuntos e dirimindo controvérsias. Presentemente, convém salientar, sem desdouros e sem censuras a quem quer que seja, o nosso "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO" atravessa período áureo sob a Presidência de ERNESTO CRUZ, dinâmico pesquisador e operário infatigável, salutarmente auxiliado por outros diligentes CONFRADES, porfiados todos em evidenciar, com probidade evangélica, a obra restauradora, digna de aplausos e merecedora de encómios, por dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, sem paixões doentias e sem pressamentos desarrazoados. Crente sem ser dogmático, sentindo de perto a realidade palpitante e irrecusável de tais propósitos, é que me atrevo a subir a esta tribuna altaneira para vos falar, caros ouvintes, do PATRONO de minha cadeira, que é HENRIQUE SANTA ROSA e de quem fui aproximado por ELIAS VIANA, que me aprumou na vida, benêficamente guiado e gratamente reconhecido. Distanciados um do outro — jovem eu e madurão ele — as nossas intimidades esporádicas, por isso mesmo, não tiveram profundezas capazes de estabelecer confrontos singulares e análises determinativas. Os conversados superficiais não deram para tanto, pelo que tive de recorrer aos apontamentos da Família, que o meu presadíssimo Amigo Adalberto Santa Rosa, presentemente residindo no Rio, em Copacabana, retém àvaramente resguardado.

* * *

Nasceu Henrique Santa Rosa nesta cidade de Santa Maria de Belém, em uma casa térrea sita à antiga rua Nova de Santana, hoje Manuel Barata, aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 1860. Foram seus pais o Dr. AMÉRICO MARQUES SANTA ROSA e D. HENRIQUETA DE ARAÚJO SANTA ROSA, de saudosas memórias. O primeiro, natural da Bahia, formou-se em medicina aos 20 anos de idade, depois de curso brilhante. Ingressado no Exército Nacional, rumou para Belém, encontrando campo vasto para suas atividades, em proveito da humanidade sofredora. Fêz da sua nobre profissão um verdadeiro sacerdócio, grangeando simpatias e atraindo adeptos. — POLÍTICO PARTIDÁRIO que, também, foi e dos mais ardorosos, desprendidamente sincero e lealmente adverso. Professor erudito, e reto no proceder com os que dêle se acercavam, pobres e ricos, fêz-se estimado indistintamente, alcançando chefias, sem malquerenças estúpidas e sem passividades debilitantes, pelo que no cenário político-

partidário da nossa terra, por vèzes inconvenientemente desabusado, chegou à posição de destaque, fiel ao regime monárquico, liberalmente controlado e assistidamente magnânimo. O VELHO AMÉRICO, como comumente era chamado por gregos e troianos, casou-se, aqui em Belém, com D. Henriqueta de Araújo Santa Rosa, nascida em Bujaru, distrito de São Domingos da Boa-Vista, edificando e mantendo um LAR, pródigo em altruísmos e gênese das virtudes peregrinas da prole numerosa que lhes honrou os nomes, respeitadas por suas suas intrínsecas qualidades morais e por seus exemplos enobrecedores.

O parêntese aberto, para enaltecer valores emoldurantes, faz-se preciso e mesmo indispensável, ao homenagearmos, com a devida justiça, o FILHO ILUSTRE, prolongamento dum passado alicerçador, mantido sempre de pé e em vertical, sombreadoramente acolhedor, para perpetuações de vidas, em que pesem as indiferenças enigmáticas das gerações posteriores, desafinadamente instrumentadas.

Criado e educado em tal ambiente, austero e bondoso, HENRIQUE SANTA ROSA manteve-se indormidamente vigilante e na altura dos ensinamentos recebidos, que lhe condicionaram aspectos ensolarados e medianamente refletidos no percorrido dos anos incertos e no positivado das atitudes consentâneas. Mandado por seus Pais para a Bahia, foi o PATRONO da minha cadeira matriculado no "Colégio Imbassahy", aos 15 anos de idade, onde concluiu o curso secundário, obtendo notas ótimas e felicitado pelos examinadores, tendo um deles, entusiasmado pela dissertação clarividente e precisa de uma das provas, o abraçado, apesar de inimigo do VELHO AMÉRICO, de quem era, confessadamente, adversário ferrenho. Não podendo ingressar, imediatamente, na Escola Polytécnica, por ainda não ter completado a idade exigida pelo regulamento, HENRIQUE SANTA ROSA, para não perder tempo precioso, cursou o primeiro ano da Faculdade de Direito, até que em 1876, após as provas indispensáveis, matriculou-se na Escola Polytécnica do Rio de Janeiro, iniciando, com o seu espírito convenientemente brunido por uma cultura bem orientada, o curso de Engenheiro-Civil, diplomando-se para o exercício integral da carreira preferida. Os cinco anos que ali passou, estudando afinadamente, foram por Ele percorridos com galhardia e distinção, deixando na Escola afamada e exigente, sulco luminoso da sua inteligência, tendo como companheiros de jornada, dentre outros, PAULO DE FRONTIN, CARLOS SAMPAIO e ANDRADE PINTO, expoentes da engenharia nacional pelas obras realizadas com proeficiência invejável e técnica meritória. Não esquecido pelos colegas, que sabiam da sua capacidade de artífice recusou ofertas tentadoras para operar no sul do país, preferindo ficar no Pará, ao lado de seus genitores e na tranquilidade do LAR que construiu, extremamente carinhoso nos seus desvêlos paternos e filiais e tipicamente harmônico no seu devotamento conjugal. Reiterados êsses con-

vites, em épocas diferentes, quando já viúvo, jamais se deixou levar pelas promessas de enriquecimento fácil, modesto e desambicioso que era. Para Ele, amoroso dos seus, bastava o convívio da sua velha Mãe e dos Filhos queridos, para os quais vivia, pacientemente operando.

Recentemente diplomado, regressou HENRIQUE SANTA ROSA ao torrão natal, recebendo convite do então Presidente da Província Dr. Dantas Filho para ocupar o cargo de Engenheiro Auxiliar da "Repartição de Obras Públicas", lugar em que se conservou, por algum tempo, chegando a responder por uma das Chefias do "Serviço de Terras Públicas", do "Ministério de Agricultura, Comércio e Indústria". Espírito eminentemente liberal, filiou-se à corrente abolicionista que, entre nós, diga-se de passagem, tardou-se em apagar a mancha cancerosa da escravidão negra, que infelicitava a Nação de norte a sul, apesar do trato benigno aqui desfrutado pelos CATIVOS, humanamente visto pelos SENHORES, que lhes reconheciam direitos e davam-lhes liberdade, mas sem alforrias e sem afastamentos definitivos!... Ungido de fé pelo engrandecimento do nosso BRASIL, — uno e indivisível — PÁTRIA de todos nós estremecida, em que falem, maisinadoramente, preferências inadmissíveis e descabidas, HENRIQUE SANTA ROSA, convicto de que o mal reinante provinha inteiramente do regime monárquico, ingressou na falange de LAURO SODRÉ, PAIS DE CARVALHO, JUSTO CHERMONT e de outros vultos democráticos, sendo um dos fundadores do "CLUBE REPUBLICANO DO PARÁ", do qual foi Secretário e Vice-Presidente em vários Diretórios. O seu nome, como de LAURO SODRÉ, acha-se ligado à história do jornalismo republicano paraense, pois por Ele foi fundado e dirigido o "REPÚBLICA", órgão de indiscutível atividade no regime que derrubou o Império e baniu PEDRO II. Como era de esperar, o intemorato apóstolo das liberdades públicas sofreu castigo exemplar, com a extinção da repartição em que labutava, pelo que teve de trabalhar fora de Belém, em serviços particulares, que lhe ensejaram melhor conhecer e mais de perto as riquezas latentes da terra imensa e dadivosa, ainda hoje sem melhoramentos capazes de atrair povoadores, para o desbravamento das suas matas fechadas e de seus rios caudalosos, tendo de tudo, tendo de tudo para fazer a nossa independência econômico-financeira, sem extremismos funestos e sem exagêros patrióticos!...

• • •

Proclamada a REPÚBLICA no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, o PARÁ aderiu ao movimento no dia seguinte, sem espetaculosidades nem perseguições, que pouco, muito pouco mesmo, se fez em sentido contrário, tristemente encolhidos e lamentáveis.

mente espantados!... A Obra, em si grandiosa, tornou-se concreta no Brasil, quase sem derramamento de sangue, o que terá sido um bem ou um mal nos resultados colhidos, até agora inexplicavelmente barafundados e febrilmente descontrolados! Não me cabe, entretanto, entrar em minúcias, detalhando fatos e analisando ocorrências, necessitado que me encontro de desdobrar o assunto magno que me foi condicionado para esta homenagem póstuma, enumerando serviços e apreciando procederes dignos de menção.

Com o advento do REGIME REPUBLICANO, passou JUSTO CHERMONT a governar o Pará, provisoriamente, escolhendo colaboradores dentre os seus correligionários, sendo HENRIQUE SANTA ROSA dos mais eficientes na organização do novo regulamento da "Diretoria de Obras Públicas", com atribuições específicas. Eleito e empossado LAURO SODRÉ no Governo Constitucional do Estado, continuou HENRIQUE SANTA ROSA no desempenho de tal incumbência, desdobrada em outros serviços relativos a TERRA e VIAÇÃO, em todo o Estado, elogiado pelo desenvolvido dos mesmos em todos os seus ângulos e contornos. PAIS DE CARVALHO, que substituiu condignamente a LAURO SODRÉ, não lhe regateou aplausos conservando-o naquelas elevadas funções, onde se houve, sempre, com superioridade administrativa, até que, criado o "SERVIÇO DE SANEAMENTO DE BELÉM", passou a dirigi-lo, aprofundando estudos e executando obras, devidamente autenticadas.

• • •

Ao assumir AUGUSTO MONTENEGRO o Governo do Estado, — incontestavelmente um dos nossos mais abalizados financistas — após violenta campanha eleitoral, eivada de difamações ferinas e recheada de insultos soezes de lado a lado, o PARÁ atravessava um período de tibiêza moral desmoralizante, que as intrigas solertes e os empenhamentos de ouvidos levaram a perseguições inomináveis. O LEMISMO, serrando de cima, buscava conter adversários indômitos, que não se sujeitavam ao mandonismo impenitente mesmo surrados pelos capangas estipendiados pelos cofres públicos e com a polícia fechando os olhos ao disparatado de seus ominosos crimes, ostensivamente levados a cabo, sem dó nem piedade! Não estou exagerando, no superficial comentado, o fato vergonhoso que nos abastardou, deprimentemente desolador. Época pungentemente deplorável, que a faina metódica e vultosa do SENADOR LEMOS na Intendência de Belém não conseguiu esconder, responsável! Ele, sem dúvida alguma, pelos atos de vandalismo e pelo caricato das encenações que lhe deram certas proeminências partidárias, com características deprimentes. Em verdade desperdiçou-se muito dinheiro, conseguido através de empréstimos estrangeiros para obras ainda por serem con-

cluídas! As CONCESSÕES, dadas de mãos beijadas a amigos do peito, foram fatores assaltantes de muitas de suas realizações, com propaganda sui generis e tributos escorchantes, para a época! Mas tudo isso foi esquecido, para que, hoje, através de caríssimos RELATÓRIOS, confeccionados e impressos em Paris, com engenho e arte, se dê a ANTONIO JOSÉ DE LEMOS, por vêres um pouquinho mais, um pouquinho mais do muito, do muitíssimo que Ele merece, por suas atividades recomendáveis de administrador infatigável e produtor. Correligionários seus, com inúmeros favores recebidos, foram os principais insufladores da vindicta tenebrosa, que lhe incendiou o JORNAL e a casa de moradia, na desnordeante noite de 29 de agosto de 1912. Tomando parte nos lamentáveis acontecimentos, levado pelos ardores da mocidade inconsequente e desavisada, preciso esclarecer que reprovei na mesma noite fatídica, o ataque à residência do adestrado e prestigioso CHEFE POLÍTICO de quem sempre fui adversário intransigente, não acompanhando os que foram até lá, sabe Deus com que intenções e com que propósitos!...

Zelando, com ufania, os seus sentimentos de lealdade, HENRIQUE SANTA ROSA, cujo coração era um esconjuro de inesgotável afeto à Família, não vacilou em permanecer LAURISTA, com alguns dos seus do lado oposto, batendo palmas aos desmandos e às extravagâncias da situação dominante, que ameaçava perdurar com o poderoso apoio de PINHEIRO MACHADO, imperando por todo o BRASIL. Mudado o cenário com o covarde assassinato do gaúcho impávido e destemido, o LEMISMO foi se acabando lentamente, com abandonos desconexos, restando, apenas, uma centena de abencerragens destemerosos e perturbadamente vanguardados, dentre outros, por CHERMONT DE MIRANDA e ROMEU MARIZ!

LAURO SODRÉ, em 1917, voltou a governar o PARÁ, dificilmente encaminhado, mas nem por isso deixou de ser o mesmo CIDADÃO de preclaras virtudes democráticas, amigo dos seus amigos que nunca lhe regatearam ajudas valiosas e honestas, e HENRIQUE SANTA ROSA foi um destes, retornando a dirigir, com eficiência e probidade, o importante departamento que organizou nos primórdios da REPÚBLICA, posto em que foi mantido nos sucessivos governos de SOUZA CASTRO, DIONÍSIO BENTES e EURICO VALE, até que a REVOLUÇÃO de OUTUBRO DE 1930 dele o afastou, definitivamente, obrigando-o a optar pela distinguida função de "CONSULTOR TÉCNICO da PORT OF PARÁ".

Os serviços públicos do Pará, em suas múltiplas modalidades, muito ficaram a dever ao seu labor exaustivo e às suas atividades

pertinentes, como os de Água, Esgôtos, Viação, Terra e as construções dos majestosos prédios, onde se encontram instalados o "Instituto Lauro Sodré" e o "Instituto Gentil Bittencourt", bem como o da "Penitenciária" não concluído, todos por Ele fiscalizados no decorrer das respectivas obras, no seu todo ou em parte. Notáveis, outrossim, suas atividades em setores de ação técnica e profissional, salientando-se o da construção do PORTO DE BELÉM, obra gigantesca a que se dedicou de corpo e alma, caprichoso nos estudos e na performance dos detalhes.

Era HENRIQUE SANTA ROSA possuidor dum grande poder de penetração, pois via tudo com presteza e via bem, nas andanças da sua carreira, modelarmente traçada e seguida. Personalizando a mentalidade do nosso Estado, foi, por mais de uma vez, seu embaixador credenciado em vários certames e congressos realizados na Capital do País, dentre os quais é de se anotar o "INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS", promovido pelo "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO", onde apresentou e defendeu tese valiosa sobre o RIO AMAZONAS, merecendo da comissão incumbida de apreciá-la os mais rasgados encômios, e cujo parecer julgador assim termina: "EM SÍNTESE, a tese desenvolvida e exposta pelo Dr. SANTA ROSA, EVIDENCIA PERFEITO CONHECIMENTO DA REGIAO E SABIA ERUDIÇÃO HISTÓRICA SOBRE O RIO AMAZONAS, TÃO INTERESSANTE COMO ATE AGORA FRAGMENTÁRIA. A SUA APROVAÇÃO IMPÕE-SE E APLAUSOS SÃO DEVIDOS AO SEU ILUSTRADO AUTOR".

Cabe aqui, também, referência especial à incumbência que lhe foi outorgada para acompanhar, no Rio de Janeiro, como técnico-especializado, a ação dos advogados do Pará, na rumorosa questão de limites com o Amazonas. Tal foi o valor do trabalho que desenvolveu, com perícia e dados convincentes, que o mesmo passou, integralmente, a fazer parte da nossa defesa, mas somente divulgado, após a sua morte, por solicitação do Governador JOSÉ MALCHER, que o mandou imprimir, em separado, devidamente autorizado pela Família do extinto.

Por ocasião dos festejos comemorativos do tricentenário de Belém, HENRIQUE SANTA ROSA foi o incansável organizador dos mesmos, destacando-se pelo conjunto dos objetos expostos, devidamente catalogados pela "Associação Comercial do Pará", a "FEIRA DE AMOSTRAS" em um dos galpões que marginam o calç, visitado, dia e noite, por milhares de pessoas, sequiosas de conhecer as nossas riquezas em potencial.

Diretor honorário da nossa ESCOLA DE ENGENHARIA, que se vem recomendando proficuamente em nosso meio e, mesmo, fora dele, e, também, PRESIDENTE HONORÁRIO desta CASA e SÓCIO CORRESPONDENTE do "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

BRASILEIRO", o PATRONO da minha cadeira se fez admirado pelo seu preparo e qualidades intrínsecas, que lhe aureolaram o nome, dando-lhe projeção invulgar e ressonâncias cristalinas, no percuciente desenvolvido de seus estudos e no ministrado de sábias lições, mestre que foi de várias gerações, no "COLÉGIO PROGRESSO" e no "LICEU PARAENSE", hoje "COLÉGIO ESTADUAL PAIS DE CARVALHO". Nunca presenteou Filhos e Parentes, através de concessões gratuitas de terras devolutas do Estado, sabendo, como ninguém, onde se encontravam riquezas abastecedoras, do Gurupy ao Tapajós e do Xingu ao Tocantins, como minas de ouro, ricos castanhais, densas florestas de pau rosa e imensos balatais, desafiando cobiças, para negócios abafantes e transações rendosas.

Da bem alinhada equipe de engenheiros civis, que capitaneou, treinadamente avantajada, fizeram parte, destacadamente, BENTO MIRANDA, RAIMUNDO VIANA, PALMA MUNIZ, HOLANDA LIMA, FRANCISCO BOLONHA, ACATAUASSU NUNES, GUILHERME PAIVA e outros mais, todos paraenses e já falecidos.

Na sua residência, alegre e convidativa, sita à Avenida Nazaré, nas proximidades da Praça Justo Chermont, único bem material legado à Família, os almoços se repetiam anualmente, festejando natalícios, com iguarias confeccionadas pela PRETA CAETANA e regados de excelentes vinhos francêses, diretamente importados — tudo sob contróle de D. HENRIQUETA, que era a DONA DA CASA, exímia conhecedora de pratos regionais, que enchiam mesas e satisfiziam apetites. A surdez, que era mal congênito dos SANTA ROSA, forçava alhear vozes que, contudo, não abafavam as decifrações culinárias do insigne MESTRE BARROSO REBELO, conversador talentoso, buliçosamente fértil nos conceitos emitidos com graça e elegância, dignas de registro.

• • •

Henrique Santa Rosa, casado com D. Maria da Silva Santos Santa Rosa, deixou seis filhos, três já falecidos, Renato, Sílvia e Heloísa e três restantes, Adalberto, bacharel em Direito e funcionário aposentado da Prefeitura de Belém, presentemente residindo no Rio, em Copacabana; Mário, oficial do Exército, comandando, no posto de Coronel, um batalhão em TRÊS CORAÇÕES, Minas Gerais, e Maria Stela, exercendo a alta função de Chefe de Gabinete do Ministro do Interior e Justiça, em Brasília. Falando fluentemente o francês e o inglês não foi difícil a HENRIQUE SANTA ROSA viajar, demoradamente, pela velha Europa, em companhia de alguns filhos, visitando cidades importantes e apalpando monumentos históricos. Sedento de saber, a distração turística proporcionou-lhe conhecimentos ilustrativos, alargando sua cultura e produtividades valorizantes. O câmbio

era, então, a nosso favor, com a nossa "SERINGA" disputada a preço altíssimo nos mercados consumidores. Em regra geral, gastava-se mais do que se devia, com algum capital ido para Portugal e emprego na compra de "QUINTAS" arrumantes. Nababos, perdulâriamente desavisados, ficamos paupérrimos e endividados, sem que, contudo, a lição nos aproveitasse convenientemente, como era de esperar!...

• • •

As 18 horas do dia 16 de dezembro de 1933, faleceu na cidade do Rio de Janeiro, na época Capital do Brasil, o Dr. HENRIQUE SANTA ROSA, em uma casa situada à rua Almirante Alexandrino, bairro de Santa Tereza, assistido da sua Família e cercado de Amigos, abençoadamente cristão, católico que sempre foi, sem ostentações e sem pieguismos. A colônia paraense, ali domiciliada, não lhe faltou com a merecida homenagem, falando à beira do seu túmulo, no cemitério de São João Batista, em Botafogo, o Dr. Jorge Sumer, nosso ilustre conterrâneo e professor catedrático do "Colégio Pedro II", em nome do "GRÊMIO PARAENSE". A essa homenagem não se associou, oficialmente, como de seu dever e obrigação, o Governo Paraense, às voltas, então, com os problemas revolucionários, que lhe tomavam o tempo e tolhiam ações reverenciadoras. O "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO", por ocasião do seu 95.º aniversário, presente GETÚLIO VARGAS, em sessão solene, reverenciou-lhe o NOME ILUSTRE, falando o seu Orador Perpétuo, Dr. RAMIZ GALVÃO, — que assim finalizou: — "DESDE O RORAIMA ATÉ OS RINCÕES DO CHUY, DESDE PONTA DE PEDRAS ATÉ AS NASCENTES DE JAVARY, NÓS SOMOS UMA SÓ ALMA E UM SÓ CORAÇÃO, PELO QUE O "INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO" SE INCLINA, COMOVIDO E GRATO, ANTE O TÚMULO DESTA BOM SERVIDOR DA PÁTRIA".

• • •

HENRIQUE SANTA ROSA não dorme o derradeiro sono na terra que tanto amou; dorme-o, porém, na cidade do Rio de Janeiro, cérebro e alma do BRASIL. Lá, como aqui, a terra lhe será leve e balsâmica, "porque a terra da PÁTRIA, em toda a sua extensão, é, sempre, leve e balsâmica para os que bem a serviram e melhor a dignificaram".

**TRANSCRIÇÃO DE ATA — SESSÃO DE ESTUDOS EFETUADA DIA
2 DE OUTUBRO DE 1966 — DISCURSOS DE ELOGIOS DE EMIL
AUGUST GOELDI E HENRIQUE AMÉRICO SANTA ROSA, RESPEC-
TIVAMENTE, PATRONOS DAS CADEIRAS NS. 15 E 19**

Aos dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, reuniu-se a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em sua sede social, havendo comparecido os seguintes Diretores e demais consócios efetivos a fim de participarem da sessão de estudos então realizada: Ernesto Cruz, Presidente; Aláudio Melo, 1.º Secretário da Diretoria; Vítor Tamer, 2.º Secretário da Diretoria; Arlindo Miranda, Tesoureiro; Orlando Moraes Rêgo, Diretor do Museu; Luís Faria, 1.º Secretário da Mesa da Assembléia Geral; Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente da Diretoria; Aloysio da Costa Chaves, Abelardo Conduru, Armando Bordalo da Silva, Bibliotecário, Fernando Guilhon, Luiz Araújo e José Marcos dos Santos. O Sr. Presidente convidou a participarem da mesa os consócios Aláudio Melo e Vítor Tamer, respectivamente, 1.º e 2.º Secretários da Diretoria e o 1.º Tenente da Polícia Militar do Estado Francisco Ribeiro Machado, representante do Sr. Tenente-Coronel Alacid Nunes, Governador do Estado. Aberta a sessão, foi lido o expediente, que constou do seguinte: officio n.º 472/66-GP, de 30 de setembro último, do Sr. Dr. Stélio Maroja, Prefeito Municipal de Belém, convidando os consócios deste Instituto a assistirem à inauguração, dia 6 do corrente mês, do monumento erigido a Pedro Teixeira, ofertado à cidade de Belém pela Comunidade Portuguesa do Pará e solicitando a designação de um representante deste sílogeu para discursar na solenidade daquela data. Mediante despacho do Sr. Presidente, foi designado o consócio Augusto Ebremer de Bastos Meira, em atendimento ao aludido officio, ficando a Secretaria incumbida de officiar, nesse sentido, ao Sr. Prefeito Municipal de Belém. Officio datado de 1.º de setembro último, de Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, remetendo a este sodalício a medalha comemorativa do Centenário de Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, tio-avô do remetente e neto predileto de Dom Pedro II. A referida medalha foi entregue ao consócio Orlando Moraes Rêgo, Diretor do Museu, para relacioná-la e

colocá-la na vitrine, ficando a Secretaria incumbida de agradecer a oferta. Ofício datado de 23 de setembro último, do deputado federal Gabriel Hermes Filho, manifestando os seus aplausos pelo trabalho que este cenáculo vem desenvolvendo e manifestando o desejo de ser sócio correspondente deste Instituto, desejo esse também manifestado por Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança. Após haver sido amplamente debatido o assunto, ficou resolvido, a fim de ser dado cumprimento ao Estatuto, que a Secretaria deveria enviar aos mencionados pretendentes, propostas para efeito de preenchimento e posterior devolução, quando seriam remetidas à Comissão de Admissão de Sócios para dar parecer. Por proposta do consócio Abelardo Conduru, aceita unânimeamente, o Instituto deverá apresentar congratulações ao consócio efetivo Dr. Raymundo de Souza Moura, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, em face de sua recente nomeação pelo Exmo. Sr. Presidente da República, para o elevado cargo de Ministro do Superior Tribunal do Trabalho. O consócio Dr. Luiz Araújo propôs a inserção em ata de um voto de louvor pelo trabalho que vem desenvolvendo o consócio Orlando L. M. de Moraes Rêgo, Diretor do Museu. Dando início à sessão de estudos propriamente dita, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao consócio Abelardo Conduru, o qual proferiu a leitura de substancioso discurso de elogio ao Engenheiro Henrique Américo Santa Rosa, ex-Presidente deste Instituto e Patrono da Cadeira n.º 19, da qual o orador é fundador e ocupante. Em seguida foi concedida a palavra ao consócio Orlando L. M. de Moraes Rêgo, o qual fez a leitura de bem elaborado discurso de elogio ao Dr. Emil August Goeldi, Patrono da Cadeira n.º 15, da qual o orador é fundador e ocupante. Ambos os oradores receberam entusiásticas salvas de palmas pela maneira brilhante com que teceram judiciosas considerações acerca das personalidades dos homenageados, cujas biografias foram perfeitamente traçadas. O consócio Dr. Luiz Araújo propôs a inserção em ata de um voto de congratulações pelos magníficos trabalhos apresentados, cujos discursos de elogio deverão dentro em breve ser publicados na "Revista" desta instituição. O Sr. Presidente deu conhecimento ao plenário da atual situação financeira do Instituto, o qual recebeu recentemente o auxílio no valor de Cr\$ 2.000.000 da Reitoria da Universidade Federal do Pará, cujo cheque o Sr. Presidente fez entrega ao Tesoureiro Arlindo Miranda, a fim de efetivar o respectivo depósito em nome do Instituto. Falou ainda o Sr. Presidente sobre a comunicação recebida através do Escritório "Auxílios e Subvenções", estabelecido no Rio de Janeiro, segundo a qual o Instituto tem a receber a subvenção extraordinária que lhe foi concedida pelo Ministério da Educação no valor de Cr\$ 700.000. Antes de encerrar a sessão o Sr. Presidente se congratulou com os Diretores e consócios presentes, cujo comparecimento agradeceu, marcando nova sessão de estudos para o dia 10 de

novembro vindouro, às 20,30 horas, quando serão proferidos os discursos de elogio de Euclides da Cunha, Patrono n.º 16, da qual é fundador e ocupante o consócio Dr. José Marcos dos Santos e de Inácio Batista Moura, Patrono da Cadeira n.º 21, da qual é fundador e ocupante o consócio Dr. Vítor Tamer. E, para constar eu, Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, lavrei a presente ata. Aprovada em sessão de 10 de novembro de 1966. — (aa) Ernesto Cruz, Presidente — Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente — Aláudio Melo, 1.º Secretário — Vítor Tamer, 2.º Secretário.

CAXIAS E O ESPÍRITO RELIGIOSO

Cônego Apio Paes Campos Costa

Numa hora aflitiva e cheia de indecisões como a que estamos vivendo, quando os espíritos procuram, em meio à inquietude universal, um paradigma de ação e de salvação, — é bom que os nossos olhos cansados das esperanças do presente e das promessas do futuro, se voltem para as realizações do passado, para as realidades concretas daquilo que já foi feito, das vidas vitoriosas, dos ideais executados, das grandezas atingidas, — para que aprendamos a crer nas virtualidades que existem dentro do coração do homem.

Jamais como agora, quando a humanidade atingiu uma encruzilhada crucial da história das civilizações, na qual é impossível dizer ao certo o caminho seguro para a perpetuação da própria civilização, — agora, mais do que nunca, é que a História é a Mestra da Vida. Nós já estamos descrentes daqueles que querem ensinar o futuro, daqueles que descrevem os caminhos novos de civilizações novas, ou de idades novas, daqueles que estão com os lábios cheios de promessas e de esperanças, e o coração vazio de fé e de amor. Já estamos angustiosamente descrentes de uma época inebriada de fórmulas de paraísos antecipados e de experimentações de futuros risinhos e felizes. Já estamos cansados, irremediavelmente cansados, de todas as magias de abstração.

E precisamos, por isso, voltar ao passado. Voltar ao passado não é descrever do futuro. Não é fugir, covardemente, ao modernismo sadio das afirmações do presente. Não é renunciar à sua época e abandonar a sua posição histórica, — a única que corresponde, legitimamente, aos desígnios da Providência de Deus.

Voltar ao passado, neste sentido, é procurar as lições estudadas e vividas. Aquelas que são o cerne de toda a autêntica tradição de nossa civilização. As lições daqueles que viveram plenamente a sua própria época e que, por isso, se tornaram capazes de ensinar a viver, em sua própria época, todas as futuras gerações. Voltar ao passado é aprender os caminhos das vitórias alheias, é conseguir à custa das experimentações concretas de vidas já vividas, a fórmula

da pedra filosofal que trará, ao nosso século, a estrada da verdadeira esperança, que é a mesma da Fé e do Amor.

Voltar ao passado é voltar às nascentes, e as águas nascentes são sempre mais puras. Voltar ao passado é retornar ao cerne, à essência, ao embrião, à medula da História das civilizações.

Aprender a lição de Caxias é voltar ao passado. Ao passado mais glorioso de nossa história, ao passado mais rico, mais cheio de tradições heróicas e de afirmações de patriotismo, ao passado que transformou o Brasil numa pátria respeitável e respeitada e digna de todo o nosso amor. E esse mesmo passado, o passado dos brasileiros ilustres e denodados, dos brasileiros que pautaram sua vida pelos ensinamentos do evangelho, dos brasileiros que foram a fructificação das sementes espirituais dos Nóbregas e dos Anchietas, — é esse mesmo passado que tem de servir de paradigma do presente, sob pena de, sendo abandonado, cair a Pátria na desolação e no caos.

O Marechal Luiz Alves de Lima e Silva emerge, assim, da paz da História, para ensinar ao Brasil do presente o caminho das vitórias gloriosas do passado, que há-de ser o mesmo caminho das vitórias do porvir.

Cultuar o Duque de Caxias não é apenas rememorar uma data patriótica. Não é somente fazer uma celebração de praxe e sem significação. Por isso é que as comemorações do Duque de Caxias não se podem restringir a uma tecitura de elogios à sua bravura de soldado, a uma recordação de seus feitos heróicos, nem mesmo a uma exortação a que as Forças Armadas o imitem, na defesa e no engrandecimento da Pátria.

A lição de Caxias é muito mais profunda. E nesta hora, em que os interesses da Pátria periclitam no jogo das ambições desmedidas, em que o regime da Pátria se desmoraliza na corrupção dos inescrupulosos e dos aventureiros, em que a defesa da Pátria cedeu lugar à defesa dos interesses de grupos e de partidos, em que o patriotismo foi substituído pela avidez de realizar impunemente o lucro fácil e a desonestidade rendosa, — nesta hora mais do que nunca, é necessário voltar à lição de Caxias, para aprender d'ele o espírito de luta não mais contra inimigos exteriores, mas contra as forças intestinas de desagregação e de morte. Aprender d'ele que ao amor à Pátria deve preceder, ontologicamente, o amor das estruturas fundamentais da Pátria que são o culto de Deus e o culto da família, célula da sociedade. E que a grandeza da Pátria há-de ser coisa frita, quando não se alicerçar na honestidade e no cristianismo daquêles que a dirigem. E é essa a lição profunda do Duque de Caxias. A lição que as Forças Armadas hão-de praticar, para poderem desempenhar a missão gloriosa de defesa de uma Pátria que é, muito menos que um território, um depósito das tradições morais e cristãs que nasceram com o berço da nacionalidade, que foi a missa de frei Hen-

rique de Coimbra, e que se perpetuou através das vidas gloriosas daquêles que, como Caxias, souberam honrar a Pátria nos campos de batalha, porque já a honravam na sua vida familiar íntegra e nas suas convicções cristãs.

Seria inútil querer repetir tôda a tonalidade cristã que passa através das alocações de Caxias aos seus comandados, da generosidade em tratar os vencidos, do sentido de honra e de integridade que êle via na sua missão militar. Chefe de família exemplar, católico praticante e fervoroso, Caxias foi quem, a 17 de setembro de 1875, decretou a anistia dos bispos, na célebre questão religiosa. Gesto cristão e patriótico que o enobrece tanto quanto as suas vitórias nos campos de luta. Dar liberdade à Igreja é o mesmo que assegurar a defesa da Pátria. E aí está todo o programa de civismo e de brasilidade que o grande soldado oferece aos brasileiros de hõje. Libertar e defender as tradições cristãs da Pátria, nesta hora de ameaças, é defender a indissolubilidade da família, é reprimir as opressões de consciência, é respeitar a pessoa mesmo vencida ou minoritária, é procurar antes dos interesses privados o bem da coletividade, é combater a ignomínia, o despudor, a exploração, a aventura política, a ganância, e todos os sectarismos negadores das valias sobrenaturais e dos direitos fundamentais do homem. E é essa, repetimos, a lição espiritual de Caxias.

Aprendê-la é voltar ao passado. Ou melhor, é fazer reviver o passado, pois que a melhor maneira de cultuar Caxias é reviver, nas vidas dos brasileiros de hoje, as virtudes cívicas e morais que engrandeceram Caxias e, com êle, engrandeceram o Brasil.

Fôrças Armadas da Pátria, aprendei essa grande lição. E fazei, com a vossa coragem e vossa integridade, que as armas que empunhais sejam, antes de tudo, uma garantia de defesa da vocação lldimamente cristã de nossa Pátria, para que sejam, consequentemente, uma certeza da valorização e da glória do Brasil! — (Este artigo foi escrito no ano de 1957).

**TRANSCRIÇÃO DE ATA — SESSÃO DA DIRETORIA EFETUADA
DIA 14 DE MAIO DE 1966**

Aos catorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e seis, reuniu-se na sede social do Instituto Histórico e Geográfico do Pará a Diretoria dessa associação cultural, com a presença dos seguintes Diretores: Ernesto Cruz, presidente; Aláudio Melo, 1.º secretário; Arlindo Miranda, tesoureiro; Orlando L. M. de Moraes Rêgo, diretor do Museu, convindo acrescentar ter sido esta a primeira reunião da atual Diretoria eleita dia 23 de abril último e empossada dia 8 do corrente. Pelo Sr. Presidente foi apresentado um programa de atividades para o corrente ano, do qual constou a conclusão dos trabalhos de recuperação da sede social, cuja propriedade deverá ser assegurada; avaliação atualizada do prédio e de seu mobiliário; levantamento da planta do edifício; organização da galeria dos retratos dos Presidentes do silogeu e várias sessões de estudos, quando deverão ser elogiados os Patronos das Cadeiras dos sócios efetivos, havendo a Diretoria aprovado a referida programação. A diretoria fixou os valores correspondentes ao pagamento da jóia de sócio efetivo em Cr\$ 5.000 e o diploma em Cr\$ 3.000. Havendo recebido do Sr. Prefeito de Belém e do Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, em sessão solene, os diplomas e medalhas, respectivamente, comemorativos do 350.º aniversário da fundação da cidade de Belém e do 25.º aniversário da instalação da Justiça do Trabalho, o Sr. Presidente fez entrega ao Diretor do Museu das medalhas e diplomas referidos. O Sr. Presidente comunicou haver esta instituição cultural sido convidada por uma comissão de oficiais do Quartel General do Comando Militar da Amazônia e 8.ª Região Militar, presidida pelo Coronel Moysés Sampaio, Chefe do Estado-Maior Regional, para participar dos festejos comemorativos do centenário da Batalha de Tuiuti, a se realizarem de 21 a 24 do corrente, devendo o consócio Aláudio de Oliveira Melo proferir, na noite de 23, na sede do Circulo Militar de Belém (Forte do Castelo), uma conferência subordinada ao tema: "A Batalha de Tuiuti — a mais bela demonstração de heroísmo comandada pelo General Osório, na contra-ofensiva sobre as tropas de Solano López". Devendo viajar para o sul do país den-

tro em breve, onde permanecerá vários dias em tratamento de saúde, o Sr. Presidente passou a direção do sodalício ao seu substituto, Dr. Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, havendo, antes, o Sr. Presidente agradecido o comparecimento dos que dela haviam participado. E, para constar eu, Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, lavei a presente ata. Aprovada em sessão de 2 de outubro de 1966. (aa) Ernesto Cruz, Presidente — Aláudio Melo, 1.º Secretário.

O CENTENÁRIO DA EPOPEIA DE RIACHUELO

Aláudio de Oliveira Melo

"Sempre que uma nação consolida a sua pujança no mar, dominando-o com a sua frota — disse um observador militar — essa nação tem-se assegurada a vitória na guerra, a grandeza na paz".

Encontramos exemplos dessa afirmativa rebuscando as páginas da história, a qual nos apresenta, através de fatos consumados, o esplendor ou a decadência de certas nacionalidades ao adquirirem ou perderem a preponderância sobre as águas.

O despertar de uma época memorável e florescente para a Grécia dos filósofos e dos escultores, surgiu com as galeras de Temístocles em Salamína.

O domínio cartaginês na Líbia tornou Cartago poderosa, cuja supremacia mais se acentuou quando a sua Marinha e as suas colónias se desenvolveram.

Indestrutíveis com as tropas de Aníbal, os romanos — povo de artistas — sobrepujaram Cartago, cujo triunfo lhes adveio face à esquadra aparelhada de que dispunham, permitindo-lhes a vitória em Duílius.

"Herdeira do espírito de Roma", Veneza — a poética Princesa do Adriático — das góndolas insinuantes, das canções dos barqueiros e dos balões coloridos, teve a supremacia das imensuráveis superfícies líquidas até o momento em que os destemidos navegadores portugueses arrebataram-lh'a com as suas naus conquistadoras.

Lutando com a adversidade da natureza, a Holanda — o heróico país das tulipas — cuja esquadra fôra comandada pelo Almirante Tromp — "o Átila dos Mares" — principiou a declinar com o abandono de sua frota.

A França imortal, berço de cultura literária e filosófica inconfundíveis, teve a sua fase de ofuscação quando periclitou a sua notável força naval, em virtude do desinteresse de seus estadistas votado à obra dignificante de Luiz XIV e Richelieu.

A Espanha das arenas tumultuárias e dos toureiros intímoratos, embalada sob a cadência saltitante das castanholas e divertindo-

se aos requebros diabólicos de suas "muchachas" formosas, foi temida com a Invencível Armada de Philippe II, tendo perdido o esplendor marítimo com a revolta dos Países Baixos.

Modernamente, os Estados Unidos impuseram-se no cenário internacional em razão do expansionismo considerável de seu poderio econômico e também em consequência de seu pujante parque industrial, não podendo ser olvidada a sua Marinha insuperável, com esquadras no Atlântico e no Pacífico.

E a Grã-Bretanha, fleugmática, enevoada e conservadora?

A velha Albion — segundo expressões de Rainal — "regarde la marine comme le rempart de sa sureté, comme la source de ses richesses". Os ingleses, justificadamente, jamais esqueceram a vitória de Nelson em Abukir, no ano de 1798 e a destruição imposta à esquadra francesa pelo mesmo Almirante no ano de 1805, em Trafalgar.

O mais destacado conquistador depois de Alexandre e Carlos Magno; o mais eminente dos estrategistas nos campos de batalha; o maior dos guerreiros modernos e talvez de todos os tempos — Napoleão — vivendo das recordações atormentadas de seu império em ruínas, aniquilou-se enclausurado numa ilha distante, batida pelas vagas inclementes.

"Não foi nas chamas de Moscou que se desvaneceu a fortuna do vencedor de Austerlitz — escreveu o Almirante Reveillére; ela se afundou nas águas de Trafalgar. Foram as naus da Inglaterra que triunfaram em Waterloo; não teria havido Blucher se não tivesse havido Nelson no mar".

Após essas rápidas apreciações sobre o poderio naval, evocamos a memória imperecível dos bravos marujos brasileiros, quando os horizontes da Pátria se dilataram, a 11 de junho de 1965, para as comemorações radiosas do Centenário da Batalha Naval de Riachuelo.

Naquela data, há cem anos, brasileiros e paraguaios viveram momentos verdadeiramente épicos, nos entrechoques brutais de uma luta sobre as águas, no decorrer da qual o sentimento de brasilidade, o denodo e o espírito de sacrifício forjaram, nas páginas de nossa história, exemplos magníficos de rutilo heroísmo.

O inimigo, com superioridade em forças, utilizara uma tática de inconcebível audácia: atrair a esquadra brasileira até as barrancas de Riachuelo, onde adredeamente fôra assestada a sua Artilharia e postada a sua Infantaria, aquela constituída do 2.º Regimento, com 22 peças e 60 canhões e esta representada por um Corpo de Infantes, com cerca de 1.000 soldados armados de mosquetes, todos sob o comando do Coronel Bruguez.

Além dessa força operando em terra, o inimigo possuía uma esquadra composta das seguintes chatas e canhoneiras: "Salto", "Paraguai", "Jejuí", "Marquês de Olinda" (aprisionado dos brasileiros antes da guerra), "Taquari", "Iporã", "Iguaré", "Pirabi" e seis chatas.

Os brasileiros dispunham das seguintes corvetas e canhoneiras: "Amazonas", "Belmonte", "Jequitinhonha", "Beberibe", "Mearim", "Ipiranga", "Iguatemi" e "Parnaíba", alguns dos quais de calado próprio para a região onde iriam combater.

A nossa esquadra estava armada com 59 canhões e guarnecida por 2.287 homens. A esquadra paraguaia se compunha de 47 canhões, 6 baterias flutuantes e 2.500 homens.

No dia da batalha (domingo) os oito vapores inimigos trazendo a reboque as seis chatas artilhadas, aproximaram-se de nossa esquadra ancorada às proximidades de Riachuelo, passaram por ela sem disparar um tiro, mudaram de bordo e, a seguir, romperam fogo cerrado, com o apoio dos homens que, de terra, com melhores vistas dos objetivos, manejavam a sua potente aparelhagem bélica.

Içado o sinal no mastro do traquete, inicia-se o combate.

Convém lembrar que López, formando com Oribe e Rosas "a trilogia sinistra dos tiranos do rio da Prata", previra a abordagem em sua alucinação despótica, para o que preparara convenientemente adestrados e fortes marinheiros, habilitados na empunhadura da borduna, do sabre e da machadinha.

As bocas de fogo crepitam incessantemente, ensurdecedoramente, espalhando o luto e semeando a morte em tôdas as direções daquêle reduzido setor.

Aumenta o ardor combativo. Verdadeira volúpia de sangue impulsiona os indomáveis guerreiros, atingindo a sua atuação, na peleja homérica, as raias da loucura.

"Não é possível descrever nem a largos traços — salienta Rocha Pombo — a luta empenhada naquêle estreito círculo, entre bancos de areia que tornam difícil e perigosa a manobra, principalmente para os grandes navios da nossa esquadra. Mas, se podem destacar os incidentes mais tremendos daquela tempestade de insânia, em que povos que estavam ainda nascendo para a história, dir-se-ia tomados pela vertigem do extermínio".

A situação torna-se indecisa.

A sorte não favorece a nenhum dos contendores.

Sucedem-se de ambos os lados lances de desapêgo à vida.

Verdadeiro incêndio lavra nos porões das almas, ocasião periclitante em que a "Parnaíba" fôra abordada pela "Taquari" e "Salto", morrendo herôicamente vários lutadores, dentre os quais o Guarda-Marinha Greenhalg, que não permitira fôsse arriado o pavilhão brasileiro içado na carangueja da mazena. Feroz, a luta prossegue, deixando de existir o marinheiro Marcílio Dias, os Tenentes Pimentel e

Andrade Maia e o capitão de Infantaria Pedro Afonso, destacado a bordo.

Naquêle instante crucial, o bravo Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, idealizando a mesma temerária façanha que o Almirante austríaco Teghetoff executaria em Lissa, a 20 de junho de 1866, contra a força naval italiana, tomou, rápido, a resolução que se impunha, arquitetando e pondo em execução o plano imprevisto que lhe concedeu a vitória, levando de vencida as hostes adversárias.

Conhecida a profundidade do canal por intermédio do práctico Bernardino, utilizou Barroso a capitânea, à guisa de aríete de terrível poder destrutivo, acionada por máquinas enfebrezidas.

Concretizando o seu objetivo, manobrando a "Amazonas" com a velocidade de 9 a 10 milhas, pôs a pique a "Jejuí" e, prosseguindo na sequência de destruição, afundou o "Marquês de Olinda", o "Salto" e o "Paraguai". Os quatro navios restantes desertaram do combate, apavorados com aquela manobra louca, satânica, irrefreável, envolvente.

No embate os brasileiros perderam apenas a "Jequitinhonha", encalhada junto às baterias de terra e 218 homens.

Segundo o relato de Theodoro Fix, oficial francês, contido na sua notável "História da Guerra do Paraguai", "a luta durou nada menos de dez horas, foi sangrenta, renhídissima, abrilhantada por ações heróicas e terminou com a completa derrota dos paraguaios, os quais perderam quatro dos seus vapores e as seis baterias flutuantes; os demais fugiram, havendo sofrido a baixa de 1.000 mortos e feridos".

Emocionante é a narração de Gustavo Barroso alusiva ao desfecho da contenda, extraída de sua bem organizada "História Militar do Brasil": "Nossos últimos tiros faziam calar as baterias da margem e afundavam as derradeiras chatas inimigas. Ocupavam-se os navios encalhados, arriavam-se dos mastros as bandeiras paraguaias, aprisionavam-se os oficiais e tripulantes que restavam nas carcassas metralhadas".

A esquadra adversária fôra aniquilada em Riachuelo, a batalha que traçara os destinos da Guerra do Paraguai, credenciando o Almirante Barroso — posteriormente com o título nobiliárquico de "Barão do Amazonas" — e seus diletos, prestimosos e denodados companheiros, à veneração calorosa da posteridade.

Com muito acerto, o General Osório, em carta datada de 6 de fevereiro de 1886, dirigida ao Almirante Marquês de Tamandaré, sintetizando o reconhecimento do herói de Tuiuty àquêle que se transformara na "Alma da nossa Armada", afirmou: "Eu tenho a profunda convicção de que a Marinha Brasileira salvou a causa da Tríplice Aliança em 11 de junho de 1865".

Salvé heróis que soubestes lutar sôbre as águas em defesa da soberania nacional! Salvé heróis que morrestes pela integridade da terra brasileira!



**Euclides da Cunha, Patrono da
Cadeira n.º 16, da qual é funda-
dor e ocupante o consócio Dr.
José Marcos dos Santos**



**Dr. José Marcos dos Santos, fun-
dador e ocupante da Cadeira n.º
16, da qual é Patrono Euclides
da Cunha**

EUCLIDES DA CUNHA, PATRONO DA CADEIRA N.º 16 — DISCURSO DO CONSÓCIO EFETIVO JOSÉ MARCOS DOS SANTOS, FUNDADOR E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA

Dia 10 de novembro de 1966, este sodalício realizou uma sessão de estudos, no decorrer de cuja reunião foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira n.º 16, da qual é Patrono Euclides da Cunha, o consócio efetivo Dr. José Marcos dos Santos, cujo discurso de elogio a seu Patrono, então proferido, a seguir transcrevemos:

"Difícilmente um escritor brasileiro poderá apresentar maior bagagem literária em profundidade nacional do que aquela oferecida por EUCLIDES DA CUNHA. Entretanto, sobre a Amazônia estão aí os preciosos trabalhos "A Margem da História" e o Relatório sobre o Rio Purus.

Com essas duas magníficas produções, Euclides vinculou-se definitivamente à Amazônia. Fêz ele história e geografia amazônicas.

Ninguém, ninguém mesmo, retratou com maior realismo e pujança intelectual a natureza do Rio Mar. Euclides foi efetivamente o grande intérprete da prodigiosa Hiléa.

Logo no primeiro contacto com o panorama majestoso da Amazônia, Euclides não resistiu, e proclamou com extraordinária riqueza de imaginação: "O homem ali é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso Salão. E encontrou uma opulenta desordem..."

Sua cerebração invulgar registrou perenemente os fenômenos do vale amazônico, fazendo-a mais interessante e convincente história sobre os mais ricos acidentes geográficos do Brasil. Mas não ficou somente nos volúveis acidentes geográficos a história amazônica gravada com a pena exuberante e genial de Euclides.

O homem também foi emoldurado com a sua coragem, as suas misérias, os seus sofrimentos, principalmente quando explorado de forma vil pelos seus próprios semelhantes. Dizia Euclides, pincelando em cores vivas a tramitação da miséria humana: "Vêde esta conta de venda de um homem: No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de prôa até ao Pará — 35\$000 e o dinheiro que recebeu para preparar-se — 150\$000.

Depois vem a importância de transporte num "galola" qualquer, de Belém ao barracão longínquo a que se destina e que é na média de 650\$000. Adiantou-nos cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: Um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle carabina Winchester e duzentos cartuchos; dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais.

Aí temos o nosso homem no barracão senhoril, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará.

Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu a corte de madeira e já deve 1.135\$000".

Depois de uma série de considerações e de descrever outras circunstâncias com que o seringalista escravisa impiedosamente ao seringueiro, Euclides conclui: "Agora dízel-me, que resta ao fim de um quinquênio do aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferreteada de ânsia de riquezas?" "Não o ligam sequer à terra; um artigo do famoso regulamento torna-o eterno hóspede".

Também Euclides descreveu brilhantemente as condições climáticas da Amazônia para justificar a afirmativa de que o clima era caluniado. E de tal modo Euclides apreciou os fatores meteorológicos do grande vale que não teve dúvidas em proclamar que a Amazônia possuía um "clima admirável", e que prepara paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons".

Em terras amazônicas, Euclides retratou sua própria personalidade nos versos gravados em fotografia oferecida a Rodrigo Otávio. É o seu perfil psicológico estampado nestas rimas, tão ricas em metáforas:

Se acaso uma alma se fotografasse
De sorte que, nos mesmos negativos,
A mesma luz pusesse em traços vivos
O nosso coração e a nossa face.

E os nossos ideais os mais cativos
Dos mesmos sonhos... Se a emoção que nasce,
Em nós, também nas chapas se gravasse,
Mesmo em ligeiros traços fugitivos...

Amigo! Tu terias com certeza
A mais completa e cresolita surpresa,
Notando, deste grupo bem no meio

Que o mais belo, o mais forte e o mais ardente
Destes sujeitos é, precisamente
O mais triste, o mais pálido e o mais feio...

Os trechos acima transcritos, de suas produções, são suficientes para documentar a vivência de Euclides da Cunha na linha do Equador. Sua permanência no grande vale e os seus trabalhos fizeram-no amazônida e daí a motivação de nossa escolha.

Euclides perlustrou a região e deixou suas inapagáveis pegadas. Foi, pois, com muita propriedade, que tivemos a honra de escolher Euclides da Cunha para nosso Patrono. Sua pena brilhante haverá assim de inspirar o autor desse singelo trabalho tôdas as vêzes em que estiver empenhado na realização de tarefas intelectuais.

E, nesse, seu nome insigne, servirá igualmente de exemplo, de estímulo, para prestigiar todos os empreendimentos que se identificarem com a preparação desta Augusta Casa de Cultura.

Não será, pois, apenas o nosso patrono. O grande escritor, no dizer de outro golias da intelectualidade — Machado de Assis — trazia o instinto da nacionalidade, será um luminoso roteiro para o nosso vetusto Cenáculo, isto porque suas obras traduzem autêntica, profunda e relevante história de uma época, na qual o rendilhado de circunstâncias de fenômenos quanto à terra e os homens ainda perdura, desafiando nossa capacidade e nosso patriotismo.

Euclides da Cunha, uma legenda gloriosa e perpétua nos humbrais de nosso Colendo Instituto.

O elogio ao insigne EUCLIDES DA CUNHA, é uma das tarefas mais gigantescas que poderá desempenhar um intelectual, principalmente na fase em que o calendário assinala o centenário do famoso autor dos "Sertões".

Justamente por essa razão sinto minha humildade e minhas delimitações mentais para realizar tão relevante missão. Entretanto, sendo perseverante e com sadia audácia, reunindo tôdas as minhas modestas energias, tentarei esboçar o magno trabalho.

Se decepcionar aos meus pares, sobreviverá o esforço e vicejará a semente da boa vontade, plantada por quem agasalha afeto no coração e equilíbrio no cérebro por não sentir constrangimento em qualquer frustração. Se, porém, meu modesto trabalho encontrar receptividade confesso, antecipadamente, minha perene gratidão, pela generosidade com que houverem os honrados críticos.

Euclides da Cunha, trouxe do berço uma imensa destinação. Nascido em 1866, na fazenda "Saudade", situada no município de Canta-Galo, Estado do Rio de Janeiro, o inclito escritor não encontrou sérias dificuldades na sua maravilhosa ascensão intelectual.

Escritor de primeira grandeza, a biografia a seu respeito só encontra paridade, em nossas letras, na de Machado de Assis. Ambos semelhantes no caráter moral e dessemelhantes no temperamento.

Portador de uma vastíssima cultura, tôda ela aproveitada nos magníficos temas que lançou, emoldurando num forte e soberbo es-

tilo e realismo de suas pesquisas e observações sobre o homem e surpreendente natureza brasileira.

Abstraindo seu talento de engenheiro, Euclides da Cunha revolucionou o panorama intelectual de sua época.

Essa é a nova fisionomia de um grande e imortal escritor que focalizou no ambiente brasileiro as grandezas e as misérias humanas, onde fossem elas encontradas, no tumulto das cidades ou nos recantos mais esquecidos e longínquos do Brasil.

Continua perene e bem viva sua obra, toda ela produzida entre as canseiras, o desconforto e os aborrecimentos, pois praticamente desconheceu o gozo pessoal e as vantagens materiais encontradas por tantos outros artífices da literatura.

Contudo, num lapso de tempo relativamente curto, para quem desenvolveu intensa atividade mental, Euclides viveu pujantemente 43 anos.

Sua obra mais divulgada — "Os Sertões" — sofreu a primeira crítica, da lavra de José Veríssimo, crítico literário de nomeada.

Além dessa assombrosa obra, Euclides lançou outro trabalho não menos notável, pontilhado de tanta magnificência que por si só seria suficiente para glorificar um homem de pensamento. "A Margem da História", é pois, uma obra notável e revela o enorme talento de Euclides da Cunha.

A vida procelosa de Euclides marcada por circunstâncias tão relevantes, que forjaram sua inconfundível personalidade, está a exigir, cronologicamente, ordenação e destaque. Eis-la:

No dia 20 de janeiro de 1866 nasceu o grande brasileiro na Fazenda "Saudade", município de Canta-Galo, Estado do Rio de Janeiro;

Fêz seus primeiros estudos no Colégio Caldeira (São Fidelis), em 1874, na Bahia, e no Colégio Anglo-Americano, no Rio de Janeiro;

Seus preparatórios foram feitos nos Colégios Vitorino da Costa em Menezes Vieira, de 1880 a 1884;

Em 1885 matriculou-se na Escola Politécnica, da qual se afastou após ter cursado o 1.º ano;

Entrou, em 1886, para a Escola Militar como cadete, não chegando a concluir o curso das armas por haver provocado incidente com o então Ministro da Guerra, deixando seu sabre, na presença daquela autoridade, por se confessar republicano! Não chegou a ser julgado pelo Conselho de Guerra, por ter sido perdoado pelo Imperador D. Pedro II;

Ainda em 1888, no "Estado", jornal matutino paulista, iniciou violenta campanha republicana;

Em 1889, tentou voltar à Escola Politécnica, não podendo cursá-la, em face de haver sido proclamada a República;

Assim, em 1889, reverteu ao Exército, terminando seu curso da Escola Militar, de onde saiu artilheiro, em 1890, e em seguida promo-

vido a 2.º Tenente, acontecimento que aliou ao seu casamento, ocorrido naquela mesma data;

No ano de 1892, fez os cursos de Estado Maior e Engenharia, bem como o de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais;

Atinge o posto de coadjuvante de ensino na Escola Militar, e defende publicamente o contra-golpe de Floriano Peixoto, do qual participara.

Em 1893, foi convidado por Floriano para ocupar altos cargos, não havendo aquiescido por entender que somente poderia exercer funções compatíveis com o seu posto de 1.º Tenente e por essa razão, satisfizesse com a tarefa de engenheiro estagiário da Estrada de Ferro Central do Brasil e na Diretoria de Obras Militares. Naquêle ano editou a obra "A Esfinge".

Em 1894, por ter criticado um Senador, em carta aberta, foi exilado para Campanha, localidade situada no Estado de Minas Gerais, quando atingia a idade de 28 anos.

Alli, Euclides fascinou, com a sua excepcional personalidade, os homens do campo, e logo via ser dado o seu nome a uma das praças de Campanha. Foi então quando eclodiram suas tendências para os estudos de sociologia e do homem brasileiro.

Sentia assim que não poderia continuar na caserna, prestando tão intensa agressividade intelectual.

Ficou, em 1895, agregado ao corpo de Estado Maior, indo exercer o cargo de engenheiro da Superintendência de Obras de São Paulo, nos serviços de engenharia.

No ano de 1897, desenvolve intensa atividade jornalística, na redação de "O Estado", publicando trabalhos sobre os vegetais, sobre Anchieta, e dois artigos intitulados "A Uma Vindeira", o que determinou sua ida a Canudos como correspondente de guerra, pois revelara desde logo, profundos conhecimentos sobre a terra, os costumes e os homens brasileiros.

No biênio 1898-1900 desenvolveu marcantes atividades como engenheiro e intelectual. Primeiramente publicou o "Exército de um livro inédito". Na cidade de São José do Rio Pardo iniciou a construção de uma grande ponte. Obteve, então, a placidez necessária para escrever sua notável e imorredoura obra "Os Sertões".

Em 1902, já servindo no Distrito de Guaratinguetá, lançou seu monumental trabalho "Os Sertões".

Viajando pelos vales do Paraíba, publicou seu relatório sobre a Ilha dos Búzios e da Vitória e mais um famoso artigo com esse título: "Viajando" que posteriormente recebeu outro nome: "Entre Ruínas".

Foi aclamado e empossado, em 1903, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu discurso de posse foi substancial-

so e produziu muitos rumores. Naquêlê mesmo ano foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

No exercício do cargo de engenheiro da Comissão de Saneamento de Santos, em 1904, teve sério incidente com o diretor. Esse fato serviu de motivação para que Euclides escrevesse uma série de artigos, cujo conjunto recebeu o título de "Contrastes e Confrontos", até hoje citados nas rodas intelectuais.

Ainda em 1904, nomeado Chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, viajou para o Amazonas, vinculado ao Itamarati. Ali permaneceu até fins de 1905, sondando o desconhecido e entregue às aventuras da selva amazônica.

Voltou ao Rio de Janeiro em 1906, quando publicou "Contrastes e Confrontos" e o relatório sôbre "O ALTO PURUS".

Igualmente, naquela oportunidade resolveu tomar posse na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira n.º 7. É patrono da cadeira n.º 25, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Publicou, em 1907, no Jornal do Comércio "uma série de artigos que depois foram reunidos no livro: "Peru Verso Bolívia". Naquêlê mesmo ano proferiu famosa conferência sôbre Castro Alves e seu tempo, no Centro Acadêmico 11 de Agosto, do Rio de Janeiro.

Passou todo o ano de 1908 no Itamarati projetando, esboçando Mapas sôbre a região do Purus, Juruá, Acre, Lagoa Mirim. Foi envolvido num incidente diplomático por Zeballos, rebate intrigas e confunde o autor do incidente.

No ano de 1909, fêz concurso de Lógica, no Colégio Pedro II.

Naquêlê estabelecimento de ensino suas primeiras aulas tiveram imensa repercussão.

Procedeu à revisão das provas de sua obra "A Margem da História".

Aquêlê ano foi fatídico, trágico para o grande Euclides da Cunha. Sua existência foi exterminada pela bala assassina do Dilermando de Assis.

Seu assassinio deu-se no dia 15 de agosto, quando não havia terminado seu artigo a ser publicado no Jornal do Comércio, "Um Atlas do Brasil".

Estão aí, em linhas gerais, os fatos mais importantes que emolduram a inconfundível personalidade de Euclides da Cunha. Se sua existência se houvesse prolongado por mais dois lustres, Euclides teria legado às gerações futuras uma autêntica enciclopédia sôbre sociologia, na qual os problemas brasileiros iriam figurar em primeiro plano.

Fisicamente franzino e de pequena estatura, Euclides projetou-se rapidamente na constelação dos intelectuais brasileiros, tornando-se não só um estilista, mas principalmente escritor que abordou relevantes temas sôbre as necessidades brasileiras.

Sua obra, "Os Sertões" foi suficiente para imortalizá-lo.

Nesse magistral trabalho, Euclides retratou, em três alentados capítulos, a terra — o homem — a luta, trilogia constante e sempre presente para o ser humano.

Com que verdade científica e com que riqueza de linguagem o escritor emérito descreve os relevos e contornos da terra brasileira.

Em cada página, em cada oração, há uma alegria fantástica, há uma tela maravilhosa do meio ambiente brasileiro.

Euclides, com a sua pena extraordinária, descreve em cores nítidas tôdas as manifestações benígnas e malignas do sertão, da natureza ora exuberante, ora agreste da região nordestina.

Mas não ficou somente aí sua inexgotável capacidade descritiva; fixou o painel geográfico em admirável resumo de morfogenia do gigantesco maciço continental.

Enfim, tôda a gama da acidentada natureza brasileira está penosamente gravada naquêlo capítulo, nada escapando à argúcia, ao poder de penetração do genial escritor. Até mesmo a vegetação agressiva e opulenta do sertão nordestino foi projetada com incrível riqueza de detalhes.

A terra brasileira é um capítulo à parte que deve figurar numa antologia universal para ser lida por tôdas as gerações intelectuais do mundo, que sucederam a Euclides.

No capítulo em que Euclides estuda o homem brasileiro no nordeste, são sustentadas as mais relevantes teses sôbre o problema racial em face do meio físico e reflexo na história.

Também é esboçada profunda análise sôbre a formação da terra brasileira e sua influência na tipicidade humana.

Eis um trecho maravilhoso daquêlo esboço:

"Hegel delineou três categorias geográficas, como elementos fundamentais, colaborando com outros no reagir sôbre o homem, criando diferenciações étnicas.

As estepes de vegetação talbiças, em vastas planícies áridas, os vales férteis, prósperamente irrigados; os litorais e as ilhas;

Os planos da Venezuela, as Savanhas que alargam o vale do Mississipi, aos pampas desmedidos e o próprio Atacama, desatado sôbre os Andes, vasto terraço onde vagueiam dunas. inscrevem-se vagorosamente nos primeiros.

Em que pesem os estios longos, as trombas esmagadoras de areia e ao saltar de súbitas inundações, não se incompatibilizam com a vida. Mas não fixam o homem à terra".

Em outra parte de sua ciclópica obra, Euclides se detém sôbre o Sertão de Canudos, situado no Estado do Bahia, como índice, sumariando a fisiografia dos Sertões brasileiros.

No curso do seu monumental contexto, Euclides ofereceu uma vastíssima documentação de cultura auto-filosófica.

Inicia fazendo profunda pesquisa sobre a triagem étnica do brasileiro e termina exaltando o sertanejo, a quem emprestou a qualidade de homem forte, apesar de aparentemente fatigado.

No trecho de seu potente livro, em que qualificou de a "Luta", percebe-se, de pronto, a preocupação do inconfundível escritor em realizar concretamente, relatando, fatos, fazendo história sobre os sertões brasileiros, um estudo substancioso a respeito do ambiente social, econômico e religioso do nordeste nos primeiros tempos da República.

Por essa razão Canudos retrata, com fidelidade, a luta.

Assim, Euclides perde-se em detalhes na descrição da região que serviu de teatro à maior rebelião de fanáticos que houve no Continente americano.

Pintou a personalidade mística de Antônio Conselheiro, com todo o séquito de jagunços e narrou incomparavelmente todos os episódios da luta repressiva levada a efeito pelo governo da República.

Com fantástico e inédito poder descritivo, com enorme capacidade de críticas, o autor de "Os Sertões" deixou para a posteridade o mais penetrante e valioso relato que até agora se fez sobre a ferocidade e o misticismo do nordestino brasileiro

• • •

Ao relatar as expedições militares destinadas a Canudos, Euclides não esqueceu de traçar a biografia de um dos chefes militares — Coronel Antônio Moreira César — de quem realçou o caráter moral, a intrepidez de líder, não escondendo a terrível enfermidade que de vez em quando lhe assaltava — a epilepsia.

A derrocada da expedição Moreira César e a morte deste brioso oficial, são episódios narrados com tanta precisão que o emérito escritor desceu a minúcias.

Muito se tem escrito sobre Canudos, mas ninguém descreveu com tanto realismo os fatos relacionados com Antônio Conselheiro. Euclides pintou, com absoluta fidelidade, o quadro mais realista da Campanha de Canudos.

Há os que afirmam que "Os Sertões" possuem o seu aspecto negativo, justamente na parte em que descreve detalhadamente os reveses sofridos pelo Exército, na campanha de Canudos.

Existem mesmo alguns indivíduos que proclamaram que o magistral livro somente teve maior difusão pelo fato de trazer agressividade quanto à organização militar da época.

E tais indivíduos ainda acrescentaram que a popularidade de Euclides da Cunha tomou corpo e ganhou fama pela circunstância de haver aquêle escritor introduzido no seu livro o conteúdo anti-Exército.

Aquêles que assim criticam o invulgar Euclides, dão uma expressiva demonstração de tibiéza intelectual, pois nem ao menos procuraram auscultar a imensa motivação que estimulou o genial escritor.

Ao descrever todos os lances, todos os episódios das expedições militares, Euclides não foi animado por qualquer sentimento subalterno e nem extravasou qualquer complexo ou desajuste de ordem pessoal contra o Exército. Homem de estio forte, apaixonado pelos temas que poderiam interessar a fundo a nacionalidade, Euclides não poderia negar suas tendências temperamentais e sua diagnose intelectual.

Descreveu Canudos sem a preocupação de agasalhar a verdade para não desagradar e daí ter articulado suas críticas, evitando assim a monotonia que poderia trazer um trabalho de rotineira descrição.

Descreveu pois, Canudos, com os fatos que envolviam tôdas as personagens, fôssem militares ou jagunços.

Esses trechos do piramidal trabalho dizem muito bem do temperamento e da noção de precisão e conjunto do inolvidável escritor: "O Sertão" é o concisio. Quem lhe rompe as trilhas, ao divisar à beira da estrada a cruz sôbre a cova do assassino não indaga do crime. Tira o chapéu e passa.

Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cerca-dura de montanhas. Era um parêntesis; era um hiatus, era um vácuo. Não existia.

Transposto aquêle cordão de serras, ninguém mais pecava. Realizava-se um recuo prodigioso no tempo; um resva-ar estonteador por alguns séculos abaixo.

Descidas as vertentes, em que se entalava aquela furna enorme, podia representar-se lá dentro, obscuramente, um drama sanguinolento da idade das cavernas. O cenário era sugestivo. Os atores, de um e de outro lado, negros, caboclos, brancos, amarelos, traziam, "intacta nas faces, a caracterização indelével e multiforme das raças e só podiam unificar-se sôbre a base comum dos instintos inferiores e maus".

Euclides termina seu fabuloso livro com um capítulo contendo somente quinze palavras que sintetizam uma sentença; uma proclamação: "É que ainda não existe um Moudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades".

Ninguém pode, porém, confestar que Euclides produziu gigantesca obra histórica e geográfica, quando escreveu sôbre: **a terra, o homem e a luta.**

Gilberto Freire, endossando o perfil do grande Euclides traçado por Elói Pontes, disse com muita agudeza: — "Euclides foi um indivíduo que nunca se completou em adulto feliz, a quem a colabo-

ração doce e inteligente, ou simplesmente a inspiração constante de uma mulher, tivesse acrescentado zonas de sensibilidade, de compreensão e simpatia humana, que o homem sózinho não percorre se não angustiaço; ou não percorre nunca”.

Trocou a farda pela engenharia civil. Não se adaptando a essa profissão, do mesmo modo não se acomodando ao Itamarati.

Igualmente não se deixou cristalizar no jornalismo. Foi, assim, o eterno insatisfeito; sempre exercitando sua inclinação para o nomadismo. Mesmo assim foi grande, e continuaria a sê-lo, pois immortalizou-se pelo talento e pela cultura cristalina que espargia.

Euclides projetou-se admiravelmente com as suas produções e até hoje nós o reverenciamos com a humildade de nossa inteligência e com a espontaneidade de nosso espírito.

Ad imortalitatem!!!”.



Dr. Inácio Batista de Moura,
Patrono da Cadeira n.º 21, da
qual é fundador e ocupante o
consócio Dr. Victor Tamer



Consócio Dr. Victor Tamer, fun-
dador e ocupante da Cadeira n.
21, da qual é Patrono o Dr. Iná-
cio Batista de Moura.

**INÁCIO BATISTA DE MOURA, PATRONO DA CADEIRA N.º 21 —
DISCURSO DO CONSÓCIO EFETIVO VÍCTOR TAMER, FUNDADOR
E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA**

Dia 10 de novembro de 1966, êste sodalício realizou uma sessão de estudos, quando foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira 21, da qual é Patrono Inácio Batista de Moura, o consócio efetivo Víctor Tamer, cujo discurso de elogio a seu Patrono, então proferido, a seguir transcrevemos :

"Cabe-me, nesta oportunidade, a honra de falar sôbre o patrono da cadeira n.º 21, que ocupo neste Silogeu e que foi o insigne mestre, dr. Inácio Batista de Moura.

Se a tarefa é cativante pela soma de grandes ensinamentos que o eminente sócio fundador dêste Instituto nos legou, por outro lado se há de lamentar que êste encargo que sobremodo me desvanece, não possa ser desobrigado por homens mais capazes desta Casa, a fim de que o culto devido à memória do ilustre homenageado em nada se desnivelasse da grandeza do seu merecimento.

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, que na data de 3 de maio de 1900, abrindo pela vez primeira as suas portas para a vida intelectual de Belém e que seria, desde aí, o refúgio sagrado dos valores históricos de nossa terra — já nos primórdios de sua fundação, haveria de congregar a alta expressão da intelectualidade de então, condição básica que viria tornar realidade uma das aspirações mais recomendáveis de nossa capital, como centro já desenvolvido da civilização nacional.

Dentre a plêiade que tomou a si a gloriosa incumbência de dotar o Pará de seu Instituto Histórico, distinguiu-se um vulto — vulto eminente pela sua nobreza de caráter, eminente pela sólida cultura que armazenara através de estudos, eminente pela força empreendedora de sua vontade, eminente pela solidariedade construtiva, que nunca negou ao êxito de uma nobre causa. Era êle o dr. Inácio Batista de Moura.

Nascido em Cametá a 31 de julho de 1857, sendo seus pais o Cel. João Batista de Moura, herói da guerra do Paraguai, e d. Maria Valente de Moura, fêz os seus primeiros estudos no Pará, daqui embarcando para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Escola Politéc-

nica, formando-se em engenharia civil em 1882 e logo nomeado em Comissão para a Estrada de Ferro de Curuaru, em Pernambuco.

Começa aí a fecunda carreira profissional e literária do dr. Inácio Moura, ocasião em que escreveu uma memória sobre as Estradas de Ferro do Brasil, especificando as de Madeira-Mamoré, de Belém-Bragança e de Alcobaça (hoje Tucuruí) — Praia da Rainha, memória que foi discutida no primeiro Congresso de Estradas de Ferro do Brasil, reunido naquele ano de 1882, no Rio de Janeiro.

O próprio governo Imperial, tomando em consideração os apontamentos do jovem engenheiro, ordenou a construção da via-férrea Madeira-Mamoré, cujo projeto somente mais tarde foi realizado e concedeu garantias de juros a um Sindicato, que começou a construir a Estrada Belém-Bragança, havendo o dr. Moura sido convidado para fazer parte da primeira turma de engenheiros que deu início a esses trabalhos.

Mas o dr. Inácio Moura não era apenas engenheiro, no sentido técnico da palavra. Pois desde muito jovem revelara pendor de jornalista e poeta, tendo colaborado na "Revista Politécnica" e no "O País", do Rio de Janeiro, no "Diário de Belém", "Diário do Gram-Pará", "Diário de Notícias" e "A Província do Pará", neste Estado.

Abolicionista e amigo dos operários, vejamo-lo como poeta, nesta jóia de sua lavra, soneto que compôs em 1911 e que se tornou um hino obrigatório ao trabalho, do qual o dr. Moura era um devotado:

O TRABALHO

É das mãos calosas do operário
que a estátua do progresso há de surgir!
Este século é o grande itinerário
de um século de paz que ainda há de vir!

Quando Cristo do cimo do Calvário,
no Templo do futuro ressurgir,
Duma oficina fará o seu sacrário
a serra e o malho à cruz terá de unir!

Ide avante, mineiros dum tesouro
e fazendo da escola o alvião,
do crânio do artista tirai ouro!

O Brasil ergue a voz de saudação,
fazei da Pátria um pedestal de louros
nos braços desta nova legião!

Tendo sido convidado, em 1908, a fazer parte do XIII Congresso de Americanistas, reunido em Viena, proferiu ali notável conferência em francês, língua que dominava com segurança, onde leu trechos de sua impressionante obra intitulada "De Belém a São João do Araguaia", impressa em Paris, merecendo ser inserta na coleção da "Biblioteca Internacional de Obras Célebres". A viagem foi empreendida em 1896 e tal é o valor da obra resultante, que Rui Barbosa a classificou de "livro importantíssimo" e Rocha Pombo, "de mais alto valor" — constituindo-se até hoje o melhor livro de consultas científicas sobre o Vale do Tocantins.

Vasado em estilo fino e de grande poder descritivo, ouçamos, agora, o dr. Moura como prosador :

MOMENTOS DE AGONIA

.....
 "Foi um momento que não desejo vêr repetido na minha vida. Passaram pelo meu espírito agoniado as estampas vivas das horrendas tragédias ali passadas. Vi mulheres morrerem abraçadas aos corpos dos filhos, e homens separados pelo excesso da corrente, sem poderem salvar as espôsas...

E a nossa canoa descia como uma avalanche, enquanto o tableiro das grandes árvores subia em uma excitação nervosa. Olhei para a Bússola e não pude lêr sequer um azimute.

Tive nesse momento uma impressão horrível, como se me sujeitassem à má brincadeira da montanha russa ou como se me despenhassem do alto de uma torre, na calçada fronteira.

Os tripulantes remam com mais força nas cachoeiras e nos "rápidos", dizem que é para tornar mais livre a manobra do leme.

Gritos horríveis atravessavam o espaço, como se fôssem ecos. Os nomes de Deus e do Diabo, a prece e a blasfêmia casavam-se em um conúbio infeliz.

.....
 A canoa parecia que voava mais depressa que a água. O canal ora alargava, ora estreitava repentinamente, em uma garganta de quatro a cinco metros e na corrida vertiginosa em que íamos, devíamos passar muitas vézes entre essas muralhas de pedra e qualquer desvio — meu Deus! — daria o afogamento de tudo e a morte!

.....
 Ninguém imagina como a agonia de um instante faz uma duração de século. Parece incrível que tudo isso se passasse no curto espaço de quatro minutos e meio, tempo preciso para percorrer um espaço de cinco quilômetros, o que na subida se faz de dois a quinze dias, conforme é inverno ou verão.

Foi um grito de alegria que todos nós involuntariamente soltamos, vendo-nos fora de perigo. Os soldados, depois de uma batalha cruenta, não terão maior motivo de prazer. Por isso é que os barqueiros contam as viagens que já fizeram ao Alto Tocantins, como um militar conta as campanhas. Respeitam-se como veteranos, os quais já fizeram aquela expedição quinze, vinte ou trinta vezes".

O Folclore Nacional muito se enriquece das observações "in loco", que Inácio Moura fez pelo Vale do Tocantins. Eis a lenda da Mandioca descrita no mesmo livro:

"Em uma das tribos da grande e valorosa nação dos Tupinambás, nasceu uma menina, alva como a lua, graciosa como o sorriso da primavera, à qual os ditosos pais deram o nome de Mani.

Não havia na tribo quem, ao alvorecer dos dias claros, não ouvisse pelos atalhos dos caminhos que contornavam as choupanas, o canto fresco da criança, como a pronunciar o bom dia. Todos amavam aquele anjo e iam satisfeitos visitá-la como uma graciosa mensageira de Tupã. Como as flores que se estiolam em peregrina existência, sucumbiu Mani ainda criança e foi sepultada, como uma devoção da tribo, bem no centro do descampado da aldeia, onde o sol das boas auroras pudesse chegar, para despertar a alegria da morte e onde o manso clarão da lua cobrisse da frescura necessária o viço das flôres, de que ela era irmã.

Todos na tribo levavam ao tabernáculo daquele amor uma gota de pranto amigo ou regavam-no com grandes baldes d'água fria, para lhe minorar o calor do sol abrasador. Algum tempo depois, nasceu no centro do túmulo querido uma plantinha verde como a esperança, de talo roxo como a saudade, à qual chamavam planta de Manioca ou Mandioca, termo indígena formado de duas palavras: mani e oca, que querem dizer: casa de Mani.

Aquela planta cresceu sob a veneração da tribo, até quando o sol abrasador do verão, rachando a terra, mostrou a batata preciosa, que todos eles tomaram como um presente de Mani. Molharam-na no rio, ralaram-na e comeram a farinha, como presente de Tupã e tomaram por preciosa aquela planta.

Em pouco tempo, todas as nações de Índios adotaram aquele sagrado alimento, como a divulgação do mesmo nome daquela criança, alva como a lua, graciosa como o sorriso da primavera".

Misael Seixas, seu aluno e mais tarde seu colega como professor e literato, assim se referiu ao mestre Inácio Moura:

"Chamei um dia a Inácio Moura, o Castro Alves da prosa. Era isto junto à sua banca de trabalho, onde estava aberta "A Imitação de Cristo". Sorriu. Com aquele sorriso revelador e bom, de que era perdulário dono, descido da alma para os lábios. Reproduzi a frase, havendo agradecido a apóstrofe literária. Foram tantas as bombardas que explodiram dentro de suas frases, que entre nós todos, ninguém

foi mais condoreirista do que êle. Para os temperamentos vibráteis como o seu, ficavam bem as imagens pomposas que, como uma explosão metálica, estalaram nos transportes e alcândores de Hugo".

Professor de matemática do antigo Liceu Paraense, mais tarde Colégio Paes de Carvalho, Inácio Moura aí lecionou por mais de trinta anos essa matéria como catedrático que foi, tendo escrito nesse tempo uma obra didática sobre "Aritmética Elementar", edição logo esgotada.

É ainda Misael Seixas que nos transmite o seu testemunho valioso, na qualidade de aluno que foi do dr. Moura:

"Foi no Ginásio a primeira vez que ouvi a voz de altos timbre e som, dêsse inolvidável amigo da mocidade, cuja veneração empolgou, tendo sido, talvez, em dado instante, um fanatismo obsessivo. Eu tirava o meu curso integral na turma de aritmética. Tive sempre impensão para os números. Mas êle, matemático e ensaísta literário, como D'Alembert, poetisava alguma forma — coisa dificilmente possível no manejo dos cálculos — a aridez da aula, aridez para mim infenso às demonstrações, oásis delicioso para outros com que dessedentar e embevecer o espírito nas travessias solitárias da vida. Aformoseava as preleções, atributo de alguns lentes daquêle tempo, entre os quais Enéas Martins, Eládio Lima, Monsenhor Domiciano".

De par com a sua inteligência polimorfa, o coração boníssimo do dr. Inácio Moura era outro atributo de sua personalidade e que tanto encantava as gerações que o cercavam.

O poeta Severino Silva a êsse propósito diz o seguinte: "E como era amigo dos môços! E os môços o disputavam e os môços o amavam, pois que a palavra de Inácio Moura era só aplauso, era só estímulo, era só alegria. Nem parecia que as suas pupilas palpí-tavam carregadas de sombra".

E acrescentou: "Nenhum vate imberbe, na fase eruptiva da poesia, nenhum só lhe recitou versos, por mais capengas que fôssem, que não ouvisse do "Velho Moura" pelo menos um "excelente", um "magnífico", com três pontos de exclamação e um largo sorriso otimista".

Sem buscar na sombra do passado o testemunho de pessoas já extintas, referente ao valor reconhecido de Inácio Moura, aqui mesmo diante de nós, o destino nos concede a felicidade de preservar um homem que todos nós respeitamos pelas qualidades morais e intelectuais que já o tornaram um patrimônio da cultura paraense — o nosso prezado presidente, prof. Ernesto Cruz que confessa, êle próprio, nada ter sido na vida, não fôra a mão benfazeja do seu inesquecível professor, dr. Inácio Moura.

Desde os tempos do Ginásio Paes de Carvalho, o aluno Ernesto Cruz recebia do mestre Inácio Moura não sômente lições de mate-

mática, mas ensinamentos que lhe serviam de estímulos paternos na conquista de um lugar honroso no seio da sociedade.

Graças a essa mão amiga, que nunca lhe faltou nas horas precisas, foi que o prof. Cruz se encorajou, certa vez, e escreveu o seu primeiro artigo de jornal, que o próprio dr. Moura levou para ser publicado na "Folha do Norte".

Mas ouçamos a gratidão de Ernesto Cruz :

.....
"Saimos dali banhados de alegria. Mas antes de deixarmos aquela casa onde outros jovens como nós recebiam sábias e proveitosas lições de estímulo e de perseverança, o dr. Inácio Moura, segurando a minha mão, disse-me :

— Tu és o Ernesto Cruz ? O que falou sobre as lendas indígenas ?

— Sim, retorqui, sou eu mesmo.

E o mestre, animando o môço que se iniciava na seara das letras, prosseguiu :

— Volta aqui, amanhã, e trás algumas das tuas páginas sobre as nossas lendas.

Emocionado pelo interesse daquêle homem tão singelo como ilustre, que eu começava a admirar intensamente, quase não pude dormir nessa noite. Imaginava os comentários do mestre, a crítica que iria fazer às despretensiosas lendas coligidas no interior do Estado, nas noites de luar...

Continua Ernesto Cruz :

Efetivamente, Inácio Moura teve sempre ternuras imensuráveis para as pessoas que escreviam. Admirava-as, ajudando a subir. Foi assim comigo. Corrigindo quase imperceptivelmente, substituindo uma palavra por outra mais adequada, combinando com o escritor principalmente a troca de uma frase onde pudesse avivar o colorido da cena, dando-lhe mais realce e poesia, o mestre estimulava o discípulo e encaminhava-o para a arena do Coliseu Romano, como êle chamava a Imprensa.

Tôda a vida de Inácio Moura se reduziu a êstes dois princípios cristãos : simplicidade e pureza. Foi simples como os sábios e foi puro como um professor !"

E é o próprio Prof. Cruz, hoje historiador de largo conceito em todo o Brasil, e que guarda na memória tôda a estatura luminosa de seu velho mestre Inácio Moura — que assim conclama com a autoridade do seu nome respeitado :

"O Estado do Pará deve-lhe uma consagração pública. Se a minha voz pudesse chegar aos ouvidos da Câmara Municipal dos Vereadores de Belém, eu lhes pediria, em nome da cidade, que dessem a um logradouro da capital, a uma rua ou a uma avenida das que fossem abertas futuramente, o nome de Inácio Moura !"

Amigo de Lauro Sodré, de cujo governo foi um dos auxiliares mais eficientes, Inácio Moura não escondia a sua paixão pela política, qualidade que manifestou desde o tempo do Império, quando foi eleito deputado à Assembléa Geral, sem contudo exercer esse mandato, naquela oportunidade, em virtude da queda do regime monárquico.

Como abolicionista, republicano e laurista, envolveu-se nas lutas sindicais, convivendo com populações rurais, trabalhadores ferroviários e os inquietos estivadores do cais do pôrto do Pará.

Do patrono da cadeira n.º 21, d'este Instituto, pode-se dizer que venceu tôdas as batalhas da vida. De tal maneira o ilustre cametaense era dotado para os embates da existência, que a própria luz dos seus olhos, enfraquecida até a cegueira total, jamais lhe abatera a vontade de produzir e de ser útil à coletividade que o cercava.

Já com a vista falhando em 1892, quanta coisa de notável produziu desde aí na semi-penumbra de seus olhos. Tornou-se professor catedrático do antigo Liceu Paraense, da Escola de Marinha Mercante do Pará, foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sócio fundador da Academia Paraense de Letras, foi deputado estadual pelo Partido Republicano, no período de 1904 a 1908. Em 1919 representou o Instituto Histórico no VI Congresso Brasileiro de Geografia, onde apresentou a interessante memória "Necessidade de nacionalizar a Guiana Brasileira", idéia que o senador Justo Chermont reduziu a um projeto de lei, que veio completar a iniciativa do notável engenheiro paraense.

Em comemoração ao tri-centenário da fundação de Belém, em 1916, organizou um ano antes o "Anuário de Belém", valiosa contribuição do Instituto Histórico à História do Pará.

No centenário da Independência do Brasil, em 1922, publicou uma interessante conferência realizada nesta capital, sobre o tema "O Clero católico no movimento libertário do Brasil", e no ano seguinte publicou "O padre Antonio Vieira na libertação dos índios da Amazônia".

Além de pertencer a várias associações científicas da Europa e dos Estados Unidos, o dr. Inácio Moura foi presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sócio honorário do Instituto Histórico do Ceará, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Amazonas, do Acre e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Com uma tenacidade inigualável, Inácio Moura, mesmo cego, continuou à frente de todos os grandes ideais desta terra, tendo promovido a fundação do Clube de Engenharia do Pará e co-participado da fundação da Universidade Livre do Pará.

Ainda publicou, em colaboração com o prof. Justino Barroso, outra obra de fôlego, qual seja "Um grande brasileiro", contribuição do Pará ao centenário de nascimento de D. Pedro II, em 1925, e autorizada pelo então governador do Estado, dr. Dionísio Bentes.

Em Paris recebeu uma medalha de ouro e Diploma de membro efetivo da Sociedade de Estudos Acadêmicos da História Internacional e foi membro efetivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo sido convidado pelo presidente Wilson para fazer parte do XIX Congresso de Americanistas, em Washington.

Em Portugal, fêz publicar "A luz de outrora", em 1920, coleção de contos e divagações poéticas. Ao todo, 17 são as obras que compõem a bagagem literária de Inácio Moura, afora discursos e publicações diversas pela Imprensa. O seu último livro foi "Ensaio de Educação Moral e Cívica", publicado em 1928, um ano antes do seu falecimento.

Casado em 1.ª, 2.ª e 3.ª núpcias, respectivamente, com d. Elvira Menenêia de Moura, d. Olívia Lemos de Moura (sobrinha do senador Antônio Lemos) e d. Orminda Pereira de Moura, sobrevivem esta e mais os filhos d. Luzia Barroso, espôsa do prof. Justino Barroso e mãe do dr. Edilson Moura Barroso, advogado e prof. catedrático da Universidade Federal do Pará, dr. Raimundo Lemos Moura, médico do IAPC, na Guanabara, dr. José Casemiro Pereira de Moura, médico residente na Guanabara, dr. Inácio Moura Filho, médico residente em Belém e antigo deputado estadual, d. Emília Pereira de Moura, funcionária autárquica e a profa. Graziela de Moura Ribeiro, normalista e educadora aposentada de várias gerações de paraenses, mãe do dr. Deusdedith de Moura Ribeiro, médico, jornalista, diretor do Hospital "Cte. Alberto Autran" e pertencente ao corpo diplomático de Belém, além de netos e bisnetos de ilustre estirpe.

O bom-humor, que nunca abandonou o espírito fértil do dr. Moura, assim classificava as três espôsas: a primeira, bonita, a segunda, inteligente e a terceira, trabalhadeira. Beleza, Talento e Trabalho, eis a predestinação de sua alma, que por três vêzes conviveu no lar, com outra alma irmã da sua.

Faleceu o dr. Inácio Batista de Moura, em Belém, a 25 de fevereiro de 1929, com a idade incompleta de 72 anos, desdobrados como acabamos de ver, numa vida laboriosa, honesta e de grande significação para a História do Pará.

No livro de ouro de Cameté, o nome do dr. Inácio Moura contribui com brilhante capítulo, que o projeta, merecidamente, como um dos mais ilustres filhos daquela terra.

• • •

Prezados consócios. Este é o perfil, embora aproximado, da figura exponencial de Inácio Batista de Moura, patrono da cadeira n.º 21, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Ao contemplar, agora, tão eminente vulto, valor autêntico da inteligência paraense, cuja memória respeitosa o tempo jamais fará esquecer das gerações futuras, anima-me nesta Casa, a certeza de que o seu coração bonfíssimo e a sua cerebração prodigiosa hão de velar, do outro lado da vida, por êste conterrâneo humilde, que ora ocupa a sua tão honrosa cadeira, neste Cenáculo!

INFANTE D. HENRIQUE — O ENAMORADO DO MAR

Aláudio de Oliveira Melo

O Infante D. Henrique — quinto filho do rei D. João I, fundador da Dinastia de Aviz — nasceu sob os influxos da predestinação.

Interessando-se, como pioneiro, pelos empreendimentos marítimos, as viagens de Marco Polo no século XIII ao reino de Cathay (China atual), alvoroçaram a sua imaginação, exercendo profunda influência em seu espírito ávido de aventuras.

Idêntica movimentação de idéias lhe causaram as jornadas do cartaginês Hannon, relatadas em seu "Périplo"; de Menelau, rei da Lacedemônia, imortalizado na mitologia grega; dos marinheiros fenícios enviados por Necháó, segundo faraó da XXVI Dinastia; do grego Eudóxio de Cyzico, os quais, outrora, navegando por certas regiões longínquas, transformaram-se em lendárias figuras do mundo antigo.

Um outro acontecimento que causou viva impressão ao Infante, consistiu no fato do navegador genovês Lancelote Maloisel haver chegado, em 1275, ao arquipélago das Canárias — conforme relatam Jacopo Dória, Petrarca e d'Avezac — distante cerca de 1.600 quilômetros a sudoeste de Lisboa, ilhas redescobertas em 1330 pelos franceses e submetidas, em 1402, pelo normando João de Bethencourt.

Desvendar terras ignotas, estabelecer comércio com outros povos, alargar as fronteiras de sua pátria e disseminar a fé cristã, foram os sonhos que povoaram o espírito do Infante desde os albores de sua juventude.

Nascido na cidade do Pôrto a 24 de março de 1394, antes mesmo de completar vinte anos de idade, em 1412, as caravelas de Portugal, por sua iniciativa, foram até ao cabo Não — ponto mais afastado que o Infante julgara conhecido, cinco gráus ao norte do rio do Ouro — mas que, em 1346, fôra avistado pelo catalão D. Jayme Ferrer.

Tenaz propugnador junto ao rei seu pai, conseguiu, através de argumentação convincente, a efetivação dos preparativos bélicos para a conquista de Ceuta, localizada ao norte do continente africano, a

vinte e cinco quilômetros de Gibraltar, na entrada do mar Mediterrâneo.

A armada partida de Portugal com aquêlê objetivo a 22 de julho de 1415 — um mês e poucos dias após o falecimento da rainha D. Philipa de Lencaster — foi a mais poderosa e luzida fôrça naval até hoje saída das águas do Tejo, da qual faziam parte, além do Infante, o próprio rei, o príncipe D. Duarte e o Condestável Nuno Álvares Pereira, cuja frota era constituída de 33 náus maiores, 27 galés de três remos por banco, 32 galés de dois remos por banco e 120 náus menores.

A 22 de agôsto do mesmo ano Ceuta foi subjugada, havendo o Infante, em face de sua destacada atuação enfrentando os mouros, sido agraciado com o título de Duque de Vizeu.

Como decorrência dessa grande vitória, quando êle contava vinte e um anos de idade, mais se acentuou a sua fascinação pela grandiosa heterogeneidade do elemento líquido.

Espírito voltado para o mar, as aventuras ocorridas sôbre a imensidade oceânica, além, muito além do horizonte distante, o entusiasmavam profundamente; se êsses feitos eram praticados por seus patrícios, então o seu contentamento se exteriorizava, como aconteceu em 1418, ao ter conhecimento de que João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, navegando ao sabor das correntes, forçados por uma tempestade, descobriram a ilha que denominaram de Pôrto Santo.

Impellido pelo arrôjo e pela firmeza de suas convicções, o Infante, naquêlê mesmo ano, tomou uma resolução inabalável, em face da qual, pelos êxitos posteriormente obtidos, projetou-se o seu nome na galeria dos bem-aventurados: mudou a sua residência para a Terceira Naval, isto é, lugar de fabricação de náus, depois chamada Vila do Infante e, por fim, Sagres — situada no extremo sul de Portugal, distante de Lisboa cêrca de cento e oitenta quilômetros — com o propósito deliberado de proceder a acurados estudos sôbre navegação; auscultar o ânimo dos navegadores para a grande empreitada que iria levar a efeito; prestigiá-los em suas iniciativas e, daquêlê trecho que avança para o mar, vêr, de perto, a partida radiante de expedições esperançosas e a chegada benvinda de imponentes caravelas.

Oliveira Martins, retratando o aludido ponto do território português, assim descreve o local onde o Infante passaria a operar e que consagrá-lo-ia nas páginas da história como um dos maiores obreiros da Península: "Sagres era uma língua de terra que invadia as ondas, banhadas por elas e açoitada pelas ventanias de noroeste. Estava-se ali como a bordo; e a acadêmia do Infante parecia fundada sôbre a náu, em que vagavam os destinos ainda ignotos da nação. Os antigos tinham denominado *sacrum* (sagrado) a êsse promontório, e o nome

atual traduzia ainda, no pensamento e na linguagem, a passada denominação. Sagres era ainda no XV século como fôra nos velhos tempos dos celtas, o pedestal de um templo. Acreditavam os antigos celtas — que do Guadiana se estendiam até a costa — reunir-se às noites os deuses no templo circular do promontório sacro, em misteriosas conversas com êsse mar cheio de enganos e tentações, aberto ao capricho dos homens para o tragar. Agora, os modernos herdeiros dos druidas, erguiam em Sagres um novo templo, onde, também às noites, não deuses, mas homens, se entretinham em falas com os ignotos mares, com as regiões desconhecidas”.

Foi no célebre promontório que surgiram as grandes idealizações.

Qual ardoroso general ou destemido almirante, rodeado de seu Estado-Maior, tomando, em campanha, tôdas as deliberações para o perfeito desenrolar de um plano de batalha — a batalha pacífica do descobrimento — o Infante D. Henrique procurou se acercar de homens experimentados e de documentos elucidativos que o norteassem em seus alcandorados cometimentos.

Iniciaram-se, dessa forma, sob os melhores auspícios — diríamos, com os primórdios de orientação científica — os trabalhos preliminares de investigação sobre as incertezas do mar tenebroso.

O cosmógrafo Jayme de Mayorca, de grande nomeada, fôra convocado para esclarecer pontos obscuros que a imaginação afogueada do lidador infatigável desejava desvendar.

Descrições de longas etapas percorridas, roteiros de memoráveis viagens efetuadas, manuscritos de ousados marinheiros, mapas de Valseca, obras de João de Muller, realizações de Jorge Purbach, trabalhos cartográficos, esboços, tudo, enfim, que tratasse de navegação e dissesse respeito a tarefas dessa natureza, fôra devidamente considerado pelo Infante e pela equipe que o apoiava. E os dias e as noites se sucediam nessas reuniões e conjecturas que tinham por escopo os preparativos no sentido da realização de uma obra ciclópica para a época.

Fundada pelo Infante a primeira escola náutica, a ela emprestaram a sua colaboração prestimosa com os conhecimentos que possuíam, pilotos de envergadura, como Diniz Fernandes, Antão Gonçalves, Nuno Tristão, Luiz Cadamostro, Antônio de Noli, Gil Eannes, Afonso Baldaya, Gonçalo de Cintra, Bartolomeu Perestrelo e outros mareantes que muito contribuíram para a consecução dos estudos delineados.

Assevera o historiador Cândido Costa em seu livro intitulado “Duas Américas” que, através de uma carta de André Biancho, escrita em 1448, o qual comandara uma das galeras da República de Veneza, a América fôra descoberta pelos portugueses entre os anos de

1445 e 1448, época em que o Infante se entregava aos seus aprofundados estudos, já preocupado com os reconhecimentos efetuados na costa africana.

E o professor H. Yule Oldham, da Universidade de Cambridge, num artigo publicado no "Geographical Journal" em princípios do nosso século, afirmou que a América, muito antes de Colombo, fôra descoberta pelo Infante D. Henrique.

A morte de D. João I em 1433, não interrompeu a sua persistência irreprimível, verdadeiramente obsecante.

Forjada a sua mentalidade na dura escola das atividades práticas, fêz empreender várias viagens; numa delas foi contornado o cabo Não, do qual as suas embarcações se afastaram sessenta léguas.

Os timoneiros, a serviço do Infante, científicaram-lhe existir um cabo mais afastado, cuja transposição seria bastante difícil devido à sua situação geográfica.

O malôgro da expedição guerreira a Tânger, em 1437; a morte de seu irmão D. Duarte; a menoridade do príncipe Afonso V; as discórdias na regência de D. Pedro — fatos ocorridos em 1438 — afastaram-no de Sagres, a cuja região o Infante voltou em 1440 para reativar a sua laboriosa empresa, "a sua idéia fixa e predileta", no dizer de Zeferino Cândido.

Em 1441 Nuno Tristão, sob as ordens do Infante, descobriu uma ponta de terra que denominou de cabo Branco; posteriormente, António Gonçalves foi até ao local mais ao sul a que deu o nome de rio do Ouro.

A região descoberta por Gill Eannes em 1443, formando um verdadeiro bôjo de cerca de quarenta léguas, foi dado o nome de cabo Bojador, distante de Lisboa aproximadamente 1.800 quilômetros. Fazendo nova viagem no ano seguinte, Eannes e Baldaya foram trinta léguas além daquêle cabo.

Em meio ao escrínio de tôdas as glórias obtidas por D. Henrique, pesa sobre êle, lamentavelmente, o estigma de ter sido, em intercâmbio com o continente africano — como assevera Zeferino Cândido — "o iniciador da escravidão negra em Portugal, na mais cruel das suas manifestações, por ventura involuntário, até certo ponto inconsciente, seguramente alheio ao conhecimento da força que tão abominável instituição viria a ter".

Falecido a 13 de novembro de 1460, com 67 anos de idade, dos quais 47 de inderrocável continuísmo no intuito de descobrir terras e catequisar a África, o Infante conseguiu o seu desejo fazendo conhecido da posteridade o extenso percurso, no total de 360 léguas de costa, entre o cabo Bojador e Serra Leoa, descoberta em 1446.

Em face de iniciativas dessa espécie sôbre o dorso das águas revoltas, Voltaire, entusiasmado, declarou no "Essai sur les Moeurs" as seguintes palavras de louvor aos bravos mareantes, enaltecidos por

Camões em vários episódios do imortal "Lusíadas": "C'est a ces découvreurs des Portugais dans l'ancien monde que nous devons de nouveau".

Movido por um desejo insopitado, a sua vontade inabalável — dir-se-ia — encontrara equivalência, anos após, nos propósitos indesmentíveis que animaram o rei D. Sebastião a enfrentar os mouros em Alcacer-Quibir.

Essa tenacidade inquebrantável e essa energia a serviço de grandes ideais, redivivas duzentos anos após na figura sobranceira e quase lendária do português Pedro Teixeira — o bandeirante da Amazônia — merecem ser lembradas posteriormente ao V Centenário do falecimento do Infante D. Henrique ocorrido a 13 de novembro de 1960, para que a geração da atualidade, mirando-se nos feitos exponenciais do homem que incrementou a civilização, — a quem Portugal deve uma de suas três ou quatro conquistas fundamentais, — não ignore a sua forte personalidade, em razão de cujo temperamento realizara uma empresa temerária e grandiosa afastando todos os obstáculos que se lhe antepuseram, para concretizá-la com os maiores sacrifícios.

Através das sábias lições de Ortega y Gasset, cada geração representa uma etapa de cultura, um ponto de vista, um sentido de luta. Cada uma delas surge com a sua peculiar sensibilidade, a sua fisionomia, a sua vocação histórica. A cada qual uma tarefa a realizar, um destino a cumprir, consoante ao espírito e às diretrizes do tempo.

A geração do Infante D. Henrique e a que imediatamente a sucedera, tendo como luzeiros Bartolomeu Dias e Vasco da Gama — o primeiro, o notável descobridor, em 1486, do cabo das Tormentas, denominado cabo da Boa Esperança por D. José II, rei de Portugal e o segundo, o emérito descobridor do roteiro das Índias, em 1497 — tiveram a destinação histórica de desvendar, através da imensidade oceânica, em dias e noites procelosas, o mundo desconhecido; homens resolutos que, "entre gente remota edificaram Nôvo Reino que tanto sublimaram!"

Leopoldo Peres — pujante cultura amazônica — lembrando Henrique Rodó, muito apropriadamente escreveu estas expressivas palavras: "Não sabemos de espetáculo mais cativante, nem mais viril e de comovedora beleza, que o de uma geração eleita que se lança ao encontro do futuro — primavera humana coroada de rosas e de frutos — ardendo na impaciência belígera da ação, fremindo na descoberta de continentes de miragens, que são as mais das vezes esplêndidas realidades".

Como bem acentuou Belmiro de Souza Sobrinho, "com a sua epopéia, o Infante ensinou novas condições de vida à humanidade, pois concorreu para o progresso universal. Não o detiveram as len-

das apavorantes, a ignorância, a superstição a erguer muralhas em cada onda e a separar as várias zonas do globo. Eliminou erros da antiguidade, dogmas de Geografia, tabus árabes e gregos. A deficiência dos instrumentos náuticos e a fragilidade dos navios não lhe paralisaram os planos e a inflexibilidade realizadora. Não fôra a obra de Sagres, ainda por longo tempo grandes regiões do mundo se mantiriam inabitadas, inacessíveis, desconhecidas. O que caracteriza a idade moderna é a série de descobrimentos — herança de Portugal. O mais belo florão da ciência náutica portuguesa é o Brasil, a suprema apoteose do gênio henriquino!

Glória ao herói nimbado de merecidos fulgores — Infante D. Henrique — a quem a nação portuguesa tributou há sete anos, nas comemorações alusivas aos cinco séculos de sua morte, as mais justas homenagens de elevado reconhecimento ao inolvidável criador de uma segunda Pátria.

TRANSCRIÇÃO DE ATA — SESSÃO DE ESTUDOS EFETUADA DIA
10 DE NOVEMBRO DE 1966 — DISCURSOS DE ELOGIOS DE
EUCLIDES DA CUNHA E INÁCIO BATISTA DE MOURA,
RESPECTIVAMENTE, PATRONOS DAS CADEIRAS NS. 16 E 21

Aos dez dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, reuniu-se a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em sua sede social, havendo comparecido os seguintes Diretores e demais consócios efetivos a fim de participarem da sessão de estudos então realizada: Ernesto Cruz, Presidente; Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente; Aláudio Melo e Víctor Tamer, respectivamente, 1.º e 2.º Secretários da Diretoria; Orlando Moraes Régo, Diretor do Museu; Armando Bordalo da Silva, Bibliotecário; José De Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléa Geral; Fernando Guilhon, Cândido Rocha, Augusto Ebremar de Bastos Meira, José Marcos dos Santos, Luiz Romano da Motta Araújo e consócia honorária Professora Graziela Moura Ribeiro. O Presidente Ernesto Cruz convidou a participarem da mesa os consócios Paulo Maranhão Filho, Aláudio Melo e Víctor Tamer e mais os senhores Guilherme Mártires, representante do Dr. Renato Franco, Vice-Governador do Estado; Mário Cândido Tavares, representante do Dr. Oswaldo Moraes, Secretário de Estado do Interior e Justiça; Dr. Uaracy Palmeira, Promotor da 8.ª Região Militar; Doménico Falesi, representante da Associação Comercial do Pará; e Dr. Deusdedith Moura Ribeiro, representante da família do falecido Dr. Inácio Moura. Aberta a sessão, após ligeiras palavras proferidas pelo Sr. Presidente alusivas à reunião em causa, efetuada com a dupla finalidade de exaltação às personalidades de Euclides da Cunha e Inácio Batista Moura, Patronos das Cadeiras ns. 16 e 21, cujos discursos de elogios seriam proferidos, respectivamente, pelos consócios efetivos José Marcos dos Santos e Víctor Tamer, fundadores e ocupantes das aludidas Cadeiras — foi lido o expediente, que constou do seguinte: officio datado de 9 de setembro último, do Dr. José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentando saudações a este sodalício paraense por intermédio do Almirante Mário Ferreira França, sócio efetivo daquele Instituto, de passagem por esta capital; officio n.º 137/G-442/66, de

9 do corrente, do Secretário Geral da Associação Comercial do Pará, comunicando a designação do Diretor Domênico Falesi para representá-la na sessão de estudos promovida por este Instituto dia 10 do corrente; ofício n.º 425/66, de 5 de julho do corrente ano, recentemente recebido, do Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, agradecendo o recebimento do exemplar do volume XIII da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará", manifestado a agradável satisfação causada com o recebimento daquele volume e informando estar sendo ultimada a divulgação da Revista daquela instituição, para posterior remessa aos Institutos congêneres; cópia do ofício n.º 32-Sec, de 4 de outubro último, mediante o qual este silogeu apresentou suas congratulações face à proposição do consócio Abelardo Conduru, ocorrida em sessão anterior, ao consócio Raymundo de Souza Moura, em virtude de S. Exa. haver sido nomeado Ministro do Superior Tribunal do Trabalho. A seguir foi procedida a leitura da ata da sessão anterior, com a retificação solicitada pelo consócio Luiz Romano da Motta Araújo, já consignada no final da última ata. Concedida a palavra ao consócio José Marcos dos Santos, fundador e ocupante da Cadeira n.º 16, da qual é Patrono Euclides da Cunha, o orador proferiu longo discurso acêrca da personalidade desse escritor ilustre, entrecortado de citações de alguns trechos de seus importantes livros. Ao finalizar a sua bem elaborada oração, rica de ensinamentos sôbre a vida do autor de "Os Sertões", o consócio José Marcos dos Santos foi bastante palmeado, havendo o Sr. Presidente o considerado empossado na Cadeira n.º 16, proferindo rápidas palavras sôbre o discurso do mencionado consócio. O 1.º Secretário procedeu à leitura das efemérides do dia, extraídas do livro "Efemérides Brasileiras" do Barão do Rio Branco. Foi concedida a palavra, a seguir, ao consócio Victor Tamer, fundador e ocupante da Cadeira n.º 21, da qual é Patrono Inácio Batista de Moura. Abordando, num trabalho magnífico, a vida de seu Patrono, o orador impressionou vivamente os assistentes, os quais, ao término de seu importante discurso, no qual focalizara vários aspectos do ilustre engenheiro, poeta, matemático, professor, jornalista e escritor, manifestaram os seus aplausos mediante calorosa salva de palmas. O Sr. Presidente, considerando o consócio Victor Tamer empossado na Cadeira n.º 21, proferiu a leitura de um seu primoroso trabalho — dêle, Presidente — demonstrando a sua afinidade e estreita ligação com Inácio Moura, de quem fôra aluno e amigo ao iniciar a sua vida literária. As palavras do Sr. Presidente, recordando a época em que Inácio Moura acolhia com manifestações de simpatia todos os estudantes que o procurassem, mereceram fortes aplausos dos presentes. Concedida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o Vice-Presidente Paulo Maranhão Filho lembrou fatos alusivos ao seu primeiro e único encontro mantido com o Dr. Inácio Moura, consi-

derado pelo orador um dos grandes valores intelectuais do Pará. A consócia honorária professora Graziela Moura Ribeiro, filha do homenageado, com a palavra, solicitou a interferência deste Instituto junto aos poderes competentes, no sentido de ser dado o nome de Inácio Moura não a uma rua ou logradouro público de Belém, e sim, de preferência, a um ginásio ou a uma escola pública onde predominem filhos de operários, em face da profunda simpatia que Inácio Moura mantivera pelos trabalhadores. O Sr. Presidente esclareceu que o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do qual Inácio Moura fôra fundador e presidente, envidará esforços no sentido de ser concretizada a justa aspiração da professora Graziela e que, com êsse objetivo, o sodalício iria oficial ao Exmo. Sr. Governador do Estado ou Prefeito Municipal de Belém. O consócio Luiz Araújo solicitou providências no sentido de que, decorrendo a 6 de março de 1966, o 50.º aniversário de fundação deste Instituto, seja aquêlo ano cognominado o "ano do cincoentenário do Instituto" e que esta instituição realize sessões recordando o acontecimento. Em ligeiro rebate, o Sr. Presidente esclareceu que o Instituto foi fundado a 3 de maio de 1900 e reinstalado a 6 de março de 1917, cujo assunto fôra, há poucos anos, debatido em Assembléia Geral, e aprovado em Assembléia Geral, motivo pelo qual entendia não haver justificativa plausível para ser dado atendimento à solicitação do consócio Luiz Araújo, mesmo porque a matéria ventilada é assunto vencido. O Dr. Deusdedith Moura Ribeiro, neto do Dr. Inácio Batista de Moura, agradeceu, em rápidas palavras, em nome da família de seu avô, as homenagens prestadas ao Patrono da Cadeira n.º 21, manifestando a sua maior gratidão ao consócio Dr. Víctor Tamer, fundador e ocupante da mencionada Cadeira. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, havendo antes o Sr. Presidente agradecido o comparecimento dos que dela haviam participado. E, para constar eu, Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, lavrei a presente ata. Aprovada em sessão de 26 de maio de 1967. (a) Ernesto Cruz, Presidente.



Da esquerda para a direita : consócios Sr. Orlando Luciano Martins de Moraes Régo, Diretor do Museu; Dr Fernando José de Leão Guilhon e Dr. Sívio Augusto de Bastos Meira, presentes à sessão efetuada dia 22-4-1967.

MEIO SÉCULO DE ATIVIDADE LITERÁRIA DE
FERREIRA DE CASTRO

E. D'Almeida Vitor

(do Instituto Histórico e Geográfico do Pará)

"Esqueço-me de mim, mas não me esqueço da selva, como a gemer sufocado pela lembrança", diz-nos Ferreira de Castro no pórtico de seu romance "A Selva", e acrescenta: "Dominou-me com o seu mistério e a sua soberania; não a evoco sem um estremeamento de pavor. Cá a tenho, cá a tenho a romper o otimismo com que procuro cobrir, para menor sofrimento, o pessimismo e a morbidez que ela me deu". Para entender essa angustiada recordação ter-se-á como nós, de conhecer a selva; de haver mergulhado, mesmo que rapidamente, no oceano verde da Amazônia; sem o que, parecerá exa-gêro da fantasia esse pavor que o estremece ao memorizá-la.

O sentimento que de imediato se assenhora do homem, ao contacto com a região amazônica, é o pânico; tanto mais, ao sentir o entibecimento de suas energias, entorpecidas pelo veneno letal que parece destilar a umidade reduzida na sombra espessa, que é o primeiro sinal de absorção, através de cuja magia será transformado, com a vegetalização de seu espírito, na desumanização de seu pensamento, despersonalizando-o; com a desvinculação da vida no escorrer do tempo que parece apodrecido, como os galhos caídos nos charcos. A floresta é realmente aterradora; e haveria, inevitavelmente, de dominar seus sentidos; mesmo quando Ferreira de Castro, tenha logrado fugir à escravização física; se nela viveu por cerca de três anos como seringueiro, entre essa "gente sem crônica definida, que à extração da borracha entrega sua fome, a sua liberdade e a sua existência".

Obviamente, seu romance "A Selva", não poderia ser um livro amêno; mas o reflexo da selvageria daquele cenário, como seus personagens não poderiam ser pessoas comuns, se a vida que os circundava também não era comum. Por isso, jamais seriam protótipos, ainda que não faltasse ao autor condições para criá-los; mas, simples tipos, muito bem caracterizados em suas peculiaridades psicológicas, como Juca Tristão — o concessionário da terra e "senhor"

do gado humano de que fazem parte Firmino e Tiago, Balbino e Tomás, Dona Yá-yá e Nhá Vitória, outros fragmentos de uma sub-humanidade, dentre a qual obteve um dia emergir o adolescente emigrante português; e com a força pura do seu talento, transformar a dolorosa experiência num marco de criação literária dos povos de língua portuguesa, em nosso século. Só comparável em densidade emocional, em grandeza epopeica a "Os Sertões" de Euclides da Cunha; e, como este, trazendo importante subsídio linguístico. É que em "A Selva", a língua portuguesa ganha flexibilidade, sem que carecesse de distorções léxicas, na representação do falar sertanejo, onde os modismos regionais são fixados em prejuízo da unidade idiomática na deturpação sintática, numa revitalização do idioma que recebemos como herança cultural do colonizador, ao qual acrescentamos novos símbolos representativos, outros valores, o que não nos autorize, contudo, sua apropriação indevida, e a tentativa criminosa de alguns de transfigurá-lo, numa suposta recriação: mulatismo intelectual.

Nem era de esperar-se menos, que a dominação do homem pela força telúrica da região, e esse fascínio pela diabólica beleza original que ainda conserva, e que haveria de "precipitar" no sentimento do escritor, a expressão essencial de toda sua obra: o sentimento do comunhão universal, que traduz sua mensagem reivindicatória de paz e justiça social para todos os homens, que se delinea já em sua primeira manifestação literária "Criminoso por ambição", o início de sua carreira de escritor, que fôra escrito nas horas vazias na selva, aos 14 anos, e publicado em 1916, há 50 anos, pois. Nas indecisões do estilo, na imperfeição da forma, na insegurança da técnica narrativa, há, no entanto, irrecusável, anunciada a vocação do ficcionista, a revelação do escritor inato, que o tempo, a experiência cultural, a angustiada busca de um definitivo estático, a aprimoração das técnicas, haveriam de consolidar e desenvolver, conduzindo-o ao futuro como uma das mais vigorosas personalidades literárias da língua portuguesa, cujo altíssimo valor transcenderia os limites do idioma, à glorificação universal, tanto mais, pelo conteúdo humano de sua obra idealmente coerente, em sua representação dos problemas sociais de nossa época.

José Maria Ferreira de Castro, descendendo de campônios na região de Aveiro, como filho primeiro com diversos outros, nasceu na aldeia de Salgueiros do Conselho de Oliveira de Azeméis. "Eu nasci a 24 de maio de 1898 — assinala o escritor em notas autobiográficas, divulgadas em 1930, no início de sua ascensão; e acrescenta: — "Mas quando penso na minha idade, sinto-me sempre beneficiado por quatro anos a menos. São 4 anos iguais a uma noite escuríssima, onde não é possível acender luz alguma. Não os viveu o meu espírito. Não estão na minha memória. Não me pertencem. Para a mi-

nha realidade espiritual eu tenho apenas 28 anos. E em 1902 que começo a povoar o museu de minha vida, a decorar a galeria das recordações. Na escola primária da aldeia fez o único curso regular de sua vida, com aplicação, no entanto, e um desusado interesse pela leitura, dessa literatura popular vendida nas feiras, que o fascinava mais que "Os doces, os camarões e os fogos de São João". Súbitamente um amor platônico imiscuiu-se em seu sentimento infantil, transformando-se, ao fim, no estímulo à grande aventura no além mar. "O Brasil — acrescenta nas notas referidas — era a liberdade, a fuga à tutela familiar e o mistério... Mas era sobretudo, o gesto másculo, o gesto do homem que eu queria ser aos olhos de Margarida". Ele próprio nos precisará o tempo da partida, em demanda do desconhecido. "Tinha eu, então, 12 anos, 7 meses e 14 dias ..".

De Belém, para onde o conduziu o "Jerome", depois de um mês, foi "despachado" entre uma leva de nordestinos, para trabalhar num seringal nas margens do rio Madeira, ali permanecendo por cerca de três anos. Timido por temperamento, amargurado pela saudade da terra e da gente familiar que lá deixara, enchia suas horas de folga do duro trabalho, lendo tudo quanto lhe caía às mãos, numa angustiada preocupação de aprender. E escrevia. Escrevia pequenas estórias, apontamentos diários, enviando alguns desses escritos para jornais do interior do Brasil; exultou de contentamento, quando um jornalzinho do interior do Rio Grande do Sul publicou o seu primeiro trabalho. Recordando-o, dirá: "Só os escritores e os artistas sabem verdadeiramente o que isso representa. Só eles podem avaliar toda a alegria que então, me alvoroçou. Cheguei a sentir gratidão e ternura pelo correio, pelo próprio vapor em que o jornal viera".

Um dia, rompendo as correntes da escravidão, abandonou o seringal rumo a Manaus, tentando inutilmente obter um emprego, continuando a fuga para Belém, onde por meses consecutivos, sem trabalho e sem recursos, curtiu a própria miséria. Um serviço num "galôla" (*) da linha do rio Olapoque, mantido por pouco tempo, deu-lhe abrigo e comida. Despedido, volta a Belém e com um companheiro fundou um periódico — "A Cruzada", de pouca duração. Fôra, todavia, sua iniciação na profissão de jornalista, que o seduzia. É dessa época, a publicação do seu primeiro livro, hoje erradicado de sua bibliografia, e do qual possuo exemplar, mercê de carinhosa homenagem de um amigo à minha admiração ao seu autor. Ainda nessa oportunidade publicou em folhetins, outro romance, "Rugas Sociais", já ambicioso em suas características e em seu generoso anseio de mitigar as dores do mundo. Fundando com outro imigrante português, Pinto Monteiro, o periódico "Portugal", lograra o êxito da iniciativa, com o acolhimento dado por grande colônia lusa ali existente. Foi o ensejo de realizar-se como jornalista, percorrendo,

então, o Brasil, a fazer uma série de reportagens vivas, movimentadas, brilhantes, evidenciando méritos profissionais, nessa atividade que seria, afinal, o suporte financeiro inicial de sua vida.

O desafogo econômico propiciou-lhe condições de voltar a Portugal, logo após a Grande Guerra, em 1918, sem pretender permanecer porém; mas o destino havia disposto em contrário, e ele foi ficando em Lisboa, tendo que recomeçar uma vez mais a busca de meios de subsistência; e foi justamente na imprensa, em que os encontrou; desde logo, destacou-se por suas reportagens fora dos padrões tradicionais, o que lhe valeria o prêmio de uma prisão, quando tentou revelar a vida da comunidade carcerária da Cadeia Central de Lisboa, em cujo ambiente, subrepticamente se imiscuirá. Funda, então, a revista literária "A Hora"; e sua produção literária vai adquirindo um ritmo ascensional em quantidade e valor.

Em "Mas..." — seu primeiro livro editado em Portugal, reúne num ensaio seus pontos de vista sociais. Logo concorre com uma peça de teatro — "O mais forte", obtendo o primeiro Prêmio Teatro Nacional, não permitindo sua encenação, nem a publicando nos jornais. Na narrativa curta ou longa, se concentra sua atividade literária "Carne faminta", "O êxito fácil", "Sangue negro", "A metamorfose", "A boca da Esfinge" (em colaboração com Eduardo Frias), "O vôo nas trevas", "A Morte redimida", "Sedas de lirismo e de amor" (contos), "O drama na sombra", "A peregrina do Novo Mundo", "A epopéia do trabalho", "A casa dos móveis dourados", que são etapas no processo de evolução do escritor, marcando o aperfeiçoamento do estilo, a aprimoração das técnicas de narração, que se iriam realizar plenamente, já em seu romance "Emigrantes", que antecede de dois anos o seu grande livro, coincidindo ser um dos grandes romances da língua portuguesa — "A Selva", em cujo pórtico ele assim os explica: "Numa paisagem ridente do sul do Brasil; noutra, a paisagem majestosa do norte. Em "Emigrantes", o exílio pelo estômago; neste, o desterro pelo espírito; e nos dois, a uni-los indissolúvelmente, a luta pela vida, a conquista do pão, a miragem dourada do ouro negro que é a miséria, sofrimento e quimera com que os pobres se enganam".

Segue "Eternidade", onde "sente-se — comentamos nós em 1941 — através da narração onimoda na sua estrutura estilística e no senso de observação dos seres criados, essa máguia que a vida nos transmite, essa melancolia profunda ante o espetáculo doloroso do mundo interior" é o que fixa com poder de transmissão ao leitor, cruelmente. Acrescentamos ainda: "Poderá a melancolia da paisagem humana ter neutralizado por um momento, a individualidade do artista; venceu, porém, o instinto ditador, guiando-o para a objetivação do seu sonho de "escrever uma série de romances onde narrasse o drama imensurável (do destino dos homens) desde suas velhas raízes à fronde rumorosa" que nesse livro iniciava. (In "Carloca", N.º 239,

07.09.1941): "Uma vitória de espírito criador sobre a melancolia da paisagem humana". Esse plano, ele continuará com êxito através de *Eternidade, Terra Fria, Pequenos Mundos, A Volta do Mundo, A Lã e a neve, A Curva da estrada, A missão*, cujo valor estético e conteúdo social e humano, lhe dariam projeção no mundo, na tradução da sua maioria, para o francês, inglês, italiano, espanhol, alemão, russo, flamengo, croata, sérvio, polonês, romeno, holandês, sueco, norueguês, checo e húngaro, assegurando-se de duração ilimitada.

Ferreira de Castro é um pouco nosso, porém. Aqui formando o seu espírito e desenvolvendo sua vocação literária, aqui sofrendo as primeiras decepções e vivendo as primeiras alegrias de sua carreira de escritor, não há dúvida de que dentro dele subsiste um pouco de brasilidade, mesmo nessa concepção idealista da transformação social que é a tônica de sua obra. Eis porque há-de voltar sempre aos temas brasileiros, até à selva, espicaçado, talvez por essa memória aterradora da vida na região equatorial; como o faz agora preparando o lançamento de um outro livro, cujo cenário ainda é a Amazônia brasileira, que se anunciou, precipitadamente, como sendo uma biografia de Rondon; mas que ele esclareceu em recente entrevista a Álvaro Salema, ser um romance, em que fixa o problema da pacificação de uma tribo de índios dos seringais onde viveu, na zona selvagem que habita as cercanias do rio Madeira. Se a figura de Rondon aparece na estória, ("Morrer se fôr preciso") e necessariamente por força do ideal que consubstanciou, no seu lema de "Morrer se fôr preciso; matar, nunca". "Ver-se-á — considera — até que ponto poderia ir a força de uma idéia sobre o comportamento dos personagens, com caráter tão diferente, perante uma reação instintiva de defesa". E explica: — "Eu tinha prometido a Rondon, que muitas vezes me estimulou nesse sentido, escrever esse romance sobre a epopéia realizada por um grupo de heróis populares, que ignoram o seu próprio heroísmo, uma epopéia que mesmo no Brasil é quase desconhecida".

Anuncia-se que este livro aparecerá ainda este ano, coincidentemente, quando se comemora o cinquentenário da iniciação literária de Ferreira de Castro, no Brasil; e a cujas comemorações que se realizam em Portugal, está presente o sentimento de admiração do Brasil ao escritor, como parte de nosso patrimônio literário, pelo idioma, pela temática de seus livros principais; por sua compreensão de nosso povo, de nosso destino como Nação e de nossos problemas, que os dimensionou sempre em afeto.

— Brasília, DF, 1966 —

I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, realizar-se-á em Brasília, de 26 a 29 de outubro do corrente ano, o I Congresso Brasileiro de História e Geografia, constituído de historiadores e geógrafos do Brasil, de Portugal e outros países, os quais debaterão proposições de interesse geral dentro do programa já elaborado.

Do programa constará o tema oficial "De Cabral a Brasília", temas livres, mesa redonda (tópico: "Brasília, uma realidade histórica — geográfica") e conferências. O tema oficial foi subordinado às seguintes secções: Portugal e a era dos descobrimentos; Brasil-Colônia e Reino Unido; Brasil-Império e República; o Brasil contemporâneo; organização social e política brasileira. Haverá sessão solene de abertura; sessão administrativa; sessão plenária final, de apresentação de conclusões e recomendações, e sessão solene de encerramento.

Os membros do Congresso serão considerados honorários (presidentes e vice-presidentes de honra); oficiais (membros de delegações e representações devidamente credenciados pelos poderes públicos); efetivos (os que se inscreverem nos moldes do regulamento); acompanhantes (os familiares dos congressistas que preencherem as formalidades de inscrição).

Atendendo ao convite que lhe fôra formulado pelo Presidente do referido silogeu, Dr. Ernesto Silva, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará se fará representar oficialmente naquêlê conclave pela delegação constituída do Acadêmico Ernesto Horácio da Cruz, Presidente, Dr. Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, Profa. Dra. Anunciada Ramos Chaves, Vice-Presidente da mesa da Assembléia Geral e consócio correspondente, Dr. Gabriel Hermes (Brasília), deputado federal pelo Pará.

O sodalício paraense, congratulando-se com a instituição cultural congênere de Brasília, augura êxito absoluto àquêlê grandioso empreendimento.



Historiador Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará), Patrono da Cadeira n. 13, da qual é fundador e ocupante o Presidente Ernesto Cruz.



Acadêmico Ernesto Horácio da Cruz, Presidente do Instituto e fundador e ocupante da Cadeira n. 13, da qual é Patrono Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará)

**DOMINGOS ANTONIO RAIOL (BARÃO DE GUAJARA),
PATRONO DA CADEIRA N.º 13 — DISCURSO DO CONSÓCIO
ERNESTO HORACIO DA CRUZ, FUNDADOR E OCUPANTE
DA ALUDIDA CADEIRA**

Dia 2 de maio de 1967 este silogeu realizou a sessão solene de Assembléa Geral Ordinária comemorativa do 67.º aniversário de sua fundação, no decorrer de cuja reunião foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira n.º 13, da qual é Patrono Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará), o consócio efetivo Ernesto Horácio da Cruz, cujo discurso de elogio a seu Patrono, então proferido, a seguir transcrevemos:

"Vamos cumprir o determinado no artigo 4.º § 2.º dos Estatutos em vigor, como outros membros deste Silogeu já têm feito, dando aos seus patronos o realce, o elogio, a homenagem que realmente merecem, pelas suas obras e méritos indiscutíveis.

Criamos com a reforma da nossa organização social, 40 cadeiras de sócios efetivos e perpétuos, e estabelecemos que os ocupantes dessas cadeiras tivessem um patrono e fizessem o seu elogio, destacando-o pelo seu trabalho e cultura, de modo a justificar a escolha e o realce merecidos.

Coube-nos a cadeira n.º 13 de que é patrono o historiador Domingos Antônio Raiol — Barão de Guajará, nome ilustre, e cuja obra histórica e de crítica de destacado valor nas letras regionais e nacionais, não está presente somente nas páginas da História desta terra, da qual foi revelador o mestre inconfundível.

Vamos encontrar Raiol, inicialmente no Legislativo provincial, depois no parlamento nacional, na política do seu tempo, como Liberal autêntico e dessassombrado que era.

Depois, como estudioso, como pesquisador paciente, honesto e dedicado aos fastos da sua Província, inicia-se na revelação dos episódios que marcaram os capítulos iniciais da vida colonial paraense.

A chegada de Francisco Caldeira de Castelo Branco a Belém, a 12 de Janeiro de 1616; a construção apressada mas necessária de uma praça d'armas, feita de estacas, extraídas da madeira que en-

controu ao seu alcance; a aproximação perigosa dos índios, que surpreendiam as forças portuguesas, com ataques rápidos e bravios; a chegada dos missionários religiosos; a vida pacata e modesta da colônia; a construção das primeiras Igrejas, feitas por aqueles abnegados missionários; a luta e o drama dos colonizadores, todos estes episódios tiveram da pena de Domingos Raiol, o cuidado descritivo que o historiador sabe dar aos seus estudos e pesquisas, tendo como fonte insuspeita os documentos da época.

Raiol não se descuidou, nem se cansou em estudá-los e revelá-los.

Daf ter dado na sua incompleta "História Colonial do Pará", uma descrição fiel, meticulosa, insofismável do que fôra o núcleo que os portugueses fundaram e iam desenvolvendo na medida das suas possibilidades. Não se limitou, porém, a descrever os trabalhos iniciais do colonizador português. Fixou em quadros interessantíssimos, a presença dos invasores estrangeiros, que já estavam no Amazonas, antes da chegada de Caldeira. Descreveu as propriedades daqueles ousados aventureiros que, além de tomarem conta da terra como se suas fôssem, ainda procuravam defendê-las e mantê-las, com fortificações de madeira, e aguerridos soldados mercenários, sob a bandeira da Holanda, da Inglaterra e da França.

Mencionou os combates que os lusos e os luso-brasileiros, estes representados pelos índios aliados sustentaram, com os antigos ocupantes do vale amazônico, expulsando-os, depois de longa luta, dos domínios lusitanos. Infelizmente, a "História Colonial do Pará", publicada em capítulos, na "Revista de Estudos Paraenses", não ficou completa.

Mas, o nome de Domingos Antônio Raiol começou a projetar-se, como o de um historiador sério, e de um estudioso constante e paciente.

Não conseguimos, porém, saber ao certo, de onde provinha aquele ramo da família Raiol, que se domiciliou no Pará, a partir do século XVIII. Consequência da resistência oposta pelos aventureiros espalhados no vale, sob a proteção de bons fortes e a ajuda substancial de soldados mercenários, experimentados na arte da guerra. Deu isto oportunidade a que se escrevesse na Amazônia, um dos capítulos mais vigorosos da História colonial do Brasil, em pleno século XVII.

Do reino começaram a chegar, nas várias fases dessa campanha cruenta e heróica, homens que, sob a bandeira d'El-Rei e as esperanças da Pátria, traziam as cabeças cheias de sonhos, embarcados para a então lendária Amazônia, entusiasmados com as notícias dos tesouros encontrados na região.

E assim desembarcaram em Belém, nobres e plebeus. Soldados e operários. Agricultores e cronistas. E todos esses homens, concluído o ciclo da conquista, espalharam-se pelos recantos da terra paraense, fundando e colonizando Vilas e povoados, desbravando matas, percorrendo rios, subindo e descendo cachoeiras, procurando avidamente o ouro e as pedras preciosas, levando para além das linhas traçadas pelo Tratado de Tordesillas, as nossas divisas geográficas, construindo lares, dando desse modo origem às famílias que, até hoje, ostentam com justificado orgulho, na sua árvore genealógica, os nomes desses ascendentes famosos.

Até os fins do século XVIII, não vimos registrando nas crônicas da época, no valiosíssimo documentário guardado nos Códices da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, o nome de Raiol, que começou a aparecer com certo relevo nos Anais do terceiro decênio do século seguinte.

Encontramos a primeira referência a essa árvore genealógica, cujas raízes estavam plantadas em Portugal, num documentário manuscrito do nosso Arquivo Público. Trata-se de uma Carta traçada pelo próprio punho do Capitão Mór Nicolau Pereira da Costa, que desde 1713 se estabelecera na Vila da Vigia, como mandatário d'El-Rei.

Nessa correspondência aparece pela primeira vez nas crônicas da Capitania paraense, o nome de José da Costa Raiol, na qualidade de Capitão da Companhia de Ordenança.

No mesmo documento está apensa uma relação das pessoas que serviam na Câmara da Vila, e dos privilegiados que faziam parte da famosa Companhia de Nobreza, da localidade.

Entre os Camaristas citados por Nicolau da Costa, figurava Inácio Raiol, irmão de José Raiol, da Companhia de Ordenança.

No conjunto dos Homens Nobres da Vigia, figurava João Duarte Raiol. Foi isto em 1773.

Não há qualquer referência nêse, ou em outro documento da mesma época, sobre o grau de parentesco de José Inácio e João Raiol, por coincidência todos moradores na Vigia, e pessoas de destaque na administração e sociedade da Vila.

Não existe dúvida, porém, que pertenciam todos à mesma família, e provinham de igual estirpe. Também não é feita nos Anuários Genealógicos Brasileiros, a mais ligeira alusão à existência de outra família de igual apelido, residente em qualquer parte do Brasil-Colônia, o que nos leva a presumir que os primeiros desse ramo, vieram diretamente ao Pará, nos fins do século XVII, ou princípios do XVIII, estabelecendo-se na Vigia, definitivamente. No ano de 1764, aquêle mesmo Inácio da Costa Raiol, que fôra camarista

no tempo do Capitão Mór Nicolau Pereira da Costa, aparece, já maduro de idade, e coberto de honrarias, como Juiz Ordinário da Vila da Vigia.

— x —

No ano de 1835 explode em Belém um movimento revolucionário, de imensas proporções.

Vamos lembrá-lo de relance, fundamentadas as nossas conclusões nos estudos que dêle fizemos, de modo substancial, profundo, honesto, através dos documentos manuscritos da época, e que nos deram provas substanciais da precipitação e dos erros em que incorreram certos historiadores, que escreveram sobre o mesmo tema, influenciados apenas pela correspondência oficial que era enviada à Corte.

Dissemos nas primeiras páginas do nosso livro denominado "Nos Bastidores da Cabanagem" que, para esta, o Presidente da Província do Pará, Bernardo Lobo de Sousa, fôra uma razão, e não um pretexto. E isto porque, os historiadores, na sua quase totalidade, davam os mais diferentes e absurdos motivos, para justificarem-na.

E continuamos afirmando com base na correspondência manuscrita do tempo, que os movimentos subversivos da época, podiam ter insuflado ainda mais o espírito da plebe acostumada já nas rusgas sangrentas dos partidos políticos; porém, não determinaram a explosão cívica de maior repercussão nos fastos revolucionários da Amazônia.

A cabanagem foi o caudal cujas origens são encontradas no governo despótico de Lobo de Sousa. Daí dizer o autor festejado de "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", ter sido a revolução cabana INAUGURADA a 7 de Janeiro de 1835. Nesse dia, foi desfraldada na gleba paraense, a bandeira de LIBERDADE. Os revolucionários, com o decorrer do tempo, desavieram-se. Os chefes cabanos lutavam pela ascendência ao poder supremo.

Dois dêles, Francisco Pedro Vinagre e Antônio Felix Clemente Malcher, lutaram pela posse da Presidência da Província.

Daí terem os cabanos, depois da posse do marechal Manoel Jorge Rodrigues no governo do Pará, dividido em colunas, chegando a invadir a Vila da Vigia. Antes de narrarmos os acontecimentos sucedidos na Vila, com a presença das forças rebeldes, vejamos o que acontecera com os Raio.

Um século decorrido desde que José Raio, da Companhia de Ordenanças, apareceu nos Anais da Capitania, servindo ao Rei de

Portugal com a bravura e a lealdade dos velhos e altivos soldados lusitanos, era eleito Vereador da Câmara constitucional da Vigia, um outro Raiol, Pedro Antônio, de nome, e a quem o destino havia reservado um fim trágico.

No primeiro quartel do século XIX, Pedro Antônio casava-se com dona Arcângela Maria da Costa.

A 30 de Março de 1830, festejava o ditoso casal o nascimento de um filho varão, a quem puseram o nome de Domingos Antônio. Na secular Igreja da Vigia, que os padres da Companhia de Jesus construíram e denominaram de Madre de Dios, e que é, ainda, um dos momentos mais notáveis do Pará-Colonial, foi batizado Domingos Antônio Raiol.

Perto da Igreja ficava a Casa da Câmara, e um pouco mais adiante, na rua chamada de Nazaré, ângulo da travessa do Passinho, estava localizado o Trem de Guerra, que era o depósito das armas e munições do destacamento de linha.

Cinco anos depois do nascimento de Domingos Antônio, a Província era sacudida pelo levante dos cabanos. A revolta tomou conta de Belém. Espalhou-se pelo interior. O povo em armas, lutava pela liberdade. Era o grito ouvido nas ruas e nas localidades por onde passavam os revoltosos.

A Vigia não podia escapar às contingências da época.

A 23 de Julho de 1835, um bando rebelde atacou a Vila, obrigando os seus defensores a refugiarem-se no Trem de Guerra. Entre os sitiados estava o Vereador Pedro Raiol.

Reconhecida a superioridade numérica dos cabanos, deliberaram os sitiados içar uma bandeira branca, procurando assim acalmar a fúria dos rebeldes. A rendição, supunham, conteria a horda, pondo fim à sanguieira que ia pela cidade.

Aceita a Paz pelos vencedores, foi dada ordem aos refugiados para deixarem o Trem de Guerra, vindo para a rua desarmados, porque nada mais lhes aconteceria.

E assim foi feito.

Abriu-se a porta do precário Arsenal. E quando os seus heróicos defensores pisaram a rua, uma descarga cerrada abateu-os, caindo uns mortos, outros feridos, enquanto os revoltosos, desvalizados, carregavam novamente as armas e atiravam, impiedosamente, sobre os remanescentes do Trem.

Entre os vigienses mortos nesse dia, estava o Vereador Pedro Antônio Raiol. Tinha Domingos Antônio cinco anos de idade. Porém, do seu espírito, da sua lembrança de menino apavorado, nunca mais aquêle quadro trágico, aquêle fim dramático do seu Pai, e o choro convulso da sua mãe, se apagaram.

Os cabanos haviam destruído a sua alegria. Torturado o seu lar. Enchido de lágrimas os seus olhos.

E nesse instante emocional traçou, talvez o seu destino, se e que os homens são senhores da sua vida e das suas emoções.

E trinta e cinco anos depois, aparecia no Pará um historiador profundo. Domingos Antônio Raiol lançava o seu primeiro volume dos "Motins Políticos". Havia de ser ele mesmo, o mais autorizado cronista da Cabanagem. E a tragédia do Trem de Guerra, havia de ter o seu revelador.

OS MOTINS POLITICOS

No mês de Maio de 1865 saía da Tipografia do Imperial Instituto Artístico, do Rio de Janeiro, estabelecida no largo de São Francisco, n.º 16, o primeiro volume dos "Motins Políticos". Era a estréia auspiciosa de Domingos Antônio Raiol, no campo vasto das letras históricas.

Trabalho de fôlego, o autor esclarecia no Prefácio desse primeiro volume, que a obra fóra dividida em três partes, abrangendo o ciclo mais agitado da História do Pará, desde a adesão ao movimento constitucionalista português que deu causa à convocação das Côrtes Gerais, e com ela o regresso de dom João VI à Lísboa, ao drama da cabanagem.

Tarefa árdua, se considerarmos a deficiência da documentação existente nos Arquivos Públicos, do que já se queixava Antônio Ladislau Monteiro Baena, nos primórdios do seu monumental "Ensaio Corográfico Sôbre a Província do Pará", mais árdua e difícil ainda, porque Raiol escrevia sôbre fatos latentes na memória dos seus contemporâneos, sujeitos por isso mesmo às apreciações mais diferentes, ao sabôr das paixões partidárias da época. Contudo, conseguiu impôr-se à crítica do seu tempo.

Deputado liberal à Assembléa Geral Legislativa do Brasil, como fóra da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, era possível que as conclusões expostas nesse primeiro volume, fôssem tidas como resultado do crédo político que abraçara.

Ferreira Pêna, um dos seus julgadores, rebatendo as insinuações estampadas nêsse sentido, chegou a asseverar na crítica publicada no "Jornal do Amazonas", em Dezembro de 1865, que "não via razão para se duvidar da sinceridade do autor".

Outros juízos críticos surgiram na Côte e nas Províncias. Sinal de que o trabalho de Raiol havia obtido a repercussão necessária a uma obra de tamanha responsabilidade.

No Prefácio do primeiro volume Raiol confessava:

“Escrevemos sôbre fatos contemporâneos e conhecemos os espinhos que nos cercam. Tratamos de acontecimentos políticos e divisamos os partidos em luta contra nós. Os resentimentos talvez não estejam ainda amortecidos; ainda talvez sangrem as feridas abertas por ocasião desses acontecimentos. É natural, pois, que apareça o filho reclamando a favor do pai, a mulher a favor do marido, o amigo a favor do correligionário, a família em suma, a favor de algum parente, por esta ou aquela apreciação que tenhamos feitos em sentido estranho aos sentimentos e afeições de cada um”.

No entanto, dizia o eminente historiador que, — confiava nos homens sensatos. Três anos decorridos, em 1868, aparecia o 2.º volume dos “Motins” editado em São Luis do Maranhão. Revelava matéria vasta, numa substanciosa análise dos acontecimentos desenrolados no Pará, desde a posse do Visconde de Goiana, na presidência da Província, à abdicação de d. Pedro 1.º.

Quinze anos decorridos era lançado no Rio de Janeiro, pela Tipografia Hamburgueza do Lobão, à rua do Hospício, ns. 149 a 151, o 3.º volume da grande obra de Raiol.

Foi isto em 1883.

Começa nesse 3.º volume, a narrativa circunstanciada, e por todos os títulos a mais séria, da cabanagem.

Quando a Hamburgueza do Lobão deu a público esse 3.º volume, já estava Raiol agraciado com o título de Barão de Guajará — e era presidente da Província de São Paulo. Porém, nem a mercê do Imperador, nem as obrigações administrativas de uma Província importante como era aquela, modificariam o espírito do novo titular do Império.

Continuou, por isso mesmo, a escrever, a pesquisar, a analisar, a concluir, a lançar novas luzes sôbre o mais agitado período histórico do Pará, e quiçá da Amazônia.

O 4.º volume dos “Motins”, editado ainda pela Tipografia Hamburguesa do Lobão, surgiu em 1884, traçando de maneira mais forte o perfil da cabanagem. Temos a impressão de que Raiol escreveu os capítulos desse volume, tendo sempre diante dos olhos a imagem do Pai. Não podia ter saído da sua memória aquela cena dramática do Trem de Guerra.

Por mais justas que fossem as suas conclusões, por mais honesto que fosse o seu intuito, por mais austero que fosse o seu desejo

de julgar os acontecimentos que narrava com a inflexibilidade tão comum ao historiador, algumas vezes deixava transparecer nas páginas da sua obra, substituindo a austeridade do cronista pelo sentimentalismo do filho, a grande mágoa que lhe ia no coração.

Assim era que dizia, à página 387, do 4.º volume dos "Motins":

"Comemorando os acontecimentos da província, fazemos reviver do passado os varões que mais ou menos representaram nêles, e não é muito que nestas singelas linhas rendamos culto à memória do cidadão que nos deu o sér.

É dever sagrado do filho guardar no santuário do coração a imagem querida de seus progenitores, cercand-os sempre de amôr, de respeito e veneração durante a vida e honrando na campa a lembrança de seus nomes.

Seja-nos, pois, lícito pagar nêste momento o nosso sincero tributo de reverência filial, gravando aqui a memória dêsse patriota que também caiu aos golpes da anarquia, na data mais calamitosa da história paraense.

E queiram os céus que no modesto trabalho do filho possa o pai encontrar um monumento, embora rude e simples, capaz de guardar seu nome contra a ação corrosiva do tempo".

O 5.º e derradeiro tomo dos "Motins Políticos" foi impresso nesta capital, na antiga Livraria de Tavares Cardoso & Cia., estabelecida, então, na travessa de São Mateus, atual Padre Eutíquio, ns. 29 a 31, em 1890.

É onde está condicionado o mais precioso documentário da obra.

Domingos Raiol esforçou-se na pesquisa, no tombamento das peças manuscritas condicionadas nos Códices do século XIX, da nossa Biblioteca e Arquivo Público.

Não os exgotou totalmente. Muita coisa ficou para ser revelada, analisada, sem as preocupações de agradar partidos políticos dominantes, ou à própria Regência ou ao Imperador, como alguns historiadores fizeram. Quando não copiavam, reproduzindo a narrativa alheia, e muitas vêzes falsas. As conclusões a que chegavam traziam a marca das paixões mal disfarçadas, ou completamente alheias à verdade.

Tivemos o cuidado de selecionar 19 compêndios de História, com narrativas da cabanagem, onde os seus autores confundem fatos e

personagens, dando margem a ser este episódio o mais debatido e o menos conhecido da História paraense.

Revelamos as nossas conclusões num livro hoje raro, que denominamos de "Nos Bastidores da Cabanagem".

Se o Barão de Guajará não deixou na sua obra a crônica definitiva da cabanagem, deu oportunidade a que outros cronistas se refizessem no filão onde colheu as gêmas com que enriqueceu a história regional, desvendando a fonte onde ainda se abeberam nos dias que correm, quantos se dedicam à patriótica tarefa de plasmar, através de interessantes estudos, os diferentes aspectos da nossa formação social e política.

Era admirável a capacidade de produção de Domingos Raiol. Enquanto selecionava o documentário que iria servir de base aos Motins, conseguia tempo para coordenar impressões e fixá-las num livro bem aceito pela crítica do seu tempo, apesar das paixões partidárias que dividem os cronistas literários daquela primeira metade do século XIX.

"Brasil Político" foi o título do ensaio gizado em torno dos Partidos Políticos do Império, impresso em Belém, nas Oficinas do "Diário do Comércio" sediada na rua do Paixão, depois chamada rua Formosa, que é a atual Treze de Maio, nesta cidade.

Veio a seguir, em 1867, a coleção dos discursos pronunciados no Parlamento Brasileiro, e onde teve papel de relevo o deputado Tito Franco de Almeida. Esse volume a que Raiol deu o título de "Abertura do Amazonas", foi impresso em Belém, na Tipografia do "Jornal do Amazonas", montada à travessa das Mercês, hoje Frutuoso Guimarães.

Depois da publicação dos Motins, deu-nos Raiol o "Juízo Crítico Sobre as Obras Literárias de Felipe Patroni". É um trabalho de crítica, conciso e bem fundamentado.

Como patriota e estimulador dos homens de sua geração, correto no incentivo cívico aos homens de todas as épocas, para que a Pátria se eleve e consagre através da veneração aos seus vultos e fatos históricos, o Barão fundou, com a ajuda de outros patriotas, neste solar, onde tem o Instituto Histórico sua sede definitiva e própria, a Sociedade 15 de Agosto, que participava ativamente, dos festejos comemorativos da adesão do Pará à Independência nacional.

Neste magnífico solar era costume reunirem-se em datas familiares, provinciais ou nacionais, os titulares do Império aqui residentes, as famílias nobres daquele tempo, homens cultos, parlamentares de prestígio, médicos, advogados, sacerdotes, militares, damas da mais elevada posição social, para comungarem das ale-

grias e das realizações das famílias do Visconde de Arary e do Barão de Guajará.

Pisamos hoje os mesmos lugares onde, em outros tempos, deslizavam os pares, em rodopios elegantes, ao som de músicas suaves e deliciosas.

Aqui, neste mesmo salão, se agrupavam os políticos mais influentes do Pará, Presidentes da Província, deputados, chefes de Partidos. Estiveram nestas salas, nestas janelas, neste ambiente puro e familiar dos Chermont e dos Raiol, as mais destacadas notabilidades da época.

Assim viveu Domingos Antônio Raiol, os seus derradeiros dias de vida intensa e proveitosa. Faleceu no domingo, 27 de Outubro de 1912. Contava, então, 82 anos de idade.

Era casado com a senhora dona Maria Pereira de Chermont Raiol — Baroneza de Guajará, deixando dêsse feliz consórcio dois filhos, os drs. Pedro e José Raiol, naquelle tempo ausentes na Europa.

Os seus funerais realizaram-se na segunda-feira, dia 28, saindo o cortejo dêsse mesmo solar, para o Cemitério de Santa Isabel. O corpo inhumou-se na catacumba n.º 384.

Domingos Antônio Raiol deu ao Pará e ao Brasil a prova mais evidente da sua cultura. Ensinou-nos as lições mais proveitosas da história regional. Mostrou-nos a fonte onde podíamos colher novos documentos para completar os seus estudos fundamentais.

Temos poucas vezes divergido das suas conclusões, tais como, a data certa do falecimento de Eduardo Nogueira Angelim; as origens da cabanagem, e o detalhe da prisão do chefe cabano, que encontramos após prolongada pesquisa, numa correspondência do próprio punho do brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa, existente na coleção de documentos manuscritos da nossa Biblioteca e Arquivo Público.

Isto prova que estudamos com interesse, com afino, as suas conclusões, a sua narrativa e, se divergimos, não foi para corrigir, mas para colaborar com o historiador, com o mestre, que é o patrão das cadeiras que ocupamos na Academia Paraense de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Aos gênios não se emenda. Aos gênios como Domingos Antônio Raiol só nos apráz a honra de auxiliá-lo, se fôr possível, no seu incomensurável trabalho de desvendar cenas e personagens do nosso muito querido Pará, da nossa estremeçada Pátria".



Sessão solene efectuada dia 2-5-967, comemorativa do 67.º aniversário de fundação do Instituto. O Presidente do socialício, Acadêmico Ernesto Horácio da Cruz, fundador e ocupante da Cadeira n.º 13, proferindo o discurso de elogio de seu Patrono, historiador Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará)

**TRANSCRIÇÃO DE ATA — APROVAÇÃO DAS CONTAS DA
DIRETORIA E DO RELATÓRIO GERAL DE SUAS ATIVIDADES
REFERENTES A 1966 — INAUGURAÇÃO DA GALERIA DOS
PRESIDENTES DO INSTITUTO — DISCURSOS DOS CONSÓ-
CIOS CÂNDIDO MARINHO DA ROCHA E ERNESTO HORÁCIO
DA CRUZ**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e sete, em sua sede social, à Praça D. Pedro II, n.º 62, antigo solar do Visconde de Arary e Barão de Guajará, reuniu-se a Assembléa Geral Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, conforme edital publicado dia 19 do referido mês de abril num dos órgãos da imprensa de Belém, a fim de deliberar, conforme dispositivos estatutários, sobre assuntos constantes da seguinte pauta: aprovação das contas da Diretoria (balanço geral do movimento da receita e despesa do ano social); balanço dos fundos do Instituto, com o parecer da Comissão de Fundos e Orçamentos; apresentação do relatório geral da Diretoria durante o ano social; admissão de quatro consócios correspondentes; inauguração da galeria dos Presidentes do Instituto e o que ocorrer. Compareceram e assinaram o Livro de Presença, os seguintes consócios: Ernesto Horácio da Cruz, Presidente; Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente; Alaudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria; Victor Tamer, 2.º Secretário da Diretoria; Abelardo Leão Conduru, Sílvio Augusto de Bastos Meira, Fernando José de Leão Guillhon, Cândido Marinho da Rocha, Maurício Cordovil Pinto, Luiz Romano da Mota Araújo, Augusto Meira Filho e Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, este último Diretor do Museu. Na falta de número legal, em primeira convocação, às nove horas, a sessão foi efetuada, nos termos do edital, às nove e trinta minutos, em segunda convocação. Havendo sido justificadas a ausência dos consócios, Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro e da Professora Dra. Maria Anunciada Ramos Chaves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da mesa da Assembléa Geral, o plenário, conforme prevê o parágrafo único do artigo vinte e oito do Estatuto, aclamou para presidir a sessão o consócio Er-

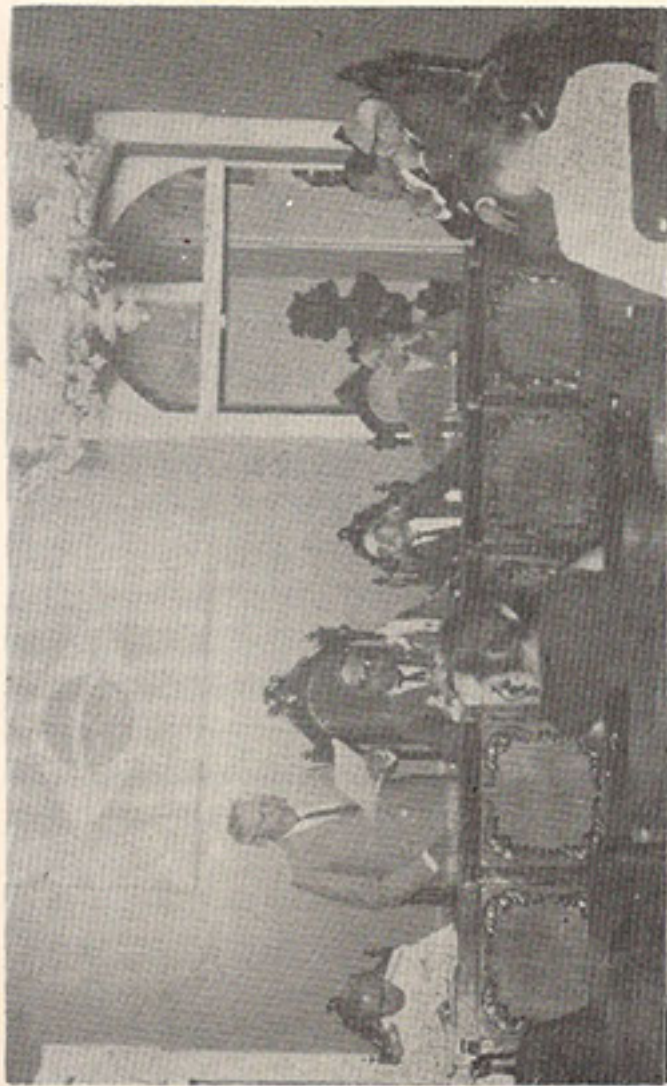
nesto Horácio da Cruz, o qual convidou para secretariá-lo os consócios Alaudio de Oliveira Melo e Augusto Meira Filho. Aberta a sessão, após a leitura do edital de convocação, foi lida e aprovada a ata da sessão de Assembléa Geral anterior. O Expediente constou do seguinte: ofício datado de 1 de fevereiro último, do Instituto de Cultura Hispânica, de Madrid, agradecendo o recebimento do volume XIII, último número da Revista deste Instituto; ofício 49/67 SEGOV, de 13 de fevereiro último, do Secretário de Estado do Governo, remetendo cópia do discurso proferido dia 11 do referido mês, pelo senhor Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado, por ocasião da cerimônia pública da transformação da sede do município de Salinópolis em Estância Hidromineral; ofício 119/67 SEGOV, de 2 de março último, do Secretário de Estado do Governo, remetendo cópia da Ata de Instalação solene da Estância Hidromineral de Salinópolis, realizada dia 11 de fevereiro do corrente ano; ofício-circular de 17 de março último, do Chefe do Gabinete da Superintendência da Amazônia, remetendo um exemplar do documentário intitulado "Da SPVEA à SUDAM"; ofício 3 RR/67, de 21 de março último, do Tenente-Coronel Adonis Rodrigues de Guimarães e Santos, Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belém, agradecendo a acolhida que lhe fôra dispensada, assim como aos oficiais e alunos do Curso de Infantaria daquele Centro, quando da visita feita a este Instituto, dia 11 de março último; ofício n.º 03/67, de 11 de janeiro do corrente ano, do 3.º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, remetendo o documentário fotográfico intitulado "O Mais Belo Panorama do Rio de Janeiro (1825)", por William John Burchell, com texto em inglês e português e índice remissivo. Foram lidas as cópias dos seguintes ofícios expedidos: Ofício 17-Sec, de 22 de março último, dirigido ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comunicando o recebimento do cabograma Western daquela instituição alusivo à outorga, ao Dr. Agostinho Monteiro, em sessão solene daquele sodalício, da medalha cultural "Imperatriz Leopoldina", e transcrevendo o ofício de congratulações que o Instituto Histórico e Geográfico do Pará enviou ao agraciado; ofício n.º 36-Sec, de 24 de outubro de 1966, remetido ao Senhor Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado, solicitando a interferência de Sua Excelência, após pormenorizada exposição, no sentido de ser restituído a este sodalício o busto do marechal Floriano Peixoto, o qual fôra cedido ao Grupo Escolar do mesmo nome no ano de 1930, na gestão do Dr. Henrique Santa Rosa, e ofício n.º 24-Sec, de 12 de abril último, dirigido à mesma autoridade, transcrevendo trecho da carta que este Instituto recebeu do consócio Abelardo Leão Conduru, na

qual fizera um apêlo ao Senhor Governador do Estado no sentido de mandar fundir um medalhão de bronze com a effigie do Dr. Augusto Montenegro, ex-Governador do Pará durante oito anos consecutivos, e afixá-lo no átrio do Teatro da Paz, por ocasião dos festejos comemorativos do centenário de nascimento daquêlle nosso eminente conterrâneo, a transcorrer dia 26 de junho vindouro. Após a leitura da cópia dêste último officio, o consócio Silvio Meira comunicou ao plenário haver sido inserido no projeto da nova Constituição do Estado, em face da reformulação, objetivando a sua adaptação à Constituição Federal, o dispositivo em razão do qual o Estado do Pará, homenageando o Dr. Augusto Montenegro por ocasião de seu centenário, mandará erigir-lhe um monumento. O Sr. Presidente congratulou-se com o consócio Silvio Meira pela justeza da homenagem tributada àquêlle ex-governante paraense e pela contribuição do referido consócio à Comissão que elaborou o mencionado projeto. O consócio Augusto Meira Filho, comunicou haver apresentado à Câmara Municipal de Belém, na qualidade de Vereador, um projeto de delimitação da área antiga da Cidade Velha, o qual, tendo sido aprovado, transformou-se em Lei n.º 6.307, de 4 de abril último, ficando assegurada, dessa maneira, a preservação histórica e arquitetural das origens da cidade de Belém e dos primórdios de sua formação, os quais se verificaram nos séculos XVII e XVIII. Após fazer a entrega à Presidência de um exemplar do Diário Oficial do município, que publicou a mencionada Lei, o consócio Augusto Meira Filho disse que irá apresentar um projeto à Câmara Municipal, dando o nome de Augusto Montenegro à Estrada Nova; a seguir, entrou em longas considerações a respeito de suas idéias, nas quais prevalece o elevado sentido da historiografia regional. O Sr. Presidente teceu comentários sôbre a limitação da antiga cidade, a respeito da qual apresentou oportunos esclarecimentos, aludindo também ao bairro da Campina. O consócio Luiz Araújo, depois de referir-se à atuação dos consócios Silvio Meira e Augusto Meira Filho, apresentou-lhes congratulações pela tarefa que ambos empreenderam. O consócio Cândido Marinho da Rocha propôs que o Instituto anotasse os nomes dos elementos da Comissão que elaborou e redigiu o atual projeto da Constituição Política do Pará, havendo o consócio Silvio Meira citado nominalmente os seus integrantes, que são os seguintes: Desembargador Aluísio Leal, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e Presidente da Comissão; Dr. Orlando Bitar, relator; Dr. Otávio Mendonça, Dr. Silvio Meira, Dr. Ophir Coutinho, Dr. Moacir Moraes e Deputados Drs. Osvaldo Brabo de Carvalho e Arnaldo Moraes Filho. O Instituto ficou de officiar ao Desembargador Aluísio Leal, solicitando se dignasse de remeter uma das vias daquêlle do-

cumento básico do Estado, com as assinaturas dos integrantes da referida Comissão, a fim de ser convenientemente arquivado no setor documental em face do interesse histórico, para futuras consultas. A seguir foram lidas as contas da Diretoria (balanço geral do movimento da receita e despesa do ano social, balanço dos fundos do Instituto) e o parecer favorável à sua aprovação emitido pela Comissão de Fundos e Orçamentos, constituída dos consócios Silvío Meira, e Cândido Rocha. Foi lido o relatório geral das atividades da Diretoria durante o ano social. As contas e o relatório geral foram aprovados unânimemente. O consócio Luiz Araújo fez um apelo no sentido de que o Bibliotecário, Dr. Armando Bordalo, organize a biblioteca do silogeu, de vez que se trata de um grande acervo que merece ser convenientemente preservado, havendo o Sr. Presidente procurado justificar o fato em razão do qual o consócio Armando Bordalo ainda não pudera desenvolver as suas atividades no setor que lhe está afeto. O consócio Paulo Maranhão Filho alegou que o consócio Armando Bordalo não poderia trabalhar à frente da Biblioteca em virtude da Presidência não haver atendido às suas pretensões; o Sr. Presidente, em seguida, esclareceu que as solicitações que o consócio Armando Bordalo lhe formulara, isto é, admissão de uma funcionária com o curso de Biblioteconomia, para coadjuvá-lo, e admissão de um empregado para auxiliá-lo, à noite, na organização da Biblioteca, não poderiam ser atendidas por inexequíveis. O consócio Cândido Marinho Rocha fez elogiosas referências ao trabalho executado pela Tesouraria, dirigida pelo consócio Arlindo Severiano de Miranda, cujos balancetes foram bem elaborados, concluindo terem sido proveitosas as suas observações feitas ano passado, alusivas às contas então apresentadas. O consócio Luiz Araújo apresentou congratulações e louvores à tarefa desenvolvida pela Diretoria, havendo o consócio Abelardo Conduru proposto a inserção em ata de um voto de congratulações ao consócio Alaudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, pelo trabalho que vem empreendendo. O Sr. Presidente realçou a ajuda financeira recebida do Professor Dr. José Rodrigues da Silveira, nosso consócio Benemérito e Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará e a ajuda material do consócio Dr. Fernando José de Leão Guilhon, futuro sócio Benemérito desta instituição. Foi lida a documentação referente aos senhores Vice-Presidente Mário Ferreira França e Dr. Luiz de Castro Souza, ambos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Dr. Gabriel Hermes Filho, deputado federal pelo Pará e Dom Carlos Tasso de Saxe - Coburgo e Bragança, de São Paulo, os quais haviam sido propostos para sócios correspondentes. O plenário, acatando, por unanimidade, os pareceres emi-

tidos pela Comissão de Admissão de Sócios, constituída dos consócios Aloysio da Costa Chaves, Otávio Mendonça e Arthur Napoleão Figueiredo, aprovou a inclusão dos referidos cidadãos na categoria de sócios correspondentes, devendo a Secretaria fazer-lhes a devida comunicação. O Sr. Presidente, esclarecendo que a instituição da galeria dos Presidentes do Instituto fôra consequência de uma sugestão de consócio Luiz Araújo, quando da preparação do Estatuto vigente, considerou inaugurada a referida galeria, referindo-se a cada um dos ex-presidentes d'este sodalício, cujos retratos se encontravam nas paredes da sala das sessões. O consócio Cândido Rocha proferiu, de improviso, mediante solicitação do consócio Luiz Araújo, aceita prazerosamente, bela saudação ao Sr. Presidente Ernesto Cruz ao inaugurar-se a mencionada galeria onde figura o retrato do atual Presidente, tecendo considerações judiciosas a respeito de sua personalidade, quer como administrador, quer como homem de letras, especialmente dedicado ao culto da história do Pará. Dizendo que o nosso sodalício sofrera radical transformação renovadora na gestão do consócio Ernesto Cruz e que com justiça, fôra êle reeleito para aquela função, o orador fez votos para que, no futuro, novas safras de valores continuem o trabalho fecundo do atual Presidente d'este Cenáculo. O Presidente Ernesto Cruz agradeceu os têrmos encomiósos com que o consócio Cândido Rocha se referiu à sua pessoa, cujas palavras haviam sido ditadas do coração, numa homenagem que lhe tributara o amigo que preza e estima. Prosseguindo, fez alusão ao fato d'este edificio ter sido, no passado, o local de grandes festas, cívicas e sociais, no tempo em que a nobreza paraense vivera o seu fastígio. Referiu-se à visita que o então Interventor Federal Magalhães Barata fizera a êste edificio há muitos anos, quando êle, Presidente, se sentira estimulado pelos incentivos recebidos daquela autoridade. Prosseguindo, disse o Sr. Presidente ser um dos mais antigos associados d'este Instituto, a cujo quadro efetivo passou a pertencer quando o silogeu funcionava no Ginásio Paes de Carvalho. Relembrou a sua ligação à família Meira, a Cândido Rocha, a Paulo Maranhão Filho, a Maurício Cordovil Pinto, a Alaudio Melo, a Orlando Moraes Régio, a Abelardo Conduru, a Fernando Guilhon, a Luiz Araújo, a Vitor Tamer, manifestando a sua afeição a cada uma das pessoas referidas. O consócio Maurício Pinto disse ser o único ex-Presidente do Instituto presente a esta reunião, agradecendo haver o seu retrato integrado a galeria recém-inaugurada. Fez elogiosas referências ao consócio Abelardo Conduru, sustentáculo desta instituição em certa fase de sua existência, dizendo ainda que, Abelardo Conduru, quando Prefeito Municipal de Belém, adquirira êste prédio, seus móveis e biblioteca para doá-los a êste

silogeu. O Sr. Presidente, reportando-se ao artigo 63 do Estatuto, declarou que mandara fazer no sul do país o distintivo desta instituição para ser usado pelos seus associados. Os consócios Abelardo Conduru, Paulo Maranhão Filho e Cândido Marinho da Rocha, propuseram, respectivamente, constassem de ata votos de pesar pelos recentes falecimentos do escritor Viriato Corrêa, poeta Wenceslau Costa e Dr. Manoel Figueiredo, este último, genitor do consócio Arthur Napoleão Figueiredo. O consócio Orlando Moraes Rêgo propôs fosse coletada a matéria para o preparo do próximo número da Revista do Instituto. O Sr. Presidente solicitou aos consócios que ainda não o fizeram, que escolhessem os seus Patronos, cujos discursos de elogio serão oportunamente enfileirados num volume. Os consócios Cândido Rocha e Luiz Araújo, fundadores e ocupantes das Cadeiras ns. 3 e 39, comunicaram que, dia 8 de junho vindouro proferirão os seus discursos de elogio aos seus Patronos, respectivamente, Alfredo Ladislau e Theodoro Braga, havendo o consócio Luiz Araújo agradecido à Secretaria a informação de que seu genitor, Sr. José Joaquim Pereira de Araújo, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 4.º do Estatuto, fôra fundador deste Instituto quando de sua reinstalação ocorrida a 6 de março de 1917. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, havendo antes, agradecido o comparecimento dos consócios presentes e os convidados para a sessão solene a realizar-se dia 2 de maio vindouro, comemorativa do 67.º aniversário de fundação deste sodalício. E, para constar eu, Alaudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, na ausência do consócio Dr. Luiz Ercílio do Carmo Faria, 1.º Secretário da mesa da Assembléa Geral, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente. Aprovada em sessão de 2 de maio de 1967. a) De Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléa Geral.



Mesa dirigente da sessão solene efetuada dia 2-5-967, comemorativa do 67.º aniversário de fundação do Instituto, quando o Presidente Ernesto Horácio da Cruz, fundador e ocupante da Cadeira n.º 13, proferiu o elogio de seu Patrono, Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). Da esquerda para a direita: Contra-Almirante José Leite Soares Júnior, Cmt. do 4.º Distrito Naval; Acadêmico Ernesto Horácio da Cruz lendo o seu discurso; consócio Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléa Geral; Desembargador Aluizio Leal, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Tenente Miranda, representante do General Comandante Militar da Amazônia e 8.ª Região Militar; Acadêmico Alonso Rocha, 1.º secretário e representante da Academia Paracense de Letras; consócio Benemérito Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Netto, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará

OS PRIMÓRDIOS DA NAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO AMAZONAS

Aláudio de Oliveira Melo

A primeira tentativa de tráfego de embarcação a vapor no rio Amazonas data de 1826.

Em face do entendimento mantido entre José Silvestre Rebello, Encarregado dos Negócios do Brasil em Washington, e B. William Rogers, chefe da empresa New York Society, veio a Belém naquêle ano, comandado pelo Capitão John W. Hefferman, o barco "Amazonas" — a primeira embarcação a vapor que fundeou nesta capital.

No officio datado de 17 de março de 1826, assinado por José Silvestre Rebello, dirigido ao Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Pará, constam os seguintes trechos bastante significativos: "Eu prometi à Sociedade (firma comercial), por escrito, segurança para as pessoas e propriedades, assim como consideração da parte do Governo para com as mesmas, como si fossem brasileiras, com a condição de que o barco há de usar sempre a bandeira brasileira, com o que elas convieram. A navegação dêste barco a vapor é um excelente remédio: êle carregará a frete todas as mercadorias que se lhe confiarem no Pará e, subindo o rio, deixará em cada Vila as que lhe pertencerem e no regresso virá colhendo os frutos que estiverem prontos e os descarregará na capital, e tudo isto por um frete equitativo e convencionado entre as partes, as quais ficarão, assim, isentas de desprender o custo, armação e tudo o mais que gastam com o aparelho das canoas, as quais nem sempre podem navegar e só poucas pessoas podem possuir. Suscitarei aqui, em conversa com o Ministro da República da Colômbia, vizinha dessa Província pelo norte e nordeste, a idéia de expôr ao seu Governo quão útil seria para elles e para nós o comércio livremente nas margens do Amazonas. Suponho, pois, que o barco a vapor não encontrará dificuldade alguma em estender suas viagens até as povoações daquêle país. E parece-me claro que os habitantes do Pará ganharão em prosseguir êste comércio, que pode

fazer, com o tempo, dessa capital, um dos mais interessantes portos mercantis do Brasil. Eu já em officio comuniquei ao Governo de Sua Majestade, no Rio de Janeiro, estas idéias e as lisonjeiras esperanças de futuras felicidade dessa Província e, portanto, de todo o Brasil. Sem correr o risco de passar por visionário, parece-me, olhando para os mapas, que a capital da Província do Pará há de tirar um excessivo proveito da navegação de barcos a vapor no Amazonas e, pois, tenho firme esperança de que V. Excia. liberalizará a este, por ser o primeiro que val abrir a carreira, toda a proteção e todo o amparo que o Governo lhe deve dar”.

Convém lembrar que o Brasil proclamara a sua emancipação política três anos e meses antes do acôrdo com a “New York Society”, formulado por um brasileiro de visão em decorrência das recomendações que recebera do Imperador D. Pedro I, em face das quais “animará, mas sem comprometer este Governo, os capitalistas e quaisquer empreendedores, sobretudo de barcos a vapor (o grifo é nosso), para os trazerem, porém à sua custa, contentando-se com a proteção do Governo”.

Enquanto José Silvestre Rebello — espírito esclarecido e arrojado — movido por intúitos otimistas, longe da Pátria, analisava a situação amazônica em termos de evolução, pensando cem anos à frente dos paraenses de sua época, as autoridades locais, imbuídas de um sentimento prejudicial ao desenvolvimento da gleba, não quiseram compreender as vantagens que sucederiam ao comércio, principalmente, com o advento da navegação a vapor nos rios da planície.

De nada serviriam, face às instruções do Imperador, a diligência e a boa vontade de José Silvestre Rebello “ante o mal entendido escrúpulo do Presidente da Província do Pará, do Bispo Diocesano e das sumidades da terra — esclarece Luiz Cavalcanti de Albuquerque — que, reunidas em Conselho, conforme ata lavrada a 14 de julho de 1826, deliberaram repelir a idéia extravagante (sic) do nosso Encarregado de Negócios, que pretendia prejudicar tão profundamente a navegação das pequenas canoas de um pau só e quejandos interesses da gentildade amazônica, apreciadas de modo tão especial na solene reunião provocada pelo tenente-coronel José Félix Pereira de Burgos e seus companheiros de Governo”.

Dessa maneira, era frisante o entrave ao progresso, impellido por míngado argumento; pruridos inconfessáveis, sob a capa de proteção às embarcações menores desprovidas de máquinas propulsoras, incentivaram o antiquado “statu quo” navegatório, impedindo a efetivação de um serviço relevante, com amplas perspectivas de prosperidade. E o vapor “Amazonas”, que se deslocara da América do Norte até Belém, no cumprimento de um acôrdo, apenas com

objetivos mercantis justificados, sem reivindicações e sem privilégios, regressou ao seu porto de origem, conduzindo uma tripulação decepcionada, deixando de proporcionar melhor e mais adequado meio de ligação entre a capital da Província e as vilas distantes do "hinterland" amazônico, na condução de mercadorias e no transporte de passageiros.

A idéia, até certo ponto ruínosa, da frustração pragmática nutrida pelos dirigentes provincianos, contribuiu, também, para o fracasso da iniciativa do comerciante da praça de Belém, Joaquim Francisco Danin, o qual, radicado à capital do Pará, viu-se impossibilitado, no ano de 1842, de manter em tráfego nos rios amazônicos, a embarcação a vapor de sua propriedade, denominada "Danin", recém-chegada a Belém, procedente dos Estados Unidos, em cujos estaleiros fôra construída.

"Ainda muitos anos depois que o sábio Cairu abriu os portos da possessão ao comércio universal — revela Alberto de Faria — subsistiu o regime colonial de não permitir no comércio para o Brasil e no Brasil, senão embarcações fabricadas na Metrópole ou no próprio país; a Amazônia foi a grande vítima desse regime".

Sòmente em meados de 1843 foi o longo trecho compreendido entre Belém e Manaus navegado por uma embarcação a vapor, porém, não lhe estando adstritos interesses comerciais.

Foi o "Guapiassu", comandado pelo Capitão-Tenente José Maria Nogueira, da Armada Nacional Imperial, o primeiro "vapor de guerra", movido à roda (bombordo e boreste), a subir o rio Amazonas.

Aquêle oficial, ao relatar, por escrito, a aludido viagem — histórica, por assim dizer — efetuada de 28 de julho a 6 de agosto de 1843, esclareceu que o seu barco fôra construído em North Wallis no ano de 1841, por Rigbys Hawarden, com as seguintes características: 108 pés de quilha; 20 1/2 de boca; 11 1/2 de pontal; 115 de roda, a roda e demanda de 7 1/2 de água; dois engenhos, cada qual com a força de 35 cavalos.

As fornalhas do "Guapiassu" — acrescentou — "são para carvão e não para lenha, porque se tivessem sido construídas para ela, qualquer lenha (supondo que tôda no Amazonas é boa), desenvolveria um gás igual ao do carvão". Ademais, associando à lenha pequena quantidade de carvão, a máquina propulsora da embarcação produzia 12 a 16 voltas por minuto, quando, em condições normais, utilizando sòmente carvão, produziria 24 a 26 voltas durante o mesmo espaço de tempo, resultando, dessa forma, a redução de quase um tço de sua velocidade.

A lenha denominada "procuimba" (de côr parda), fornecia força idêntica à do carvão, não tendo o comandante Nogueira po-

dido usufruir por mais tempo melhor vantagem em face dessa observação, em virtude de haver recebido aquêle combustível em Óbidos, na viagem de volta.

Fazendo anotações pormenorizadas sôbre o número de horas consumidas na viagem, tanto de ida como de regresso, apresentou a seguinte conclusão: de Belém a Bréves — 25 horas; de Bréves a Gurupá — 24 horas e 30 minutos; de Gurupá a Prainha — 32 horas e 45 minutos; de Prainha a Santarém — 23 horas e 50 minutos; de Santarém a Óbidos — 23 horas e 50 minutos; de Óbidos a Vila Nova — 24 horas e 20 minutos; de Vila Nova e Urucurituba — 23 horas; de Urucurituba a Serpa (atual Itacoatiara) — 36 horas e 15 minutos, e de Serpa a Barra do Rio Negro (atual Manaus) — 21 horas.

Durante a viagem, enfrentando a correnteza média de três milhas e dois décimos por hora, verificou ser o Amazonas navegável "à tôda hora sem receio; e é ir até onde a prudência do prumo aconselhar". Não obstante essa observação, embicou na viagem de volta duas vezes, devido à escuridão noturna, havendo se safado com facilidade da situação embaraçosa em que se achara.

Informou que a navegação pode ser efetuada pelas duas margens do rio, "na distância de um tiro de pistola e às vezes de pímparate e se dá fundo muito perto delas, quer com o ferro, quer com o ancorete".

Essa viagem teve finalidade expressiva: colaborar na exploração do terreno e cooperar na demarcação de limites promovida por três engenheiros, nas cabeceiras do rio Branco; por êsse motivo o "Guapiassu" conduziu de Santarém até a Barra do Rio Negro, duas canôas a reboque, numa das quais, de grande porte, foram transportados bagagens e utensílios pesados e volumosos.

Ficou constatado serem poucos os lugares, no rio, de fundo pedregoso, já do conhecimento dos naturais, existindo lugares baixos, em cujo fundo havia tijuco.

A fim de suprir as embarcações que zarpassem de Belém para o interior, o comandante Nogueira sugeriu a instalação de depósitos expansão do comércio e ao desenvolvimento da economia da planície.

A viagem de Belém a Manaus, se realizara no período de nove dias e a viagem de retôrno, a favor da correnteza, se efetuara em quatro dias e meio, chegando o comandante Nogueira a Belém dia 24 de setembro de 1843.

Com o perpassar do tempo e com o evoluir das mentalidades, o Governo Imperial, nos termos da Lei n.º 586, de 6 de setembro de 1850, autorizou ao Governo Provincial "a estabelecer no Amazonas e águas do Pará, a navegação a vapor".

Dessa forma, somente vinte e seis anos após a retrógrada resolução do Conselho Presidencial da Província do Pará, contrária à navegabilidade do vapor "Amazonas", nos rios do setentrião brasileiro, implicando essa medida no atraso de um quarto de século à expansão do comércio e ao desenvolvimento da economia da planície, promulgou-se o Decreto n.º 1.037, de 30 de agosto de 1852, mediante o qual o Governo central concedera a Irineu Evangelista de Souza — o esclarecido e patriótico Visconde de Mauá — o privilégio, durante trinta anos, de explorar a navegação a vapor no norte do país, havendo o vapor "Marajó", da Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, por ele fundada, realizado a viagem inaugural partindo de Belém com destino a Manaus, dia 1.º de janeiro de 1853.

Veiga Simões descreveu, com humorismo, este quadro pitoresco: "Só muito tarde chegou ao Amazonas o primeiro navio a vapor. Era o tempo delicioso, memorado por ingênuas gravuras da época, em que a barca ia encostando às margens de frondes vastas, transformada em Arca de Noé de toda a bicharia do Amazonas; e quando chegava ao termo da viagem, já a família tinha aumentado, entre os muitos rudes trabalhos, com a bênção do Senhor...".

A Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, subvencionada pelo Governo, rapidamente estabeleceu as seguintes linhas: Belém-Barra do Rio Negro; Manaus-Pebas (Peru); Belém-Cametá-Bailão e Zona do Rio Negro; outras linhas foram criadas depois de 1853, dentre as quais Belém-Chaves e Belém-Soure.

Após um ano de atividades, a Companhia era possuidora de uma frota de sete vapores, providos de boas condições de navegabilidade e excelentes acomodações para passageiros, cujas embarcações tinham os seguintes nomes: "Marajó", "Rio Negro", "Monarcha", "Tapajós", "Cametá", "Tabatinga" e "Solimões".

Tendo transportado 691 passageiros no primeiro ano de sua existência, elevou-se aquele número para 3.811 no fim do segundo ano de seus trabalhos.

Tão prósperos foram os negócios da Companhia e tão satisfatórios os seus serviços prestados que, no ano de 1891 dispunha de 27 vapores, os quais formavam "a maior flotilha fluvial da América do Sul".

Nesta oportunidade, quando transcorreu a 1.º de janeiro de 1967, o 114.º aniversário da primeira viagem de um barco comercial a vapor no rio Amazonas, rendo a minha homenagem ao fundador da primeira Companhia de vapores que navegaram nos rios da gleba, ao construtor da primeira estrada de ferro do Brasil — Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá — homem probo, tenaz e evo-

luido, "nome que o Pará e o Amazonas devem conservar em seus anais como o de um benemérito dos dois Estados", segundo o Barão de Marajó. "Um dos espíritos de mais alto tino e talvez o de mais profunda aptidão prática em assuntos financeiros", no dizer de Rui Barbosa, não obstante ter sido "o Caxias de nossa unidade econômica", conforme apreciação de Tristão de Ataíde, viu-se irônica e involuntariamente envolvido nas conjunturas vexatórias de uma falência, nas tramas deprimentes de um processo, o qual não lhe prejudicou a honradez quando da entrega dos bens, porém, reabilitou-lhe o conceito depois de falido.

A memória de Visconde de Mauá deve ser reverenciada por todos os brasileiros.



Sessão solene efetuada dia 25-967, comemorativa do 67.º aniversário de fundação do Instituto. O consócio Dr. Alândio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria do Sitogeu, proferindo o discurso alusivo à data

TRANSCRIÇÃO DE ATA — COMEMORAÇÃO SOLENE DO 67.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO — DISCURSO DO ORADOR OFICIAL, CONSÓCIO ALAUDIO DE OLIVEIRA MELO — DISCURSO DE ELOGIO A DOMINGOS ANTONIO RAIOL (BARÃO DE GUAJARA), PATRONO DA CADEIRA N.º 13, PROFERIDO PELO CONSÓCIO ERNESTO HORACIO DA CRUZ, FUNDADOR E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, em sua sede social, à Praça D. Pedro II, nr. 62, antigo solar do Visconde do Arari e Barão de Guajará, reuniu-se a Assembléa Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em sessão solene, conforme Edital de convocação publicado na imprensa diária desta Capital, com a finalidade de comemorar o 67.º aniversário de sua fundação a ser ouvido o elogio pelo Presidente Ernesto Horácio da Cruz, fundador e ocupante da cadeira n.º 13, ao seu Patrono — Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará). Tal sessão, como de praxe, é antecipada para o dia 2, em virtude de coincidir a data de 3 com a fundação da Academia Paraense de Letras que, em Sessão solene noturna, também comemorou tão auspicioso evento. Isso foi explicado aos presentes pelo consócio José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da Assembléa Geral, após abrir a sessão e convidar para assento à Mesa os Excelentíssimos Senhores Desembargador Aluísio Leal, Presidente do Tribunal de Justiça, Almirante Comandante do 4.º Distrito Naval, Representante do Comando Militar da Amazônia, Representante da Academia Paraense de Letras, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e o 1.º Secretário de Assembléa Geral. Compareceram e assinaram o Livro de Presença, os seguintes consócios: Ernesto Cruz, Alaudio Melo, Anunciada Chaves, Paulo Maranhão Filho, Luís Araújo, Orlando Moraes Régo, Armando Bordalo da Silva, Silvío Meira, De Campos Ribeiro, Georgenor Franco, Maurício Cordovil Pinto, Cândido Marinho da Rocha, Arlindo Miranda, Augusto Meira Filho, Victor Tamer, José Marcos dos Santos, José da Silveira Neto. Lida a ata da sessão anterior pelo 1.º Secretário da Diretoria, con-

sócio Aláudio Melo e posta em discussão pelo Sr. Presidente, o consócio Luiz Araújo declarou ter verificado quando da leitura da mesma não constar a sua formal declaração na última sessão de que é de opinião firmada ter sido o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, fundado a 6 de março de 1917, pelo que pediu ao Sr. Presidente fizesse constar da presente ata essa retificação, ou melhor, a sua verificação da ausência de tal afirmativa na sessão passada. O Sr. Presidente atendeu ao protesto do ilustre consócio e, colocada em aprovação a ata, foi a mesma aprovada, unanimemente. Dada a palavra ao orador oficial da solenidade, Dr. Aláudio de Oliveira Melo, este, antes de iniciar o seu belo e substancioso discurso, declarou ser as suas primeiras palavras as de saudação à Academia Paraense de Letras, tão bem representada na sessão pelo acadêmico Alonso Rocha, pelo transcurso, em a data de amanhã, de mais um aniversário da sua fundação e, desse logo, augurando os maiores êxitos na sessão comemorativa de tão auspicioso evento. E, após um introito sob o significativo da História e da Geografia no mundo, com ornamantes citações, demonstrando o seu conhecimento acaulizado e a sua sólida cultura a respeito, o orador passou a falar sobre a fundação do nosso Instituto, o que tem sido a vida deste socialismo nestas seis décadas, realçando, sempre, as figuras ímpares que tem figurado nas Presidências até os dias atuais quando, na realidade, o Instituto cada vez mais se projeta no cenário intelectual do país. Após as suas palavras, foi o eminente orador aplaudido pelos seus confrades e assistentes presentes. A seguir, o Sr. Presidente da Mesa, após fazer a apresentação do professor Ernesto Horácio da Cruz, atual Presidente do Instituto e, sem dúvida alguma, o maior historiador vivo do Pará, deu-lhe a palavra para proferir o seu discurso como fundador e ocupante da cadeira n.º 13, de elogio ao seu patrono — Domingos Antonio Raiol — Barão de Guajará. O Professor Ernesto Cruz, mais uma vez demonstrando o seu profundo conhecimento e os seus largos estudos sobre a história paraense, apresentou uma biografia completa de seu ilustre patrono, demorando-se, inclusive, em uma análise especial e perfeita sobre os volumes do famoso e notável livro de Raiol, "Motins Políticos". Ao finalizar-se este discurso, ainda sob os calores aplausos dos presentes, o Senhor Presidente proferiu a seguinte declaração: "Declaro empossado na Cadeira n.º 13, que tem como patrono Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará), o consócio Ernesto Horácio da Cruz". Franqueada a palavra, ninguém a usou. Em seguida, o Sr. Presidente, após con-

gratular-se e com os seus pares pelo sucesso de mais esta sessão solene do Instituto, agradece a presença de todos e encerra a sessão. E, para constar, eu, Luís Faria, 1.º Secretário da Assembléa Geral, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue devidamente assinada.



**Acadêmico Cândido Marinho da
Rocha, fundador e ocupante da
Cadeira n. 3, da qual é Patrono
o Dr. Alfredo Aníbal Ladislau.**

**ALFREDO ANIBAL LADISLAU, PATRONO DA CADEIRA N.º
3 — DISCURSO DO CONSÓCIO CÂNDIDO MARINHO DA
ROCHA, FUNDADOR E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA**

Dia 26 de maio de 1967, este sodalício realizou uma sessão de estudos, no decorrer de cuja reunião foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira n.º 3, da qual é Patrono Alfredo Aníbal Ladislau, o consócio efetivo Cândido Marinho da Rocha, cujo discurso de elogio a seu Patrono, então proferido, a seguir transcrevemos:

"Ocupante da cadeira n.º 3, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, escolhemos, ouvindo a música da terra amazônica, o nome de Alfredo Ladislau para nosso Patrono. E aqui comparecemos para dizer da vivência, do ambiente e da obra daquele que compôs a mais bela partitura literária do Vale.

A VIVENCIA — o Homem.

Alfredo Aníbal Ladislau não era paraense. Filho do Ceará, nasceu em Guaramiranga, a 6 de novembro de 1882. Cedo enfrentou a orfandade, pois não chegou a conhecer o pai — João Coriolano Ladislau, e a mãe — Dona Teresa de Jesus — faleceu quando Alfredo contava nove anos de idade. O padrinho, padre Leornes Menescal, recebeu-o, proporcionando-lhe recursos para fazer os primeiros estudos no Ceará. Fascinado, todavia, pela terra da prometida abundância, chegou ao Pará em 1898, aos 16 anos. Vamos encontrá-lo em 1904, empregando suas atividades no comércio, como funcionário da Fábrica de Gêlo, de propriedade do engenheiro Francisco Bolonha. Apesar do horário exigente, encontrava tempo para estudar, que estudar era o seu sonho. Fez, assim, os cursos secundário e superior, diplomando-se em Direito a 8 de Dezembro de 1908. Destacou-se entre os colegas, que o indicaram para orador da turma, vencendo forte candidato, um seu colega de nome Napoleão. Durante o curso, revelou tendências oratórias, amando a tribuna, em que se exaltava em arroubos de inteligência e erudição. O discurso de colação foi uma consagração. Consagração maior foi, todavia, quando, no Teatro da

Paz, com a casa repleta, sacudiu a assistência com um grito de revolta que procedeu a um veemente protesto oratório contra a indiferença com que estava sendo recebida a ópera Moema, de autoria do maestro Assis Pacheco, que regia a orquestra. A página musical fôra ouvida em silêncio. Em silêncio fechara-se o pano e o mesmo silêncio, profundo e cruel, continuava a pairar na atmosfera. É que a ópera não agradara ao público! Alfredo Ladislau, presente, sentado numa cadeira da orquestra, revoltado, indignado com o julgamento, que considerava injusto, pois gostára da peça, súbitamente correu a um dos camarotes de primeira e, de lá, num grito saído do fundo do peito, exclamou: "Assis Pacheco!". Este, surgindo no palco, surpreso, diante de um público mais surpreso ainda, ouviu o verbo inflamado de Ladislau, tentando desfazer a frieza do auditório. Este estava, porém, irremediavelmente contra o maestro e a sua obra... Mas não se deu por vencido o orador. Ao contrário, o incidente foi sempre para êle motivo de ufanía.

Devotado às letras, exercia funções de revisor na imprensa, colaborava em revistas e lia, lia, incansavelmente.

Vencia assim a solidão, pois residia inteiramente só na Triunvirato, numa casa de porta e janela — rua lamacenta, de um só quarteirão.

Quase pálido, não era, contudo, de compleição franzina, mas forte, de estatura acima da mediana, usava bigodinho negro retorcido e trajava-se corretamente, sempre com a sua inseparável gravata. Delicado, simpático, nunca se lhe viu no rosto a sombra de uma tristeza. Suas risadas possuíam uma espontaneidade musical. Era assim jovial, comunicativo, inteligente, embora não muito prêso aos estudos nos tempos universitários, mas sabendo fazer um exame com a máxima perfeição, tanto que os colegas os aconselharam a escrever um ensaio versando sobre a "arte de fazer exames".

Entre os colegas de turma, incluíam-se os nomes respeitáveis de Raul e Augusto Rangel de Borborema, Remígio Fernandez, Antônimo Melo, Zacarias Mártires, Alvaro Norat, Abel Chaves, Cantidiano Nunes e outros. Félix Coelho, também da sua turma, conhecido sob o pseudônimo de Dr. Argos, e que foi secretário do Ginásio Paes de Carvalho, escreveu uma série de perfis acadêmicos, entre os quais figura o do nosso patrono.

Pouco sabemos das suas "doçices de rapaz solteiro", como diz o verso do nosso príncipe dos poetas, confrade Rodrigues Pinagé, mas podemos asseverar que namóros mantinha, meio à distância, nas ternuras sensatas, que o não compromettessem.

Recortando, como Félix Coelho, seus traços, escreveu o acadêmico Abelardo Condurú: "O seu bem talhado perfil, físico e moral,

condicionava-lhe um futuro proibido sem saliências e sem desvios pecaminosos". E assim foi, por toda a vida, pois nunca sequer pretendeu a justiça de pertencer a silogeu. Como bacharel, exerceu o cargo de promotor público nas comarcas de Baião, Gurupá, Óbidos e Santarém. Depois foi juiz em Vizeu, Alenquer e Belém. Contraíu núpcias em Santarém, a 26 de novembro de 1914, aos 32 anos de idade. Sua índole não o predispunha a casar antes de poder pisar firme, possuir recursos. A ternura, traço característico da sua personalidade, revelava-se assim como se manifestou no dia do casamento, quando ofertou à noiva um ramalhete de cravos e alecrim, cultivados por ele próprio, no seu jardim. Com tinta nankin, tinha a delicadeza, quando noivo, de escrever versos em pétalas secas de rosas Paul Neron. Embora galanteador, gostando de festas como reuniões sociais, não sabia cantar, dançar e tocar. Admirava extremamente a música, sentindo, por isso, não possuir o dom de ser musicista. Gostava das flores que, pacientemente, compunha com as próprias mãos, num doce artesanato. Cultivava seu canteiro, onde as orquídeas, os cravos e o alecrim eram os mais mimados pela sua paixão floral. Não se recusava a recitar, o que fazia com perfeição. Orador privilegiado, brilhava nos julgamentos e nas reuniões sociais. Certa vez, ao chegar a Alenquer, os escoteiros homenagearam seu filho Orlando, de dois anos de idade. Alfredo Ladislau proferiu, então, uma peça oratória que se tornou verdadeiro poema de amor e compreensão. Sua esposa, dona Maria Madalena Sarmento Ladislau, sempre dizia, saudosamente: "Foi o seu mais belo discurso". Dona Maria Malena filha do deputado Moraes Sarmento, possuía também amor às letras, no que era gentil para com o companheiro, sempre às voltas com os seus autores prediletos. Contava ela que, certa ocasião, seu pai, como advogado, iria defender um réu, que seria acusado por Ladislau, promotor da Comarca. Dias antes da sessão do júri discutiram, em casa, cada qual predizendo a própria vitória. Ladislau jamais recuava, jamais deixava adormecer a acusação. Era veemente, exaltado, argumentava severamente, e sempre pedía a pena máxima. As vezes a esposa requeria: "Seja menos severo, mais humano. Alfredo". Ao que respondia: "Cumpro com o meu dever para com a Sociedade". Mais tarde, como juiz, tornou-se mais suave, mais condescendente, só pronunciando o réu quando nenhuma atenuante havia a seu favor. Talvez por isso, nunca sofreu o desgosto de ver uma sentença sua reformada. As vezes, ao receber em casa um colega advogado ou magistrado, dizia aos seus, na ante-sala, nos sorrisos: "Agora vou ficar sério. Sou um Juiz". Procurava assim dissimular a bondade extravasante do seu coração e do seu espírito, sempre voltado para as gentilezas. Recordava repetidamente um acontecimento na sua vida de Juiz: Foi quando o Supremo — não o Supremo Tri-

bunal de Justiça, mas o Supremo Criador dos Mundos — antecipou-se à uma sentença sua, a primeira em que vacilava entre as rosas do coração e os espinhos da razão e do direito. Era o caso de um homem que, tendo enfiado, deixou com os avós maternos os filhos do primeiro matrimônio. Casado em segundas núpcias, não houvera novos filhos, pelo que desejava reaver dos avós os meninos, para alegrarem a sua vida, moço que era ainda. Alfredo Ladislau, após muito investigar e pensar, decidiu-se a dar razão ao pai, autorizando a transferência das crianças, porque nada encontrara perante a Lei e a Razão, que pudesse encaminhar a decisão para outro sentido. Mas, súbitamente, falece o autor da demanda, desaparecendo, em consequência, a questão. Ficaram, pois, as crianças, em poder dos avós, voltando tudo à tranqüila paz anterior. Comentando a surpresa da morte daquele amoroso pai, disse então o preocupado juiz: "O Supremo Julgador antecipou-se ao meu julgamento, condoído, decerto, da minha fraqueza humana".

Do seu consórcio com Dona Maria Madalena Sarmento, nasceram 3 filhos: Orlando, Maria Odeyse e Carícia Helena. O primeiro, tornou-se também magistrado, exercendo suas atividades em Santarém, Monte Alegre, Afuá, Bréves e Conceição do Araguaia. Por concurso, foi admitido, em 1957, e trabalha até hoje, como assessor jurídico do Ministério da Aeronáutica. Guarda-se dele a poesia "Avistando Alenquer", dedicada à memória do seu inesquecível pai. Não é possível deixá-la de lado, pois há nela o ressumbro da mesma admiração telúrica:

Ei-la que surge, enfim, em toda a formosura
do glorioso fulgor do dia que declina...
Alenquer! Alenquer, que foste o berço e a sina
daquêle encanto que fez "TERRA IMATURA"...

O Passado, a Saudade, o Sonho, enchem de máguas
o radioso esplendor do quadro em que me abismo:
— beijos do sol, ao alto, em divinal lirismo
e em baixo a festa do "himineu das águas"...

Ó Musa que cantaste a êsse enamorado
dá-me um pouco, também, do ideal segrêdo
de cantar, como Alfredo, estasiado...

E como êle, eu viva (quanta beleza encerra)
trocando, pela Paz, a dôr atrás do seu degrêdo
e deixando seu corpo na imatura terra...

Maria Odeyse é a figura serena da ilustre mãe de tão ilustre gente. Apaixonada permanente pela boa leitura, contenta-se em admirar os florões da família. Carícia Helena, como não podia deixar de ser, manifestou tendências literárias, através de versos e de um livro intitulado "O Destino Negou", onde, certamente, reuniu o perfume das suas virginais emoções. O livro é conservado inédito. Não nos foi dado a conhecer. Mas conseguimos alcançar um acróstico, intitulado "Santarém", que revela também seu amor à terra em que nasceu. Diz:

S empre que a ti recordo, amada terra minha,
 A chorar e a sorrir em minh'alma sôzinha,
 N ão deixo de lembrar, o recanto querido,
 T udo o que em ti gozei, meu ninho inesquecido...
 A luz do teu luar a embalar com carinho
 R ios de ondas azuis, a rolar de mansinho...
 E alvoradas de luz — ouro e rosas no céu —
 M il visões a acordar no triste peito meu!

"Terra Imatura", foi escrito ao mesmo tempo em que nascia Carícia Helena, daí porque ela mesma dizia, quando muito jovem, nas suas alegrias de mocinha: "Naquêl ano, tudo que Papai produzia era belo".

O belo coração de Alfredo Ladislau deixou de palpitar a 22 de Novembro de 1934, aos 52 anos de idade, fatigado, decerto, pelas lutas que sustentou para manter a verticalidade da sua moral como homem e magistrado e a estatura invulgar dos seus conhecimentos.

O mês de Novembro foi, pois, o mês de Alfredo Ladislau. Nasceu, casou e morreu em Novembro.

O AMBIENTE

Quem conheceu a Amazônia e nela viveu, quem sentiu a sedução dos seus rios, das suas terras, dos seus lagos, das suas lendas; quem ouviu a música da selva, os gritos dos animais silvestres; quem pescou, caçou e trabalhou dentro da mata; quem cortou seringa e derrubou árvores; quem ouviu o canto da mãe da lua; quem viu "as várzeas morenas tufando, enxugando, endurecendo sob a luz do sol", como observou Raimundo Moraes; quem viajou numa igarité, igarapés a dentro, curvando a cabeça para fugir às rendas dos cipós; quem tratou com o nativo e o conheceu exatamente — jamais poderá escapar ao seu fascínio. Quem praticou pesca de pirarucu ou de peixe-boi; quem pegou de um "pindá" para fisgar tucunaré; quem

retirou de seu espinhel uma pirarara enfurecida; quem participou da pesca da tartaruga; quem viu o aruaná faceiro desfilhar na maré, como verdadeiro e consciente aristocrata; quem assistiu a um pôr de sol e quem ouviu o cântico das aves, ao amanhecer — não pode entender a fama negativa que esta região alcançou, através dos depoimentos que investem contra o seu habitante e aquilo que denominam de "braveza inóspita do vasto "hinterland". Os que assim opinam só passaram por ela e não a viram ou nem passaram por ela. Agassiz, o próprio Agassiz, foi contestado pelos seus discípulos Orville A. Derby, Richard Ratbun, Herbert Smith e John Branner. Frederico Hartt repõe a verdade no seu lugar e confessa não ser capaz de descrever detalhadamente a floresta amazônica, declarando não compreender a razão dos que afirmavam ser indomável, impenetrável e sufocante e que a vegetação é tão luxuriante que o homem se torna incapaz de lutar contra ela. Humbolt, repete-se a sempre oportuna citação, disse certo quanto ao celeiro do mundo; Orellana, criando as Amazonas para justificar sua fantasia; La Condamine, posteriormente, a perguntar pelo Vale afóra se alguém havia visto as Amazonas, ao que o caboclo, irônicamente, respondia: "Hoje, dormiram aqui" ou "Semana passada dançaram ali". Era o espírito bonachão do nosso nativo, a divertir-se com a invenção. Até escritores nacionais investiram contra a Amazônia, porque não a conheceram e portanto não a podiam entender. O grande Euclides da Cunha teve a impressão de que o homem, na Amazônia, era um "intruso impertinente", afirmando ser "tudo vacilante, efêmero, antinômico", na paragem estranha onde as próprias cidades são errantes, como os homens, perpétuamente a mudarem de sítio, deslocando-se à medida que o chão lhes foge, roído das correntezas ou tombando nas "terras caídas" das barreiras". Visão superficial, dizemos nós, sem dúvida, do grande brasileiro. Os jacarés, as cobras, os morcegos, os macacos, espantaram La Condamine; Martius surpreendeu-se ao deparar com bugres da tribo jurí, dançando com máscaras hediondas; Hércules Florence espantou-se ao constatar a destreza do nativo descendo corredeiras e varadouros em igarités, aos saltos; Henri Coudreau, no alto Tapajós, viu e relatou as proezas dos tuchauas; da beleza e da graças das mulheres falaram Louis e Elizabeth Agassiz; Euclides da Cunha, que aqui viveu, refere-se ainda à procissão fantástica dos "Judas" presos a canoas e atirados — os calungas — às águas pelos sitiantes; Inglês de Souza, José Veríssimo, Alberto Rangel, Aurélio Pinheiro, Ferreira de Castro, Peregrino, Dalcídio, e tantos outros dizem da orquestração, do canto épico que é a Amazônia, mas nem todos lhe fazem justiça.

Influenciado pelo autor de "Os Sertões", vinha Alfredo Ladislau e escrevia, abismado: "O majestoso perfil amazônico surgiu da sua pena (de Euclides) como um verdadeiro georama, sobressaindo,

pela força extraordinária da sua aptidão observadora, as particularidades mais deslumbrantes d'este suntuoso Império das Selvas".

Esse foi o cenário que envolveu o autor de "Terra Imatura", o grande e majestoso palco no qual, se movimentou, por longos anos, a alma do cearense de Guaramiranga. Essa foi a terra prometida, pela qual sonhava o menino que aos seis anos de idade sentiu de perto os dramas da seca de 88, havida nos sertões do Nordeste. Ele queria uma paisagem mais rica, mais ampla, mais fascinante, mais compacta, mais misteriosa, mais poética, através da qual o seu espírito sequioso de fantasia e repleto de miragens pudesse viver e conviver. Alfredo Ladislau, ainda em Belém, recebia o primeiro reflexo da vida paraense, reagindo por intermédio de um livro "Cênas da Vida Paraense", publicado em 1904, mas, ao chegar ao Baixo Amazonas, abismou-se na contemplação da natureza, nascendo assim "Terra Imatura". Como Pan, tomou de sua flauta e cantou a terra, as águas, o céu, as aves, os animais, os peixes e a selva. Tornou-se o enamorado da Amazônia, do qual a morte privou cruelmente, qual vidente palmeira na estrangulação processual do apuízeiro letal.

A O B R A

Conta o nosso Patrono, no prefácio do seu livro "Cênas da Vida Paraense" que a "idéia de publicar qualquer cousa cada vez persistia mais em seu espírito" e, por isso, saiu a procurar motivos para um livro. Visitou a Santa Casa, o Tucunduba, o Hospício de Alienados, de nada resultando suas pesquisas. Repeliu os assuntos sugeridos pelas casas de sofrimento. Resolveu então escrever o que dominou de ligeiros contos, "estribado em fatos verídicos". Desculpa-se pela "linguagem ser demais simples, as frases mal cuidadas, os pensamentos medíocres e "dona" gramática ser por mais das vezes escouçada". Mas escreveu, dizemos nós, o que foi realmente muito bom, pois em seguida faria melhor auto-crítica, sem humildade exagerada.

Os contos são repletos de singela ironia, de ligeiras observações de fundo realista. Descreve o arraial de Nazaré, apresentando as desgraças de um moço enamorado que, sem dinheiro, enfrenta os gastos que quatro irmãs e a mãe fazem no largo, com escândalos promovidos pelo vendedor de tacacá e pelo condutor do bonde, ao cobrar-lhe as despesas. É assim um livro risonho como o autor, agradável, que relembra o princípio do nosso século em Belém. Depois, em 1921, entregue à vida forense, publicou o "Código Civil Brasileiro Aplicado por Tribunais e Juizes da República", editado no Rio de Janeiro e prefaciado por Clóvis Bevilacqua.

Ao descobrir as tentações e os envoltimentos do grande Vale, ao contemplar aquelas catedrais botânicas, aquêles caminhos líqui-

dos, aquelas cenas naturais da vida em Santarém e Alenquer, entregou-se à elaboração de um livro que, desde logo, denominou "Terra Imatura", em homenagem àquêle Templo Natural, ao Vale Maravilhoso. "Os dias na Amazônia — assim começa o livro — morrem gloriosamente aureolados, envoltos num estranho esbanjamento de luz". Tece, em seguida, um hino à Amazônia, embora, em certo momento, descreia do homem que a habita, o nativo. Reconhece a injustiça com que se repete serem os mestiços do Vale, na sua totalidade, fracos e indolentes, brancos e alcoólatras, mas, um pouco depois afirma que, na verdade, os habitantes do Baixo Amazonas são amolentados e amigos das terras marginais, indolentes, inimigos da cultura da terra, doentamente parasitas fluviais e lacustres. O nordestino, ao contrário, continua, procura o "centro" onde cultiva a terra, extrai a seringa, constrói a casa. O primeiro é istiófago e o segundo é insaciável carnívoro e apreciador da rapadura e do café". Define o nativo como linfático mongo-malaio e o nordestino como sanguíneo-belicoso, o que confirma a disparidade dos tipos. Diz ser o nativo tardo nos movimentos, de carnes flácidas, sem musculatura, epiderme encerada, olhos sem brilho e de cabelo grosso, comprido e pendente. Esta última observação prova que o nosso Patrono referia-se mais ao índio civilizado do que propriamente ao caboclo ribeirinho, pescador, caçador, arpoador, remador, loroteiro, simpático e, acima de tudo, soberbamente indiferente ao futuro. Nesta indiferença existe toda uma perspectiva de longas análises, que distinguem o nativo do nordestino, pois este visa o ganho para regressar à terra natal e aquêle se contenta em continuar vivendo na terra — para ele, a melhor do mundo — onde nasceu e onde quer morrer. O caboclo não cultiva a ambição, não sonha com outras terras, não deseja outra vida senão aquela, na constante submissão ao culto da natureza que o cerca e o alimenta. Remar, por exemplo, o que diariamente exercita, dá-lhe disciplina muscular e resistência física e mental, assim como acontece aos futuros diplomatas ingleses quando se empenham nas porfiosas regatas de Oxford e Cambridge. O sol, grande fixador de vitaminas, sob o qual vive, proporciona-lhe algumas resistências. As chuvas acostumam o caboclo a dominar mudanças súbitas de temperatura, tornando-o menos vulnerável às doenças que frequentam os cidadãos, que moram em buracos enfeitados. As águas dos rios, que sorve delicadamente após a colheita de um favo de mel, mantém como que uma imunização geral orgânica. O açaí, que contém Vitamina A, cálcio, fósforo e ferro, que lhe dá um valor energético de 80 calorias por 100 grs., o açaí, que Dante Costa afirma conter Vitamina B1, e cujos dados analíticos permitem a observação de se tratar de um alimento essencialmente energético, com um valor calórico superior ao do leite e um teor de lipídios duplo deste; o açaí, sua bebida pre-

ferida — deve ser responsável por grande parte das resistências biológicas do caboclo. A caça, que come, n'água e no sal — e às vezes até sem sal — sem, portanto, as cavilidades dos condimentos, dá-lhe, decerto, vantagens proteínicas. E, acima de tudo, a vida ideal, a vida ao ar livre — tudo será motivo para definir o caboclo não como um indolente e sim como um Grande Senhor, num Grande Império. Mas, sempre lúcido, é o próprio Alfredo Ladislau quem escreve, no capítulo "Na Morte das Lagunas": "Os sertanejos, obedecendo à poderosa lei dos extremos, migram da sua terra, escasseada de recursos, e caem no enfartamento amazônico. Num verdadeiro giro de mágica, acham-se transportados, de pronto, das searas e campos estorricados pelo sol, para a terra dos invernos infalíveis, das chuvas assíduas e das frutificações perenes. E, apesar disso, se a maior parte deles se entrega constantemente à prosperidade de um trabalho fecundo, a outra, que não fica escravizada aos exploradores, amolenta-se com o correr dos tempos, escorregando, insensivelmente, pela descida sedutora da lei do menor esforço". Eis aí, senhores, a capitulação do fino e imparcial observador. Não é, pois, indolente o homem. É a fartura, a facilidade com que vive, à beira dos rios, sem ilusões e sem ambição, tudo predispondo-o a um esforço menor. Acomoda-se a um leito anestésico e fica, modorrento, escravo da malária, à esperar que águas e águas passem, no indefinido do futuro, no descuido da ambição.

Farto material estava, pois, ali à disposição do cearense ávido de escrever alguma coisa, de deixar em livro a expressão da sua conversão, de sertanejo nordestino em amazônida convicto. E assim aconteceu, recolhendo louvores do mundo literário, nos depoimentos, entre outros, de Alberto Rangel que disse: "... o nosso compatriota dá às carnes a dilacerar a tôdas as garras da brenha intensa no seu pobredouro". Agripino Grieco publicou n'O Jornal, do Rio: "O autor olha para as coisas do Amazonas, ora como poeta, ora como homem prático: às vezes, sonha um Amazonas menos geográfico que romântico, com algo do Eldorado de Voltaire e com muitas quimeras etnográficas, mas, outras vezes, tem observações justas, mostrando um bom conhecimento da história geológica e humana da região". Mário Sette assim expressou sua opinião: "Terra Imatura" é, duplamente, uma obra de arte e uma obra de ciência". Osvaldo Orico opinou: "É verdadeiramente, uma alegoria da terra amazônica. Quem o leu aspirou o perfume de uma natureza que não conhecia". Remígio Fernandez, nos seus assomos, explodiu: "O interesse espiritual perdura sempre. Passa de página à página o enleio suavíssimo que adoça e extingue a sensação do tempo". Severino Silva, o grande poeta e tribuno, revelou: "Alfredo Ladislau, emergindo das contingências aflitivas da vida, subiu à montanha, e acendeu o seu facho nas sombras

noturnas da nossa decadência". Mecenas Dourado, em carta a Ladislau, grafou: "Você oferece-nos grandes painéis, vastas pinturas murais, onde os acessórios do "decor" são largas tapeçarias e púrpuras esplendentes na opulência oriental de uma hipertrofia de grandezas. No seu livro encontramos um acento mais vibrante, uma preocupação mais homogênea do patriotismo regional do que nas páginas de Euclides, sobre o mesmo assunto, a par de galas luxuriantes de uma expressão de luminosa intensidade, proporcional à uma grandiosa projeção artística do meio antropogeográfico que você objetivou". Paulo de Oliveira, o nosso Paulo deu à "Terra Imatura" o título de Bíblia Amazônica. E assim todos: José Coutinho de Oliveira, Domingues Carneiro, Vicente Abranches, Faria Gama, José Carvalho, Misael Selvas, Chermont de Brito, F. Guapindala, Alfredo Lamartine, Raynéro Maroja, Oscar de Carvalho, Santana Marques, Carlos Nascimento, Leôncio Correia, Antonio Salles, Padre Dubois, Lauro Sodré, e tantos outros. A Academia Brasileira de Letras, em Março de 1925, através do Parecer de uma Comissão, exaltou o valor do livro de Alfredo Ladislau, deixando de conceder-lhe o prêmio por ser o concurso de contos e novelas, gêneros a que fugia "Terra Imatura".

Para alegria nossa, o Pará já prestou uma grande homenagem ao notável escritor, através da publicação do primeiro livro da Coleção de Clássicos Amazônicos, cuja idealização se deve ao Dr. Clóvis Barbosa e cuja execução provém da culta compreensão do prof. Clóvis Moraes Rêgo, quando exercia a Chefia do Setor de Coordenação e Divulgação da então SPVEA, cuja Superintendência era, no momento, exercida pelo nosso confrade e amigo, prof. Aldebaro Klautau. Com a colaboração artística do inspirado pintor, conterrâneo Dr. Roberto de La Rocque Soares, surgiu entre nós, em 1961, o magnífico Tomo, intitulado "Alfredo Ladislau", apresentação e compilação de Eidorfe Moreira". É uma Antologia de "Terra Imatura", em que seus principais capítulos são revelados, precedidos de profundo e lúcido ensaio. O prof. Eidorfe Moreira, cuja cultura transpirou nos trabalhos de sua autoria, como "O Fator Social na consideração do Solo", "Idéias para uma concepção geográfica da Vida", "Sertão — a palavra e a imagem" e "Amazônia — o conceito e a paisagem", dá-nos, em linguagem cristalina e conceitos apurados, a definição da obra de Alfredo Ladislau, quando escreveu: "Terra Imatura" é uma verdadeira epopéia em prosa, ainda que descontínua — a epopéia da virgindade e da exuberância da terra reclamando a potência do homem para fecundá-la". Em seguida, afirma: "Nenhuma obra representa com mais propriedade e justeza o após nas letras amazônicas do que ela". Cita Grieco quando este exigente crítico afirmou: "Infunde certa beleza litúrgica às coisas naturais". O prof. Eidorfe Moreira destaca, ainda, as influências literárias que Ladislau recebeu, citando, como as princi-

país, Euclides e Graça Aranha. O tema é o de "Canaan", mas o acento épico é de "Os Sertões", guardadas as devidas proporções. Inclue-se também Alberto Rangel entre os prediletos de Alfredo Ladislau e aceita-se uma comparação entre "Tapará", no "Inferno Verde" e "Na Morte das Lagunas", em "Terra Imatura".

Embora o nosso patrono recomende-se especialmente pelo relevo que alcançou "Terra Imatura", levando-se a segundo plano os seus outros dois livros, ainda assim é o mais típico representante das letras amazônicas, não só como paisagista mas também como sociólogo.

As edições da Antologia organizada pelo prof. Eidorfe Moreira e de "Terra Imatura", estão esgotadas. Que fazer, para não privarmos as gerações atual e futuras de conhecerem o maravilhoso livro amazônico: bíblia, liturgia, epopéia, ciência e poesia?

Talvez seja oportuno apresentar a este Silogeu e sugerir à Academia Paraense de Letras que se torna apropriada uma iniciativa conjunta no sentido de ser providenciada a reedição daquelas obras.

Seria uma decisão muito ajustada ao momento, quando desejamos tornar a Amazônia, técnica e culturalmente, digna de nós mesmos e da situação que Deus lhe deu. E uma forma de homenagear o cantor da Amazônia — quando os homens começam a descobrir que ainda há esperanças para a nossa bela e rica Pindorama".



Da esquerda para a direita : consócios Sr. Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, Diretor do Museu; Dr. Luiz Romano da Motta Araújo, Dra. Maria Anunciada Ramos Chaves, Vice-Presidente da Mesa da Assembléa Geral; Arlindo Severiano de Miranda, Tesoureiro; Desembargador Mauricio Cordovil Pinto, Dr. Victor Tamer, 2.º Secretário da Diretoria e Dr. Armando Bordalo da Silva, Bibliotecário, presentes à sessão solene efetuada dia 2-5-987, comemorativa do 67.º aniversário de fundação do Instituto

**TITO FRANCO DE ALMEIDA, PATRONO DA CADEIRA N.º 40
— DISCURSO DO CONSÓCIO GEORGENOR DE SOUZA
FRANCO, FUNDADOR E OCUPANTE DA ALUDIDA CADEIRA**

Dia 26 de maio de 1967 este sodalício realizou uma sessão de estudos, no decorrer de cuja reunião foi empossado como fundador e ocupante da Cadeira n.º 40, da qual é Patrono Tito Franco de Almeida, o consócio efetivo Georgenor de Souza Franco, cujo discurso de elogio a seu Patrono, então proferido, a seguir transcrevemos:

"Em 1867, aos 36 anos de idade, Tito Franco de Almeida consolidou definitivamente seu conceito nos altos círculos da monarquia brasileira e da política nacional.

Lançava o filho do advogado Joaquim Inácio de Almeida e de dona Maria Romana de Almeida, o livro "O Conselheiro Francisco José Furtado", que se "tratava menos de uma biografia, no sentido dado a esse gênero literário, do que um estudo de crítica política, em que era examinada à luz de certos fatos a prática do regime constitucional monárquico, prática que Tito Franco considerava desvirtuada pela abusiva intervenção do poder pessoal do Imperador.

Jurista, orador, jornalista, publicista, advogado, financista, Tito Franco de Almeida, que estudara em Lisboa, regressou ao Brasil em 1844, recebendo, a 25 de outubro de 1850, a carta de bacharel em ciências jurídicas e sociais, na Academia de Olinda.

Talento de escóli, inteligência privilegiada, corajoso e honrado, desde cedo se impôs no mundo intelectual brasileiro, pois escrevia e falava com isenção de ânimo e dignidade patriótica.

Segundo Carlos Pontes, Tito Franco, sendo "um liberal histórico, não se conformava com uma política que não fôsse nitidamente definida nos rumos de puro liberalismo. Monarquista convicto, irredutível, como provou ser nas horas de provações, foi, entretanto, dos que mais àsperamente criticaram o modo por que se conduzia o regime. "E era nos seus trabalhos que os adversários da Monarquia iam buscar argumentos fortes e seguros contra o trono. E, se dizia na época, que Tito Franco combatia o Rei para melhor servi-lo...".

D. Pedro leu, com profunda e cuidadosa atenção, "O Conselheiro Francisco José Furtado" e com o seu "lápiz fatídico", de que tanto

"se falou e com o qual costumava o soberano fulminar o destino de políticos e magistrados que lhe perdiam a estima ou lhe caíam do conceito", anotou, paciente, quase todo o livro, "livro que, por ser um libelo impressionante, calára fundo no espírito do Monarca".

Segundo depoimento do Visconde de Ouro Preto, no Tomo 77 da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, no capítulo "Notas do Imperador", a biografia do conselheiro Furtado apareceu quando mais acêsa se feria a luta entre os denominados "liberais históricos" e "liberais progressistas", causando certa impressão. E, por isso mesmo, o Gabinete de 3 de agosto de 1866 decidiu contrapor-lhe refutação.

O Visconde de Ouro Preto informa ainda que, por designação dos colegas, foram incumbidos de promover a resposta, os ministros da Agricultura, Sousa Dantas, e o da Marinha, que era o mesmo Visconde, os quais, por sua vez, a confiaram ao deputado pernambucano Sousa Carvalho. Este encarregou do trabalho o dr. Luís de Carvalho Melo Matos.

São do Visconde de Ouro Preto estas palavras: "O dr. Melo Matos foi, portanto, quem escreveu as "Páginas d'História Constitucional", explicando e combatendo os fatos e apreciações expostas na "Biografia do Conselheiro Furtado". Era um caráter nobilíssimo; trabalhou gratuitamente; e revela acrescentar — também a publicação não custou um real aos cofres públicos".

Mas Melo Matos teve a recompensa: veio na legislatura imediata, já em pleno domínio conservador, deputado geral pela Província de Goiás, de onde não era filho e onde não dispunha, portanto, de eleitorado, o que nos leva a supor que naqueles tempos tão distantes já existia a política do mapismo, sistema que, até 31 de março de 1964, constituía uma norma eleitoral no Brasil.

Encerrando seu depoimento, o Visconde de Ouro Preto diz: "Alguns dos fatos aludidos eram antigos, déles não tinha notícia o escritor, que exigiu informações. Não podiam dar-lh'as os ministros, que igualmente mal as conheciam. Resolveram solicitá-las respeitosamente ao Imperador, que as prestou com a maior benevolência".

Sabe-se ainda que na Biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro existe um exemplar da obra de Melo Matos — que foi publicada sem o nome do seu autor — em uma de cujas páginas se lê, redigida de próprio punho pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, a seguinte nota: "Histórico deste livro. Em 1867 o dr. Tito Franco escreveu uma biografia do senador José Furtado, que acabava de presidir o Ministério Liberal de 31 de agosto de 1864. Nessa biografia imputa-se ao Imperador a mudança de situações políticas por mero arbítrio, e sem fundamento constitucional. Doeu-se o Imperador da arguição; e anotando um exemplar dessa biografia o deu ao Visconde de Bom Retiro e ao Marquês de Sapucaia, para que alguém, quiçá por suas notas, refutasse o escritor liberal.

"Para isso foi procurado o Conselheiro Antonio J. Ribas, que declinou do encargo. Já se sabe que a incumbência não trazia patente a imperial vontade; incitava-se apenas o sentimento de justiça para uma defesa patriótica. Não aceito o encargo, foi a proposta ter às mãos do dr. Melo Matos, que escreveu este livro.

"Foi-me isto referido na sessão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, de 22 de agosto de 1889, por pessoa que o ouvira do próprio Visconde de Bom Retiro".

Os dois depoimentos divergem em determinados pontos, mas o certo, o positivo, o indelével, é que o Monarca leu o livro, com as suas acusações se impressionou e magoou e com sua própria letra fez no volume mais de cento e dez anotações. E desejava uma resposta, que fosse uma defesa de seu governo e do Império. E não foi tão fácil conseguir quem assumisse tal responsabilidade, e quem escreveu a resposta omitiu o nome, o que nos leva a admitir que Tito Franco tinha razão, e muita.

O escritor Carlos Pontes afirma que "refutar as arguições de Tito Franco contra o Imperialismo — vocábulo empregado pelo publicista para designar a ação do poder pessoal na vida constitucional do regime — tornou-se uma necessidade de Estado".

Ainda é o escritor Carlos Pontes quem informa em trabalho datado de 1942, que quem folhear o exemplar da "Biografia do Conselheiro Francisco José Furtado", que pertenceu a D. Pedro II, e hoje se encontra na Biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro, verá nas páginas, à margem, as numerosas notas autógrafas em que o Soberano procura esclarecer ou retificar certos episódios, justificar certos fatos, tendo-se "a sensação de uma luta corpo a corpo do criticado com o crítico em procura da verdade".

Joaquim Nabuco, no livro "Um Estadista do Império", faz várias referências às "Notas do Imperador".



Ao poder pessoal, de D. Pedro II, Tito Franco chamava Imperialismo e isto acentuou, com muita ênfase, na carta que, em janeiro de 1867, escreveu ao Conselheiro Francisco José Furtado, dizendo: "Creio que, sob o nome de Imperialismo, reconheci e denunci a verdadeira causa e única da decadência política e social do país, embora deva incorrer no "anathema — sit" de todos os cortejos (ou que se presumam tais) passados, presentes e em perspectiva, quer nascidos de sangue azul (espécie que não reconheço no Império), quer "parnevus" ou fidalgos em caricatura".

E dizia mais: "Prevejo que não faltará, pois, quem até me acuse de conspirar contra a monarquia, ou quando menos contra o

Imperante atual, formando, com as ligeiras linhas d'êste pequeno esforço de patriotismo, um tremendo libelo acusatório. Imagino já ver o puríssimo civismo dos imperialistas, as candidas almas dos amigos do Rei, taparem de envergonhado o rosto por tão inaudito escândalo".

E prossegue: "Tranquilizem-se os imperialistas; querendo a execução fiel da Constituição, não posso conspirar nem contra a monarquia, nem contra o atual Imperante.

"E a Constituição quem declara "delegações da nação" todos os poderes, que ela reconhece; ora, entre esses poderes indubitavelmente não está o Imperialismo".

E exclama, ao encerrar a missiva: "Assim pensando, esbocei na sua biografia as minhas convicções, porque prefiro antes servir à causa pública com esta corajosa franqueza, do que respirar nos clubes e trabalhar nas trevas".

O patrono da cadeira n.º 40, d'êste Instituto pensava, certamente, como Álvares da Costa, o idealizador da Academia Paraense de Letras, o qual, em 15 de agosto de 1886, ao prefaciá-lo livro de João Marques de Carvalho, o fundador da mesma Academia, afirmava: "Ponhamos de parte os escrúpulos e sejamos francos; eu penso que é covardie ter de seu lado a verdade e ter medo de enunciá-la".

A propósito do Imperialismo combatido por Tito Franco, D. Pedro II fez, entre várias dezenas de anotações, a seguinte: "Os ministros que têm servido depois da minha maioridade podem e devem dar a decifração da Esfinge. Apelo para sua lealdade. E Furtado, de quem só tenho que dizer bem, quanto às suas relações comigo — dirá o que penso do Imperialismo".



No seu famoso livro "A Religião e a Liberdade", Tito Franco de Almeida, demonstrando franqueza e coragem, defende, com inteligência e abundância de argumentos fortes, a separação da Igreja do Estado. Mas, honesto e leal, demonstrando isenção de ânimo e amor à verdade, afirma, às páginas 51 e 52: "Não é justo desconhecer os monumentais serviços dos Papas, que primeiro destocaram as matas virgens da humanidade e plantaram as sementes das quais brotaram as liberdades modernas, e muito menos caluniá-los, somente porque alguns eclipses morais têm afligido esses representantes de Deus submetidos pelo Providência a todas as provas d'êste mundo; mas eclipses que não podem ofuscar o brilho dos maiores espetáculos, das mais sublimes virtudes, e das mais indomáveis coragens dessa longa série de Papas durante os quinze séculos que têm sucedido à grande era do heroísmo; somente porque as condições das sociedades modernas não comportam os imaginários Dictatus".

As páginas 71 e 72 diz: "A liberdade de consciência implica a de cultos, e deve necessariamente ser igual para todos".

E cita estes exemplos: "Como permitir que os cristãos condenem a trindade indiana, sem permitir também que os sectários desta condenem a cristã? Como permitir que os cristãos riam-se das encarnações de Vichnou, sem permitir que estes façam o mesmo da encarnação do Filho? Como permitir que os cristãos escarneçam daquêles que adoram animais, sem permitir o mesmo aos que creem na presença de Deus em uma pomba? Como permitir que os cristãos acussem os idolatras, sem permitir o mesmo aos que não acreditam no que chamam simulacros divinos diariamente festejados e incensados nos templos cristãos? Como permitir que os cristãos repudiem os fetiches, ou marmítos, sem permitir que estes façam o mesmo aos que não admitem que o pão se transforme em Deus, como é todos os dias exposto à adoração dos crentes cristãos? Como permitir que os cristãos zombem dos pretos, que trazem consigo milagrosos grisgrís, amuletos, sem permitir o mesmo dos cristãos que trazem consigo milagrosos bentinhos e escapulários?".

E aconselha Tito Franco: "O remédio é simples; está nas sagradas letras: Não faças a outrém o que não queres que te faça; não queiras julgar para que não sejas julgados, pois com o juizo com que julgardes sereis julgados, e com a medida com que medirdes vos medirão também a vós; Ou: como dizes a teu irmão — deixa-me tirar-te do olho uma aresta — quando tu tens no teu uma treva? Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho e verás como hás de tirar a aresta do olho do teu irmão?".

E pergunta Tito Franco: "Como permitir enfim a liberdade aos cristãos e não aos israelitas, cuja religião dá-nos o Decálogo, os Profetas, os Salmos que aprendemos e cantamos?".

Abordando diretamente a questão entre a Igreja e a Maçonaria, diz Tito Franco: "Felizmente acordamos pela provocação ultramontana contra a maçonaria, e hoje, todos preocupam-se dessa luta. Os ultramontanos escolheram mal o pretexto e pior a ocasião. Mal o pretexto, porque a maçonaria brasileira é pura e simplesmente uma associação filosófica e beneficente, sem intolerância alguma religiosa, sem co-participação alguma política. Pior a ocasião, porque depois do Concílio do Vaticano cumpria à Igreja romana e a toda a sua hierarquia sacerdotal acalmar e nunca excitar a opinião pública; porque, falando especialmente do Brasil, não era quando estava à frente da administração pública um dos chefes da Maçonaria, que convinha atacar esta instituição, na qual contam-se por milhares os filiados, em grande número cristãos e católicos".

E, veemente, prossegue: "Além do máu pretexto e da péssima ocasião os ultramontanos cometeram o inaudito erro de tornar-se cri-

minosos, quer atacando a Constituição, quer rebelando-se contra os poderes nacionais constituídos.

"A luta entre as duas seitas tornou-se a luta entre o Sacerdócio e o Império".

"Não aplaudimos a atitude governamental, posto que, dado o primeiro passo, o poder público civil tem prosseguido impellido pelos próprios ultramontanos, cujo fim, a não ser o de medir forças ou conflagrar o país, não compreendemos.

"Preferíamos que com a liberdade, pudéssemos ter solvido tôdas as dificuldades, enquanto os Bispos ultramontanos não o impedissem de caso pensado e refletido".

E Tito Franco de Almeida analisa, em páginas brilhantes, a Encíclica de 8 de dezembro de 1864, na qual, segundo éle, a Igreja se apoiou para combater a Maçonaria.

Depois de fazer um estudo da influência do catolicismo na Democracia, recorda: "Lembrem-se, pois, os ultramontanos, que o próprio Cristo destruiu os inimigos das consciências, e que não podem ser cristãos os que assim atacam este divino preceito".

Tito Franco não combatia a Religião nem a Igreja. Pretendia a Igreja honesta e isenta de paixões mesquinhas, a se imiscuir em assuntos que, diretos ou indiretamente não lhe diziam respeito, nem sequer a prejudicavam.

Pensava, certamente, como Chateaubriand: "A Religião que eu tenho a glória de defender e propôr à veneração dos homens é a religião que convém a todos os tempos e lugares, simples como os povos simples, esclarecida com os povos civilizados, inexcedível em sua moral, sempre adequada ao momento, religião de paz, que mais ama perdoar do que punir, que deve a duração às suas vicissitudes, e cujo martírio serve apenas para lhe assegurar a vitória".



Nascido há 138 anos passados, nesta capital, a 4 de janeiro de 1829, Tito Franco de Almeida, em 1851, fez o concurso da cadeira de Filosofia do Liceu Paraense, sendo aprovado e nomeado para regê-la.

Foi eleito, várias vezes, deputado à Assembléa Legislativa de sua Província e, em 1856, membro da Câmara Temporária da Nação, da qual foi o primeiro secretário.

A maneira de Miguel Couto, no conceito de Alceu Amoroso Lima, cumpriu à risca, com uma honestidade cívica inexcedível, exemplar para todos nós, o seu dever de deputado.

Quando injuriado não ficava impassível. Aceitava a luta para vencer, e certa vez, em 1858, respondendo ao Conselheiro Jacinto de Mendonça, disse: "Eu não recebo as lisonjas de V. Excía., as quais

têm por fim prejudicar a minha argumentação. Reconheço que essa é uma poderosa arma de combate; que muitas vezes é mais fácil derrotar com elogios do que com outras armas.

"Não aceito, pois, elogios que não sejam merecidos!".

Em 1864 foi nomeado Diretor Geral da Secretaria dos Negócios da Justiça e redator chefe do Diário Oficial do Império, das quais se exonerou dois anos depois, iniciando campanha contra o Ministério do Marquês de Olinda.

Inácio Moura informa que Tito Franco deixou sulcos profundos de sua pena aprimorada nos jornais "Diário do Grão Pará", "Aurora Paraense", "Reforma", "Liberal do Pará" e "Jornal do Amazonas".

Além da "A Biografia do Conselheiro Francisco José Furtado", e "A Religião e a Liberdade", publicou mais os seguintes livros: "Estudo sobre a História Política Contemporânea", "O Brasil e a Inglaterra", destacando-se ainda a obra que lançou refutando ao livro de D. Antonio de Macedo Costa "O Direito contra o Direito".

A 10. de janeiro de 1895, juntamente com Lauro Sodré, Serzedêlo Corrêa, Paes de Carvalho, Américo Santa Rosa e Barão de Guajará, foi eleito sócio honorário da "Mina Literária do Pará", entidade cultural fundada naquela data em Belém, sob a presidência de Alvarés da Costa.

Revela Raimundo Ciriaco Alves da Cunha que, a 2 de janeiro de 1851, aqui em Belém Tito Franco contraiu matrimônio com a senhora Carlota Torres Lins. "que durante o resto de sua vida lhe deu provas exuberantes de carinho e amor".

Ainda é Ciriaco Alves da Cunha quem informa que Tito Franco prestou o concurso de sua inteligência à "Revista Amazônica", "valioso repositório de belos artigos acerca da opulenta região de que tirou o nome", e publicada nesta capital no ano de 1883. Na citada revista figuram importantes trabalhos seus, como "Jurisprudência e Fôro", tratando especialmente da dotação da magistratura, da publicidade de seus atos na primeira e segunda instância, do Tribunal do Juri, etc.; "A dívida pública do Brasil", escrita em 1878, e que ofereceu ao Gabinete de 5 de janeiro, indicando reforma para o sistema financeiro nacional e que não foi adotada pelo Governo, o que vem provar que desde o século passado o problema econômico-financeiro do Brasil já era uma constante nas preocupações da cúpula administrativa; "Limites do Brasil com a Guiana Francesa", que é, no entender de Alves da Cunha, "a mais extensa e brilhante exposição que conhecemos dos direitos de sua pátria a todo o território que vai da margem esquerda do Amazonas até à direita do Oiapoque".

Proclamada a República, reafirmou sua tendência monarquista, recolhendo-se à vida privada, mantendo as profissões de advogado e jornalista.

Quando Castro Alves transformou sua lira na arma veemente e bela contra a escravatura, Tito Franco de Almeida lutou, sem desfalecimento, ao lado de outros eminentes brasileiros para eliminar de nossa Pátria a nódoa do cativo.

Falecido há 68 anos passados, a 17 de fevereiro de 1899, possuía diversos títulos, entre os quais o de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Real Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto dos Advogados e de Conselheiro do Estado.

Informa Inácio Moura, no "Catálogo da primeira série de uma galeria histórica do Instituto Histórico e Geográfico do Pará", lançado em 1918, que o autor de "A biografia do Conselheiro Furtado" pertencia ao Partido Liberal e foi um dos brasileiros mais eruditos, dispondo de linguagem fluente e fascinadora, razão porque sua palavra era sempre recebida com agrado, pondo brilhantemente em evidência os preciosos recursos de sua erudição na tribuna parlamentar e na jurídica, assim como na das conferências públicas.

Honra-nos ocupar, neste sodalício, a cadeira n.º 40, patrocinada por Tito Franco de Almeida, patrono da cadeira n.º 38, que ocupamos desde 23 de agosto de 1946, na Academia Paraense de Letras, e tudo faremos, no limite de nossas possibilidades intelectuais, para engrandecê-la, bem servindo ao Pará e ao Brasil".

**TRANSCRIÇÃO DE ATA — SESSÃO DE ESTUDOS EFETUA-
DA DIA 26 DE MAIO DE 1967 — DISCURSOS DE ELOGIOS
DE ALFREDO ANIBAL LADISLAU E TITO FRANCO DE AL-
MEIDA, RESPECTIVAMENTE, PATRONOS DAS CADEIRAS
Ns. 3 E 40**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, reuniu-se a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em sua sede social, havendo comparecido os seguintes Diretores e demais consócios, a fim de participarem da sessão de estudos então realizada: Ernesto Horácio da Cruz, Presidente da Diretoria; José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléia Geral; Paulo Maranhão Filho, Vice-Presidente da Diretoria; Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria; Victor Tamer, 2.º Secretário da Diretoria; Arlindo Severiano de Miranda, Tesoureiro; Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, Diretor do Museu; Cândido Marinho da Rocha, Georgenor de Souza Franco, José Marcos dos Santos, José Maria Hesketh Conduru, Silvio Augusto de Bastos Meira e Luiz Romano da Motta Araújo. Estiveram presentes também vários convidados e outras pessoas gradas. As 21,00 horas, iniciando-se a sessão, foi procedida a composição da mesa, a qual ficou assim constituída: Presidente, Ernesto Cruz; Aláudio Melo, 1.º Secretário; Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará e consócio Benemérito do Instituto; Major Paulo Ribeiro, representante do Sr. General Comandante Militar da Amazônia e 8a. Região Militar; José de Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléia Geral e Presidente da Academia Paraense de Letras; Sr. João Marinho, representante do Sr. Governador do Estado em exercício, Dr. João Renato Franco e Sr. José Vieira Gonçalves, Vice-Presidente no exercício da presidência do Conselho da Comunidade Portuguesa do Pará. Aberta a sessão, o Sr. Presidente fez um intróito a respeito dos Patronos deste Silogeu, a que se refere o § 2.º do art. 4.º do Estatuto, combinado com o art. 20.º do Regimento Interno, em face de cujos dispositivos os consócios Cândido Marinho da Rocha e Georgenor de Souza Franco iriam proferir os discursos de elogio aos seus respectivos Patronos, Alfredo Anibal Ladislau e

Tito Franco de Almeida. Pelo 1.º Secretário foi lida a ata da sessão anterior, a qual, posta em discussão, foi aprovada, com a retificação solicitada pelo consócio Luiz Romano da Motta Araújo, segundo a qual este cenáculo fôra fundado a 6 de março de 1917 e não a 3 de maio de 1900, havendo o Sr. Presidente esclarecido mais uma vez que a data de fundação ocorrera a 3 de maio de 1900, sendo a data de 6 de março de 1917 a da reinstalação do sodalício e que, de acôrdo com o § 1.º do art. 4.º do Estatuto, são sócios fundadores todos aquêles que assinaram as atas das sessões de fundação e de reinstalação. Foram lidas pelo 1.º Secretário as efemérides do dia, do Barão do Rio Branco. O consócio Cândido Marinho da Rocha a quem foi concedida a palavra, subiu à tribuna a fim de proferir o discurso de elogio de Alfredo Anibal Ladislau, Patrono da Cadeira n.º 3, da qual o orador é fundador e ocupante. Referiu-se, de início, ao fato auspicioso de encontrar-se presente a senhorita Carícia Helena Ladislau, filha de Alfredo Ladislau, circunstância que muito sensibilizava e honrava o orador. No seu longo e magnífico trabalho, Cândido Marinho da Rocha estudou o seu homenageado e dissertou sôbre a sua personalidade, analisando-a sob vários aspectos. Assim, depois de discorrer sôbre a vivência de Alfredo Ladislau, em que o homem surge com todas as características de fiel executor da lei, na qualidade de perfeito magistrado, impondo-se ao conceito de seus concidadãos pelos exemplos de retidão de caráter e norma de proceder e de escritor deslumbrado com a Amazónia, em cuja planície imensa, segundo asseverou no seu livro magistral, "os dias morrem gloriosamente aureolados, envoltos num estranho esbanjamento de luz, quase não existindo a tristeza empolgadora das penumbras crepusculares", o orador passou a descrever o ambiente no qual Alfredo Ladislau desenvolvera a sua mentalidade e aprimorara os seus dotes de renomado intelectual. No seu belo discurso, Cândido Marinho da Rocha reportou-se à obra de seu Patrono, o qual, em seu primeiro livro "Censo da Vida Paraense", andara à procura de motivos para enfeixá-los num livro de contos, havendo em se guida publicado um trabalho jurídico — o "Código Civil Brasileiro Aplicado por Tribunais e Juizes da República". Com o aparecimento do livro intitulado "Terra Imatura", de sua autoria, Alfredo Ladislau integrou a galeria dos grandes escritores que se dedicavam a descrever, num estilo pitoresco, os aspectos mais emocionantes do vale amazônico. Aquela fôra a obra capital de Alfredo Ladislau, a respeito de cujo importante trabalho o orador, ao término de seu discurso, citou as mais encomiosas referências de diversos intelectuais brasileiros enaltecendo "Terra Imatura" — bíblia, liturgia, epopéia, ciência e poesia da Amazónia — segundo asseverou — livro que, conforme sugeriu o orador, deveria ser reeditado por iniciativa conjunta deste silogeu e da Academia Paraense de Letras. Muitos aplausos recebeu

o consócio Cândido Marinho da Rocha ao finalizar sua oração. O Sr. Presidente proferiu ligeiras palavras de enaltecimento ao discurso pronunciado, considerando empossado o orador na Cadeira n.º 3. A senhorita Carícia Helena Ladislau, filha de Alfredo Ladislau, agradeceu, em rápidas palavras, as homenagens que este sodalício tributara a seu pai, manifestando, entretanto, a sua maior gratidão a Cândido Marinho da Rocha, pela maneira afetiva e exuberante com que se referira à personalidade de Alfredo Ladislau. A seguir o Sr. Presidente concedeu a palavra ao consócio Geogenor de Souza Franco, para proferir o discurso de elogio de Tito Franco de Almeida, Patrono da Cadeira n.º 40, da qual aquêlê confrade é fundador e ocupante. Subindo à tribuna, Geogenor de Souza Franco proferiu longa oração, retratando os fatos mais expressivos da vida de seu Patrono. Esclareceu que, após sua formatura em Ciências Jurídicas e Sociais, o homenageado regera a cadeira de Filosofia no Liceu Paraense e exercera a função eletiva de deputado em várias legislaturas, no exercício de cujas funções se distinguira como orador de grande merecimento. Secretário dos Negócios da Justiça e jornalista militante em vários órgãos da imprensa regional, Tito Franco de Almeida prestou assinalados serviços à sua terra. Além de Redator-Chefe do Diário Oficial do Império, fôra colaborador do "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, onde estampara artigos contraditando as idéias do Bispo Dom Antonio de Macedo Costa. No decorrer de seu bem elaborado discurso, Geogenor de Souza Franco ressaltou, além da oratória jurídica e parlamentar, três circunstâncias primordiais vinculadas à existência de Tito Franco de Almeida: a sua arraigada convicção de monarquista apegado ao puro liberalismo; a campanha preponderante que desenvolvera em pról da extinção da escravatura e a sua marcante atuação como escritor versado em assuntos de alta relevância, de cujas obras se destaca o livro intitulado "A biografia do Conselheiro Francisco José Purtado", verdadeiro libelo contra certas atitudes de D. Pedro II, consideradas inconstitucionais, cujo livro fôra profusamente anotado pelo Imperador, o qual pretendia refutar as acusações que lhe haviam sido imputadas. Foram lidos, pelo orador, alguns trechos da mencionada obra, a qual, focalizando com certos detalhes, a existência de um Conselheiro do Império, retrata uma fase trepidante da vida parlamentar da época. Geogenor de Souza Franco fez referências ao conteúdo de um outro livro de seu Patrono, intitulado "A Religião e a Liberdade", no qual o autor defendera a separação da Igreja do Estado e abordara a questão entre a Igreja e a Maçonaria. Ao terminar sua oração, Geogenor de Souza Franco declarou ser uma honra ocupar uma Cadeira cujo Patrono fôra uma das mais vigorosas mentalidades paraenses. O orador foi bastante aplaudido ao encerrar o seu magnífico discurso. O Sr.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARA

Presidente, após proferir ligeiras palavras de enaltecimento ao discurso pronunciado, considerou Georgenor de Souza Franco empossado na Cadeira n.º 49. Franqueada a palavra e como nenhuma das pessoas presentes manifestasse o desejo de usá-la, o Sr. Presidente encerrou a sessão, havendo, antes, agradecido o comparecimento de todos aquêles que haviam prestigiado, com suas presenças, a mencionada sessão, convidando-os, outrossim, para a sessão de estudos a efetuar-se dia 8 de junho vindouro, às 20,30 horas, quando o consócio, Dr. Luiz Romano da Motta Araújo, fundador e ocupante da Cadeira n.º 39, fará o elogio de seu Patrono — Treodoro Braga, historiador, geógrafo e pintor. E, para constar eu, Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, lavrei a presente ata. (a) Ernesto Cruz. Aprovada em sessão de 8 de junho de 1967.

INAUGURAÇÃO DA ESTATUA DE PEDRO TEIXEIRA — DISCURSO PROFERIDO PELO CONSÓCIO DR. AUGUSTO EBREMAR DE BASTOS MEIRA

Dia 12 de janeiro de 1966, Belém comemorou o 350.º aniversário de sua fundação.

Para melhor assinalar esse fato histórico grandioso, a Prefeitura Municipal de Belém erigiu na Praça do Caes do Porto, mediante oferta da Comunidade Portuguesa do Pará, a estátua de Pedro Teixeira, o inolvidável obreiro da conquista da Amazônia, companheiro de Francisco Caldeira de Castelo Branco, o fundador da cidade.

Na inauguração solene do belo monumento, ocorrida a 6 de outubro daquele ano, o consócio Dr. Augusto Ebremar de Bastos Meira, representando este silogeu, proferiu o seguinte discurso:

"Exmas. Autoridades, presentes ou representadas

Minhas Senhoras

Meus Senhores:

Investiu-me o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da honrosa incumbência de usar a palavra em seu nome, neste instante em que a cidade de Belém, solene e festivamente, recebe, a mais sugestiva homenagem que lhe poderia ser tributada no correr de seus 350 anos de fundação: o Monumento ao herói da Amazônia, ao maior bandeirante de seu século, ao mais arrojado lusitano de seu tempo, nas dilatadas conquistas portuguesas em terras d'além-mar, o Capitão Pedro Teixeira.

Nesse bronze eterno e sobranceiro, quis a bondade da Colônia lusa em nossa terra, através de sua Comunidade, simbolizar seu alto aprêço ao nosso povo e, ao mesmo tempo, fixar no pórtico da cidade o seu perene mundo. No alto desse pedestal granítico, a atitude majestosa do valoroso soldado, a imagem concebida pelo artista, dão-lhe o sentimento daquele braço forte lusitano exaltado pelo poeta imortal, assegurando a posse da planície desconhecida, descobrindo-a, integrando-a ao domínio da Corôa no setentrião brasileiro.

Não foi Pedro Teixeira um simples Alferes que, fortalecendo a coragem portuguesa em Guaxenduba, eliminando os gauleses de

Ravardière, permaneceria, como tantos outros, apenas, um militar a serviço da pátria em regiões americanas.

As árduas empresas da conquista cêdo, lhe seriam atribuídas. Seguidamente, ao término de cada embate, novas missões teriam de seu arrôjo a garantia, a vitória para as armas de Portugal. Sua intrepidez se afere, já ao lado de companheiros na Jornada "milagrosa", retomando o Maranhão de João de Barros, das mãos de Daniel de La Touche; na expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco, para o descobrimento do Grão-Pará; na instalação do Fortim do Presépio e fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará; na venturosa avançada pela floresta bruta, levando a Jerônimo de Albuquerque o resultado da "Feliz-Lusitânia"; na expulsão em rios distantes, de invasores, corsários, piratas, que tentaram assentar suas tendas no Amazonas; na penetração de cursos caudalosos, rios e afluentes gigantescos dêsse mar-amazônico, ainda hoje desafiando nossa temeridade; nos regates, na solução pacífica dos problemas internos da colônia; na estrutura administrativa do povoado; na disciplina militar, nos levantamentos topográficos, nos conselhos de guerra e na própria ordem urbana do vilarêjo que nascia.

Sòmente a um homem dessa estatura, dêsse caráter, dêsse comportamento, o Reino poderia confiar a mais louca expedição do século XVII: **A Conquista do Rio Amazonas.**

Sentiam as autoridades do Estado do Maranhão, nesse tempo em que Portugal achava-se sob o jugo de Castela que, só a uma figura extraordinária, poder-se-ia atribuir a excepcional empresa, capaz de assegurar ao domínio luso, as terras que conquistariam nessa imensurável penetração fluvial, em tórno do Equador.

Jácome Raimundo de Noronha, embora "intruso" na direção do Estado, não vacilaria na escôlha. Entregaria a responsabilidade do descobridor, ao Capitão Pedro Teixeira, com o pôsto de General-Governador de tôda a Conquista.

Imaginemos subir, galgar, vencer o caudal ignorado, florestas insondáveis, as perdas brenhas da Amazônia, rios colossais despejando suas águas no gigante, ilhas e mais ilhas, dormitando à flôr das ondas, o rebôjo das torrentes mergulhadas sob um céu tropical, e um mundo de surpresas, de fatos legendários, que faziam recordar, estremecer, naquela viagem de investigação e de mistério.

Esse que aí está perscrutando no horizonte os segredos da Hiléia, foi o vencedor, o destemido guia, o chefe resoluto de tão notável entrada, dando às possessões portuguesas da América Meridional, suas novas fronteiras, levando a linha de Tordesilhas até as fraldas dos Andes. Seu gesto, sua bravura, dilatariam os limites da pátria brasileira aos confins do ocidente e das infindáveis regiões planiciárias, tomaria Posse, em nome de seu Rei.

Com alguns oficiais assistentes, setenta soldados, cêrca de mil índios flexeiros, Pedro Teixeira e sua tropa, levariam a cabo a maior bandeira fluvial realizada no continente. Em 45 canôas, subindo, dominando a corrente natural do rio, chefiando essa caravana de soldados, colonos, índios e missionários, o desbravador, daria à Corôa Portuguesa, a sua mais bela jóia, o seu mais requintado ornamento: a **Amazônia**, o sonhado paraíso de Orellana!

De 28 de Outubro de 1637 a 12 de Dezembro de 1639, o indômito navegador, conquistaria para Portugal, a região mais opulenta e admirável do Brasil. Dois anos e quarenta e quatro dias, Senhores, de trabalho, sacrifícios e lágrimas, permitiriam ao nosso país, incorporar mais de metade de sua superfície geográfica. No regresso, hábilmente, fixaria no **Rio-do-Ouro**, no "Aguárico", sôbre o Napo, o Padrão da conquista, o Marco imperecível dos nossos limites com os do Reino de Castela, do Pacífico. A Povoação da **Franciscana**, seria, a própria fronteira dos dois povos, unidos, então, sob a direção dos Felipes.

Iniciando sua jornada em Cameté, concluiria sua gigantesca travessia, em Quito, alcançando na sua tormentosa caminhada, "Areas", "Payamino", "Baeça", "Pupas" e "Guapúlo", santuário que o receberia com festas e flôres. Dessa última etapa, entraria em Quito, triunfalmente, acompanhado de suas tropas. Não lhe seriam regateados, os aplausos das autoridades eclesiásticas, do Governo e do povo. Sob as arcadas do Templo, Pedro Teixeira seria investido na Patente de **Primeiro Descobridor do Rio Amazonas**, desde a sua foz no Atlântico às suas nascentes na Cordilheira Andina. Do Vice-Rei do Perú, o Conde de Chinchon, o herói lusitano, receberia as felicitações oficiais, pelo supremo êxito da jornada. Don Affonso Perez de Salazar, Presidente da Real Audiência, obsequiaria generosamente aos recém-chegados, vitoriosos, da inigualável empresa.

Retornando, a famosa expedição desce da cidade de Quito, atingindo o Napo, via Archidona. Teixeira, reúne-se aos Capitães Baião e Favella, restaura as embarcações, expulsa violentamente os "Encabelados" para o interior da floresta, funda a **Franciscana**, fixa o Marco da Posse — Padrão da conquista — e novamente entra nas águas pardacentas do Rio-Mar. Ao sabor das correntes, percorre o leito maravilhoso, revendo a mata sombria, rios, ilhas, serras, aldeias, tributários de estranhas côres, que se perdiam no horizonte de noites infundáveis, solitárias, majestosa. Manhãs que se sucediam, leves, frescas, iluminadas. Tardes mornas, plúmbeas, cresciam com as madrugada de ouro na imensidão amazônica.

Dominando as corredeiras, avança a expedição, aproximando suas velas, sua gente, seus corações, ao povoado que então já comandava os destinos dessa Amazônia continental. Refreava-se os temores, a glória da investida se refletia no olhar, nos gestos, nos sentimentos

que todos alimentavam em regressar aos seus lares, à sua pátria, após tamanha ausência, nessa bandeira sem precedentes e que herôicamente haviam logrado vencer.

Para o Capitão Pedro Teixeira e seus imediatos, estaria consumada a conquista geográfica, política e territorial da Amazônia. O empenho da Corôa, igualmente, realizado, como pretendêra, nessa bandeira épica, assegurar, legalmente, a sua posse, do Atlântico aos Andes. As forças políticas do Reino, não ignoravam o que a planície representaria, no futuro dos povos, pela sua vastidão e suas riquezas. Um sentido econômico presidiria o ato dessa avançada e uma posição estratégica, justificaria, a dominação de semelhante configuração geográfica, na América Meridional.

Esse, Senhores, o verdadeiro sentido desse descobrimento, de terminado pelo governo português, naquela época em que todas as nações fortes tinham seus olhos, seus interesses, na dominação americana. Portugal, entre esses dominadores, mantendo os limites da descoberta de Cabral, logo incorporaria esse patrimônio às conquistas do setentrão, garantindo a hegemonia territorial no Continente.

A Amazônia brasileira vale, por si só, um império. Essa consciência a tiveram, missionários e sábios, como Acuña, Vieira, Bettendorf, Condamine, Martins, Spix, Bates, Humboldt, Coudreau, Goeldi, Le Cointe, que nos legaram seus estudos, suas observações, suas experiências.

Que a intrepidez desse navegador, não se perca através dos tempos, já que agora iremos exaltá-lo, à luz meridiana, após três séculos de doloroso esquecimento.

A humilíssima caravana, perdida nesse mundo de estranhas visões, parecia auscultar os segredos da terra, na solidão das margens, nos barrancos silenciosos e esquecidos. Era a Amazônia! Dir-se-ia:

“Um mar dentro da terra e toda a terra
Derramada em um mar, boiando em luz,
E um sonho verde balouçando a flux!
Visão de glórias, de Eldorados, que erra
E rola e desce dos sertões azuis!
Por possuir-te, esplêndida Amazônia!
Quantos, na terra, morrerão de insônia!”.

Senhores: Talvez só ao artista, fôsse dada a magia de compreendê-la, na dinâmica de suas cores matutinas e crepusculares, na plástica de sua paisagem uniforme e fria. A sua natureza rude e misteriosa, as dimensões geográficas de suas entranhas virgens, as riquezas que se abrigam, incontáveis, em suas sombras seculares, desafiavam as gerações que deverão conquistá-la e engrandecê-la.

Que de idade em idade, reflorêsça o dignificante exemplo do desbravador, garantindo a sua prosperidade e a sua soberania.

Pedro Teixeira, seria, ainda, o paradigma dessa conduta, como o guardião da conquista, do pensamento, da cultura e da liberdade.

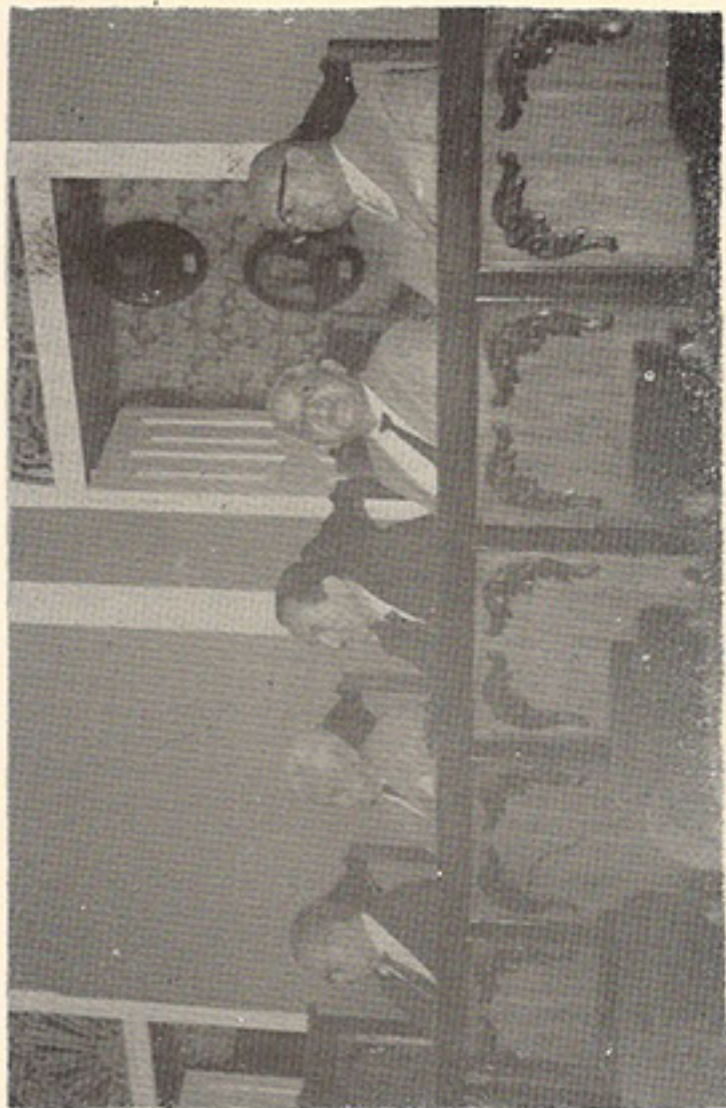
Volta o Alferes, no bronze dêsse Monumento, para reafirmar à mocidade brasileira, aos jóvens da Amazônia, o conteúdo cívico de suas bandeiras.

Em seu porte augusto e ousado, é a própria glória de um povo que nos acena.

A Cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, encantado presépio da Amazônia, tôdas as nossas alegrias, nesta data festiva e memorável, quando inaugura essa obra-de-arte, inspirada em traço magnífico e, sobretudo, na grandiosa homenagem dêsse generoso povo Português!

Viva Portugal!

Viva o Brasil!"



Da esquerda para a direita : consócios Dr. Luiz Romano da Motta Araújo, Acadêmico Abelardo Leão Conduro, Dr. Victor Tamer, Acadêmico Cândido Marinho da Rocha e Desembargador Maurício Cordovil Pinto, presentes à sessão efetuada dia 22-4-967

10.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ — OFÍCIO DÊSTE SILOGEU DIRIGIDO A REITORIA DAQUELA UNIVERSIDADE

A data de 2 de julho de 1967 assinalou o 10.º aniversário de fundação da Universidade Federal do Pará.

Em face do grato acontecimento, de ampla repercussão nos nossos círculos culturais, este sodalício dirigiu àquela entidade o seguinte ofício — mensagem de fé nos destinos da mentora do ensino superior no rincão paraense: "Ofício n.º 45-Sec. — Belém, 30 de junho de 1967 — Sr. Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará — Temos a grande satisfação de participar a Vossa Magnificência que, na sessão julgadora da admissão de sócios efetivos e correspondentes dêste Instituto, realizada dia 29 do expirante, foi inserido na ata dos trabalhos, mediante proposição da presidência dêste cenáculo, unânimemente aprovada, um voto de congratulações a Vossa Magnificência, pelo transcurso, a 2 de junho vindouro, do 10.º aniversário da instalação da Universidade Federal do Pará.

Antecipando-se este sodalício às justas manifestações de acendrado júbilo em face daquele acontecimento e, associando-se este silogeu às comemorações que a data justifica, estamos convictos de que as nossas homenagens e demais manifestações de aprêço a serem tributadas a Vossa Magnificência por outras entidades, representam o reconhecimento às suas laboriosas, sadias e sempre renovadas atividades desenvolvidas em prol do ensino superior.

A Universidade Federal do Pará, incontestavelmente, tem sido fator preponderante no alevantamento cultural de nossa terra em todos os seus setores de atividades, e, à medida que o tempo decorre, ela mais se afirma, sob a direção atuante de Vossa Magnificência, perante as instituições congêneres do país.

Muito nos apraz, Magnífico Reitor e preclaro consócio Benemérito dêste sodalício, apresentar-lhe os nossos mais calorosos parabéns pelo decurso de uma data bastante significativa nos anais estudantis do Estado.

Cordiais Saudações. (aa) Ernesto Horácio da Cruz, Presidente, Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria".

O CENTENÁRIO DE AUGUSTO MONTENEGRO

Aláudio de Oliveira Melo

De todas as personalidades políticas paraenses que tiveram destacada atuação no último quartel do século passado em transição com a primeira década de nosso século, nenhuma excedeu a figura exponencial de Augusto Montenegro, cujo centenário de nascimento transcorrerá a 26 do corrente mês de junho.

Quando não transpire nenhuma homenagem de caráter relevante a ser tributada àquele eminente homem público por ocasião da passagem daquela data, a qual deveria ser comemorada condignamente, seja-nos permitido lembrar à geração atual, em rápidos bosquejos, a exuberância invulgar de sua forte individualidade.

Filho legítimo de Inácio da Silva Arantes e de D. Tereza Montenegro, nascido em Belém a 26 de junho de 1867, Augusto Montenegro muito cedo perdeu o seu genitor.

Usando durante algum tempo o nome de Augusto Cezar Arantes, explica-se a razão de haver adotado definitivamente o nome de Augusto Montenegro, em face da seguinte circunstância: quando ainda bastante jovem, seu padrasto, Dr. Jonas Montenegro — por quem o menor mantinha verdadeira afeição — foi matriculá-lo em determinado colégio com o nome de Augusto Cezar Arantes, ao que se opôs o enteado, dizendo: "Desta data em diante me chamarei Augusto Montenegro, pois este é o nome de meu bom amigo, que para mim foi verdadeiro pai".

Após os seus primeiros estudos na escola dirigida por D. Arselina Nunes e, a seguir, no Seminário Menor, viajou, em 1875, para Recife, matriculando-se como interno no "Colégio 2 de Dezembro".

Tempos após, seu tio, o Dr. Joaquim José de Assis, de passagem por Pernambuco, procedente do Rio de Janeiro, trouxe-o para Belém, atendendo aos reiterados pedidos do sobrinho.

Concluindo os seus preparatórios em 1880, obteve dispensa de idade, em 1882, matriculando-se na Faculdade de Direito do Recife, onde bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais a 12 de novembro de 1886, convindo ressaltar que, havendo iniciado o curso jurídico

apenas com a idade de quinze anos, numa Faculdade conceituada em todo o país, onde os estudos eram acurados e profundos, formou-se com dezenove anos de idade, fato incomum, pelo menos nos bancos escolares brasileiros.

Quando frequentava o 3o. ano do aludido curso (1884), foi à Europa, viagem que, noutras oportunidades, repetiu-a por três vezes.

Em 1887, ano seguinte ao de sua formatura, foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Estréla, Comarca de Taquary (Rio Grande do Sul), voltando ao Pará como Promotor Público da capital em julho de 1889, havendo, no mês de outubro do mesmo ano, sido nomeado Juiz Substituto da 1a. Vara de Belém.

Deixando a magistratura, entrou no Corpo Diplomático como Adido de 1a. Classe da Legação do Brasil na Suíça, a 10 de novembro de 1790, sendo removido, a seguir, para a Secretaria da Legação em Paris e, posteriormente, para a mesma função em Londres.

Afastando-se da carreira diplomática, elegeu-se deputado federal pelo seu Estado, havendo integrado a primeira legislatura do Congresso após o encerramento da Constituinte.

Tão assinalados foram os seus serviços prestados à causa pública e, tão arraigada foi a sua desenvoltura no exercício da função que o seu eleitorado lhe confiara, para a qual revelara decidida inclinação que, nas quatro legislaturas que se seguiram, obteve renovação do mandato até o ano de 1900.

Aos vinte e oito anos de idade, quando exercia a deputação, casou-se, a 5 de janeiro de 1895, com D. Beatriz Baltar Montenegro, de cujo consórcio nasceu apenas um filho, chamado Armando.

A sua evoluída mentalidade credenciou-o à liderança da maioria na Câmara dos Deputados, de 1899 e 1900, havendo, nesse último ano, sido eleito Presidente da Comissão de Orçamento.

Ainda nos albores do século atual, aceitando a sua candidatura pelo seu Partido político, foi eleito Governador deste Estado em substituição ao Dr. José Paes de Carvalho, cujo mandato expirara a 1.º de fevereiro de 1901.

A 31 de outubro de 1904, de conformidade com a legislação que regia a matéria, afastou-se do governo a fim de desencompabilizar-se, visando a reeleição e, a 2 de dezembro do mesmo ano foi reeleito Governador do Pará, cargo que reassumiu e do qual, anteriormente, se afastara por imposição legal. Iniciado o seu segundo período governamental a 1.º de fevereiro de 1905, concluiu-o a 1.º de fevereiro de 1909.

Traçado, em pinceladas esparsas, o bosquejo das funções que Augusto Montenegro desempenhou, observemos os produtos de sua atuação benfazeja, desenvolvida num austero ambiente de trabalho. Na qualidade de integrante da Comissão de Finanças e líder da maio-

ria na Câmara Federal, elaborou judiciosos pareceres, considerados como modelos de previdência econômica. Em 1899 foi à tribuna parlamentar quarenta e cinco vezes, havendo discutido assuntos complexos, tais como: situação financeira do país; fixação de forças de terra; alterações no Regimento Interno da Câmara; criação do fundo de resgate, a respeito do qual apresentou substancioso projeto; garantia do papel-moeda; orçamento do interior; orçamento da Fazenda; orçamento das Relações Exteriores; separação do material flutuante da Armada; reorganização da Imprensa Nacional, etc.

Merceu Augusto Montenegro, no mundo político brasileiro, ser conhecido como proecto financista e emérito jurista, servido de exuberante cultura. O discurso que pronunciou a 19 de junho de 1889, em resposta ao deputado seu conterrâneo, Serzedêlo Corrêa, é a afirmação dessa assertiva.

Dinâmico administrador, ampliou o serviço de captação e abastecimento de água de Belém.

Dentre construções novas e obras públicas reformatórias ou de ampliação executadas em suas gestões governamentais, contam-se: Instituto Gentil Bittencourt; Instituto Orfanológico; Instituto Lauro Sodré; Instituto de Santo Antonio do Prata; Instituto de Ourém; Escola Normal; Asilo de Alienados; vários Grupos Escolares; Ramal da Vila do Pinheiro (atual Icoaraci); Ponte metálica da Vila do Pinheiro; Palácio do Governo; Teatro da Paz; Museu Goeldi; Oficina de Marituba; Vila Operária de Marituba; instalação de duas cidades no Contestado (atual Território Federal do Amapá).

Havendo irrompido violenta epidemia de varíola em Belém em meados de 1904, a qual se prolongou até fins de 1905, vitimando 664 pessoas, conforme relatos pormenorizados de Artur Viana no seu excelente livro intitulado "As epidemias do Pará", Augusto Montenegro, o homem que "fez do serviço de higiene pública uma das suas primeiras cogitações ao assumir a chefia do poder executivo", no dizer daquele historiador, conseguiu debelá-la, depois de ingentes esforços.

A fim de melhor adaptar a lei básica do Estado, visando a sua perfeita execução, reformou a Constituição do Pará a 1.º de setembro de 1904.

Empreendendo uma proveitosa viagem ao norte do país até o Estado do Amazonas, o então Presidente Afonso Pena esteve em Belém em junho de 1906, tendo sido condignamente recebido pelo governador Augusto Montenegro. Nesse mesmo ano, o chefe do executivo estadual, movido pelos anseios de expansionismo econômico do Pará, fez um empréstimo interno objetivando o término da construção da Estrada de Ferro de Bragança, cujo primeiro trilho fôra assentado a 24 de junho de 1883, via férrea que, concluída e oficial-

mente inaugurada a 3 de maio de 1908, depois de vinte e cinco anos de grandes sacrifícios, teve um fim melancólico há poucos anos, não obstante os relevantes serviços que prestara à economia da região e às populações marginais bragantinas.

Convém não esquecer que, quando parlamentar, Augusto Montenegro fôra o único deputado pelo Pará que, na Câmara, votara pela arbitragem, como solução na secular questão do Amapá, tão certo estava do direito que assistia ao Brasil na perlonga fronteira com a Guiana Francesa.

Ao término de seu segundo mandato governamental, renunciou à política, para dedicar-se inteiramente ao estudo.

Viajando para a Europa e internando-se num sanatório, na Suíça, onde se submetera a rigoroso tratamento em face de haver sido atacado de pertinaz enfermidade, faleceu em Lausane, dia 31 de julho de 1915, quando contava apenas 48 anos de idade.

O Dr. Augusto Montenegro, como vimos, foi uma figura invulgar, dentro e fora de sua terra natal. O fato de haver falecido antes de completar meio século de existência, depois de haver exercido a deputação federal em diversas legislaturas e a governança de seu Estado por duas vezes, revela o seu espírito evoluído e a marcante personalidade de que era possuidor.

Os seus dois grandes biógrafos — Ernesto Matoso e Carlos Dias Fernandes — através de duas esplêndidas monografias, realçaram as qualidades que ornavam o seu caráter.

O grandioso album em papel couché impresso em Paris em três idiomas (português, francês e inglês), mandado organizar por Augusto Montenegro, referente aos seus oito anos de governo, evidenciam a sua atividade construtiva e laboriosa.

Desde que o centenário de Augusto Montenegro transcorrerá sem manifestações que assinalem a grandeza de seu merecimento, seria oportuno que, ao menos, houvesse uma providência no sentido de rezar-se missa em intenção de sua grande alma. Assim, nos redimiríamos da lamentável omissão.

Glória ao preclaro brasileiro que projetou a sua terra e que honrou a sua Pátria!

NOTA — As comemorações, em Belém, do centenário de Augusto Montenegro, sem prévio noticiário, consistiram: a) — assinatura do Decreto de 26 de junho de 1967, do Dr. Stélio Maroja, Prefeito Municipal de Belém, denominando "Rodovia Augusto Montenegro", nos termos da Lei Municipal n.º 6.387, de 13 de junho de 1967, a nova rodovia que está sendo construída pela comuna belemense no mesmo percurso e em

substituição ao antigo "Ramal do Pinheiro" (via férrea que ligava Belém à Vila do Pinheiro, atual Vila de Icoaraci);
b) — sessão solene efetuada à noite de 26 de junho na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, sob os auspícios da referida Universidade, da qual é Reitor o Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, tendo sido orador oficial o Prof. Dr. Otávio Augusto de Bastos Meira.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS

c) — remoção, por iniciativa do Governador do Pará, Ten. cel. Alacid Nunes, dos despojos de Augusto Montenegro, do cemitério de Père Lachaise (Paris), cujas cinzas foram colocadas, dia 11 de dezembro, no átrio do Palácio do Governo, discursando, nessa solenidade, o Governador Alacid Nunes, o consócio Dr. Augusto Ebremar de Bastos Meira em nome do homenageado, e o consócio Dr. Victor Tamer, em nome deste silogeu.

Foram doados ao Instituto, pelo consócio efetivo Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro do Trabalho e Previdência Social, dois documentos manuscritos importantes, dos quais foi portador o consócio Benemérito Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, que os entregará oficialmente ao sodalício na primeira oportunidade. Trata-se do Decreto de outubro de 1890 e Decreto n.º 964, de 7 de novembro de 1890, ambos assinados pelo Generalíssimo Deodoro da Fonseca, Presidente Provisório da República e Francisco Glicério, e ambos alterando e ampliando disposições do Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, e estabelecendo preços de lotes de propriedades, em estado de cultura.

Os documentos em causa serão arquivados na seção competente.

**TRANSCRIÇÃO DE ATA — SESSÃO DE ESTUDOS EFETUA-
DA DIA 8 DE JUNHO DE 1967 — DISCURSO DE ELOGIO DE
THEODORO BRAGA, PATRONO DA CADEIRA N.º 39**

Aos oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e sete, reuniu-se a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em sua sede social, havendo comparecido os seguintes Diretores e demais consócios efetivos, a fim de participarem da sessão de estudos então realizada: Ernesto Horácio da Cruz, José Sampaio de Campos Ribeiro, Aláudio de Oliveira Melo, Victor Tamer, Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, Luís Ercílio do Carmo Faria, José Maria Hesketh Conduru, Luiz Romano da Motta Araújo e José Marcos dos Santos. Estiveram presentes também vários convidados e demais pessoas gradas. As 21,00 horas, iniciando-se a sessão, foi procedida a composição da mesa, a qual ficou assim constituída: Ernesto Horácio da Cruz, Presidente; José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléa Geral e Presidente da Academia Paraense de Letras; Aláudio de Oliveira Melo e Victor Tamer, respectivamente, 1.º e 2.º Secretários da Diretoria; Dom Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo Metropolitano de Belém; Dr. Stélio Marója, Prefeito Municipal de Belém; Sr. José Vieira Gonçalves, Presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa do Pará; Tenente Tashiro, representante do Sr. General Comandante Militar da Amazônia e 8a. Região Militar. Aberta a sessão, o Sr. Presidente proferiu ligeiras palavras a respeito da sessão, no decorrer da qual o consócio Dr. Luiz Romano da Motta Araújo proferiria o discurso de elogio de seu Patrono, o pintor e historiógrafo Theodoro Braga. Pelo 1.º Secretário foi lida a ata da sessão anterior, a qual, posta em discussão, foi aprovada. Em prosseguimento, o 1.º Secretário procedeu a leitura das efemérides do dia do Barão do Rio Branco. Concedida a palavra ao Dr. Luiz Romano da Motta Araújo, o referido consócio, fundador e ocupante da Cadeira n.º 39, subiu à tribuna para proferir o discurso de elogio de seu Patrono. Em seu longo discurso o orador referiu-se, inicialmente, à fundação deste silogeu, de cuja solenidade o seu Patrono participara, traçando, em seguida, a biografia de Theodoro Braga, estudando-o como pintor (laureado), escritor, geógrafo, educador e historiador.

Relembrou fatos ligados à vida de Theodoro Braga, ao seu professor de pintura na Europa, entrecortando a sua longa digressão com citações de ocorrências e fatos pitorescos e com a projeção de vários "slides", alguns dos quais focalizaram cópias coloridas de quadros de seu Patrono. O orador foi bastante aplaudido ao finalizar o seu magnífico discurso. O Sr. Presidente, após proferir ligeiras palavras de enaltecimento ao discurso do Dr. Luiz Araujo — citando, inclusive, uma passagem humorística de um encontro que mantivera, quando moço, com o homenageado — considerou o orador empossado na Cadeira n.º 39. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, havendo antes agradecido o comparecimento das pessoas presentes. Aprovada em sessão de 29 de junho de 1967, (a) Ernesto Cruz, Presidente.

FREQUENCIA AS SESSÕES DE ASSEMBLÉIA GERAL, DE
DIRETORIA, SOLENES E DE ESTUDOS

TRIÊNIO 1963/1966

Ernesto Horácio da Cruz	23	1.º
Aláudio de Oliveira Melo	23	1.º
José Marcos dos Santos	19	2.º
Arlindo Severiano de Miranda	15	3.º
Josué Justiniano Freire	13	4.º
José Sampaio de Campos Ribeiro	13	4.º
Luís Ercílio do Carmo Faria	12	5.º
Victor Tamer	11	6.º
Oriando Luciano Martins de Moraes Rêgo	10	7.º
Maria Anunciada Ramos Chaves	9	8.º
Luiz Romano da Motta Araújo	9	8.º
Cândido Marinho da Rocha	8	9.º
Georgenor de Souza Franco	6	10.º
Armando Bordalo da Silva	6	10.º
Abelardo Leão Conduru	5	11.º
Arthur Napoleão Figueiredo	5	11.º
Otávio Mendonça	4	12.º
Silvio Augusto de Bastos Meira	4	12.º
Paulo Maranhão Filho	3	13.º
Fernando José de Leão Guilhon	3	13.º
Aloysio da Costa Chaves	2	14.º
Augusto Ebremar de Bastos Meira	2	14.º
Jarbas Gonçalves Passarinho	2	14.º
Waldir Acatauassu Nunes	2	14.º
Raimundo de Souza Moura	1	15.º
Aplo Paes Campos Costa	1	15.º
Adalberto Acatauassu Nunes	0	
Bolívar Bordalo da Silva	0	
José Maria Hesketh Conduru	0	
Maurício Cordovil Pinto	0	
Temístocles Santana Marques	0	

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 29 DE JUNHO DE 1967

Ernesto Horácio da Cruz	5	1.º
Aláudio de Oliveira Melo	5	1.º
Victor Tamer	5	1.º
Luiz Romano da Motta Araújo	5	1.º
Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo	5	1.º
Cândido Marinho da Rocha	3	2.º
José Marcos dos Santos	3	2.º
José Maria Hesketh Conduru	3	2.º
Jose Sampaio de Campos Riveiro	3	2.º
Paulo Maranhão Filho	3	2.º
Sílvio Augusto de Bastos Meira	3	2.º
Arlindo Severiano de Miranda	2	3.º
Augusto Ebremar de Bastos Meira	2	3.º
Georgenor de Souza Franco	2	3.º
Maurício Cordovil Pinto	2	3.º
Abelardo Leão Conduru	1	4.º
Armando Bordalo da Silva	1	4.º
Fernando José de Leão Guilhon	1	4.º
Luís Ercílio do Carmo Faria	1	4.º
Adalberto Acatauassu Nunes	0	
Bolívar Bordalo da Silva	0	
Aloysio da Costa Chaves	0	
Apio Paes Campos Costa	0	
Arthur Napoleão Figueiredo	0	
Jarbas Gonçalves Passarinho	0	
Josué Justiniano Freire	0	
Otávio Mendonça	0	
Raimundo de Souza Moura	0	
Temístocles Santana Marques	0	
Waldir Acatauassu Nunes	0	

RELATÓRIO GERAL DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO, REFERENTE AO TRIÊNIO 1963/1966, APRESENTADO E APROVADO EM SESSÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, EFETUADA DIA 3 DE MAIO DE 1966 — TRANSCRIÇÃO

- 1 — Ao encerrar-se a gestão da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (triênio 1963/1966), conforme prevê o art. 54 do Estatuto vigente, temos a satisfação de apresentar à Assembléia Geral da aludida instituição cultural, nos termos da alínea "f", art. 3.º do Regimento Interno em vigor, o relatório geral da mencionada administração.
- 2 -- Convém esclarecer que, a Diretoria e o Conselho Diretor eleitos em sessão de Assembléia Geral, realizada dia 16 de fevereiro de 1963 e empossados em sessão efetuada dia 10 de março do mesmo ano, estavam assim constituídos:

DIRETORIA

Presidente	—	Ernesto Horácio da Cruz
Vice-Presidente	—	Josué Justiniano Freire
1.º Secretário	—	Aláudio de Oliveira Melo
2.º Secretário	—	João Rodrigues Viana
Orador	—	José Sampaio de Campos Ribeiro
Tesoureiro	—	Arlindo Severiano de Miranda
Bibliotecário	—	Bento Bruno de Menezes Costa

CONSELHO DIRETOR

Arthur Napoleão Figueiredo	—	José Rodrigues da Silveira
Armando Bordalo da Silva	—	José Marcos dos Santos
Bolívar Bordalo da Silva	—	Jarbas Gonçalves Passarinho
Cândido Marinho da Rocha	—	Maria Anunciada Ramos Chaves
Eldonor Magalhães Lima	—	Mário da Silva Machado
Georgenor de Souza Franco	—	Luís Ercílio do Carmo Faria

- 3 — Tendo em vista melhor elucidar os confrades sôbre as atividades desenvolvidas, resolvemos dividir a mencionada gestão em períodos anuais, da seguinte forma:

A — PERÍODO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1963 A 28 DE FEVEREIRO DE 1964

I — MOVIMENTO DA SECRETARIA

- 1 — Sessões solenes e de Assembléa Geral realizadas:

No ano de 1963: 2

Dia 16 de fevereiro — eleição dos Corpos Administrativos.

Dia 10 de março — posse dos mencionados Corpos Administrativos.

No ano de 1964: 1

Dia 12 de janeiro — comemorativa do 248.º aniversário de fundação da cidade de Belém, tendo sido oradora da solenidade a Profa. Dra. Maria Anunciada Ramos Chaves, integrante do Conselho Diretor.

- 2 — Sessões da Diretoria e do Conselho Diretor realizadas:

No ano de 1963: 6

Dias 13 de março, 6 de abril, 24 de abril, 5 de julho, 28 de agosto e 2 de dezembro.

No ano de 1964: 1

Dia 28 de fevereiro

Atas lavradas	— 9
Ofícios recebidos	— 28
Ofícios expedidos	— 39
Telegramas recebidos	— 3
Telegramas expedidos	— 5

- 3 — Durante o período mencionado o Instituto perdeu a colaboração dos Diretores Bento Bruno de Menezes Costa, Bibliotecário, e Eldonor de Magalhães Lima, membro do Conselho Diretor, falecidos, respectivamente, dia 1.º de julho de 1963 e dia 10 de janeiro de 1964.
- 4 — Foram admitidos no período em causa, três sócios efetivos: Drs. Victor Tamer, Sílvio Augusto de Bastos Meira e Otávio Mendonça.

II — OBRAS EFETUADAS

- 1 — Restauração do prédio onde está sediado o síllogeu, assim discriminada:
- a) — construção de novo fôrro da sala da Presidência e respectiva pintura a óleo, em virtude do fôrro primitivo haver desabado;
 - b) — retirada de inúmeras goteiras, mediante substituição de telhas velhas por telhas novas;
 - c) — substituição de várias vigotas e ripas na cobertura do edifício;
 - d) — substituição de algumas tábuas nos fôrros de várias salas;
 - e) — raspagem e pintura a óleo dos bradís de ferro das sacadas, na fachada do edifício;
 - f) — colocação de novos parapeitos de madeira nas referidas sacadas;
 - g) — soldagem das calhas e condutores de água de chuva.

III — MOVIMENTO FINANCEIRO

(De 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1963)

— RECEITA —

Saldo em caixa em 01.01.1963	14.176,60	
Idem, no Banco do Brasil S/A.	8.944,60	
Subvenções e Auxílio	1.273.100,00	
Juros	5.949,60	
Contribuições de Sócios	21.200,00	
Diplomas e Estatutos	400,00	
Jóias	400,00	1.324.170,30

— DESPESA —

Expediente e material de consumo ..	89.078,00	
Salários	113.250,00	
Consertos e reparos	565.000,00	
Saldo no Banco do Brasil S/A.	3.506,80	
Idem, no Banco Nacional do Norte ..	553.320,50	
Idem, em caixa	15,00	1.324.170,30

B — PERÍODO DE 1.º DE MARÇO DE 1964 A 3 DE MAIO DE 1965

I — MOVIMENTO DA SECRETARIA

1 — Sessões solenes e de Assembléa Geral realizadas:

No ano de 1964: 2

Dia 3 de maio — comemorativa do 64.º aniversário de fundação deste Instituto, sendo Orador o consócio, Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro; posse dos sócios efetivos recém-admitidos, Drs. Victor Tamer, Silvio Augusto de Bastos Meira e Otávio Mendonça; inauguração das bancadas da Presidência e Mesa dirigente das sessões e dos consócios efetivos.

Dia 11 de agosto — comemorativa do 141.º aniversário da Adesão do Pará à Independência, sendo orador o consócio Dr. Otávio Mendonça.

2 — Sessões extraordinárias realizadas:

No ano de 1964: 2

Dia 21 de outubro — discussão e aprovação do ante-projeto dos novos Estatutos.

Dia 28 de dezembro — prosseguimento à sessão de 21 de outubro, quando foi aprovado o atual Estatuto.

3 — Sessões solenes realizadas:

No ano de 1965: 1

Dia 2 de maio — comemorativa do 65.º aniversário de fundação deste sodalício, sendo Orador o consócio Dr. Raimundo de Souza Moura.

4 — Sessões extraordinárias realizadas:

No ano de 1965: 1

Dia 18 de fevereiro — eleição da Mesa da Assembléa Geral, preenchimento de cargos vagos na Diretoria e Comissões de Admissão de Sócios e de Fundos e Orçamento, e discussão e aprovação do ante-projeto do Regimento Interno, tudo em face do Estatuto em vigor.

5 — Sessões da Diretoria realizadas:

No ano de 1964: 2

Dia 8 de julho e dia 5 de agosto.

No ano de 1965: 1

Dia 20 de maio.

Atas lavradas	— 9
Offícios recebidos	— 37
Offícios expedidos	— 61
Telegramas recebidos	— 2
Telegramas expedidos	— 2

- 6 — No período mencionado foram admitidos os seguintes consócios: Dr. Aloysio da Costa Chaves, sócio efetivo; Dr. José da Silveira, sócio benemérito (ex-sócio efetivo) e Dr. Carlos Pedrosa, sócio correspondente.

II — ALTERAÇÕES OCORRIDAS COM OS ESTATUTOS

- 1 — Na sessão de Assembléa Geral extraordinária efetuada dia 28 de dezembro de 1964, como vimos anteriormente, foram aprovados os novos Estatutos, tendo por base os Estatutos de 1939, os quais apresentavam alguns dispositivos ultrapassados, além de omitir quanto à determinadas prescrições necessárias à atualização das entidades culturais modernas.
- 2 — Como resultante da imperiosa reformulação procedida na Carta Básica deste Instituto, pela Comissão constituída dos consócios João Rodrigues Viana, 2.º Secretário, e Luís Ercílio do Carmo Faria, membro do Conselho Diretor, cuja revisão foi efetuada pela Comissão constituída dos consócios Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário, e Victor Tamer, profundas e oportunas modificações surgiram, figurando, dentre essas inovações:
- a) — criação da Mesa da Assembléa Geral;
 - b) — extinção do cargo de Orador;
 - c) — criação do cargo de Diretor do Museu;
 - d) — fixação do número de quarenta sócios efetivos e respectivos Patronos;
 - e) — extinção do Conselho Diretor;
 - f) — extinção da cobrança da mensalidade atribuída aos consócios efetivos;
 - g) — eleição, em Assembléa Geral, das Comissões Permanentes, anteriormente escolhidas pela Diretoria;
 - h) — criação de um distintivo para uso dos consócios.

III — APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

- 1 — Na sessão de Assembléa Geral Extraordinária, efetuada dia 18 de fevereiro de 1965, conforme se constata anteriormente, foi aprovado o Regimento Interno do Instituto, elaborado pela Co-

- missão constituída dos consócios Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria e Victor Tamer, 1.º Secretário da Mesa da Assembléia Geral.
- 2 — Em perfeita consonância com o Estatuto, o Regimento Interno veio preencher uma lacuna, de vez que o sodalício não possuía, desde a sua fundação e reinstalação, as suas diretrizes regimentais.
 - 3 — Além de especificar, conforme atribuições de documentos dessa natureza, as funções normativas dos integrantes dos Corpos Administrativos dêste cenáculo, o Regimento Interno, conforme previsão contida nos Estatutos, apresenta a relação nominal dos quarenta Patronos das cadeiras ocupadas pelos consócios efetivos, competindo-lhes proferir o elogio dos respectivos Patronos.
 - 4 — Convém esclarecer que os mencionados Patronos são personagens de escól, já desaparecidos, dos quais sete são estrangeiros, predominando os paraenses dentre os brasileiros, havendo a totalidade, entretanto, convivido na Amazônia, perlustrado a planície imensa e se empenhado, na região equatorial brasileira, na prática de trabalho fecundo, vinculado a vários setores de atividade científica, principalmente, a história, a geografia, a etnografia e arqueologia.
 - 5 — Os Estatutos e o Regimento Interno foram impressos num só opúsculo, na Imprensa Universitária do Pará, por especial deferência do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, Dr. José Rodrigues da Silveira, consócio Benemérito do Instituto.

IV — OBRAS EFETUADAS

- a) — substituição da antiga e inútil rêde elétrica, por outra inteiramente nova, de fios plásticos, com bicos de luz em todas as dependências do andar térreo, andar superior e sotão do edifício, cujo melhoramento permite a realização de sessões noturnas;
- b) — construção de uma bancada principal para os dirigentes das sessões, e duas bancadas laterais para os consócios efetivos, assim como novas poltronas com assentos de palhinha, cujos melhoramentos foram introduzidos no salão principal do edifício;
- c) — demolição da parede lateral direita do sotão, por estar ameaçando ruir e construção de uma outra parede de concreto armado, no mesmo local, sendo necessário esclarecer que, para a execução dessa obra, foi desmontada metade do fôrro do salão principal, posteriormente reconstituído;

- d) — substituição da viga de madeira, no salão principal, por outra de cimento armado, dando, assim, maior segurança ao prédio;
- e) — colocação de novos fôrros nas salas laterais, esquerda e direita, em substituição aos primitivos;
- f) — pintura a óleo dos dois fôrros constantes da alínea anterior;
- g) — pintura a óleo dos dois salões centrais e da parte anterior do edifício, inclusive o salão de reuniões;
- h) — pintura a óleo das portas e janelas das dependências constantes da alínea anterior;
- i) — restauração, com aguada de cimento branco, de toda a fachada do edifício, a fim de melhor consolidar as junções dos azulejos;
- j) — completa remodelação, para efeito de utilização, do antigo poço com água potável, havendo o mesmo sofrido total limpeza, nêlo tendo sido construídos novos parapeitos de alvenaria;
- k) — nova pintura e abertura de novo letreiro na placa de madeira revestida de zinco, com os dizeres: "Instituto Histórico e Geográfico do Pará", afixada na fachada do edifício;
- l) — colocação, sôbre suportes de alvenaria, de dois canhões de bronze, no pátio interno do edifício e afixação, junto à parede posterior, de dois canhões de ferro; os quatro canhões mencionados encontravam-se numa das salas em desuso do andar térreo.
- m) — plantação de grama nos canteiros do pátio interno.

V — PREVISÕES PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS NO ANO
DE 1965 E PRINCÍPIOS DE 1966

- 1 — Havendo sido doados pelo Engenheiro Fernando Guillhon de Oliveira, então Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, um tanque "Brasilit", com capacidade para 750 litros d'água; uma bomba elétrica e manual para água; trinta galões de tinta a óleo e vinte sacos de cimento, foi providenciada a aplicação desse material, conforme verificaremos quando tratarmos das obras efetuadas no período de 4 de maio de 1965 até ao encerramento das atividades da atual Diretoria.

VI — MOVIMENTO FINANCEIRO

(De 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1964)

RECEITA

Subvenções e auxílios	3.104.933,0	
Contribuições de Sócios	16.700,0	
Expediente e material de consumo	7.220,0	
Depósitos em Bancos	2.293.397,6	
Juros creditados n/exercício ..	50.280,6	
Saldo em caixa	15,0	5.422.265,6

DESPESA

Expediente e material de consumo	198.180,0	
Depósitos em Bancos	3.092.367,9	
Salários	198.000,0	
Consertos e reparos	1.922.282,8	
Saldo em caixa	11.434,9	5.422.265,6

C — PERÍODO DE 4 DE MAIO DE 1965 A 3 DE MAIO DE 1966

I — MOVIMENTO DA SECRETARIA

- 1 — Sessões solenes e de Assembléa Geral realizadas:
 - No ano de 1965: Nenhuma
 - No ano de 1966: 2
 - Dia 23-2-66, para eleger a Mesa da Assembléa Geral, Diretoria e Comissões Permanentes para o triênio 1966/1969.
 - Dia 8 de maio, para comemorar o 66.º aniversário de fundação do Instituto e dar posse aos novos Corpos Administrativos do silogeu.
- 2 — Sessões da Diretoria realizadas:
 - No ano de 1965: 2
 - Dia 20 de maio, para aprovação do temário de conferências a serem proferidas na sede social do Instituto, como colaboração aos festejos comemorativos do 350.º aniversário de fundação de Belém.
 - Dia 15 de agosto, comemorativa da Adesão do Pará à Independência; inauguração da lápide da "Sala Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira", havendo discursado em nome do Instituto o con-

sócio Victor Tamer, seguindo-se o homenageado; discurso do consócio Aláudio de Oliveira Melo, de elogio ao seu Patrono — Dr. José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó) — Cadeira n.º 25.

Atas lavradas	:	3
Ofícios recebidos:		13
Ofícios expedidos:		15

II — OBRAS EFETUADAS

- a) — colocação, numa armação elevada, de madeira, já existente, de um tanque "Brasilit", com capacidade para 750 litros d'água;
 - b) — instalação de nova tubulação de água, em face da imprestabilidade da tubulação antiga;
 - d) — colocação de dois lavatórios de louça, com pertences, sendo um no andar térreo e um no andar superior, ligados à tubulação d'água;
 - e) — instalação de novos aparelhos sanitários no andar superior, constituídos de uma privada de louça, com assento plástico e depósito para descarga e um mictório;
 - f) — colocação de uma torneira, ligada à tubulação d'água, sobre o poço;
 - g) — pintura a óleo nas seguintes dependências:
 - corrimão da escada principal;
- do mês, quando realizou a sua primeira sessão plenária.
- paredes e fôrro da sala situada no tópo da escada principal;
 - paredes e fôrros de duas saletas localizadas ao lado esquerdo do primeiro andar;
 - fôrro do "salão da nobreza paraense";
 - fôrro do salão cujas janelas se debruçam para o pátio interno;
 - tôdas as janelas que circundam o pátio interno;
 - portas, portais e janelas das dependências referidas.

III — COMISSÃO DOS FESTEJOS DO 350.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DE BELÉM

- 1 — A Comissão dos Festejos do 350.º Aniversário de Belém, presidida pelo Prefeito Municipal desta cidade, depois de haver sido instalada em seu Gabinete no mês de junho de 1965, passou a funcionar na sede social deste Instituto a partir de 18 do referi-

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

- 2 — O Comitê Consultivo da aludida Comissão é constituído de dois representantes de vinte entidades, integrando o referido Comitê como representantes d'êste Instituto, o seu Presidente e o 1.º Secretário de sua Diretoria.

IV — FUNCIONAMENTO DE CURSO

- 1 — Tendo sido iniciado em meados de fevereiro do corrente ano, funcionou até a primeira quinzena do corrente mês de abril, na sede d'êste Instituto, o "Curso de Guia de Turismo", patrocinado pelo SENAC, constituído de aulas teóricas e práticas de História e Geografia do Pará, conforme programa elaborado, proferidas pelo consócio Aláudio de Oliveira Melo, e de folclore, ministradas pela profa. Maria Brígido, da Comissão Regional de Folclore.
- 2 — O Instituto necessita de verbas a fim de serem continuadas as obras de sua total recuperação, levando-se em conta a antiguidade do edifício, um dos poucos prédios coloniais confortáveis e de linhas elegantes existentes em Belém. A sua conservação deve constituir constante preocupação dos dirigentes d'êste cenáculo.

V — REVISTA DO INSTITUTO

- 1 — A Revista do Instituto, cuja publicação, face ao art. 49 do Estatuto vigente, é semestral, há 14 anos não circulava, por motivos imperiosos.
- 2 — Atendendo ao apêlo que lhe fôra formulado pela Comissão constituída dos consócios Aláudio de Oliveira Melo, 1o. Secretário da Diretoria; Victor Tamer, 1o. Secretário da Mesa da Assembléia Geral e Arthur Napoleão Figueiredo, Diretor do Museu, devidamente credenciada por esta Presidência, o Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará e sócio Benemérito desta instituição cultural, autorizou a impressão do vol. XIII da mencionada Revista na Imprensa Universitária, mandando ainda fornecer o papel necessário àquê-
le empreendimento.
- 3 — O consócio Aláudio de Oliveira Melo, por designação desta Presidência, incumbindo-se de todas as tarefas visando a consecução daquêle objetivo, providenciou a publicação, nos jornais "Folha do Norte" e "A Província do Pará", de uma nota alusiva ao assunto, alertando os consócios que desejassem colaborar na Revista em causa. A seguir, procedeu à coleta dos assuntos, alguns dos quais foram por êle próprio datilografados, coordenou

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

- a matéria a ser publicada e efetuou a revisão geral, acompanhando todas as fases da preparação da Revista.
- 4 — Em face do exposto, a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará" — veículo das idéias de seus associados — já encadernada em bom papel e com 244 fôlras, inclusive 7 clichês, dentro em breve entrará em circulação.
- 5 — Aqui renovamos os nossos agradecimentos ao Magnífico Reitor da Universidade do Pará pela acolhida dispensada à nossa pretensão.

VI — MOVIMENTO FINANCEIRO

(De 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1965)

RECEITA	Cr\$	
Saldo em caixa	11.435	
Subvenções e auxílios	4.000.000	
Contribuições de sócios	7.000	
Eventuais	100.000	
Depósitos em Bancos	1.621.911	
Material de expediente (extórno)	46.400	
Juros creditados n/exercício	100.112	5.786.746

DESPESA	Cr\$	
Consertos e reparos	2.926.037	
Expediente e material de consumo	230.262	
Salários	198.000	
Depósitos em Bancos	2.427.420	
Saldo em caixa	5.027	5.786.746

(De 1.º de janeiro a 15 de abril de 1966)

RECEITA	Cr\$	
Saldo de caixa em 31-12-1965	5.027	
Depósitos em Bancos	1.863.740	
Contribuições de sócios	1.000	1.869.767

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

DESPESA	Cr\$	
Expediente e material de consumo	56.780	
Consertos e reparos	1.752.240	
Salários	49.500	
	<hr/>	
	1.858.520	
Saído em caixa	11.247	1.869.767
	<hr/>	<hr/>

SALDOS EM BANCOS	Cr\$
Banco do Brasil S/A.	3.851
Banco Nacional do Norte	460.094
Banco, Comércio e Indústria da América do Sul S/A.	24.019
	<hr/>
	487.964



Presados consócios:

Concluimos este Relatório de nossas atividades administrativas, destacando, mais uma vez, por elementar dever de justiça, os nomes dos nossos eminentes confrades, Sr. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, sócio Benemérito deste silogeu, e o Dr. Fernando Guilhon, sócio efetivo, pela contribuição valiosa que nos ofereceram para o desenvolvimento e a efetivação dos nossos planos de trabalho.

Do Magnífico Reitor recebemos o auxílio financeiro que nos deu a possibilidade de fazer a restauração deste suntuoso e secular edifício, consolidando-o e salvando-o, assim, da ruína definitiva, em cujas bordas se encontrava. E fez mais ainda: deu-nos a composição e a impressão dos nossos Estatutos e Regimento Interno, possibilitando também a circulação da "Revista do Instituto" que, há 14 anos estava paralizada.

Do Dr. Fernando Guilhon recebemos o vultoso material com o que conseguimos pintar fôrros, paredes, construir sanitário, montar o nosso aparelhamento de água com a instalação de tanque e bomba elétrica e manual, lavatório e todo o encanamento necessário àquela finalidade.

Confessamos o nosso reconhecimento aos ilustres confrades e auxiliares da nossa administração, Dr. Aláudio de Oliveira Melo, Sr.

Arlindo Severiano de Miranda e Drs. Victor Tamer e Luís Ercílio do Carmo Faria, pela assistência constante que nos deram em todos os momentos mais difíceis de nosso trabalho, principalmente no início de nossa administração. Sempre os tivemos ao nosso lado, auxiliando-nos, contribuindo com a colaboração que nos era indispensável para levarmos a cabo a nossa tarefa. Também estendemos o nosso agradecimento ao Acadêmico Cândido Marinho da Rocha, que nos deu a oportunidade de renovar a rede da instalação elétrica do Sodalício.

Aí tendes, senhores e amigos confrades, o que fizemos. Restituímos a segurança ao edifício que se abalava nos seus alicerces. Restituímo-lhe a roupagem de seus áureos tempos do século XIX, quando aqui se reuniam os mais eminentes vultos da História paraense.

Se os Senhores Visconde de Arary e Barão de Guajará pudessem ver como conseguimos recuperar a sua magnífica e extraordinária mansão, acreditamos, não regateariam aplausos à obra realizada.

E, desse modo, nos dariamos por bem pagos, por bem recompensados, pela tarefa árdua que empreendemos em favor da nossa benemérita instituição cultural.

Belém, 3 de maio de 1965.

ERNESTO HORÁCIO DA CRUZ

— Presidente —

— * * —

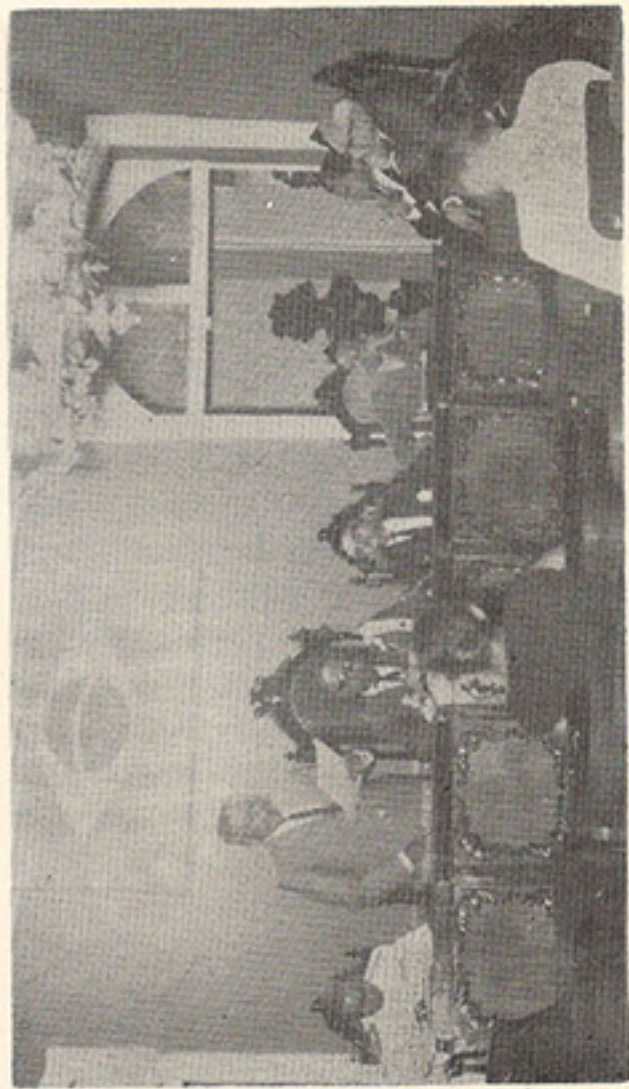
RELATÓRIO BERAL DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO, REFERENTE AO PERÍODO DE 4 DE MAIO DE 1966 A 2 DE MAIO DE 1967, APRESENTADO E APROVADO EM SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, EFETUADA DIA 22 DE ABRIL DE 1967 — TRANSCRIÇÃO

Dando cumprimento ao contido no § 2.º do art. 31, do Estatuto, esta Presidência tem a satisfação de apresentar aos ilustres consócios desta instituição cultural, reunidos em Assembléia Geral Ordinária, o relatório geral das atividades da Diretoria, referente ao período de 4 de maio de 1966 a 2 de maio de 1967.

I — MOVIMENTO DA SECRETARIA

1. — Sessões solenes e de Assembléia Geral realizadas:

1.1 — No ano de 1966: 1 — A 8 de maio, comemorativa do 66.º aniversário de fundação do Instituto, quando foram empossados os Corpos Administrativos eleitos a 23 de abril do mesmo ano para o triênio 1966/1968 e os sócios efetivos Fernando José de Leão Gulhon e Augusto Ebremar de Bastos Meira.



Mesa dirigente da sessão solene efectuada dia 2-5-967, comemorativa do 67.º aniversário de fundação do Instituto, quando o Presidente Ernesto Horácio da Cruz, fundador e ocupante da Cadeira n.º 13, proferiu o elogio de seu Pai-tron, Domingos Antônio Rato! (Barão de Guajará). Da esquerda para a direita: Contra-Almirante José Leite Soares Júnior, Cmt. do 4.º Distrito Naval; Acadêmico Ernesto Horácio da Cruz lendo o seu discurso; consócio Dr. José Sampaio de Campos Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembléa Geral; Desembargador Aluizio Leal, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Tenente Miranda, representante do General Comandante Militar da Amazônia e 8.º Região Militar; Acadêmico Alonzo Rocha, 1.º secretário e representante da Academia Paraense de Letras; consócio Benemérito Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Netto, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará



Visita de oficiais e alunos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belém ao Instituto, efetuada dia 11-3-967. Da esquerda para a direita Capitão Azevedo Carioca, Capitão Manoel Walder Lima, Instrutor Chefe de Infantaria; Dr. Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria; Tenente-Coronel Adonís Guimarães e Santos, Comandante do C.P.O.R.; Sr. Orlando Moraes Rêgo, Diretor do Museu. Atrás, um grupo de alunos daquele Centro. O Presidente Ernesto Cruz não pôde comparecer por motivo de saúde.

1.2 — No ano de 1967: 1 — Realizada nesta data (22 de abril), a fim de serem apresentadas as contas da Diretoria, o relatório geral de suas atividades durante o período acima referido, admitidos como sócios correspondentes os Srs. Vice-Almirante Mário Ferreira França e Dr. Luiz de Castro Souza, ambos sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança (São Paulo); Deputado Federal do Pará, Gabriel Hermes Filho (Brasília).

1.3 — Ainda na mencionada sessão será inaugurada no salão principal, a galeria de Presidentes do Instituto, conforme prevê o art. 62, do Estatuto.

1.4 — Atas lavradas: 1

2. — Sessões da Diretoria, realizadas:

2.1 — No ano de 1966: 3 — Dia 14 de maio, dia 2 de outubro e dia 10 de novembro.

2.2 — Na sessão do dia 2 de outubro o consócio Abelardo Condurn, fundador e ocupante da Cadeira n.º 19, proferiu o elogio de seu Patrão, Engenheiro Henrique Américo Santa Rosa. Na mesma reunião o consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, fundador e ocupante da Cadeira n.º 15, proferiu o elogio de seu Patrono, Dr. Emílio Goeldi.

2.3 — Na sessão de 10 de novembro o consócio Dr. José Marcos dos Santos, fundador e ocupante da Cadeira n.º 16, proferiu o elogio de seu Patrono, Dr. Euclides da Cunha. Na mesma reunião, o consócio Dr. Victor Tamer, fundador e ocupante da Cadeira n.º 21, proferiu o elogio de seu Patrono, Engenheiro Inácio Batista de Moura.

2.4 — Atas lavradas: 3

2.5 — Ofícios recebidos: 79

2.6 — Ofícios expedidos: 75

2.7 — Telegramas recebidos: 3

2.8 — Telegrama expedido: 1

II — MOVIMENTO DO MUSEU

1. — O cargo de Diretor do Museu foi criado em face da modificação introduzida no Estatuto, a qual foi aprovada em sessão de Assembleia Geral Extraordinária, efetuada dia 28 de dezembro de 1964. Dessa forma, o consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo é o atual Diretor do Museu, para cuja função foi eleito, juntamente com os demais Diretores e integrantes das Comissões Permanentes, na sessão de Assembleia Geral Ordinária, realizada dia 23 de abril de 1966.

1.2 — Iniciadas as suas atividades, o titular do referido cargo procurou dar organização à dependência que lhe é subordinada, fazendo o inventário de todos os objetos nela existentes, nos termos da alínea "a" do art. 10, do Regimento Interno, contando para isso com a colaboração do Dr. Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, conforme prevê a alínea "a" do art. 6.º do aludido Regimento. Nessas condições, efetuada a identificação das peças, — trabalho que exigiu esforço e boa vontade —, foram elas colocadas nos lugares adequados, estando sendo convenientemente conservadas.

1.3 — Diversos objetos históricos foram acondicionados em duas vitrines.

1.4 — A coleção de 65 medalhas devidamente numeradas, foi também acondicionada numa vitrine.

1.5 — A pinacoteca consta atualmente de 154 quadros, e retratos, todos identificados e relacionados.

1.6 — Mediante entendimento havido entre o Diretor do Museu e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, foram ofertadas a este sodalício as seguintes peças em desuso; um fuzil, uma lança de cavalaria, um cavalete para 10 fuzis, um capacete e uma couraça metálica de cavalaria.

1.7 — O Comandante do Corpo de Bombeiros de Belém, ofertou a este silego, em face da solicitação que lhe fora formulada, as seguintes peças: dois capacetes para incêndio; duas machadinhas; uma máscara para esgrima e dois floretes. Tanto esse material como o ofertado pela Polícia Militar do Estado, foram convenientemente relacionados e colocados numa das salas do Instituto, a qual denomina-se "Sala General Gurjão".

III — MOVIMENTO DA TESOURARIA

1. — Do balancete de verificação do dia 31 de dezembro de 1966 elaborado pelo consócio Arlindo Severiano de Miranda, Tesoureiro, referente ao período de abril a dezembro de 1966, constam os seguintes dados:

	Cr\$
Banco do Brasil S. A.	3.851
Banco Comércio e Indústria da América do Sul S. A.	7.519
Banco Nacional do Norte	1.923.025
Caixa	19.928
Móveis, utensílios e relíquias	200.000.000
Imóvel	500.000.000
Consertos e reparos ..	491.905

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Despesas gerais	81.398	
Material de consumo	51.110	
Material de expediente	400	
Publicações	28.060	
Salários	233.000	
		Cr\$
Contribuições		11.000
Subvenções e auxílios		2.308.730
Rendas patrimoniais		4.595
Patrimônio		700.515.811
	702.840.136	702.840.136

IV — OBRAS EFETUADAS

1. — No ano social de 1966, visando-se não sobrecarregar-se de despesas a verba existente, foi efetuada apenas a recuperação do mirante do edifício da sede social do Instituto, havendo sido restaurada completamente a escada dessa dependência. Aguarda-se o recebimento de verbas a fim de ser reiniciada a restauração do prédio na parte posterior do primeiro andar e no andar térreo.

V — VISITAS

1. — Dentre as várias personalidades que visitaram a sede do Instituto, em dias de expediente, foram anotadas as seguintes:

1.2 — Dia 12 de setembro de 1966 — Vice-Almirante Mário Ferreira França, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, logo a seguir proposto para nosso sócio correspondente, o qual, em companhia desta Presidência e do 1.º Secretário da Diretoria, percorreu todas as salas do socialício, havendo manifestado o seu contentamento por tudo que observara e lhe fôra dado a conhecer, a respeito deste Instituto. O Vice-Almirante Mário Ferreira França foi portador, nessa visita, de uma atenciosa mensagem congratulatória entregue a esta Presidência, remetida pelo Dr. José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo documento foi lido na sessão de 10 de novembro de 1966.

1.3 — Dia 11 de março do corrente ano — Tenente-Coronel Adonis Rodrigues de Guimarães e Santos, Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belém, acompanhado dos Capitães Manoel Valder de Carvalho Lima, Instrutor-Chefe e Pedro de Azevedo Carloca, Instrutor, e de 45 alunos do Curso de Infantaria, visita essa previamente combinada.

1.4 — Após terem sido recebidos na porta de entrada e conduzidos pelo consócio Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário da Diretoria, à sala das sessões, o Capitão Walder explicou o motivo da visita; um aluno fez a apresentação do 1.º Secretário da Diretoria do Instituto, o qual, inicialmente, justificou a ausência desta Presidência, por motivo de saúde.

1.5 — Apresentando, em nome da Diretoria, votos de boas-vindas aos ilustres visitantes, o 1.º Secretário fez uma explicação detalhada sobre a fundação deste sodalício, referindo-se ao seu objetivo, à sua finalidade, à sua organização, à constituição de seu quadro associativo, aos atuais dirigentes (Mesa da Assembléa Geral e Diretoria), aos ex-Presidentes da instituição, à construção do edifício-sede, sua aquisição pelo Governo do Estado e sua doação ao sílogeu e aos Patronos das 40 Cadeiras fundadas e ocupadas pelos consócios efectivos.

1.6 — Os visitantes, em seguida, acompanhados do 1.º Secretário da Diretoria, passaram a percorrer as dependências do cenácuo, detendo-se algum tempo em todas elas, observando as informações que lhes eram transmitidas, principalmente sobre a biblioteca de Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará), que fôra morador do edifício; sala D. Pedro II; mobiliário; quadros e bustos de eminentes personalidades brasileiras; medalhas e objetos históricos; sala da nobreza e sala dos ex-Governadores do Pará.

1.7 — Voltando todos à sala das sessões, a cada visitante foi ofertado um exemplar do último número da "Revista do Instituto", havendo o C.P.O.R., recebido, além da "Revista", outras publicações.

1.8 — O Tenente-Coronel Adonis Santos, com a palavra, enalteceu o culto do civismo, manifestando a sua satisfação por tudo que lhe fôra dado ouvir e observar naquela visita proveitosa, havendo o 1.º Secretário da Diretoria agradecido as referências elogiosas daquele oficial, se congratulando com os jovens estudantes em face do interesse demonstrado pelas coisas da nossa história e reafirmando o propósito do Instituto Histórico de colaborar com o C.P.O.R., cujos alunos poderão, noutra oportunidade, individualmente ou em grupos, fazer outras visitas ao sílogeu, com o objetivo de consultar obras ou colher informações de cunho histórico ou geográfico.

1.9 — O consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Régo, Diretor do Museu, participou, em meio à visita, dessa reunião, a qual teve a duração de duas horas e meia, tendo sido batidas várias chapas fotográficas.

1.10 — No "Livro de Visitantes", o Tenente-Coronel Adonis Santos traduziu a impressão que lhe causara essa visita, inclusive referindo-se à limpeza do edifício e, através do ofício n.º 3 RR/67, de 21 de março último, dirigiu a esta Presidência, reafirmou a sua admi-

ração pelo Instituto, a cuja entidade remeteu uma fâmula, como lembrança da organização militar que comanda.

1.11 — Dia 15 de abril último — Consócio Armando Bordalo da Silva, Bibliotecário, e o 1.º Secretário da Diretoria, acompanhados das irmãs religiosas dirigentes do "Ginásio Pio XII", da cidade de Capanema, Dr. Jorge Ramos, professor do referido colégio e 45 alunas do mesmo educandário, havendo as dirigentes e alunas sido transportadas daquela localidade para esta capital num ônibus da Universidade Federal do Pará.

1.12 — Estiveram na sala das sessões, onde o Dr. Jorge Ramos apresentou aos visitantes esta Presidência, que se encontrava em companhia do consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Régo. Após agradecer as palavras elogiosas à esta Presidência, a mesma fez um histórico sobre este sodalício, finda cuja apreciação passaram todos a percorrer as várias salas deste edifício. Ao finalizar-se a visita que teve a duração de quarenta e cinco minutos, foram ofertados aos visitantes alguns exemplares do último número da "Revista do Instituto", e outras publicações.

VI — ASSUNTOS DIVERSOS

1 — Na sessão da Diretoria efetuada dia 2 de outubro de 1966, foi inserida em ata, mediante proposição do consócio Abelardo Leão Condurá, unânimemente aprovada, um voto de congratulações pela recente nomeação do consócio Dr. Raimundo de Souza Moura para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

1.1 — Na mesma sessão foi inserido em ata um voto de congratulações apresentado pelo consócio Dr. Luiz Romano da Mota Araújo, aceito por unanimidade, ao consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Régo, Diretor do Museu, pelo eficiente trabalho que vem desenvolvendo nesse setor.

1.2 — Ainda na sessão em causa foi recebida pelo Instituto, remetida por Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo Bragança, a medalha comemorativa do centenário de Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, neto predileto de Dom Pedro II.

1.3 — Esta Presidência autorizou a Secretaria, dia 22 de fevereiro, a oficial ao consócio Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, apresentando-lhe congratulações em nome do Instituto, por ter sido escolhido para desempenhar o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social.

1.4 — É propósito desta Presidência, após os necessários entendimentos com o consócio benemérito José Rodrigues da Silveira Netto, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, caso sejam favoráveis, providenciar a impressão, na Imprensa Universitária, de

um volume contendo os discursos já proferidos, de elogios a Patronos e de sócios efetivos.

1.3 — Ao concluir o presente relatório, muito apraz a esta Presidência exprimir aos ilustres consócios o intuito de continuar dinamizando este sodalício, objetivando a sua crescente prosperidade.

Belém, 2 de maio de 1967.

ERNESTO HORÁCIO DA CRUZ

— Presidente —

— * * —

RELATÓRIO APRESENTADO PELO DIRETOR DO MUSEU, REFERENTE AOS TRABALHOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 8 DE MAIO DE 1966 A 8 DE MAIO DE 1967

O cargo de Diretor do Museu foi criado com a reformulação de nosso Estatuto, realizada em dezembro de 1964, tendo sido ocupado, inicialmente, pelo consócio Arthur Napoleão Figueiredo, de dezembro de 1964 a maio de 1966.

Quanto ao cargo em questão, o novo Estatuto cita:

Art. 10 — Ao Diretor do Museu compete:

a) Organizar o Museu, fazendo inventário de todos os objetos nele existentes;

b) Zelar pelo Museu, não permitindo a saída de qualquer objeto a seu cargo, sob qualquer pretexto;

Único — Constarão do Museu as coleções numismáticas, filatélicas, objetos de arte, armas antigas e demais objetos pertencentes ao patrimônio".

Eleito Diretor do Museu para o triênio de 1966/1969, em sessão de 23 de abril de 1966, tomei posse do referido cargo no dia 8 de maio do mesmo ano.

Uma vez empossado, dando início à minha função, tracei um plano de trabalho assim resumido:

1966/1967 — Inventário

Limpeza

Recuperação das peças

1967/1968 — Identificação

Catologação

Arrumação das peças

1968/1969 — Aquisição por doação

Aquisição por compra de novas peças

Expedições para pesquisas históricas

Infelizmente, por motivos óbvios, verifiquei desde o início, que este plano não poderia ser rigorosamente seguido; comencei, então, fazendo limpeza e tombamento da nossa coleção de medalhas, que

foram arrumadas na montra n. 1; a referida coleção possui um total de 65 medalhas, das quais 5 delas por motivo de estética foram arrumadas na montra n. 2.

COLEÇÃO DE MEDALHAS DO I.H.G.P.

MONTRA N.º 1:

01 — Medalha paraense comemorativa aos 350 anos da Fundação da Cidade de Belém. 1616-1966. Ofertada pelo Dr. Oswaldo Sampaio Melo, em 12 de janeiro de 1966.

02 — Medalha paraense comemorativa aos 25 anos da Instalação do Poder Judiciário (Justiça do Trabalho da 8a. Região). 1941-1966. Ofertada pelo Dr. Raimundo de Sousa Moura, a 1 de maio de 1966.

03 — Medalha brasileira comemorativa da Exposição Internacional do Rio de Janeiro. 1922-1923.

04 — Medalha paraense comemorativa aos 400 anos do Descobrimento do Brasil. 1500-1900.

05 — Medalha paulista comemorativa aos 300 anos da Fundação de Ubatuba. 1637-1937.

06 — Medalha brasileira comemorativa aos 50 anos do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra. 1900-1950. Ofertada pelo Gen João Batista de Matos, em 29 de abril de 1959.

07 — Medalha italiana comemorativa da Exposição Internacional da Indústria e da Lavoura em Torino. 1911. Ofertada pelo Sr. Dino Menezes, em 12 de novembro de 1933.

08 — Medalha paraense, comemorativa aos 100 anos da Adesão do Pará à Independência do Brasil. 1823-1923. Ofertada pelo Ten.-Cel. Luiz Lopes Bentes, em 24 de maio de 1952.

09 — Medalha brasileira comemorativa aos 150 anos do Nascimento do Marechal Manoel Luiz Osório. 1808-1958.

010 — Medalha paraense comemorativa aos 100 anos da Morte de D. Frei Caetano Brandão. 1805-1905. Ofertada pelo Dr. Henrique Jorge Hurley, em 18 de outubro de 1943.

011 — Medalha brasileira, comemorativa aos 100 anos do Nascimento de Ruy Barbosa. 1849-1949. Ofertada pelo Dr. Joaquim Norões e Sousa, a 6 de dezembro de 1949.

012 — Medalha brasileira, comemorativa da Exposição Artística da Sociedade P. do Ensino do Brasil. 1895.

013 — Matriz da medalha paraense comemorativa do Início da Construção do Paço Provincial e Municipal. 1860.

014 — Medalha paraense comemorativa da Descoberta da Fóz do Rio Amazonas. 1500.

- 015 — Medalha brasileira comemorativa ao 20.º Congresso Internacional de Americanistas do Rio de Janeiro, 1876-1922. Ofertada pelo Dr. Steiner do Couto, em 15 de abril de 1933.
- 016 — Medalha brasileira comemorativa ao Recenseamento do Brasil, 1920. Ofertada pelo Dr. Arthur Napoleão Figueiredo.
- 017 — Medalha alemã comemorativa ao Jubileu da Catedral de Colônia, 1848.
- 018 — Medalha portuguesa comemorativa da Inauguração do Caminho de Ferro de Leste de Lisboa, 1856.
- 019 — Medalha norte-americana comemorativa da Exposição Universal de Saint Louis, 1904. Ofertada pelo Dr. Armando Bordalo da Silva, em 30 de julho de 1951.
- 020 — Medalha japonesa comemorativa ao Tratado de Paz da 1.ª Guerra Mundial, 1919. Ofertada pelo Sr. Miguel Scheley.
- 021 — Medalha baiana comemorativa aos 400 anos de N. S. da Conceição da Praia, em S. Salvador, 1549-1949. Ofertada pelo Cônego Manoel Aquino Barbosa, em 16 de março de 1950.
- 022 — Medalha pernambucana comemorativa aos 100 anos da Revolução Republicana de Pernambuco, 1817-1917. Ofertada pelo Cônego Manoel Aquino Barbosa, em 16 de março de 1950.
- 023 — Medalha baiana comemorativa ao 1.º Congresso de História da Bahia, 1949. Ofertada pelo Cônego Manoel Aquino Barbosa, em 16 de março de 1950.
- 024 — Medalha baiana comemorativa ao 1.º Congresso Nacional de Vocações Sacerdotais da Bahia, 1949. Ofertada pelo Cônego Manoel Aquino Barbosa, em 16 de março de 1950.
- 025 — Medalha cearense dedicada a D. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891.
- 026 — Medalha pernambucana comemorativa aos 100 anos da Confederação do Equador, 1824-1924. Ofertada pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.
- 027 — Medalha baiana comemorativa aos 100 anos da Cidade de Sobral, 1849-1949. Ofertada pelo Cônego Manoel Aquino Barbosa, em 16 de março de 1950.
- 028 — Medalha japonesa comemorativa da Coroação do Imperador Hirohito, 1928. Ofertada pelo Major José Antonio Fernandes dos Santos, em 14 de junho de 1933.
- 029 — Medalhas (3) brasileiras comemorativas aos 100 anos da Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio Internacional, 1808-1908. Ofertadas pelo Cônego Manoel Aquino Barbosa, em 16 de março de 1950.
- 030 — Medalha carioca comemorativa da Inauguração da Avenida Central no Rio de Janeiro, 1905.
031. — Medalha francesa dedicada à Administração da Assis-tência Pública de Paris, 1872.

- 032 — Medalha brasileira dedicada a James Monroe, 1823-1894.
- 033 — Medalha alemã comemorativa da Exposição dos Produtos da Indústria de Berlim, 1844. Ofertada pelo Dr. Arthur Napoleão Figueiredo, a 6 de agosto de 1949.
- 034 — Medalha pernambucana comemorativa aos 100 anos da Loja Maçônica de Recife, 1821-1921. Ofertada pela Loja Maçônica de Recife, em 16 de maio de 1921.
- 035 — Medalha paraense comemorativa da Visita do Presidente Washington Luiz ao Pará, 1926.
- 036 — Medalha brasileira comemorativa da assinatura do Contrato para o Abastecimento de Água do Rio de Janeiro, 1889.
- 037 — Medalha francesa dedicada à Ascensão da Torre Eiffel, em Paris. Ofertada pelo Sr. Mário de Moura, em 12 de março de 1932.
- 038 — Medalha dedicada a São Francisco. Ofertada pelo Sr. Henrique de La Rocque.
- 039 — Medalha alagoana comemorativa ao Raio Independência, 1922. Ofertada pelo Governo do Estado de Alagoas.
- 040 — Medalha gaúcha comemorativa aos 100 anos da Elevação do Rio Grande à Cidade, 1835-1935. Ofertada pela Biblioteca Rio-grandense, em 23 de março de 1940.
- 041 — Medalha inglesa dedicada ao Rei Jorge III.
- 042 — Medalha brasileira comemorativa da Exposição Nacional do Rio de Janeiro, 1908. Ofertada pelo Dr. Armando Bordalo da Silva, em 30 de julho de 1951.
- 043 — Medalha alagoana comemorativa aos 100 anos de Deodoro da Fonseca, 1827-1927. Ofertada pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Alagoas, em agosto de 1927.
- 044 — Medalha paraense dedicada a Antonio José de Lemos. Ofertada pelo Dr. Arthur Napoleão Figueiredo.
- 045 — Medalha francesa dedicada aos Defensores da Pátria na Guerra, 1870-1871.
- 046 — Medalha paraense comemorativa da Visita de Lauro Sodré ao Pará, 1911. Ofertada pelo Cel. Apolinário Pinheiro Moreira, em 27 de junho de 1944.
- 047 — Medalha paraense dedicada como Prêmio Orfanato Antonio Lemos.
- 048 — Medalha italiana comemorativa da Exposição Internacional da Indústria e da Lavoura em Torino, 1911.
- 049 — Medalha portuguesa dedicada à Sociedade Literária Almeida Garrett, 1902. Ofertada pelo Sr. Antonio Ignácio Ferreira, a 3 de dezembro de 1932.
- 050 — Medalha brasileira comemorativa ao 1.º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no Rio de Janeiro, 1922. Ofertada pelo Departamento da Criança do Rio de Janeiro.

- 051 — Medalha francesa dedicada a Joffre. 1914-1915.
- 052 — Medalha brasileira comemorativa aos 100 anos do Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança. 1866-1966. Ofertada por D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, a 1º de setembro de 1966.
- 053 — Medalha Simphon de Exaltação ao Trabalho. 1802-1906.
- 054 — Medalha brasileira comemorativa aos 100 anos da Independência do Brasil. 1822-1922. Ofertada pelo Dr. Arthur Napoleão Figueiredo a 6 de agosto de 1949.
- 055 — Medalha italiana comemorativa ao Cruzeiro Italiano na América Latina. 1924. Ofertada pelo Dr. João de Palma Muniz, a 6 de março de 1924.
- 056 — Medalha brasileira comemorativa da Exposição Nacional do Rio de Janeiro. 1908. Ofertada pelo Dr. Arthur Napoleão Figueiredo, a 6 de agosto de 1949.
- 057 — Medalha paraense dedicada pelo Clube União e Perseverança a Antonio José de Lemos. 1900.
- 058 — Medalha paraense dedicada como Prêmio Escolar.
- 059 — Medalha inglesa dedicada à Rainha Victória.
- 060 — Medalha paraense dedicada pelo Clube União e Perseverança a Antonio José de Lemos. 1906.
- 061 — Medalha paraense comemorativa ao Combate de 25 de Setembro de 1897, em Canudos, oferecida ao Ten.-Cel. Antonio Sérgio Dias Vieira da Pontoura pela colônia paraense radicada na Bahia. Ofertada pelo Dr. Emílio Américo Santa Rosa, em 25 de novembro de 1926.
- 062 — Medalha paraense comemorativa ao Combate de 25 de Setembro de 1897, em Canudos, oferecida ao Regimento Militar do Pará, pela colônia paraense radicada na Bahia. Ofertada pelo Dr. Valmont, em 14 de maio de 1949.
- 063 — Medalha brasileira da Campanha do Paraguay, conquistada pelo Tenente de Voluntários da Pátria, Lourenço Pedro Ribeiro. Ofertada pelo Prof. Manoel Braga Ribeiro.
- 064 — Medalha argentina dedicada ao Exército Aliado em Operações contra o Paraguay, conquistada pelo Tenente de Voluntários da Pátria Lourenço Pedro Ribeiro. Ofertada pelo Prof. Manoel Braga Ribeiro.
- 065 — Medalha uruguaia dedicada ao Exército Aliado, em Operações contra o Paraguay, conquistada pelo Tenente de Voluntários da Pátria, Lourenço Pedro Ribeiro. Ofertada pelo Prof. Manoel Braga Ribeiro.

OFERTAS FEITAS AO MUSEU DO I.H.G.P.

A direção do Museu entrando em contacto com o Comandante



O Prof. Orlando de Moraes Rêgo, Diretor do Museu e o Capitão Alândio de Oliveira Melo, 1.º Secretário, quando recebiam do Coronel José Barbosa de Vasconcelos, as peças doadas pela Polícia Militar do Estado ao I.H.G.P.

da Polícia Militar do Estado, Cel. Antonio Calvis Moreira, através do ofício 24-SEC, de 13 de julho de 1966, e respondido favoravelmente por aquele comando militar, pelo ofício Of. 133/66, de 3 de agosto de 1966, foi doado ao nosso Museu em cerimônia simples, realizada no quartel do Batalhão de Polícia daquela milícia, no dia 9 de agosto do mesmo ano, as seguintes peças:

0021 — Fuzil MAUSER Cal. 7mm. de infantaria, modelo 1895, usado em Canudos.

0022 — Lança de cavalaria.

0023 — Cavalete para 10 fuzis.

0024 — Capacete e couraça de cavalaria estilo prussiano, modelo 1860.

Estas peças foram recebidas pelo Diretor do Museu e pelo Capitão Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário de nosso sodalício.

Em outra oportunidade, a direção do Museu entrou em contacto com o Comandante do Corpo Municipal de Bombeiros, Ten. Cel. Paulo Pereira da Silva, através do ofício 47-SEC, de 23 de dezembro de 1966, e respondido favoravelmente por aquela corporação, pelo ofício N.º 19/67, de 19 de janeiro de 1967, sendo doado ao nosso Museu em cerimônia simples realizada no quartel dos Bombeiros, no dia 24 de janeiro do mesmo ano, as seguintes peças:

0034 — Capacete de comandante (Bombeiro) para incêndio.

0035 — Capacete de oficial (Bombeiro) para incêndio.

0036 — Machadinha de oficial (Bombeiro) para incêndio.

0037 — Machadinha de praça (Bombeiro) para incêndio.

0038 — Conjunto com máscara para esgrima e quatro florêtes.

Estas peças foram recebidas pelo Diretor do Museu.

IDENTIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO MUSEU DO I.H.G.P.

MONTRA N.º 2:

001 — Espada que pertenceu ao Capitão de Mar e Guerra Miguel Ribeiro Lisboa, partida no combate a bordo do Monitor "Alagôas", na abordagem que sofreu durante a passagem de Laureles, na Guerra do Paraguai. Ofertada pela Sra. Diva de Figueiredo, a 6 de agosto de 1949.

002 — Cartucho de canhão HOTKISS, Cal. 47mm., usado pela Força Policial do Estado, durante o combate de 27 de julho de 1924, em Belém.

003 — Cartucho de metralhadora "Nordenfeld", Cal. 25 m.m., usada pela Força Policial do Estado, usado durante o combate de 27 de julho de 1924, em Belém.

004 — Cartucho de fuzil MAUSER, Cal. 7mm., usado pela Força Policial do Estado, durante o combate de 25 de setembro de 1897, em Canudos.

005 — Emblema usado no quepi do Fuzil de Voluntários da Independência, João Marcellino do Valle, na Campanha da Independência. Ofertado pelo Comandante Aponiano do Valle, a 6 de março de 1924.

006 — Emblema usado no quepi do Tenente de Voluntários da Pátria, Lourenço Pedro Ribeiro, na Guerra do Paraguay. Ofertado pelo Prof. Manoel Braga Ribeiro.

007 — Passadeira do Tenente de Voluntários da Pátria Lourenço Pedro Ribeiro, conquistada na Guerra do Paraguay. Ofertada pelo Prof. Manoel Braga Ribeiro.

008 — Passadeira que pertenceu ao Major Malaquias de Sousa Albuquerque, veterano da Guerra do Paraguay. Ofertada pelo Clube Militar do Pará, em 22 de janeiro de 1950.

MONTRA N.º 3:

009 — Carimbo imperial, usado pelo Vice-Consulado do Brasil no Javary em 1886. Ofertado pelo Sr. Joaquim Fernandes da Silva, em 28 de agosto de 1945.

0010 — Lanterna usada pelo Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, quando esteve refugiado na torre da Sé de Belém, durante a revolução de 1930. Ofertada pelo vigário Clotário de Alencar, em 21 de julho de 1934.

0011 — Canêta usada na assinatura da Ata de inauguração do Lazareto do Prata, em 24 de junho de 1923.

0012 — Sinete imperial da Província do Pará.

0013 — Canêta que foi assinada a Constituição do Estado do Pará, em 22 de junho de 1891. Ofertada pela Sra. Luciana Santos.

0014 — Chave simbólica oferecida pela gerência da Companhia Ford Industrial do Brasil, ao Interventor Federal do Estado do Pará. Ofertada pelo Capitão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, a 7 de abril de 1931.

0015 — Emblema usado no quepi pelos antigos empregados da Estrada de Ferro de Bragança.

FORA DAS MONTRAS:

0016 — Algêma de ferro do século XVIII, encontrada em S. Sebastião da Boa Vista. Ofertada pelo Sr. José Luiz Nogueira, a 3 de maio de 1944.

0017 — Colher de pedreiro oferecida pela Companhia Port of Pará, ao Dr. Augusto Montenegro, durante a inauguração das obras do porto de Belém, em 16 de novembro de 1907. Ofertada pelo Capi-

tão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, em 24 de novembro de 1930.

0018 — Fuzil usado durante o combate de 15 de maio de 1895 no Amapá, entre os franceses e brasileiros, chefiados por Veiga Cabral. Ofertado pelo Capitão Antonio de Mattos Vianna Dutra, em 12 de julho de 1933.

0019 — Máquina de escrever "Underwood", que pertenceu à extinta Diretoria de Agricultura do Estado do Pará.

0020 — Salva de guaraná, mostrando o trabalho desde a colheita até o preparo do pão. Ofertada pelo Sr. José Simão Benjô, em 17 de março de 1933.

0025 — Fragmento de granada de morteiro "Brandt", trazida de Monte Castelo, na Itália. Ofertada pelo Tenente Arthur Napoleão Figueiredo, em 21 de agosto de 1947.

0026 — Espada de combate usada pelos oficiais das legiões romanas. Ofertada pelo Dr. Lúcio Amorim do Amaral, a 8 de maio de 1933.

0027 — Capacete de aço usado pelas forças paulistas rebeldes durante a revolução de 1932. Ofertado pelo Sr. Sandoval Cerdeira Bordalo, em 21 de fevereiro de 1933.

0028 — Capacete de aço usado pelas forças legalistas durante a revolução de 1932. Ofertado pelo Cel. Apolinário Pinheiro Moreira.

0029 — Granada de mão, tipo "Mills", fabricada em São Paulo, durante a revolução de 1932. Ofertada pelo Dr. Gastão Vieira.

0030 — Espada de abordagem. Ofertada pelo Sr. Moysés Ferreira de Pinho Campos, em 20 de março de 1933.

0031 — Estatueta de bronze representando um bezouro. Ofertada pelo Sr. Miguel Jorge Hermes, em 31 de maio de 1945.

0032 — Moeda italiana, encontrada incrustada na lava do Vesúvio. Ofertada pelo Dr. Emílio Américo Santa Rosa, em 22 de maio de 1923.

0033 — Máscara mortuária do Gen. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, feita no dia 29 de maio de 1959. Ofertada pelo Dr. Aurélio Corrêa do Carmo, em abril de 1964.

0039 — Urna de madeira que serviu no antigo Conselho Municipal de Belém. Ofertada pela Prefeitura Municipal de Belém, em 30 de agosto de 1946.

0040 — Candéia com dois bicos usada antigamente nas aldeias.

0041 — Escova para dentes com cabo de prata estilo indiano, que pertenceu ao Senador Antonio José de Lemos. Ofertada pelo Sr. José de Siqueira Rodrigues, em 26 de fevereiro de 1945.

0042 — Espada sagrada (japonesa) Samurai.

0043 — Cachimbo de louça do século XVII, encontrado nas escavações realizadas na estrada do Jucuruhy, em Gurupá. Ofertado pelo Sr. Jayme Gama, em 20 de junho de 1933.

0044 — Espelho de fechadura, do século XVII, encontrado em escavações procedidas no local da antiga missão dos capuchos de Sto. Antonio, na aldeia de Joannes. Oferecida a Manoel Barata, pelo Tenente João de Sousa Carvalho, foi posteriormente ofertada ao I.H.G.P. pelo Dr. Armando Bordalo da Silva, em 30 de julho de 1951.

0045 — Medalhão de porcelana com a esfinge de José de Araújo Roso, primeiro Presidente da Província do Pará. Pertencia a Manoel Barata e foi ofertado ao I.H.G.P. pelo Dr. Armando Bordalo da Silva, em 30 de julho de 1951.

0046 — Chapa de cobre com o nome de José de Araújo Roso. Pertencia a Manoel Barata e foi ofertada ao I.H.G.P. pelo Dr. Armando Bordalo da Silva, em 30 de julho de 1951.

0047 — Parda usada pelo Capitão Augusto Assis de Vasconcelos, no dia 27 de julho de 1924, quando fôra mortalmente ferido no combate, que então se travava entre a Polícia Militar do Estado e o 26.º B.C. nas ruas de Belém. Ofertada pelo Dr. José Marcos dos Santos, a 5 de julho de 1946.

0048 — Parda usada pelo aviador Euclides Pinto Martins durante o "raid" New York-Rio de Janeiro, realizado em 1923, com o hidroavião biplano "Sampaio Corrêa II". Ofertada pelo Dr. Henrique Jorge Hurley.

0049 — Carabina belga com baloneta, modelo 1874.

0050 — Estôjo com balas de ferro (lanterneta) de antigas canhões.

0051 — Bala de canhão encontrada nos alicérges do antigo Pôrto do Sal. Ofertada pelo Prof. Abelardo Leão Condurú, a 4 de maio de 1933.

0052 — Aparelho telefônico do antigo sistema usado em Belém. Ofertado pela Pará Telephone Company Limited, em 11 de março de 1950.

0053 — Espada dos tempos monárquicos (segundo reinado). Ofertada pelo Sr. Jayme Gama, a 1 de abril de 1933.

0054 — Espada que pertenceu ao Cel. José Cardoso da Cunha Coimbra. Ofertada pela família Cunha Coimbra, em 20 de julho de 1950.

0055 — Espada usada pelo Gen. Frutuoso Mendes durante a Campanha de Canudos. Ofertada pela família Frutuoso Mendes, a 4 de março de 1952.

0056 — Espada de môço fidalgo que pertenceu ao Sr. José Vitorino de Sousa Cabral. Ofertada pelo Major Adolpho Dourado, em 19 de junho de 1952.

0057 — Espada dos tempos monárquicos (segundo reinado). Ofertada pelo Sr. Antonio Araújo, em 30 de abril de 1952.

0058 — Espada usada durante os tempos imperiais (segundo reinado).

0059 — Espadim usado antigamente pelos Aspirantes.

0060 — Cinzeiro feito com cápsulas de bala, relembrando a jornada de 1924.

Ao terminar este primeiro ano de trabalho, a direção do Museu agradece ao Prof. Ernesto Horácio da Cruz, Presidente da nossa instituição, pelo apóio moral que sempre nos proporcionou, prestigiando tôdas as nossas iniciativas. Agradecemos também aos consócios Dr. Aláudio de Oliveira Melo, 1.º Secretário e Sr. Arlindo Severiano de Miranda, nosso Tesoureiro, pela valiosa colaboração que prestaram ao Museu do I.H.G.P.

Belém, 10 de maio de 1967.

ORLANDO L. M. DE MORAES RÉGO
— Diretor do Museu —

INDICE

— Intróito	3
— Administração para o triênio 1966/1969	5
— Sócios fundadores — 3 de maio de 1900	7
— Sócios fundadores — 6 de março de 1917	9
— Sócios efetivos	11
— Sócios beneméritos e sócios honorários	13
— Sócios correspondentes	15
— Cadeiras — Patronos — Fundadores — Atuais ocupantes	17
— O Instituto Histórico	21
— Preservação da Amazônia contra a espoliação	23
— Transcrição de Ata — Eleição da Mesa da Assembléia Geral — Preenchimento de cargos vagos na Diretoria e nas Comissões de Admissão de Sócios e de Fundos e Orçamentos — Discussão e aprovação do Regimento Interno — Patronos do Instituto	31
— Culto ao heroísmo	37
— Transcrição de ata — Comemoração do 65.º aniversário de fundação do Instituto — Discurso do consócio Raimundo de Souza Moura — Posse dos integrantes da Mesa da Assembléia Geral, e da Diretoria — Entrega de diplomas de sócios efetivos, beneméritos e correspondentes	
— Discurso de posse do consócio Dr. Augusto Ebremer de Bastos Meira	45
— Transcrição de Ata — Aprovação das contas e apresentação do relatório da Diretoria — Eleição dos Corpos Administrativos (Diretoria, Mesa da Assembléia Geral e Comissões Permanentes), para o triênio 1966/1969 ...	49
— Medalhas comemorativas	53
— Transcrição de Ata — Discurso do consócio Aláudio de Oliveira Melo, orador oficial da solenidade comemorativa do 66.º aniversário de fundação do Instituto — Posse e discursos dos consócios Drs. Fernando José de	

Leão Guilhon e Augusto Ebremer de Bastos Meira	55
— Emil August Goeldi, Patrono da Cadeira n.º 15 — Discurso do consócio Orlando Luciano Martins de Moraes Rêgo, fundador e ocupante da aludida Cadeira	57
— Henrique Américo Santa Rosa, Patrono da Cadeira n.º 19 — Discurso do consócio Abelardo Leão Conduru, fundador e ocupante da aludida Cadeira	67
— Transcrição de Ata — Sessão de estudos efetuada dia 2 de outubro de 1966 — Discursos de elogio de Emil August Goeldi e Henrique Américo Santa Rosa, respectivamente, Patronos das Cadeiras ns. 15 e 19	77
— Caxias e o espírito religioso	81
— Transcrição de Ata — Sessão da Diretoria, efetuada dia 14 de maio de 1966	85
— O centenário da epopéia de Riachuelo	87
— Euclides da Cunha, Patrono da Cadeira n.º 16 — Discurso do consócio José Marcos dos Santos, fundador e ocupante da aludida Cadeira	91
— Inácio Batista de Moura, Patrono da Cadeira n.º 21 — Discurso do consócio Victor Tamer, fundador e ocupante da aludida Cadeira	101
— Transcrição de Ata — Sessão de estudos efetuada dia 10 de novembro — Discursos de elogios de Euclides da Cunha e Inácio Batista de Moura, respectivamente, Patronos das Cadeiras ns. 16 e 21	117
— Infante D. Henrique — o enamorado do mar	111
— Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará), Patrono da Cadeira n.º 13 — Discurso do consócio Ernesto Horácio da Cruz, fundador e ocupante da aludida Cadeira	129
— Transcrição de Ata — Aprovação das contas da Diretoria e do Relatório Geral de suas atividades referentes a 1966 — Inauguração da galeria dos Presidentes do Instituto — Discurso dos consócios Cândido Marinho da Rocha e Ernesto Horácio da Cruz	139
— Os primórdios da navegação a vapor no Rio Amazonas	145
— Transcrição de Ata — Comemoração do 67.º aniversário de fundação do Instituto — Discurso do orador oficial, consócio Aláudio de Oliveira Melo — Discurso de elogio a Domingos Antonio Raiol (Barão de Guajará), Patrono da Cadeira n.º 13, proferido pelo consócio Ernesto Horácio da Cruz, fundador e ocupante da aludida Cadeira	151
— Alfredo Aníbal Ladislau, Patrono da Cadeira n.º 3 —	

Discurso do consócio Cândido Marinho da Rocha, fundador e ocupante da aludida Cadeira	155
— Tito Franco de Almeida, Patrono da Cadeira n.º 40 — Discurso do consócio Georgenor de Souza Franco, fundador e ocupante da aludida Cadeira	167
— Meio século de atividade literário de Ferreira de Castro	121
— Transcrição de Ata — Sessão de estudos efetuada dia 26 de maio de 1967 — Discursos de elogios de Alfredo Aníbal Ladislau e Tito Franco de Almeida, respectivamente, Patronos das Cadeiras ns. 3 e 40	175
— 10.º aniversário de fundação da Universidade Federal do Pará — Ofício deste silogeu dirigido à Reitoria daquela Universidade	185
— O centenário de Augusto Montenegro	187
— Doação de documentos	191
— Transcrição de Ata — Sessão de estudos efetuada dia 8 de junho de 1967 — Discurso de elogio de Theodoro Braga, Patrono da Cadeira n.º 39	192
— Frequência às sessões de Assembléa Geral, de Diretoria, Solenes e de Estudos	194
— I Congresso Brasileiro de História e Geografia	127
— Relatório Geral das atividades do Instituto, referente ao triênio 1963/1966, apresentado e aprovado em sessão de Assembléa Geral Ordinária, efetuada dia 3 de maio de 1966 — Transcrição	196
— Relatório Geral das atividades do Instituto, referente ao período de 4 de maio de 1966 a 2 de maio de 1967, apresentado e aprovado em sessão de Assembléa Geral Ordinária, efetuada dia 22 de abril de 1967 — Transcrição	214
— Relatório do Diretor do Museu referente ao período de 8 de maio de 1966 a 8 de maio de 1967 — Transcrição ..	208